

Jefferson José da Conceição
Jeroen Johannes Klink
Nilza Aparecida de Oliveira
Roberto Vital Anav

A CIDADE DESENVOLVIMENTISTA

**Crescimento e diálogo social em
São Bernardo do Campo 2009-2015**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

A cidade desenvolvimentista

Jefferson José da Conceição
Jeroen Johannes Klink
Nilza Aparecida de Oliveira
Roberto Vital Anav

A cidade desenvolvimentista

**Crescimento e diálogo social em
São Bernardo do Campo, 2009-2015**

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidente: Iole Ilíada

Diretoras: Fátima Cleide, Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial

Rogério Chaves

Assistente editorial

Raquel Maria da Costa

Revisão

Miguel Yoshida

Capa e editoração eletrônica

Antonio Kehl

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C568 A cidade desenvolvimentista : crescimento e diálogo em São Bernardo do Campo, 2009-2015 / Jefferson José da Conceição ... [et al.]. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
376 p. : il. ; 30 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7643-280-7

1. São Bernardo do Campo (SP) - Economia. 2. São Bernardo do Campo (SP) - Desenvolvimento econômico. 3. São Bernardo do Campo (SP) - Política econômica I. Conceição, Jefferson José da.

CDU 338.1(815.6)

CDD 338.98156

Este livro obedece às regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

CEP 04117-091 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

editora@fpabramo.org.br

www.fpabramo.org.br

www.facebook.com/fundacao.perseuabramo

twitter.com/fpabramo

Sumário

Agradecimentos	9
Prefácio.....	11
<i>Luiz Marinho</i>	
Introdução.....	15
Parte I – Desenvolvimentismo local: um olhar geral	21
São Bernardo do Campo e Grande ABC: território, economia e sociedade.....	23
O debate teórico em perspectiva: desafios, possibilidades e limites do desenvolvimentismo em nível municipal e regional	33
O desenvolvimentismo em São Bernardo do Campo	73
Diálogo social e desenvolvimentismo em São Bernardo do Campo....	183
Parte II – Desenvolvimentismo local: a dimensão econômica.....	245
Potencialidades e limites da política de desenvolvimento econômico local em regiões industriais	247
Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica no centro da estratégia de desenvolvimento econômico.....	253
A política para a Indústria	259

A política de adensamento da cadeia produtiva de defesa no Grande ABC.....	285
O potencial do Grande ABC para incrementar sua participação no fornecimento de produtos e serviços à cadeia de petróleo e gás	295
A política de apoio ao empreendedorismo e de fomento às atividades de comércio e serviços.....	299
A política para o desenvolvimento da cadeia produtiva turística em São Bernardo do Campo.....	309
A política ativa para a geração de trabalho, renda e economia solidária.....	337
Anexo 1 – Luiz Marinho, trajetória e militância	361
Anexo 2 – Investimentos de 2009 a 2016	367
Referências bibliográficas.....	379
Sobre os autores	345

*“Creio que apressar a marcha do Brasil, ativar o seu desenvolvimento,
é imperativo da defesa de nossa sobrevivência”.*

*“Hoje é o dia mais feliz da minha vida. O congresso acaba de
aprovar o projeto para a construção de Brasília. Sabe por que o
projeto foi aprovado? Eles pensam que não conseguirei executá-lo”.*

Juscelino Kubitschek

Agradecimentos

Toda obra costuma ser uma construção coletiva. Várias pessoas colaboraram com este livro. Muitas delas são da administração municipal. Elas sabiam que o objetivo do livro é descrever, interpretar e discutir as ações do governo municipal, mas que este não é um livro oficial do governo. Ainda assim, estes companheiros se estimularam com a oportunidade de ajudar para que a rica experiência desenvolvimentista do Governo do Município de São Bernardo do Campo, entre 2009 e 2015, pudesse ser de alguma maneira registrada em forma de publicação. Fora do seu horário de trabalho, essas pessoas, de diferentes maneiras, contribuíram para que o livro pudesse se tornar uma realidade. Cabe um agradecimento geral à equipe da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo. Em particular, a Carlos Alberto Gonçalves (Krica), Eric Klingenhoff, Monique Freschet, Máisa Sodré, Alessandra Rosa, Wendell Lepore e Noeli Botteon, que leram as minutas do material na íntegra, o que propiciou correções e sugestões valiosas. Wilson Magão, da Secretaria de Comunicação, colaborou com o levantamento das fotos. À Valdineusa Fialho, da SBCPrev, pela ajuda também com as fotos. Somos gratos também a Renata Chaves e Antônio Bonadio, da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, pela prontidão em nos fornecer as mais diversas informações. Em especial, gostaríamos de agradecer a Renata

Veggi Tozato (que não é da equipe do governo) e Alessandra Rosa, pelo trabalho cuidadoso, competente, de revisão geral. Por fim, nossos agradecimentos à Fundação Perseu Abramo que desde o início abraçou nosso projeto de publicação. A editora ajudou a transformar os áridos manuscritos em um livro agradável de ler. Esperamos que ele seja útil para fomentar a reflexão e o debate.

Prefácio

Luiz Marinho

Prefeito de São Bernardo do Campo

Este livro vem preencher uma necessidade importante da política brasileira. Os desafios para a administração pública, em todos os níveis, são gigantescos em um país com a complexidade e a diversidade social, econômica e cultural do Brasil. No nível municipal, a dificuldade é ainda maior, devido às enormes diferenças existentes entre os mais de cinco mil municípios brasileiros; à limitação dos instrumentos de implementação de políticas públicas no território municipal, para além das rotinas habituais, necessárias, porém insuficientes, para alterar as condições socioeconômicas locais; e, ainda, à própria cultura política de nosso país.

Faz-se necessário, portanto, refletir sobre as experiências bem-sucedidas de implementação de políticas direcionadas ao desenvolvimento local e regional. Não é comum publicar reflexões dessa natureza. Temos visto, com interesse, estudos acadêmicos sobre experiências pontuais em setores específicos de política pública – saúde, transporte, habitação etc. Em termos mais abrangentes, porém, o que geralmente se vê são estudos de caráter teórico generalista, abordando problemas de concepção política, condicionantes sociais ou do ordenamento jurídico que afetam o conjunto do Estado brasileiro. Todos são válidos e contribuem. Fica, porém, a lacuna citada. Excetuando peças publicitárias autoelogiosas, não se encontra com facilidade uma narrativa de amplo

alcance, embasada na experiência real, de esforços pelo desenvolvimento de municípios e regiões deste grande e diversificado país.

Sem aparentar falsa modéstia, considero que a experiência das duas gestões que tive a honra de dirigir, pela escolha democrática dos cidadãos de São Bernardo do Campo, faz parte do conjunto das práticas políticas inovadoras e estimulantes em andamento no Brasil. Por certo, houve erros e insuficiências, das quais sou o mais severo crítico. Soubemos aprender com nossos erros e lacunas e corrigi-los. Mas, em essência, acertamos muito. Com o apoio e a participação do PT e dos partidos aliados, realizamos transformações profundas que afetam o presente e o futuro da cidade de maneira permanente. Até porque, de acordo com a ênfase de meu governo no planejamento de curto, médio e longo prazos, alguns projetos em andamento – como o plano de mobilidade, entre outros – só serão concluídos no próximo mandato.

Estou convencido de que esta abordagem, centrada no esforço pelo desenvolvimento local e regional, que considera, ainda que sinteticamente, todos os campos de atuação de meus dois mandatos à frente da Prefeitura, permite aprofundar o debate sobre as boas práticas e os desafios, antigos e novos, que devemos enfrentar para construir um país mais justo. Esses desafios requerem o envolvimento efetivo das municipalidades, com empenho, criatividade e competência, em estreita articulação com os demais níveis da Federação.

Não teria sido possível avançar o tanto que avançamos sem a relevante cooperação do governo federal. O Brasil viveu, nestes últimos doze anos, sob a liderança do presidente Lula e da presidenta Dilma, uma experiência inovadora de desenvolvimento econômico com inclusão social. Meu contato com prefeitos de todas as regiões do país trouxe-me a convicção de que não houve região que deixasse de receber os ventos positivos dessa reorientação da política social e econômica nacional, independentemente de sigla partidária. Alguns souberam tirar mais proveito que outros, mas todos se beneficiaram. O Grande ABC só tem a saudar os estímulos ao seu parque industrial; as políticas sociais que também nos alavancaram; os fortes investimentos aportados e programados na infraestrutura, habitação, saúde e outros campos essenciais; a expansão do ensino superior público; a legislação e os instrumentos de fomento à inovação e diversificação industrial.

Contudo, não ficamos à sombra das políticas positivas que melhoraram o cenário nacional e regional. Meu governo ousou e agiu, articulou politicamente com parceiros públicos e privados, interferiu em áreas normalmente alheias às municipalidades, como a indústria de defesa e o transporte metropolitano, entre outros. Olhamos todos os campos em que se fazia necessária a melhora e ampliação dos serviços públicos, e fomos ativos na busca de financiamento para atender essa necessidade, a começar pela formulação de projetos com excelência técnica. Dessa forma, nossa atuação projetou-se em inúmeras áreas. Aqui, elas estão sintetizadas como pano de fundo para o foco maior desta obra: o desenvolvimento econômico com inclusão social.

No campo do desenvolvimento econômico local, as limitações dos governos municipais são muito pronunciadas. Além de faltarem instrumentos, falta tradição. Desenvolvimento econômico tem sido tratado como tema de âmbito nacional e estadual, restando às municipalidades tratar o varejo de pleitos pontuais e específicos. Estes são válidos e importantes, mas é preciso ir além. Acredito termos avançado muito nas diretrizes que formulei para a economia local e regional: fortalecimento do parque produtivo existente, com estímulo à sua diversificação e modernização, especialmente nas áreas de defesa e de petróleo e gás, em forte sinergia com as universidades e cursos tecnológicos; impulso ao turismo enquanto fonte de renda, trabalho e qualidade de vida para os municípios; ampliação das oportunidades de empreendedorismo, trabalho e renda. Não existe manual para isso, nem são muitas as experiências consagradas neste campo. Tivemos que experimentar, com acertos e correções de rota. O resultado é merecedor de registro e estudo.

Destaco, entre os fatos positivos que dão sentido a essa experiência inovadora, a implantação local, pela Saab sueca, da fábrica de aerocomponentes São Bernardo tecnologia aeronáutica; os investimentos em inovação e modernização das montadoras, em processos e produtos; a fundação da Associação Parque Tecnológico de São Bernardo do Campo; a instalação e funcionamento da Sala do Empreendedor, da Central de Trabalho e Renda e da Cooperativa de Empreendimentos Solidários; as sucessivas feiras de móveis da rua Jurubatuba; e o turismo industrial, em pleno florescimento. Outros bons resultados, além desses, estão registrados ao longo deste livro.

Três dos autores são membros de meu governo, outro é personalidade acadêmica respeitada dentro e fora da região do ABC, com experiência em gestão pública. Essa união entre teoria e prática pode ser muito profícua para impulsionar o debate e o aperfeiçoamento da governança e da implementação de políticas públicas. Ela também replica, de certa forma, a parceria governo-universidade, que tenho promovido ao longo de todo o meu período de governo.

Espero que este livro subsidie um amplo debate sobre o papel dos governos locais na promoção do desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável.

Introdução

*D*esenvolvimentismo é o termo geralmente associado ao debate nacional relacionado aos rumos que, no período pós II Guerra Mundial, deveriam (ou ainda devem) tomar os países de crescimento capitalista retardatário como, por exemplo, as nações que compõem a América Latina, entre eles o Brasil. Assim, costuma-se avaliar governos e gestores econômicos conforme a dicotomia: desenvolvimentistas *versus* liberais.

Durante meio século (de 1930 a 1980), com pequenos intervalos, o Brasil vivenciou experiências desenvolvimentistas que nos transformaram, de economia predominantemente agrícola, em país com forte presença industrial e majoritariamente urbano. Resultado disso foi a inclusão do Brasil entre as dez maiores economias do mundo, nas últimas décadas. Por outro lado, as experiências citadas se alternaram entre períodos políticos mais autoritários e outros mais democráticos. O Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e o regime civil-militar (1964-1985) adotaram políticas e instrumentos desenvolvimentistas em regimes políticos fechados e repressivos. O segundo governo Vargas (1950-1954) e os governos de Juscelino Kubitschek (JK – 1956-1960) e João Goulart (1962) seguiram a via desenvolvimentista em ambiente democrático. Destes últimos, apenas JK completou o mandato. Seu governo apresentou características específicas que permitem identificar importantes paralelos com as

gestões municipais de São Bernardo do Campo, entre 2009 e 2016, guardadas as devidas proporções de época e esfera de governo. (Benevides, 1979).

Neste livro abordaremos uma vertente específica do desenvolvimentismo, aplicada ao âmbito regional e local. Referimo-nos à visão de que é possível adotar posturas pró-ativas do poder público nessas escalas, em busca do desenvolvimento econômico e social. Acreditamos que a experiência concreta de São Bernardo do Campo, entre 2009 e 2015 (referente às gestões municipais 2009-2012 e 2013-2016), demonstra essa possibilidade e já apresenta resultados palpáveis no desenvolvimento da cidade e da região do Grande ABC. Compartilhá-la representa um esforço de ampliar o debate para a análise crítica, com vistas aos ajustes e correções necessários, e principalmente à generalização da referida visão de transformação da realidade.

O desenvolvimento econômico e social vem adquirindo, em épocas mais recentes, algumas dimensões indissociáveis, como as cinco identificadas por Sachs (1993): social, econômica, ecológica, espacial e cultural. O “antigo” desenvolvimentismo, de âmbito nacional não tratou, por circunstâncias históricas determinadas, da distribuição de renda como prioridade. Esperava-se que ela decorresse naturalmente da passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, especialmente em função do incremento da renda dos antigos trabalhadores rurais ao se tornarem assalariados urbanos. Sabemos hoje que isto não ocorreu na escala pretendida. A desigualdade econômica e social transferiu-se em grande parte para as cidades, com seus corolários urbanos: segregação espacial, favelização e outras mazelas sociais de nossas metrópoles. Tampouco houve preocupação com os aspectos ambientais (hoje chamada de sustentabilidade). Acresce que o próprio aspecto da sustentabilidade no sentido econômico *stricto sensu*, referente ao equilíbrio das receitas e despesas públicas, foi pouco abordado pelos desenvolvimentistas de ontem. Com maior frequência que o desejável, formas inflacionárias de financiamento foram adotadas, ocasionando turbulências econômicas e sociais – além de reconcentrar a renda. Déficits públicos não financiados adequadamente e crises de balanços de pagamentos foram recorrentes. Agregue-se a ausência, no antigo desenvolvimentismo, de políticas urbanas que dotassem os governos locais (e mesmo supralocais) de instrumentos de planejamento urbano e redistribuição da renda urbana, ocasionando uma relação negativa entre desenvolvimentismo e qualidade de vida urbana.

Como desenvolvimentistas engajados, acreditamos que, com todas as deficiências e críticas cabíveis, o Brasil só se industrializou e se urbanizou graças às políticas de substituição de importações realizadas ao longo de cinco ou seis décadas, a partir de 1930. Mais: a retomada de uma perspectiva desenvolvimentista pelo governo federal, nos últimos doze anos (2003-2014), deve ser comemorada. Este retorno da visão desenvolvimentista no Brasil esteve associado a políticas ativas de distribuição de renda e a gestões macroeconômicas responsáveis. Desejamos contribuir para o aprofundamento desse processo e agregar experiências, particularmente na dimensão local e regional, pouco trabalhadas até agora em nosso país, em que pesem os avanços mencionados.

Como partícipes de um forte e original processo desenvolvimentista em São Bernardo do Campo, com um enfoque sinérgico entre o município e a região do Grande ABC, e aproveitando as oportunidades criadas pela dinâmica do crescimento no plano nacional (2004-2014), acreditamos que essa experiência oferece material de estudo e reflexão para todos os interessados no tema do desenvolvimento local e regional.

Os dois governos (2009-2012 e 2013-2016) do prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, à frente do Partido dos Trabalhadores (PT), aliado a um conjunto maior de partidos políticos, ainda não se completaram, mas já percorreram mais de três quartos de sua duração prevista. Esse período é aqui analisado à luz dessa perspectiva: gestões que buscaram caminhos para um forte processo desenvolvimentista em escala local e regional, articulado com a escala nacional, mas com ritmo e iniciativas próprias. Desenvolvimentismo que combinou as seguintes dimensões: democracia e cidadania, com destaque para a participação nos Planos Plurianuais (PPAs) e nos Orçamentos Participativos; planejamento de curto, médio e longo prazos, expresso em programas e projetos com distintas durações, alguns deles previstos para se estenderem até parte do mandato subsequente; crescimento econômico, resultante de expressivo volume de investimentos públicos e privados; inclusão social, com políticas ativas de ampliação dos direitos sociais e dos serviços públicos; fortalecimento da legislação e dos instrumentos de intervenção urbana, buscando maior efetividade ao planejamento urbano e melhor distribuição social dos ganhos de renda urbana; e sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Este trabalho destaca, sobretudo, as transformações de natureza econômica das referidas gestões municipais. Nesse sentido, as referências ao conjunto da obra abrangente do prefeito nos inúmeros campos da administração municipal serão sintéticas. Portanto, registre-se desde logo que o viés do livro, pelos programas e projetos no campo do desenvolvimento econômico, nem de longe traduz o conjunto de transformações representadas pelas duas gestões. Poder-se-ia dizer que é apenas uma pequena amostra do universo intenso das mudanças desenvolvimentistas das duas gestões municipais aqui tratadas, que serão analisadas em seu todo e sob outros olhares em futuros trabalhos de pesquisa sobre experiências governamentais.

O livro compõe-se, além desta Introdução, de nove capítulos, a seguir indicados. O capítulo I apresenta a região do Grande ABC e São Bernardo do Campo em seus aspectos físico-territoriais, demográficos e econômicos, situando o leitor no território do objeto de estudo.

O capítulo II fará uma remissão sintética do debate mais amplo, em âmbito nacional e internacional, sobre os desafios, as possibilidades e as limitações do desenvolvimento econômico local, bem como as limitações jurídicas e institucionais vigentes no Brasil para a ação desenvolvimentista nos planos regional e local. Desta maneira, este capítulo tem a pretensão de inserir a experiência de São Bernardo do Campo, entre 2009 e 2016, nos marcos de um contexto nacional e internacional de discussão de ideias e ações governamentais.

O capítulo III reportará os impactos das políticas macroeconômicas nacionais sobre a sociedade e a economia local ao longo das últimas duas décadas, indicando como a reorientação dessas políticas pelos governos Lula e Dilma criou condições facilitadoras de um desenvolvimentismo local que, em outras circunstâncias, teria sido muito mais penoso. Além disso, apresenta-se sinteticamente a orientação geral das duas gestões municipais do prefeito Luiz Marinho em São Bernardo do Campo.

O capítulo IV apresenta o processo de planejamento participativo ocorrido na elaboração dos Planos Plurianuais (PPAs) e nos orçamentos anuais, bem como o diálogo social sistematizado pelas gestões citadas junto a diversos segmentos da sociedade.

Os capítulos seguintes são focados na política de desenvolvimento econômico de São Bernardo do Campo, entre 2009 e 2015.

Assim, o capítulo V aborda a estratégia do desenvolvimento econômico local e o foco no campo do desenvolvimento tecnológico, especialmente por meio da abordagem da “tríplice hélice”, que aproxima gestão pública, setor produtivo e centros de educação, pesquisa e inovação.

O capítulo VI trata da “política industrial local”; tece observações sobre segmentos importantes ou de grande potencial na indústria local e descreve a rica experiência da política de constituição e funcionamento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). O capítulo VII comenta as políticas voltadas ao empreendedorismo, trabalho e economia solidária. O capítulo VIII aborda a ação direcionada ao turismo como elemento de uma política desenvolvimentista. O capítulo IX discute a ação, junto aos segmentos tradicionais, da economia municipal com um enfoque de reforço desenvolvimentista: comércio, feiras, festivais.

Finalmente, uma conclusão busca extrair as primeiras lições possíveis das experiências narradas.

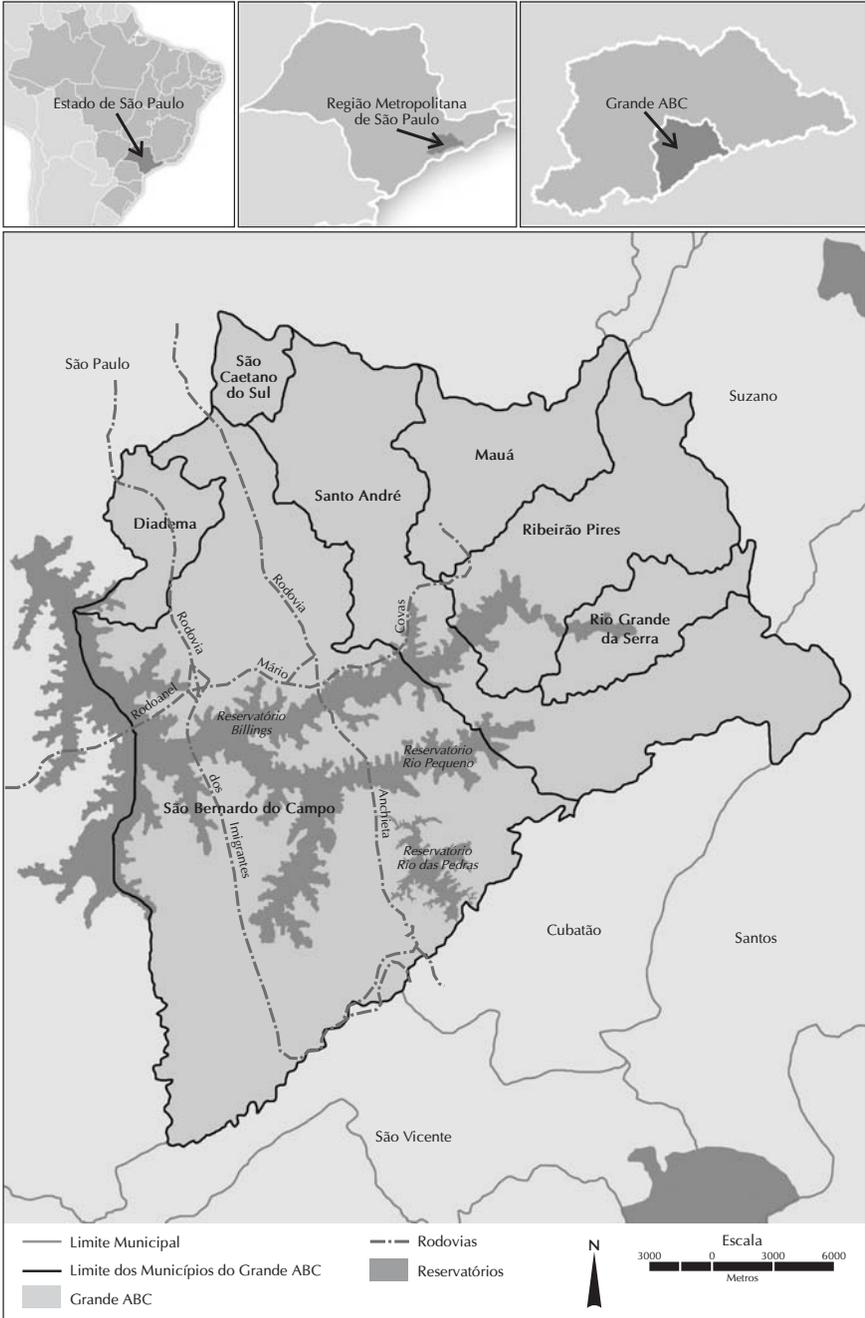
Cumprе notar que a Parte II compõe-se de matérias publicadas ao longo do tempo pelo secretário Jefferson José da Conceição no jornal *ABCD Maior*, combinadas com textos produzidos na própria Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo (SDET). A maioria daquelas matérias foi escrita individualmente, mas algumas foram compartilhadas pelo coautor Roberto Anav e outros autores, citados ao final. Todos os artigos envolveram diversos parceiros e partícipes das experiências descritas.

Os autores agradecem a todos os técnicos e servidores da SDET, que participaram e participam, em momentos diversos, da estimulante experiência desenvolvimentista impulsionada pela Secretaria. Cabe também um agradecimento explícito aos assessores e servidores das demais secretarias e estruturas do governo que interagiram e interagem conosco nas ações realizadas, seguindo a matricialidade sempre recomendada pelo prefeito Luiz Marinho. Aos editores do jornal *ABCD Maior*, pela permissão de publicar parte dos artigos nele veiculados ao longo destes mais de seis anos de ações pelo desenvolvimento local, expressamos nossa sincera gratidão. E, por último, mas não menos importante, somos profundamente gratos aos parceiros empresariais, sindicais, acadêmicos e institucionais que partilharam esta história conosco e contribuíram para transformar sonhos em realidade.

Finalmente, é impossível deixar de mencionar a figura ímpar do prefeito Luiz Marinho, incansável em sua luta por desenvolvimento com diálogo e justiça social, desde sua trajetória histórica como líder no chão de fábrica e como sindicalista, até os dois Ministérios que exerceu sob a liderança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Como prefeito e presidente (atualmente vice-presidente) do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, Luiz Marinho tem construído um modelo de gestão que combina o arrojo dos projetos estruturantes; a sensibilidade para as demandas sociais; a ênfase no diálogo e na participação cidadã; a insistência no papel do gestor público como indutor da mudança cultural e comportamental de todos os municípios e agentes sociais; e, finalmente, de modo mais geral, a perspicácia na abordagem desenvolvimentista. Nesta última, o prefeito tem sido eficaz em articular parcerias com o governo federal, e também com o governo do estado de São Paulo; dialogar com o setor privado e aproveitar todas as oportunidades para inserir a cidade e a região em processos inovadores, reforçando e diversificando a economia local e regional. Trabalhar sob sua liderança tem sido um permanente desafio e uma constante inspiração.

Parte I
Desenvolvimentismo local:
um olhar geral

Figura 1: Mapa da Região do Grande ABC



São Bernardo do Campo e Grande ABC: território, economia e sociedade¹

São Bernardo do Campo faz parte, juntamente com outros seis municípios², da região do Grande ABC. Vizinho à capital paulista (a Sudeste), a região do Grande ABC constitui o maior *cluster* industrial da América Latina, com especialização nas indústrias metalomecânica e químico-petroquímica. São Bernardo do Campo representa mais de 40% do Produto Interno Bruto (PIB) regional. A presença de seis montadoras automotivas (cinco delas em São Bernardo do Campo), uma refinaria da Petrobras (Capuava) e um Polo Petroquímico (Braskem) estruturam a economia da região. Esses grupos-chave, juntamente com os segmentos industriais a montante e a jusante (principalmente autopeças, metalurgia, mecânica, química, farmacêutica, plásticos e

¹ Os dados citados neste capítulo foram extraídos das seguintes fontes: Fundação Seade; IBGE; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Dipam-Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo; RAIS Município Setor, do Ministério do Trabalho e Emprego; Sumário de Dados da Prefeitura de São Bernardo do Campo; Billings (Cadernos de Educação Ambiental – Edição Especial Mananciais, vol. I) Secretaria do Meio Ambiente / Coordenadoria de Educação Ambiental, 2010; Billings – Patrimônio Ambiental de São Bernardo do Campo, da Prefeitura de São Bernardo do Campo; História de Santo André, da Prefeitura de Santo André; Conceição, 2008; Rodrigues, Ramalho e Conceição, 2009; Klein, 2011; Fameli, 2014.

² Santo André, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

cosméticos) dão a tônica da indústria regional. Esta, porém, é bastante diversificada, abrangendo outros segmentos como têxtil e vestuário, móveis, gráfica, alimentícia, construção civil, entre outros.

Ao lado da indústria, diversos centros comerciais – reforçados em anos recentes pela expansão dos *shopping centers* – e um forte setor de serviços direcionados ao setor secundário, bem como de serviços pessoais e entretenimento (incluindo turismo), dão robustez à economia regional.

O índice Target registrou um consumo potencial de R\$ 57,8 bilhões para o Grande ABC em 2014, posicionando-o em quinto lugar no *ranking* nacional.

O território regional abrange 828,72 km², dos quais 409,5 (49,4%) correspondem a São Bernardo do Campo. O censo apontou, em 2010, uma população de 2,55 milhões de habitantes. A estimativa para 2014 é de 2,6 milhões, dos quais mais de 800 mil (30,6%) em São Bernardo do Campo. A taxa de urbanização é de quase 100% na maioria dos municípios.

O PIB regional atingiu R\$ 84,8 bilhões em 2010, composto de 34,5% pela indústria e 47,6% pelo comércio e serviços. Em São Bernardo do Campo, o PIB de 2010 foi de R\$ 35,6 bilhões, composto de 36,5% pela indústria e 43,8% pelo comércio e serviços. Essas participações da indústria no PIB são significativamente maiores que as verificadas no Estado de São Paulo (29%), indicando o caráter fortemente industrializado do município e da região.

São Bernardo do Campo tem grande expressão no comércio exterior brasileiro, em especial nas exportações. Em 2014, foi o 9º município exportador brasileiro, com uma receita de exportação de US\$ 3,59 bilhões, e o 11º na corrente de comércio, que soma exportações e importações, totalizando US\$ 6,74 bilhões. Nas exportações, predominam largamente os produtos da indústria automotiva, com mais de 66% da receita. A Argentina é o principal destinatário, respondendo por 43,8% da receita. Acrescentando México, EUA, Chile e Alemanha, ultrapassam-se os três quartos (75%) do total faturado.

A mão de obra formal da região do Grande ABC, medida pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), atingia 833,4 mil pessoas em 31/12/2013, somando-se todos os setores de atividade. Especificamente na indústria de transformação, foram computados 258,6 mil empregados nas sete cidades. Agregando a construção civil e a extração mineral (esta última, quase nula na região), chega-se a um total de 299,3 mil trabalhadores industriais.

A participação de São Bernardo do Campo é expressiva: 292 mil empregados no total de setores (35% da região) e 111,3 mil no conjunto da indústria (38,2% da região). A participação da indústria no emprego total é de 35,9% no Grande ABC e 38,1% em São Bernardo do Campo.

O peso da indústria na economia regional é evidenciado na composição das receitas correntes municipais. Em São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá, em 2011, a cota-parte municipal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), isoladamente, foi o maior item, superando a receita tributária, que soma todos os impostos, taxas e contribuições de competência municipal. O caso de São Bernardo do Campo se destaca por se tratar do município com a maior economia da região. A cota-parte municipal do ICMS, naquele ano, foi de R\$ 992,5 milhões, enquanto a receita tributária atingiu R\$ 743,3 milhões. A importância da indústria no município, no contexto estadual, se expressa pelo terceiro lugar ocupado por São Bernardo no índice de participação dos municípios no ICMS (2013), antecedido pela capital e por Guarulhos. Além disso, Santo André (13^o), São Caetano (14^o), Diadema (17^o) e Mauá (19^o) também ocupam posições relevantes, entre os 645 municípios paulistas. Em vista do peso específico do Valor Adicionado Fiscal (VAF) na composição desse índice, é inquestionável o papel do setor industrial na definição das posições relativas desses municípios no contexto estadual.

Entre as atividades mais relevantes do setor terciário para a economia regional e a própria indústria, destaca-se a educação técnica e superior. Nesse campo, a região do Grande ABC conta com diversas instituições de qualidade consagrada: duas universidades federais – Universidade Federal do ABC (UFABC, com dois *campi* – Santo André e São Bernardo do Campo) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp, Diadema); duas municipais – Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e Fundação Santo André; e a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, autarquia municipal; duas universidades confessionais reconhecidas nacionalmente – Centro Universitário da FEI e Universidade Metodista de São Paulo, ambas em São Bernardo do Campo; duas universidades tecnológicas – Instituto Mauá de Tecnologia (São Caetano do Sul) e Faculdade de Tecnologia Termomecânica, da Fundação Salvador Arena (São Bernardo do Campo); cinco Fatecs; cinco escolas e dois Centros de Treinamento do Senai; duas unidades do Senac;

sete Etecs. Especificamente em São Bernardo do Campo, encontram-se duas escolas e um Centro de Treinamento do Senai, uma Fatec, uma Etec e a mais recente unidade do Senac. Há, ainda, diversas universidades e faculdades privadas. Essa rede de ensino técnico e superior (com destaque para os cursos de Tecnologia, Engenharia e Negócios, sem se restringir a eles) proporciona recursos humanos qualificados ao parque produtivo regional e de outras localidades. Acrescente-se ainda as duas novas faculdades de medicina, recém-aprovadas pelo Ministério da Educação e que serão instaladas na cidade de São Bernardo do Campo.

Dois elementos se destacam no cenário físico de São Bernardo do Campo e da região do Grande ABC. O primeiro é a represa Billings, cujo espelho d'água cobre 106 km² e cujo entorno compõe área de proteção e recuperação de mananciais, afetando 477 km² com restrições à ocupação. O segundo é a Serra do Mar e seu bioma, a Mata Atlântica, que ocupa parcelas significativas do território regional. O município de São Bernardo do Campo possui 54% de seu território (ou 219 km²) inserido na Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings. O espelho d'água da represa ocupa 19% da área do município (76 km²). Aproximadamente 27% (ou 116 km²) do território municipal encontram-se no Parque Estadual da Serra do Mar.

Essas áreas representam grandes desafios para São Bernardo do Campo e os demais municípios, pela ocorrência histórica de ocupações humanas em desacordo com a legislação ambiental; pela restrição ao grande leque de atividades econômicas incompatíveis com a sustentabilidade das reservas ambientais; e pelo grande potencial para o turismo sustentável, em parte já aproveitado.

Atravessada por três importantes rodovias – Via Anchieta, Rodovia dos Imigrantes e Rodoanel, e ainda pela rodovia Índio Tibiriçá – por uma ferrovia e uma avenida intermunicipal (Avenida dos Estados), a região do Grande ABC possui acesso facilitado à capital paulista, ao Porto de Santos e ao aeroporto internacional de Guarulhos. A perspectiva de instalação do metrô (linha 18 – Bronze, integração com a linha verde na estação Tamanduateí), atravessando os municípios de São Caetano, São Bernardo do Campo e Santo André, que dão nome à região, prevista para 2017, amplia as expectativas de interação metropolitana e já impacta o mercado imobiliário local.

Breve retrospectiva³

A região que hoje se conhece como Grande ABC começou a se subdividir institucionalmente após a II Guerra Mundial. Santo André e São Bernardo do Campo desmembraram-se em 1945. Logo depois, São Caetano do Sul apartou-se de Santo André. Esse trio fornece o acrônimo atual da região. Na década seguinte, Diadema separou-se de São Bernardo do Campo. Mauá e Ribeirão Pires, de Santo André. Em 1964, Rio Grande da Serra seccionou-se de Ribeirão Pires, completando o conjunto atual.

A ocupação efetiva remonta ao período colonial. Nas proximidades da antiga Vila de Santo André da Borda do Campo (extinta ainda no séc. XVI) surgiram, no século XVIII, duas fazendas dos monges beneditinos, denominadas São Bernardo e São Caetano. No início do séc. XIX, sua produção de chás e produtos de olaria era remetida à cidade de São Paulo pelo Rio Tamanduateí. Além disso, estabelecimentos de apoio à circulação entre a capital paulista e o litoral surgiram na região, originando pequenos núcleos populacionais. Na segunda metade desse século, a implantação de duas colônias de imigrantes europeus – predominantemente italianos – deu maior dinamismo à região. Da agricultura de produtos de consumo interno à coleta de madeira para a demanda da capital paulista, os empreendimentos se multiplicaram.

Em 1867, a inauguração da estrada de ferro Santos-Jundiaí, em pleno processo de expansão da atividade cafeeira no Brasil, impulsionou o desenvolvimento da região, servida pelo novo meio de transporte. Em breve, ela foi atingida pelo processo de crescimento industrial que se alastrava de São Paulo para os municípios vizinhos. No início do século XX, moinhos de trigo, indústrias têxteis, cerâmicas e de móveis – estas últimas, mais concentradas no núcleo original de São Bernardo do Campo – marcaram a paisagem local.

³ Em 5/12/2012, a Prefeitura de São Bernardo lançou o livro *São Bernardo do Campo, 200 anos depois* – a história da Cidade contada pelos seus protagonistas. A publicação, de 320 páginas, conta a história do município a partir do relato de moradores (Médici, 2012). O trabalho faz parte do projeto Resgate da Memória Histórica de São Bernardo do Campo, no qual, por intermédio de debates e estudos, busca-se preservar a história do município. De acordo com Ademir Médici: “Percorremos a cidade toda e fomos a lugares que muita gente que mora aqui não conhece. Para isso, contamos com a ajuda dos agentes de participação cidadã [da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo], que nos levaram a cada canto de São Bernardo”.

Essas indústrias aproveitavam o vale do Tamanduateí e a linha férrea. No caso de São Bernardo do Campo, a concentração populacional pré-existente, o empreendedorismo dos imigrantes e seus descendentes e a linha de ônibus que a ligava à estação ferroviária mais próxima, asseguraram a vitalidade econômica do povoado e de sua incipiente base industrial.

Esse processo se acentua com o início do processo de substituição de importações nos anos 1930. As políticas de fomento à indústria de bens de consumo permitiram o crescimento da base industrial local. Os atuais municípios de Santo André e São Caetano do Sul lideraram o processo nesse período, seguidos por São Bernardo do Campo. Com a inauguração da Via Anchieta em 1947 e, principalmente, a passagem do país à etapa de produção dos bens de consumo duráveis, é São Bernardo do Campo que passa à liderança, com a instalação de diversas montadoras em seu território. Até os anos 1970, somente a General Motors, presente em São Caetano do Sul desde os anos 1920 (com montagem de CKD), permanecerá fora desse município. A instalação, no mesmo período, da refinaria de Capuava (1954) e do polo petroquímico, em 1972 (na época, Petroquímica União, com participação minoritária da Petrobras, por meio de sua subsidiária Petroquisa), completa o arco de forças motrizes da forte industrialização da região entre as décadas de 1950 e 1970. Os segmentos relacionados a esses dois ramos industriais se expandiram na maioria dos municípios da região do Grande ABC.

A migração populacional de diversas regiões do país para a região do Grande ABC se acentuou nessas décadas de polarização local da indústria automobilística. A urbanização se intensificou. Universidades e cursos técnicos se instalaram ou se ampliaram. Dirigentes empresariais locais adquiriram notoriedade nacional. O mesmo se dará, em breve, com o sindicalismo local, que possui história de grande combatividade já anteriormente à II Guerra Mundial. O maior emblema do sindicalismo regional da primeira metade do século XX fora o operário comunista Armando Mazzo, eleito prefeito de Santo André (1947) e cassado sem assumir o mandato, no contexto da Guerra Fria. O principal personagem do novo sindicalismo surgido nos anos 1970 será o migrante pernambucano Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (hoje, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC). O percurso de Lula até a Presidência da

República (2003-2010) iniciou-se nas mobilizações dos metalúrgicos do ABC no princípio da década de 1970, ainda sob o regime militar. A combinação das lutas salariais e por melhores condições de trabalho, com a inovadora organização nos locais de trabalho e a luta pela necessária democratização do país, conferiu ao sindicalismo do ABC papel de destaque no cenário brasileiro, no período de “distensão”, “abertura” e encerramento da ditadura (1974-1985).

Os anos 1980, conhecidos como a “década perdida”, foram tumultuados no âmbito nacional e também, com bastante intensidade, no Grande ABC. A recessão dos primeiros anos da década afetou gravemente a região por meio do desemprego em massa, piora das condições de vida e intensificação das ocupações desordenadas nos mananciais. O sindicalismo enfrentou pesados desafios – incluindo intervenção governamental nos sindicatos, prisões e cassações de dirigentes e ativistas. Empresários e trabalhadores lutavam pela sobrevivência das respectivas empresas e famílias, em processo conflituoso. Nesse período cria-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em Congresso no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, em agosto de 1983. Também ocorre a reorganização partidária do país, com o fim do bipartidarismo imposto pela ditadura. O sindicalismo local, já prestigiado nacionalmente, destaca-se em ambos os processos.

Na metade final dos 1980 e na década de 1990, a combinação entre hiperinflação, estagnação econômica e aplicação de políticas neoliberais – abertura indiscriminada às importações, redução do Estado e privatizações – tornaram mais aguda a crise da região do Grande ABC. A descentralização geográfica da indústria automotiva, com apoio governamental, que chegou inclusive a estimular a guerra fiscal, nos tempos do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), a desnacionalização crescente do setor de autopeças e a concentração das empresas ocasionaram intensa luta sindical contra as demissões e fechamentos de fábricas (Conceição, 2001). Ao longo dos anos de 1990, foram perdidos cerca de 87 mil empregos industriais na região do ABC e centenas de unidades fabris encerraram suas atividades. Lideranças do sindicalismo local, a par de intensa articulação nacional, buscaram soluções para os problemas da categoria. Entre estas soluções esteve a inédita experiência da Câmara Setorial Automotiva (1991/1993). Por parte dos atores sociais e governantes, o momento foi de articulação conjunta, levando à constituição

do Consórcio Intermunicipal Grande ABC (1990), do Fórum da Cidadania do Grande ABC (1994), da Câmara Regional do ABC (1997) e da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (1998). Constituídos a partir da liderança de Celso Daniel, então prefeito de Santo André, o Consórcio Intermunicipal e a Agência de Desenvolvimento Econômico estão presentes e atuam até hoje como espaços de diálogo e condução de políticas em prol da região do Grande ABC. Graças a essas entidades, ações combinadas entre os atores regionais (governantes, empresários, trabalhadores, universidades e instituições da sociedade civil) foram empreendidas, e pleitos junto a autoridades estaduais e federais adquiriram maior ressonância. Contudo, o relançamento efetivo da região do Grande ABC teve que esperar a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República do Brasil em 2002 para se efetivar.

A partir de 2003 – mais especificamente, de 2004 – medidas de estímulo à produção e ao consumo de automóveis trouxeram novo alento econômico à região. Também ocorreu importante investimento no polo petroquímico do ABC, concluído em 2008, fortalecendo a cadeia produtiva a ele relacionada. Antigo pleito da região, a instalação de universidade pública finalmente materializou-se em 2006 com a criação do primeiro *campus* da UFABC em Santo André; reforçou-se em 2007 com a instalação do Instituto de Ciências Ambientais, Químicas e Farmacêuticas da Unifesp em Diadema; e consolidou-se com a inauguração do segundo *campus* da UFABC em São Bernardo do Campo (2013).

Além da retomada da geração de empregos e da qualificação de recursos humanos, decorrentes dessas medidas, a região do Grande ABC também se beneficiou das novas políticas sociais, como a Política de Valorização do Salário-Mínimo, o Programa Bolsa Família, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa, Minha Vida. A região experimentou, então, o inédito círculo virtuoso de crescimento com inclusão social. Evidentemente, persistem fortes lacunas e carências sociais acumuladas ao longo de décadas, que requerem continuidade, aprofundamento e ajustes na trajetória recente.

Um sobressalto atingiu a região em 2009, com o impacto da crise internacional na economia brasileira. A histórica capacidade de reação e articulação de atores da região do Grande ABC se manifesta rapidamente, no seminário “O ABC do Diálogo e do Desenvolvimento”, em maio de 2009, em São

Bernardo do Campo. Com a presença de lideranças empresariais e sindicais, dos prefeitos e secretários, do governador do Estado e ministros do governo federal, define-se uma agenda de pleitos e de ações conjuntas, implementadas a seguir. O rápido enfrentamento da crise pelo Brasil – atingindo taxa recorde de crescimento já em 2010 (7,5%) – afasta as preocupações.

Mais recentemente, a região tem se defrontado com novos desafios vividos pelo país: as consequências negativas da indesejada valorização cambial – parcialmente superada em 2014 e revertida em 2015; a avalanche de importações; os problemas estruturais de atraso tecnológico, infraestrutura deficiente e excessiva carga tributária sobre a produção, investimento e exportação; redução das taxas de crescimento econômico e pressões de custos. Por seu expressivo peso industrial, o impacto desses desafios na região é muito forte. Como é de sua tradição, a região do Grande ABC tem respondido a eles com o reforço de suas entidades regionais, a articulação entre atores – especialmente por meio dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) – e o estímulo à maior interação entre universidades e empresas, em prol da inovação e diversificação produtiva.

Nesse contexto, sob a orientação do prefeito Luiz Marinho, a Prefeitura de São Bernardo do Campo tem implementado iniciativas inovadoras como, entre outras: a criação da Associação Parque Tecnológico; a multiplicação e fortalecimento dos APLs; a atração de investimentos no setor aeronáutico e de defesa; a revitalização de segmentos tradicionais, como ferramentaria e indústria moveleira; e a criação de laboratórios de apoio à inovação industrial. No âmbito regional, a criação do Birô de engenharia para apoio ao setor de ferramentaria no Grande ABC, o Inventário da Oferta Tecnológica e a extensão do Cadastro Geral da Indústria de São Bernardo do Campo aos demais municípios – ações detalhadas em outros capítulos – são expressões desse esforço coletivo.

Esses e outros elementos do novo desenvolvimentismo em escala local são objeto dos capítulos seguintes desta obra.

O debate teórico em perspectiva: desafios, possibilidades e limites do desenvolvimentismo em nível municipal e regional

Desenvolvimentismo e inovação na região do ABC: balanço crítico e perspectivas

Introdução: escala, espaço regional e inovação em países emergentes

A experiência de São Bernardo do Campo mostra que o tema das complexas relações entre a reestruturação produtiva, a governança regional-metropolitana e o desenvolvimento das cidades continua central na agenda dos pesquisadores e gestores (Davies; Imbroscio, 2009).

Desde a década de 1980, presenciamos o crescimento de uma literatura interdisciplinar em áreas como a economia, geografia e planejamento sobre estratégias de desenvolvimento “superiores” impulsionadas a partir das cidades. O eixo comum dessas estratégias é a ênfase no aprendizado, na inovação e no aumento do valor agregado na economia regional articulado por meio de parcerias entre prefeituras, associações empresariais, sindicatos de trabalhadores e movimentos sociais, entre outros agentes.

Um elemento central nesse debate foi a reinvenção da espacialidade de inovação em geral (Marshall, 1920) e o papel das cidades, inseridas em trajetórias contínuas de aprendizado e inovação, em particular (Jacobs, 1985; Porter, 1990; Amin, 1992; Storper, 1997; Scott, 1989; Rodriguez-Pose et. al., 2001).

Mais recentemente, a polêmica discussão sobre cidades e classes criativas contribuiu também para ressaltar a centralidade de uma agenda de pesquisa e gestão estruturada em torno das relações imbricadas entre desenvolvimento, inovação e governança urbana-regional (Florida, 2004; Peck, 2005; Kratke, 2011).

Esta discussão foi fortemente influenciada pela circulação das ideias nos países centrais e não gerou uma agenda alinhada com as especificidades geográficas e históricas dos países emergentes. Isso gerou duas consequências para a evolução das pesquisas locais.

Primeiramente, algumas das polêmicas e abordagens associadas ao contexto dos países industrializados “viajaram” rapidamente para o hemisfério sul, sem que houvesse muita preocupação com um adequado enraizamento destas ideias com o contexto local (Healey, 2012).

Um exemplo paradigmático desta tendência foi a polêmica sobre as novas governanças urbano-regionais nos anos 1990, que replicou as discussões dos países centrais. Como sabemos, a polêmica se situou em torno de visões antagônicas sobre sistemas local-regionais de inovação. De um lado, autores que ressaltaram os “espaços de esperança” associados ao desenvolvimento local endógeno. De outro, um pensamento que interpretou a governança local-regional em termos de regimes reescalados e competitivos, como arenas privilegiadas de processos de neoliberalização (Brenner, 2004; Brandão, 2003).

De acordo com a primeira vertente, a descentralização e emergência de formas colaborativas de governança econômica regional potencializaram trajetórias virtuosas marcadas pelo aumento de inovação e valor agregado dos níveis salariais (Iore e Sabel, 1984). A segunda linha de pensamento, de inspiração marxista-regulacionista, enfatizou o caráter contraditório das novas formas de governança. Autores atuando nesta vertente argumentaram que a governança econômica colaborativa, o reescalamento e a reestruturação do Estado intensificaram as contradições no espaço nacional. Isso se refletiu na proliferação de guerras tributárias entre municípios e estados, e no acirramento de estratégias inter-regionais competitivas baseadas no desmantelamento da regulamentação local. (Harvey, 1989; Brenner, 2004; Brandão, 2003; Klink, 2013).

O universo brasileiro de experiências em desenvolvimento com forte participação dos agentes locais se mostrou bem mais complexo que o sugerido

por essas narrativas. É inegável que a abertura descontrolada, sem políticas industriais e tecnológicas compensatórias, gerou o impacto nocivo sobre as áreas metropolitanas nos anos 1990. Ao mesmo tempo, presenciamos a proliferação de experiências inovadoras de articulação regional entre governos e agentes locais. A própria região do ABC dos anos 1990 se transformou em experiência amplamente estudada no cenário nacional e internacional (Rodríguez-Pose et. al., 2001).

A pesquisa no hemisfério sul sofreu também influência da abordagem neoindustrial/neoschumpeteriana praticada na literatura dos países centrais. De acordo com esse *approach*, a trajetória das cidades se relaciona diretamente com os processos de reestruturação que ocorrem nas cadeias produtivas globais. Na melhor das hipóteses, essa abordagem reconhecia ainda as transformações tecnológicas e institucionais (Amin, 1992).

Portanto, durante os anos 1990 no Brasil também presenciamos uma proliferação de estudos em torno dos arranjos produtivos locais, *clusters* e sistemas locais de inovação. Os seus autores priorizam o processo de reestruturação industrial-tecnológica nas cadeias de valor, mas sem detalhar o enraizamento territorial-regional do próprio processo de inovação (Costa, 2007).

Em segundo lugar, a circulação internacional de ideias não gerou muito debate sobre as especificidades geográficas e históricas das cidades nos países emergentes em geral, e sua relação com os projetos e estratégias locais de inovação e de desenvolvimento em particular. Isso foi paradoxal considerando a reinvenção da dimensão espacial na literatura sobre sistemas de inovação nos países centrais.

Além disso, vários autores já tinham alertado que as discussões críticas sobre a espacialidade e escalaridade da intervenção do Estado nos países centrais não “viajaram” com facilidade para o contexto dos países emergentes. Por exemplo, a narrativa sobre as disputas predatórias entre as cidades no bojo do colapso do Keynesianismo espacial na Europa (Brenner, 2004) não podia ser aplicada mecanicamente para compreender o papel dos projetos locais nos países emergentes (Klink, 2013; Brandão, 2003). Autores como Negri e Coco (2005) também observaram que o processo de neoliberalização criou oportunidades para as metrópoles do Terceiro Mundo, marcadas pela ausência dos direitos que referenciaram a trajetória das cidades nos países centrais.

Na visão desses autores, a crise do Estado desenvolvimentista tecnocrático-autoritário abre uma tensão criativa, isto é, uma perspectiva para reconhecer a metrópole como espaço privilegiado para a produção e apropriação coletiva do valor, como de uso e de troca ao mesmo tempo. Nesta interpretação, parafraseando Harvey (2013), o proletariado da fábrica se transforma em precariado urbano envolvido na mobilização produtiva dos territórios metropolitanos como espaço dos comuns.

Por fim, apesar de desempenhar papel central na abordagem da governança regional colaborativa em prol da inovação e do aprendizado, é curioso que poucos autores aprofundaram a dimensão escalar da questão. Na verdade, enquanto a maioria dos debates sobre reestruturação produtiva e industrial e a governança econômica regional adotaram uma perspectiva “glocalista” (isto é, enfatizando as relações imbricadas entre as múltiplas escalas da globalização) (Swyngedouw, 2005), não tomaram conhecimento da literatura cada vez mais sofisticada sobre o significado e a natureza da própria escala. Esta literatura foi também influenciada por áreas como a economia política e geografia, ecologia política e o institucionalismo crítico (Vainer, 2001-2002; Brown; Purcell, 2004; Ioris, 2011). Destas abordagens emergiu um conceito de escala como construção política, uma arena altamente contestada em que agentes públicos e privados elaboram estratégias para alcançar os seus projetos e interesses.

Enquanto a literatura sobre a governança regional de inovação reconheceu o papel das escalas, assumiu de forma implícita a capacidade superior do setor privado de preenchê-las, esvaziá-las e rodeá-las, em detrimento da capacidade de agenciamento dos governos locais, dos movimentos sociais e trabalhadores, entre outros (Coe et. Al., 2004).

Argumentamos aqui que essa postura dificultou uma compreensão mais clara dos limites e potencialidades de estratégias locais e regionais de inovação e desenvolvimento num cenário marcado pela reestruturação produtiva e macroeconômica nos países emergentes. O quadro acima justifica priorizar uma agenda de pesquisa em torno do tema das escalas e dos espaços de inovação nos países emergentes (Lundvall et al., 2013), particularmente à luz do interesse em estudos comparativos no campo de planejamento e de economia que mobilizam experiências urbano-metropolitanas no hemisfério sul (Robinson, 2011).

Nesse sentido, a experiência brasileira é singular. Num país continental como Brasil, que passou por um processo intenso de urbanização a partir dos anos 1930, as cidades sempre desempenharam papel estratégico e contraditório na estratégia desenvolvimentista baseada na industrialização e substituição das importações. Esta última combinou impressionantes taxas de crescimento econômico e uma trajetória precária de desenvolvimento urbano marcado pela proliferação de favelas e riscos ambientais nas periferias metropolitanas (Maricato, 2011).

Ao mesmo tempo, a “destruição criativa” do Estado desenvolvimentista, desencadeada a partir dos anos 1980, foi marcada por processos complexos e contraditórios de reescalonamento e esvaziamento do Estado nacional, neoliberalização, descentralização, democratização e reivindicações para romper com a cidadania diferenciada (Holston, 2009).

As insurgências do momento geraram também um movimento pela reforma urbana que, ao menos teoricamente, criou a base jurídico-institucional para uma série de transformações progressistas-redistributivas nas cidades e áreas metropolitanas brasileiras.

Da mesma forma, o processo de reestruturação produtiva e macroeconômica e a transformação do Estado desenvolvimentista no pós-1990 foram acompanhados por movimentos pendulares complexos de neolocalismo competitivo, de desregulação e privatização de redes de infraestrutura; e – na retomada, na última década – de estratégias de regulação e atuação estatal em áreas como a política industrial, tecnológica e espacial (Klink, 2013). O momento mais recente gerou debates sobre a emergência de um novo desenvolvimentismo ou social-desenvolvimentismo (Bresser-Pereira, 2011).

O objetivo deste capítulo é retomar a análise crítica das estratégias de desenvolvimento regional no ABC à luz desta trajetória geográfica e histórica complexa do desenvolvimentismo brasileiro.

Há inúmeros motivos para revisitar a experiência específica da região do ABC (Rodriguez-Pose et. al., 2001; Conceição, 2008). O espaço da região do ABC concentrou parcela importante das contradições socioespaciais, ambientais e políticas que se acumularam ao longo da trajetória desenvolvimentista marcada pela industrialização com baixos custos. Como lócus deste projeto, a região evoluiu num espaço privilegiado do sindicalismo e dos movimentos

sociais, protagonistas de um projeto de redemocratização que gerou lideranças políticas importantes.

A região do ABC é também emblemática para revisitar o debate sobre os limites e potencialidades de uma governança regional num contexto marcado por um intenso processo de reestruturação e reescalonamento do Estado brasileiro, de um lado, e o avanço do projeto de neoliberalização em escala internacional, de outro.

Argumentamos que, no caso específico da região do ABC, a compreensão do seu potencial social-desenvolvimentista não pode ser extraída das narrativas mais conhecidas da literatura especializada dos países centrais, seja na sua perspectiva regulacionista mais pessimista (como espaços de neoliberalização), seja na sua vertente mais otimista (como espaço de esperança).

As trajetórias de governança regional devem ser analisadas a partir de uma perspectiva mais aberta e contingente. O processo de neoliberalização e de “destruição criativa” do Estado desenvolvimentista geraram oportunidades concretas para agenciamento democrático, impulsionado pelos agentes locais (sindicatos, governos locais, movimentos sociais, organizações não governamentais, igreja etc.). Esses últimos buscaram o direito à cidade como espaço privilegiado de geração e apropriação de valor, de inovação social e de uma governança democrática estruturada em torno de uma práxis alternativa na metrópole como espaço comum da vida. No entanto, não há nada inerente a essa escala e arena regional que é contestada por agentes com projetos políticos conflitantes e pode gerar retrocessos na articulação regional progressista-redistributiva.

Com base nessa perspectiva, retomamos a experiência da região do ABC. Ressaltamos duas dimensões chaves para avançar na direção de uma cidade-região social-desenvolvimentista, isto é, a mobilização produtiva do território como nova métrica para criação e apropriação coletiva do valor para além da fábrica industrial-fordista (espaços da inovação); e a articulação da função social da propriedade por meio de um planejamento participativo e democrático como eixo condutor de um projeto de desenvolvimento e de uma cidade alternativa (inovação do espaço). Após essa introdução, estruturamos esse capítulo em três seções. Na primeira, apresentamos uma síntese da trajetória de reestruturação e reescalonamento do Estado desenvolvimentista a partir dos anos 1990. Argumentamos que ela se diferencia do quadro de neolocalismo

competitivo apontado na literatura dos países centrais. Pois, no caso brasileiro, a escala nacional permanece estratégica na articulação de estratégias e projetos de desenvolvimento enquanto a própria escala local-regional não representa um container passivo das forças de neoliberalização.

Na segunda, aprofundamos esta análise a partir da experiência da região do ABC. Discutimos a emergência do sistema de governança econômica regional inovadora no ABC nos anos 1990. Apontamos que este arranjo inovador não rompe definitivamente com o modo estatal-desenvolvimentista de produção do espaço brasileiro. Desenvolvemos o argumento a partir de alguns dados mais recentes sobre a economia regional, assim como as iniciativas locais/regionais em andamento.

Na terceira, apresentamos uma síntese e argumentamos que o debate sobre governança regional, inovação e desenvolvimento não pode ser dissociado do direito à cidade, como direito à produção e apropriação coletiva da riqueza gerada na própria metrópole. Apontamos também algumas perspectivas promissoras a partir do novo momento que emerge, sob a liderança da cidade de São Bernardo do Campo, na mobilização produtiva do território (espaço da inovação) e no planejamento territorial (inovação do espaço).

O Estado desenvolvimentista e a produção do espaço urbano e regional: uma herança de contradições¹

Reescalonamento competitivo do Estado e neoliberalização dos espaços (1985-2000)

Principalmente a partir de meados dos anos 1980, o regime nacional-desenvolvimentista deparou-se com um conjunto de desafios como a democratização, a reestruturação produtiva internacional e as turbulências no mercado internacional de capitais (Becker; Egler, 1993). As contradições intrínsecas tinham gerado hiperinflação, estagnação econômica e moratória da dívida internacional, o que também preparou o terreno para uma abertura da economia e um processo de neoliberalização (Araújo, 2000).

Os anos 1990 marcaram um cenário particularmente complexo. De um lado, a democratização e descentralização, ancoradas na própria constituição

¹ Esta seção é baseada em Klink (2013).

de 1988, consolidaram a emergência de novos agentes sociais, como os prefeitos eleitos e os movimentos sociais, que desempenharam papel central na elaboração de uma pauta urbano-regional e ambiental (Brasil, 2006, p.41). De outro, o processo de reestruturação defensiva, ocorrendo em escala nacional, e o aprofundamento do movimento de liberalização desencadearam um reescalonamento competitivo da atuação e organização territorial do Estado para o local. Essa tendência refletiu-se na proliferação de estratégias e práticas espaciais pautadas pela guerra tributária e desregulamentação competitiva entre estados e municípios com o intuito de atrair novos empreendimentos.

Além disso, foi nesse período que presenciamos o crescimento acentuado de novos municípios e o desafio de garantir um mínimo grau de coordenação no planejamento e na gestão entre as cidades em aglomerações e regiões metropolitanas. Para agravar esse quadro, a abertura econômica descontrolada, sem políticas tecnológicas e industriais compensatórias, impulsionou as chamadas forças centrífugas da globalização sobre o espaço nacional, o que gerou um ambiente propício à reconcentração de economias regionais mais competitivas dentro do espaço nacional (Klink; Denaldi, 2012; Fiori, 1995; De Oliveira, 1995; Fernandes; Negreiros, 2001).

A descentralização e a estratégia macroeconômica pautada pelo ajuste fiscal também fragilizaram a capacidade de o governo federal atuar sobre a redução das disparidades macrorregionais (Araújo, 2000). Além disso, a ausência de definições claras a respeito das responsabilidades no federalismo gerou um vácuo institucional em vários setores, o mais emblemático sendo o saneamento básico.²

A extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1985, gerou um cenário de descentralização por ausência, que apenas foi agravado por uma série de iniciativas pontuais sem continuidade (Arretche, 1995). Arretche caracteriza a trajetória da política habitacional e de desenvolvimento urbano nesse período em termos de uma autonomização na escala local, com consequências particularmente negativas para as cidades pequenas com menos capacidade institucional e recursos financeiros.

² Por exemplo, a questão da titularidade sobre os serviços de saneamento em áreas metropolitanas foi objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade no Estado do Rio de Janeiro, julgada, em abril de 2013, pelo Supremo Tribunal Federal como sendo de responsabilidade compartilhada entre municípios e estados.

No segundo mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), tais contradições apareceram com cada vez mais clareza e fizeram com que o governo federal lançasse mão de políticas espaciais compensatórias. Cabe ressaltar que o sucesso do Plano Real, no sentido de estabilizar a taxa de inflação e de providenciar um ambiente favorável aos negócios, preparou o terreno para a renovada entrada do capital internacional na economia brasileira. Esse afluxo do capital internacional foi também reforçado pela agenda de desregulamentação financeira e pela vigência de uma taxa de juros extremamente alta, que servia para ancorar a sobrevalorização cambial.

Portanto, o lançamento do programa dos Eixos Nacionais para a Integração e Desenvolvimento, que norteou os sucessivos planos plurianuais “Brasil em Ação” (1996-1999) e “Avança Brasil” (2000-2003), deve ser analisado por essa perspectiva de reduzir as contradições geradas pela fase dura de neoliberalização, além de aproveitar o interesse do capital internacional na nova conjuntura vivenciada pela economia brasileira (Nasser, 2000).

Cabe destacar que a concepção subjacente a esses planos não foi nem a de redistribuição de ativos, de infraestrutura e/ou de renda, nem os polos de crescimento que prevaleciam durante o nacional-desenvolvimentismo. Na nova fase, tal abordagem foi substituída por uma narrativa de corredores logísticos e informacionais que teriam que conectar as economias regionais competitivas – principalmente nos setores de *agrobusiness*, mineração e siderurgia e setores correlatos – com os principais centros de comando e controle localizados dentro e fora do país. Os corredores logísticos eram considerados âncoras no âmbito de uma estratégia pautada pela redução do chamado “custo Brasil” e pela geração de sucessivos superávits no balanço de pagamento (Brasil, 2006; Leitão, 2009). Diferentemente da era desenvolvimentista, o Estado não se responsabilizou diretamente pelos investimentos, mas assumiu uma postura de induzir e convidar os capitais, nacional e internacional, potencialmente interessados.

De certa forma, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento podem ser interpretados como uma reinserção parcial do Estado na organização do espaço urbano-regional em busca da redução de contradições e instabilidades desencadeadas na própria trajetória de neoliberalização dos anos 1990.

Ao mesmo tempo, as disputas em torno da construção da escala e política nacionais ficaram mais complexas (Becker, 1990). Essas disputas não apenas

envolveram um conjunto de agentes novos do setor privado no cenário nacional e internacional – que surgiram no bojo do processo de privatização em setores de mineração, telecomunicação e energia –, mas também os prefeitos eleitos e os movimentos sociais a partir da democratização e da descentralização. Portanto, empresários, prefeitos em busca de projetos de desenvolvimento local e movimentos socioambientais consideraram a escala nacional como uma arena estratégica para influenciar e contestar o desenho e a implementação de projetos políticos específicos, e preencher espaços alternativos de representação no país (Brown; Purcell, 2004; Vainer, 1995).

De qualquer forma, e provavelmente à luz da ausência de uma perspectiva de alavancagem concreta por meio de um apoio do Estado no financiamento dos projetos, a efetiva implementação do programa dos Eixos ficou aquém do esperado e manteve-se no nível do discurso (Brasil, 2006).

O novo desenvolvimentismo, as escalas e os espaços de produção

Alguns autores interpretaram a ampliação da atuação territorial do Estado, no período pós-2003, como sinal de um novo desenvolvimentismo, com repercussões favoráveis sobre a coesão socioespacial em escala nacional (Olivia, 2010). Quais foram os motivos subjacentes a essa visão?

No início da primeira administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, o novo Ministério de Integração Nacional, sob a liderança da então secretária nacional Tânia Bacelar, elaborou um diagnóstico com recomendações ambiciosas, que serviu de âncora para a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). O diagnóstico classificou os espaços regionais de acordo com dois critérios: o nível de desenvolvimento; e o dinamismo das economias urbano-regionais. O plano incorporou recomendações para a elaboração de programas específicos tanto para as regiões de baixa renda quanto as estagnadas que pudessem contribuir na redução das persistentes e históricas disparidades regionais na economia brasileira (Araújo e Galvão, 2004). Cabe destacar ainda que a proposta para a criação de um fundo constitucional, cujas fontes de recursos estariam “carimbadas” para alavancar a execução da referida PNDR, foi barrada pelos estados contrários à ideia, que preferiam a transferência direta de recursos financeiros sem mediação do governo federal.

Ao mesmo tempo, a emergência de novos atores (prefeitos eleitos e movimentos sociais) e o aprofundamento dos processos democráticos fortaleceram o arcabouço institucional-jurídico para um planejamento colaborativo nos espaços urbano-regionais e geraram uma variedade de fóruns e arranjos de gestão participativa.

Por exemplo, após mais de uma década de pressão social, presenciamos, no ano de 2001, a aprovação do Estatuto das Cidades, pelo Congresso Nacional, que abriu uma perspectiva concreta, por meio do plano diretor participativo, de aumentar a alavancagem dos governos locais sobre os mercados imobiliários especulativos. O Estatuto abriu uma janela de oportunidades para as cidades lançarem mão de instrumentos como o zoneamento de áreas especiais de interesse social, impostos progressivos e parcelamento, edificação e utilização compulsórios de vazios urbanos. Da mesma forma, o então recém-criado Ministério das Cidades (2003) – cuja existência, mesmo que fosse analisada isoladamente, simbolizava o reconhecimento do papel estratégico das cidades para o desenvolvimento nacional – imediatamente desenhou o mecanismo de conselhos tripartites (com participação do governo, empresariado e sociedade civil organizada) nas múltiplas escalas de poder (local, estadual e nacional) no intuito de influenciar o processo de tomada de decisão sobre o direcionamento da política nacional de habitação e desenvolvimento urbano (Maricato, 2010; Denaldi e De Souza, 2008).

Na mesma linha, no que se refere ao desenho das políticas regionais, o crescente reconhecimento do papel dos governos locais, das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais e do empresariado na elaboração de estratégias e práticas espaciais culminou na disseminação de uma variedade de instrumentos e arranjos como consórcios territoriais, sistemas locais de inovação e aprendizado, arranjos produtivos locais e grupos inter-federativos de trabalho com participação ativa desses mesmos agentes sociais. Essa nova abordagem incorporou a multiescalaridade e planejamento colaborativo-participativo como elemento prioritário no âmbito de uma estratégia centrada na redução das disparidades socioespaciais (Brasil, 2006). Além disso, após negociações de seis anos, o governo recriou, em 2007, as superintendências regionais que tinham sido desmanteladas na gestão anterior, mesmo que com recursos e mandato substancialmente reduzidos em relação à era de ouro do nacional-desenvolvimentismo.

Por fim, a política de escalas, em geral, e a da escala nacional, em particular, não foram apenas impulsionadas pelo crescimento macroeconômico no âmbito de um projeto político que priorizasse o consumo como âncora do crescimento da riqueza nacional, mas também pelo aumento da capacidade de investimento do governo federal, gerando alavancagem para complementar o volume dos investimentos privados. No período entre 1999 e 2009, o PIB brasileiro cresceu em média 3,27% ao ano, o que gerou, particularmente no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma base sólida para utilizar o planejamento em escala nacional como alavanca para complementar os investimentos do setor privado em áreas urbanas e metropolitanas. (Villarim de Siqueira, 2009; Sant’anna; Borça Jr.; De Araújo, 2009).

Nesse sentido, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), particularmente, se forem comparados com a abordagem dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento mencionada anteriormente, representaram uma novidade e alavancaram o alcance das políticas nacionais. No PPA 2008/2011, o PAC consta como uma das prioridades (além do Plano de Desenvolvimento da Educação e a Agenda Social), enquanto no PPA 2012/2015, intitulado “Plano Mais Brasil”, tanto o PAC quanto o PMCMV são listados como prioritários (além do Plano Brasil Sem Miséria).

Entretanto, não há indícios de que esse novo Estado desenvolvimentista seja capaz de reduzir as contradições sociais, espaciais e ambientais acumuladas no bojo da própria trajetória do desenvolvimento brasileiro.

Primeiramente, os dados do *Relatório das Cidades* confirmaram que, no período pós-2000, não houve mudanças estruturais nas condições de urbanização e de desenvolvimento econômico no espaço urbano e regional brasileiro (Rolnik; Klink, 2011). O referido estudo apontou para uma continuidade na produção do espaço urbano e regional, tanto em termos da polarização pelas regiões mais dinâmicas do país, quanto pela persistência de um agudo quadro de exclusão e segregação socioespacial na escala das cidades brasileiras.

Há outros elementos contraditórios na espacialidade do emergente novo-desenvolvimentismo. Apesar de que, teoricamente, haveria uma relação imbricada entre o plano plurianual (2003-2006) e o orçamento anual da PNDR, mencionada anteriormente, o primeiro exercício para o plano plurianual,

apresentado no ano 2003, surpreendeu no sentido negativo considerando que esse manteve a maioria dos grandes projetos elaborados na gestão anterior no âmbito do Programa dos Eixos Nacionais. Tal manutenção, de certa forma, atropelou as diretrizes da PNDR estabelecidas em torno de uma estratégia compensatória de redistribuição, que estava sendo discutida com movimentos sociais, universidades e governos subnacionais (Thery, 2005). Frustrando as expectativas dos movimentos sociais e ambientais, emergiu um quadro de continuidade da política regional, moldada em torno de um projeto político de inserção competitiva das regiões com vocações para *agrobusiness*, mineração e siderurgia em circuitos nacionais e, principalmente, internacionais.

Na realidade, a carteira dos projetos vem consolidando uma política escalar nacional difusa, de acordo com a qual os projetos não se enraízam em processos mais amplos de elaboração colaborativo-participativa de planos, enquanto os planos são esvaziados de um conteúdo social que pudesse nortear a trajetória das cidades e regiões (Villaça, 1999).

Nesse sentido, o PAC, lançado no ano 2007, é emblemático (Leitão, 2009). Inicialmente dotado com um orçamento estimado de 300 bilhões de dólares (dois terços destinados para energia e logística e o restante alocado para habitação e urbanização de assentamentos precários), o Programa, no melhor estilo nacional-desenvolvimentista conhecido dos anos 1970, adotou um *approach* de grandes projetos estruturantes. Não apenas atropelou a PNDR recém-regulamentada, mas também negligenciou uma série de estudos que consubstanciavam as narrativas oficiais sobre o planejamento estratégico-relacional e compensatório e a mobilização das diversas escalas e atores na execução das estratégias regionais (Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008).

Na prática, o PAC reforçou uma longa tradição de negociações bipartites entre burocracias federais e o capital nacional e internacional em torno do formato, escopo e financiamento dos investimentos setoriais.

Além disso, emergiram uma série de polêmicas em torno do PMCMV. Em princípio, as intenções eram boas. O Programa representou um aumento significativo da capacidade de alavanca financeira do governo federal sobre o setor de habitação e desenvolvimento urbano; beneficiaria as famílias que ganham até dez salários-mínimos, além de gerar um estímulo anticíclico im-

portante em meio à crise *subprime* que acometeu a economia internacional (Sant’anna; Borça Jr.; De Araújo, 2009). No entanto, a abordagem pautada pela lógica de projetos acabou deslocando a energia que tinha sido investida na criação e fortalecimento do plano e do sistema nacional de habitação de interesse social. O último objetivou fortalecer o processo de implementação dos planos diretores participativos conforme previsto pelo Estatuto da Cidade e ampliar a escala desse processo nos municípios menores, no intuito de induzir transformações mais estruturais no espaço urbano e regional (Maricato, 2010). Na prática, a alocação de um volume maciço de recursos financeiros para a habitação e desenvolvimento urbano não rompeu com um padrão de intervenção do Estado que, em ocasiões anteriores, foi analisado em termos de um processo de “descentralização tutelada” (Almeida e Medici, 1996), impulsionado tanto pelos laços verticais de clientelismo que existem entre os membros do parlamento federal e sua base política de apoio local, quanto pelo regime de neolocalismo competitivo que ainda prevalece em muitas regiões metropolitanas brasileiras (Rolnik; Klink, 2011).

Para agravar esse cenário, encontramos um número crescente de indícios de que o quadro durante o período 2003-2013, marcado pelo crescimento econômico, pelas crescentes interdependências entre o mercado financeiro e imobiliário, pela ausência de alavancagem do Estado sobre o mercado de terras urbanas e por uma ampla política de expansão de crédito liderada pelos bancos públicos, contribuiu para que o proprietário fundiário se apropriasse dos subsídios do PMCMV sem que esse Programa tivesse gerado um impacto de grande escala sobre o acesso das camadas menos abastadas (Klink; Denaldi, 2014; Royer, 2009).

Portanto, sem mudanças estruturais na sociedade, em geral, e nas relações entre Estado, mercado e sociedade, em particular, a maior presença do Estado nacional – por meio de investimentos e estratégias regulatórias – é insuficiente para reduzir as contradições sociais e ambientais no espaço urbano e regional brasileiro. A política escalar (e as escalas da política dos diversos agentes e interesses que a moldam), atrelada a uma visão geográfica e histórica mais apurada sobre as contradições que cercam a atuação e organização territorial do Estado desenvolvimentista brasileiro proporcionam subsídios importantes para lançar luz sobre tal paradoxo.

O ABC da reestruturação e reescalonamento do nacional-desenvolvimentismo

Os anos 1990: por além dos espaços de resistência à neoliberalização

Paradoxalmente, a desestruturação do nacional-desenvolvimentismo gerou ao mesmo tempo crises e oportunidades regionais. A literatura especializada sobre o tema registou detalhadamente como a abertura econômica descontrolada afetou a estrutura econômica regional no ABC, marcada pelo esvaziamento das principais cadeias produtivas, precarização das relações de trabalho e aumento expressivo das taxas de desemprego (Conceição, 2008). Ao mesmo tempo, o processo de neoliberalização aprofundou a crise do Estado desenvolvimentista técnico-burocrático. Com isso, e aqui reside o paradoxo, abriu perspectivas concretas para um projeto alternativo estruturado na metrópole como espaço regional privilegiado da democratização da produção. Da governança regional “no modo ABC” emergiu um projeto democrático de planejamento e gestão que buscou romper com o modo desenvolvimentista antigo de produção do espaço (Klink, 2001).

O significado das experiências de instituições como o Consórcio Intermunicipal Grande ABC (1990), a Câmara Regional do ABC (1995) e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (1998) devem ser analisados por esta perspectiva da mobilização produtiva do território regional como espaço coletivo de produção e apropriação das riquezas. A experiência da região do ABC nos anos 1990 foi além de um mero projeto de resistência à neoliberalização e à abertura descontrolada, por mais importante que essa agenda fosse naquele momento histórico para o ABC.

A abordagem multitemática do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, diferentemente da maioria das instituições de cooperação intermunicipal criadas até então, representou um primeiro exemplo deste *approach*. Desde os seus primeiros anos, o Consórcio do ABC pautou temas como o desenvolvimento econômico e o planejamento compartilhado dos resíduos sólidos e das bacias hidrográficas. No que se refere ao primeiro tema, por exemplo, o Consórcio, em parceria com a então Universidade Municipal de São Caetano do Sul, implementou ainda em 1991, um diagnóstico detalhado da economia regional. Esse trabalho serviu de base para discutir com os sindicatos de trabalhadores, as associações comerciais e industriais e os movimentos sociais, no

seminário “ABC 2000”, o rumo da região à luz da saída das indústrias e do esvaziamento de setores como o de metalomecânico e o de autopeças e ainda desmistificou “o custo ABC”, conceito inadequado para caracterizar a saída de empresas da região.

Após breve refluxo na articulação regional, no período 1993-1996 não apenas presenciamos uma retomada, mas também inovações em relação à fase inicial de experimentação regional, principalmente por meio da criação da Câmara Regional, constituída em março de 1997. A Câmara inovou porque articulou outras escalas – a partir da inserção do governo do Estado de São Paulo, bem como dos deputados estaduais e federais da região – e agentes sociais (como o movimento ambiental e o movimento de moradia).

A instituição da Câmara já foi objeto de análise de uma ampla literatura especializada que não procuraremos revisitar aqui (Reis, 2005; Klink, 2001). Cabe apenas destacar que o novo modelo de governança regional, articulado pelo conjunto de lideranças regionais (entre estas, o saudoso prefeito de Santo André, Celso Daniel, e o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Luiz Marinho) se distanciou do regime tecno-burocrático de produção de espaço e políticas públicas que marcou o Estado desenvolvimentista autoritário. Além dos representantes “estatais” do governo do Estado (o governador presidiu a instituição acompanhado de seus principais secretários) e do próprio Consórcio, a Câmara contou com representantes empresariais (associações, Ciesps, cadeias produtivas e grandes empresas como as montadoras), os principais sindicatos de trabalhadores da região (principalmente o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e o Sindicato dos Químicos do ABC) e representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais, também reunidos no Fórum de Cidadania do Grande ABC.

A forma de organização e atuação da Câmara Regional também se diferenciou do regime competitivo e “reescalonado-localista” tão criticado na literatura sobre neoliberalismo. A Câmara fez planejamento estratégico-participativo de longo prazo definindo metas, eixos temáticos e projetos estruturantes (os chamados acordos regionais). No entanto, ao contrário do empresariamento urbano-regional analisado na literatura dos países centrais sobre a neoliberalização dos espaços nas cidades europeias e norte-americanas, a dinâmica pública não estatal da Câmara priorizou não apenas o aumento da competitividade

regional e a geração de renda e trabalho, mas também projetos regionais em prol de inclusão socioespacial e de sustentabilidade ambiental (Reis, 2005). Exemplos disso foram os acordos regionais articulados em torno da alfabetização de jovens e adultos, do combate à violência contra as mulheres e dos investimentos para o coletor-tronco³.

Um dos primeiros acordos regionais articulados pela Câmara Regional procurou constituir uma estrutura institucional-jurídica para acelerar a reconversão da economia regional rumo a um sistema com maior capacidade endógena de aprendizado e inovação. A Agência de Desenvolvimento foi constituída em 1998 com objetivos explícitos de coordenar o *marketing* regional, a criação de um sistema de informações regionais e uma estratégia de fomento a micro e pequenas empresas na região. A estrutura ousada e polêmica, isto é, consolidando uma participação do Consórcio como sócio menor de 49% de votos no conselho deliberativo da instituição em relação à participação dos demais agentes – empresas, sociedade civil organizada, universidades e entidades de assistência técnica, como o Sebrae – reforçou o caráter inovador e horizontal da governança regional. Conforme discutido em outros capítulos, a agência avançou no fomento e apoio aos arranjos produtivos locais em setores como ferramentaria, autopeças, gráficos e plásticos, entre outros.

Apesar da virtualidade da experiência regional nos anos 1990, permaneceram duas heranças. Elas também serão importantes para discutir o rumo da região nos próximos anos.

Primeiramente, o novo regionalismo ao modo ABC enfrentou desafios associados à articulação de uma transformação mais profunda na sua estrutura econômica regional.

A economia regional continuou aquém do ideal “schumpeteriano” de um sistema com capacidade endógena de aprendizado e inovação. As várias pesquisas empíricas que foram conduzidas sobre o período ressaltaram o descompasso entre a realidade do sistema industrial hierárquico do ABC – com poucas interações entre grandes e micro e pequenas empresas em torno do desenvolvimento tecnológico e inovação – e o ideal neoschumpeteriano de um sistema com

³ As iniciativas desencadeadas nesse período culminariam mais tarde na criação de uma casa abrigo regional, cuja estrutura física-operacional seria financiada pelo próprio Consórcio intermunicipal ABC.

densas redes de cooperação entre governos locais, grandes e pequenas empresas e com uma presença significativa de um terciário avançado umbilicalmente atrelado à dinâmica de modernização industrial (Klink, 2001). É inegável que a governança regional evitou uma desestruturação maior do parque industrial. Ao mesmo tempo, não conseguiu desencadear uma mudança qualitativa na economia regional rumo a um sistema de inovação que proporcionasse maior autonomia em relação aos choques e ciclos macroeconômicos.

Em segundo lugar, e diretamente relacionado ao ponto anterior, houve também uma ausência significativa na experiência virtuosa da região do ABC nos anos 1990 na área de planejamento urbano em geral e na articulação dos planos diretores e da estratégia referente ao uso e ocupação do solo regional. Nesse período, cidades como Diadema e Santo André se destacaram pela aplicação criativa de vários instrumentos urbanísticos voltados para a função social da propriedade comum, como as Áreas Especiais de Interesse Social (Aeis) e Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) até antes da aprovação, em 2001, do Estatuto da Cidade. Ao mesmo tempo, apesar das interdependências funcionais que se entrelaçam com o território regional (movimentos pendulares para o local do trabalho e/ou estudo, relações de insumo produto nas cadeias produtivas regionais, dinâmicas imobiliárias que transbordam municípios individuais etc.) a região do ABC não foge à regra das demais regiões metropolitanas e não consegue avançar com a articulação entre os planos diretores e os instrumentos urbanísticos de controle sobre o mercado imobiliário.

Conforme discutiremos na próxima seção, essa segunda “herança” referente à ausência de uma articulação regional dos planos diretores municipais e das estratégias locais de regulação do solo gerará um custo de oportunidade a partir do momento que a economia brasileira se recupera, o que gera uma pressão sobre os mercados e preços imobiliários, principalmente a partir de anos 2005-2006.

Os anos 2000: quem da cidade-região social-desenvolvimentista?

A região do ABC no pós-2000 passa por um momento paradoxal. A retomada da atuação do Estado nacional sobre áreas como a política industrial e tecnológica, o fortalecimento institucional e o aumento de recursos federais (subsidiados) alocados para infraestrutura urbana, habitação e logística geram

uma série de benefícios para a região. Até recentemente, o crescimento macroeconômico, impulsionado pelo desempenho das exportações e pela demanda agregada interna, também desencadeou impactos positivos sobre a região.

No que se refere à política industrial e tecnológica, por exemplo, o governo federal cria, em 2004, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e lança mão de um conjunto de instrumentos para aumentar o valor agregado e a capacidade de inovação da economia brasileira. Exemplos desta abordagem são os Arranjos Produtivos Locais (APLs), a lei de inovação e lei do Bem. Os planos que o sucedem – Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), 2008/2010, e Plano Brasil Maior (PBM), 2011/2014 – apontam para a continuidade desta abordagem. Isso significa que projetos regionais de arranjos produtivos locais são respaldados pelas iniciativas federais tanto em segmentos consolidados (autopeças, ferramentaria) quanto em novos (a indústria de defesa e a cadeia de óleo, petróleo e gás).

Quanto ao fortalecimento institucional, cabe mencionar a elaboração e aprovação, em 2005, da lei dos consórcios públicos. A mobilização e pressão do próprio Consórcio foram instrumentais para a aprovação da nova norma. Esta não apenas fortalece a articulação interfederativa, mas também proporciona maior segurança jurídica à cooperação intermunicipal mediante a criação de uma autarquia territorial. A lei possibilita o Consórcio se transformar de organismo de planejamento em instituição que também executa serviços territoriais de interesse comum em áreas como mobilidade, meio ambiente, desenvolvimento econômico e habitação. Os diversos conflitos que marcavam a transformação do Consórcio em Instituição de Direito Público fizeram com que essa mudança de fato demorasse e apenas se concretizasse em 2011⁴.

A retomada do crescimento econômico no país desencadeou também um aumento na carteira de projetos regionais financiados pela União. Por exemplo, o Plano de Mobilidade elaborado pelo Consórcio culminou na aprovação de R\$ 870 milhões do governo federal (Ferracini, 2014). Da mesma forma,

⁴ A partir de uma leitura das atas da assembleia dos prefeitos e dos grupos temáticos relevantes, Ferracini (2014) apresenta um relato detalhado dos conflitos setoriais e político-partidários que atravessaram as negociações sobre a adaptação da estrutura jurídica da instituição em consórcio público de direito público. Por exemplo, de acordo com algumas interpretações, o consórcio público facilitaria o contágio das finanças públicas municipais, isto é, o problema fiscal de um município estaria se irradiando e afetando os demais sócios-membros do consórcio.

desde a criação destes programas, os investimentos aprovados no contexto do PMCMV e do PAC/urbanização para mobilidade, habitação e infraestrutura geraram R\$ 2,1 bilhões para a região.

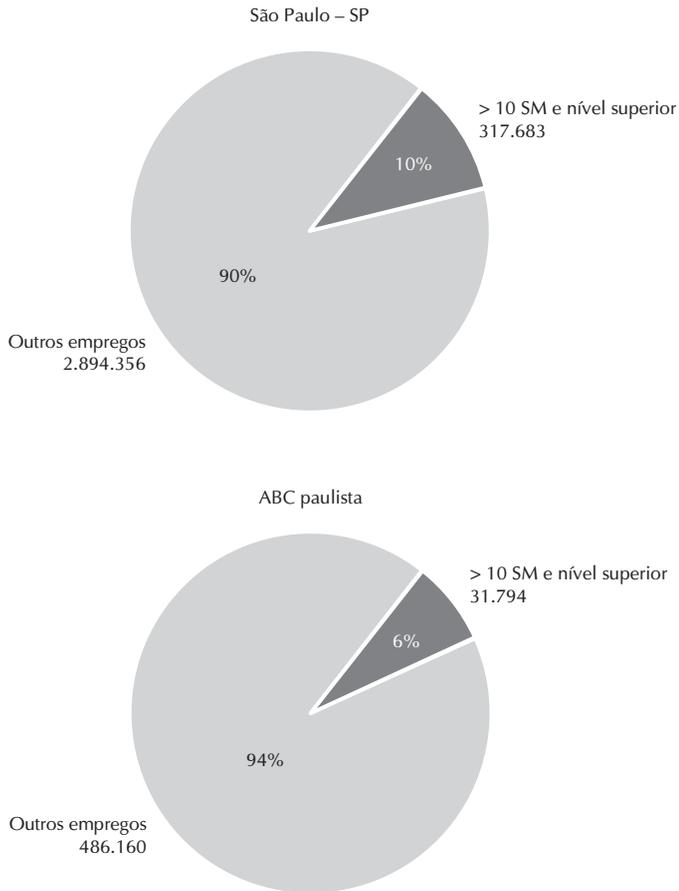
O paradoxo se refere ao perfil do crescimento regional que não aponta para uma mudança qualitativa. Mais especificamente, não encontramos indícios de que o momento macroeconômico propício tenha sido aproveitado para acelerar a transformação da economia regional na direção de um sistema com maior capacidade de aprendizado e inovação. Apesar dos esforços de articulação mediante arranjos produtivos locais em segmentos como autopeças e ferramentaria que geraram iniciativas importantes, a vulnerabilidade em setores chaves da economia regional continua grande. Por exemplo, o déficit no setor de autopeças, em 2012, foi de US\$ 5,7 bilhões. Apesar de o regime automotivo e do programa Inovar-Auto proporcionarem uma perspectiva de aumento da demanda agregada para o setor, a ferramentaria enfrenta um momento delicado que se reflete no acúmulo de sucessivos déficits e no desafio de obter acesso aos financiamentos para implementar projetos de modernização tecnológica e empresarial.

Nos gráficos 1 e 2 apresentamos um quadro mais detalhado da evolução global do perfil dos empregos formais qualificados na região do ABC no período 2000-2013 (fonte – RAIS/Caged – MTE) em comparação com a evolução desta mesma variável na capital⁵. Destacamos que a participação dos empregos qualificados, que definimos aqui como os postos com remuneração maior que 10 salários-mínimos e com nível universitário completo, no total dos empregos não é apenas relativamente baixa, mas também tende a diminuir ao longo do período⁶. Mais especificamente no que se refere à região do ABC, o número de empregos qualificados de acordo com esse critério aumenta de 31.794 em 2000 para 33.786 em 2013, o que representa uma perda de 6% para 4% no total dos postos de trabalho na região. A mesma tendência (isto é, um pequeno aumento em termos absolutos, mas uma perda na participação no total dos empregos qualificados) ocorre na capital de São Paulo.

⁵ A base de dados do sistema RAIS-Caged se refere aos empregos formais.

⁶ Cabe destacar que um mesmo levantamento para quinze regiões metropolitanas acabou reforçando este quadro, isto é, a parcela dos empregos com remuneração acima de dez salários-mínimos e nível superior no total dos postos de trabalho formais tende a diminuir (Campanaro et. al., 2015).

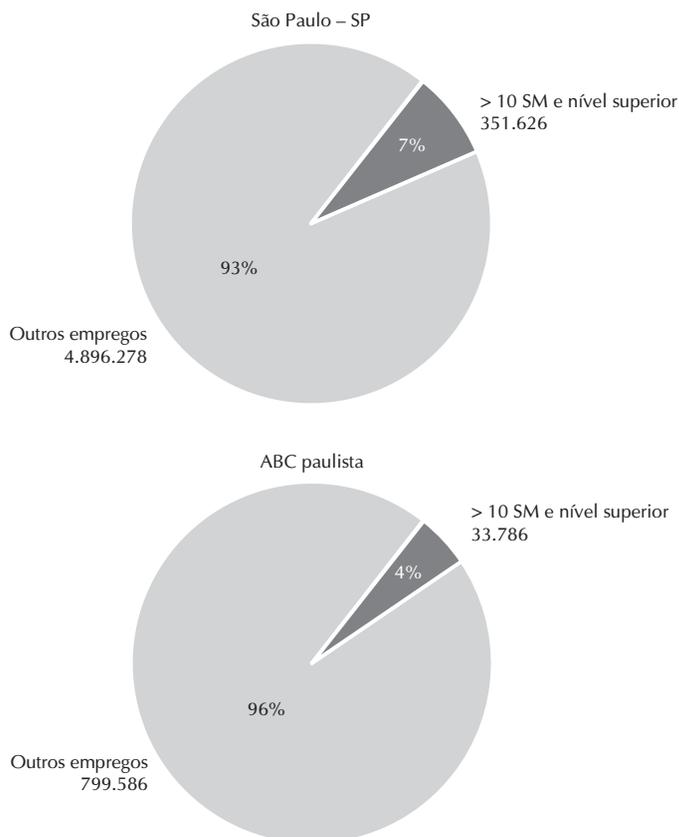
Gráfico 1 – Participação dos empregos com nível superior e ensino superior completo no emprego total na região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e no ABC, ano 2000.



Fonte: RAIS/Caged
 Elaboração própria, baseada em Campanaro et.al. (2015)

Ao mesmo tempo, ao contrário das narrativas sobre o custo Brasil e custo ABC, o padrão de crescimento revela um descompasso entre o dinamismo da economia e o crescimento da remuneração dos trabalhadores. Referido descompasso se mostra claramente quando comparamos a evolução do PIB *per capita* nas principais cidades da região metropolitana (de acordo com o IBGE)

Gráfico 2 – Participação dos empregos com nível superior e ensino superior completo no emprego total na RMSP e no ABC, ano 2013.



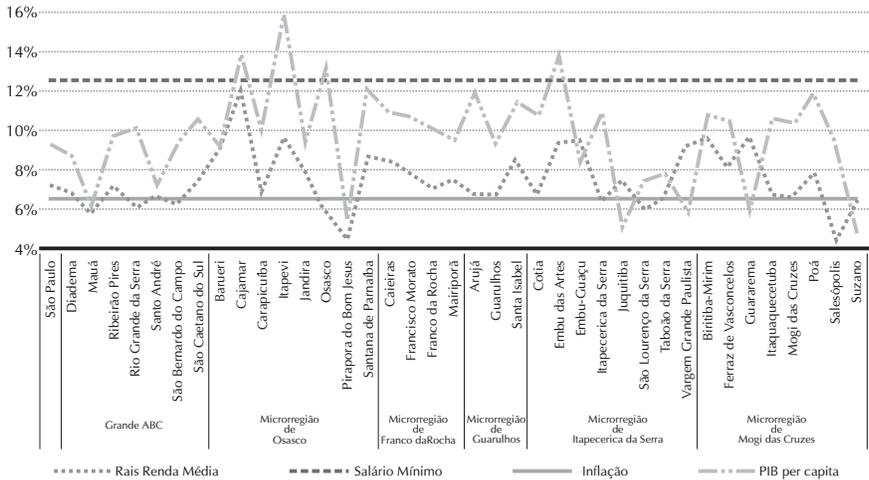
Fonte: Rais/Caged

Elaboração própria, baseada em Campanaro et. al. (2015).

e a trajetória da massa salarial (de acordo com o sistema RAIS-Caged). Apesar de utilizar fontes diferenciadas, os dados apontam para um quadro no qual o dinamismo das cidades metropolitanas – conforme PIB *per capita* – não é acompanhado pelo crescimento da renda associada ao trabalho (Gráfico 3)⁷.

⁷ A mesma pesquisa citada anteriormente mostra que o ABC-RMSP segue o padrão generalizado das regiões metropolitanas brasileiras (Campanaro et. al., 2015). Cabe destacar a valorização importante do salário-mínimo ao longo do período. No entanto, este crescimento não parece transformar, por si só, a distribuição funcional de renda.

Gráfico 3: Crescimento nominal anual do PIB/cap (IBGE) e Renda média do assalariado (RAIS/Caged) por microrregião na RMSP – 2000/12



Fonte: IBGE e RAIS/Caged

Elaboração própria, baseada em Campanaro et. al. (2015)

Portanto, de acordo com uma perspectiva estritamente econômica, a chamada distribuição funcional de renda entre capital, trabalho e proprietários de terra sugere que os frutos do dinamismo econômico na região são apropriados mais que proporcionalmente pelos capitalistas e pelos proprietários urbanos, enquanto os assalariados obtiveram ganhos, mas perderam participação na geração de riqueza urbana.

Dados mais recentes referentes ao segmento imobiliário levantados no âmbito de uma pesquisa inédita sobre o impacto do PMCMV na região parecem confirmar esse quadro (Klink et. al., 2015). As transformações intensas que ocorreram, principalmente a partir dos anos 2006-2007, no chamado complexo financeiro-imobiliário – este último definido como o conjunto dos agentes públicos e privados que (re)produzem o ambiente urbano construído – aumentaram de forma significativa os preços imobiliários no país e na RMSP.

Para ilustrar, o gráfico 4 mostra a correlação, no período 2000-2011, entre o número de lançamentos imobiliários na região, a sede da incorporadora responsável pelo empreendimento (isto é, se a sede da empresa incorporadora se

localiza na região do Grande ABC, na cidade de São Paulo, em outras cidades ou se o lançamento é coordenado por uma aliança de empresas locais – do ABC – e empresas externas) e o preço por m^2 útil (em valores atualizados para 2011). Em 2007, a participação dos lançamentos efetuados por empresas incorporadoras com sede na capital no total dos lançamentos da região aumentou para quase dois terços (em comparação com uma participação mais modesta deste segmento de empresas nos anos anteriores).

No que se refere à dinâmica dos preços, podemos destacar dois períodos. Entre o ano 2000 e 2004, presenciamos uma queda de R\$ 3.000/ m^2 para aproximadamente R\$ 2.250/ m^2 de área útil. A partir de 2004, verificamos um aumento sistemático deste último patamar para valores em torno de R\$ 4.250/ m^2 de área útil.

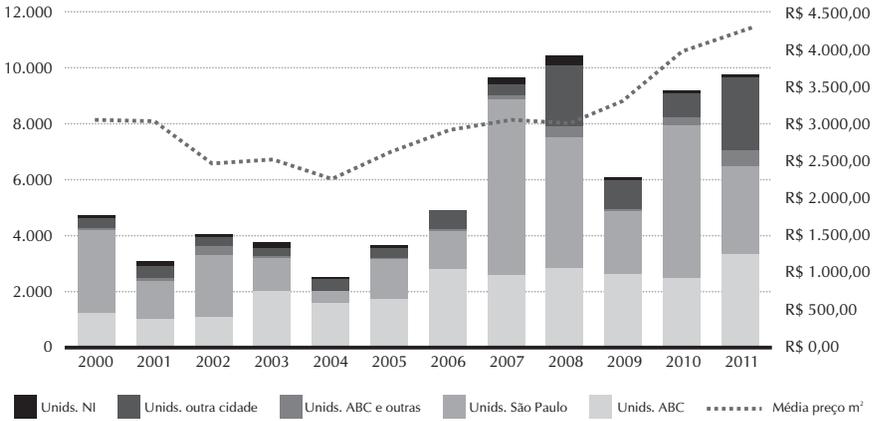
Neste período mais recente, o aumento na escala do mercado regional (de seis mil lançamentos em 2004 para mais que onze mil unidades lançadas no ano 2011) e o ingresso de novos *players* (grandes empresas-incorporadoras, frequentemente com sede na cidade de São Paulo e com capital aberto na bolsa de valores) acompanharam a tendência de aumentos sistemáticos nos preços imobiliários.

Uma leitura combinada das informações que constam nos gráficos 3 e 4 mostra que os aumentos salariais (e o do salário-mínimo) não acompanharam os preços imobiliários e que o descompasso apenas se agrava a partir do lançamento do PMCMV (Klink et al., 2015).

De acordo com uma interpretação mais abrangente, percebemos que, enquanto o lócus privilegiado de produção de riqueza se deslocou da fábrica fordista para a metrópole-região, esta não se transformou em espaço para a produção e apropriação coletiva da riqueza.

A região do ABC não foge a essa regra. Apesar de sua governança regional virtuosa desencadeada nos anos 1990, a região carrega uma herança contraditória que se relaciona com a incompletude do rompimento com modo estatal desenvolvimentista de produção de espaço. Conforme discutimos anteriormente, a relação entre o desenvolvimentismo e as cidades sempre foi ambivalente: enquanto espaços privilegiados de crescimento econômico impulsionado pelas complementaridades entre Estado e grande empresa (multinacional), as cidades nunca se transformaram em valor de uso, em

Gráfico 4: Número de unidades habitacionais no ABC em relação à sede da incorporadora (2000/11) e variação de preço do m² de área útil.



Fonte: Embraesp (2011)

Elaboração própria e KLINK et. al. (2015).

“obra coletiva”, na terminologia de Lefebvre, apropriada pelas comunidades que nelas vivem.

Reside aqui o eixo central do desafio: radicalizar a governança regional promissora desencadeada nos anos 1990 a partir de uma perspectiva da metrópole como nova métrica para os processos de inovação. Ou seja, como evoluir da metrópole desenvolvimentista para uma cidade que articula os espaços de inovação e a inovação do espaço? Eis a agenda desafiadora que emerge nos próximos anos e que será objeto da próxima seção.

Metrópole, espaços de inovação e inovação do espaço: perspectivas mais recentes

Voltemos à pergunta inicial que norteou esse capítulo: quais os limites e potencialidades para a governança regional transformar a cidade-região fordista, marcada pelas contradições associadas ao modo nacional-desenvolvimentista de produção do espaço, num território privilegiado de criação e apropriação coletiva da produção econômica? E onde a região do ABC se localiza nesse cenário?

A resposta a tais indagações passa por duas dimensões entrelaçadas. Primeiramente, o caráter eminentemente social da produção, que se reflete na

proliferação das redes de articulação entre agentes nas cadeias produtivas e no papel estratégico da inovação e dos processos de aprendizado. Isso implica que o processo produtivo, a economia e o mundo do trabalho assumam uma relação de *interdependência com a própria cidade*.

Ao mesmo tempo, e aqui reside a tensão produtiva, a grande empresa reinventa formas para se apropriar dos recursos de propriedade comum para assim transformar a cidade num conjunto de externalidades negativas, com o precariado urbano transformado em mera demanda agregada para os seus produtos finais. Portanto, uma nova agenda estruturada em torno dos espaços de inovação requer ir além das abordagens neoindustriais dos *clusters* e das dinâmicas neoschumpeterianas de internalização da inovação tecnológica na grande empresa.

Nesse sentido, os desafios analisados anteriormente são também acompanhados por avanços importantes nas abordagens mais recentes, com papel de destaque para cidades como São Bernardo do Campo.

As políticas regionais-locais de fomento ao sistema regional de inovação vão além dos esforços (tradicionais) de articular arranjos produtivos locais em setores existentes e novos como a indústria de defesa, e a cadeia de óleo, petróleo e gás, por mais importantes que essas iniciativas sejam. Presenciamos, principalmente a partir do ano 2009, uma série de programas e iniciativas que valorizam a produção e apropriação coletiva do valor, da riqueza e criatividade gerados pelo trabalho comum nas cidades.

O exemplo emblemático foi o protagonismo das lideranças regionais em torno da criação de uma Universidade Federal na região do Grande ABC, que representou uma reivindicação desde os anos 1980. As cidades de Santo André e São Bernardo do Campo cederam áreas bem localizadas para a instalação da Universidade e lançaram mão de várias parcerias em áreas temáticas como desenvolvimento econômico e planejamento urbano-regional. A UFABC se envolve nas principais iniciativas locais-regionais em torno da inovação tecnológica. A parceria entre a UFABC e a cidade de São Bernardo do Campo, por exemplo, prevê o desenho de um *campus* de inovação alinhada com algumas das experiências de êxito em países como o EUA (*National Academy of Engineering*, 2005). Considerando o projeto político pedagógico (interdisciplinar) e o modelo de entrada na universidade mediante o sistema de cotas (reservando metade de vagas para os alunos do ensino médio público), existe uma espec-

tativa grande no sentido de democratizar o acesso ao ensino superior para as classes menos abastadas.

Na mesma linha, desde o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a União priorizou uma agenda de fomento da economia solidária alinhada com os princípios do associativismo, do diálogo social, da inclusão social e econômica e do Trabalho Decente⁸. Isso culminou na constituição, no ano 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) no âmbito do Ministério de Trabalho e Emprego.

No entanto, poucas cidades conseguiram responder, à altura, as iniciativas nacionais e estruturar políticas e programas para o tema. Também no caso de São Bernardo do Campo, foi apenas a partir do governo do prefeito Luiz Marinho, no ano 2009, que a cidade avançou na elaboração e execução de uma política pública de fomento à economia solidária.

Grosso modo, a prefeitura, durante a gestão de Luiz Marinho, lançou mão de uma política estruturada em torno de fortalecimento institucional e de provisão de bens públicos e serviços de interesse comum para o segmento da economia solidária.

Por exemplo, em 2010 a prefeitura formalizou em lei a política municipal de fomento à Economia Solidária; no ano seguinte constituiu, anexo à Central de Trabalho e Renda (CTR), espaços de intermediação e capacitação da mão de obra, o chamado “Espaço Solidário”⁹. Ele representa o ponto de referência de apoio aos grupos solidários, proporcionando assessoria, capacitação e espaços de comercialização para os grupos em setores como artesanato, costura, horticultura, reciclagem, construção civil e alimentos, entre outros exemplos (São Bernardo do Campo, 2015). Já em março de 2012 a prefeitura, em parceria com a Universidade Metodista e o Instituto Granbery, constituiu uma Incubadora de Empreendimentos Solidários¹⁰. Esta última conseguiu captar recursos junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), aproximadamente R\$ 2 milhões, para o desenvolvimento

⁸ Este último princípio representa eixo central de atuação da própria Organização Internacional do Trabalho (OIT).

⁹ Via Lei municipal n. 6045, de maio de 2010.

¹⁰ Sobre a experiência da Incubadora de Empreendimentos Solidários (SBC-SOL) ver: Siqueira; Silva, 2014; Gomes et al., 2015.

de uma metodologia padronizada para a constituição e apoio a grupos solidários por meio de estudos de viabilidade econômico-financeira, elaboração de planos de negócios e capacitação continuada por meio de seminários e oficinas. Atualmente, perto de vinte grupos estão sendo atendidos por meio da parceria entre a Incubadora e a Finep.

A política local de fomento ao segmento desencadeou uma série de iniciativas como: apoio à organização de feiras e eventos, cursos e atividades de capacitação, e a provisão de infraestrutura física e ajuda logística. Essa última medida, por exemplo, beneficiou as cooperativas e associações de reciclagem que atuam com muita precariedade na cidade.

Por fim, alinhada com a legislação nacional de estímulo ao setor, a cidade de SBC lançou mão de uma série de iniciativas para fomentar o empreendedorismo e o trabalho autônomo na cidade. Um exemplo disso é o programa municipal de apoio à micro e pequena empresa que prevê exclusividade destas, com faturamento de até R\$ 2,4 milhões ao ano, nas licitações da prefeitura de até R\$ 80 mil. A sala do empreendedor e a rede fácil proporcionam um atendimento mais ágil e flexível, enquanto o programa de aperfeiçoamento empresarial providencia cursos e palestras direcionados a esse grupo alvo.

Em segundo lugar, o desenvolvimentismo tecno-burocrático desestruturou a cidade como espaço de uso e obra coletiva. Portanto, um projeto em torno da “inovação no espaço” como direito à cidade e à vida precisa democratizar o acesso à terra e efetuar a função social da propriedade prevista na própria Constituição e no Estatuto da Cidade aprovado em 2001.

Não cabe aqui retomar o debate sobre os desafios enfrentados pelas cidades brasileiras na concretização da reforma urbana. Essa última se baseia no binômio do plano diretor participativo e na aprovação e utilização de um conjunto de instrumentos urbanísticos (áreas especiais de interesse social, parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo etc.) que proporcionassem às prefeituras municipais uma “caixa de ferramentas” para alavancar o controle sobre os mercados imobiliários e fundiários especulativos. A experiência de pouco mais que uma década com o Estatuto da Cidade não foi animadora¹¹.

¹¹ Ver Klink; Denaldi (2015) para uma análise mais detalhada dos resultados preliminares que ficaram aquém das expectativas iniciais que acompanharam a reforma urbana e a aprovação do Estatuto da Cidade.

Apesar de a maioria das cidades brasileiras mencionar os instrumentos urbanísticos previstos pelo Estatuto, eles não são utilizados. Além disso, as poucas cidades que efetivamente aplicam os instrumentos, o fazem de forma desarticulada dos objetivos da função social da propriedade, isto é, buscando combater o déficit habitacional, captar renda fundiária e/ou utilizar terrenos vazios bem localizados com disponibilidade de infraestrutura.

No que se refere ao alcance das iniciativas em torno da função social da propriedade, a região se destaca positivamente em relação ao quadro geral no Brasil. Por exemplo, conforme mencionamos, cidades como Diadema e Santo André utilizaram instrumentos como áreas especiais de interesse social para efetivamente aumentar a oferta de terrenos bem localizados para famílias que ganham até três salários-mínimos. Mais recentemente, São Bernardo do Campo se destaca como uma das poucas cidades brasileiras a implementar o Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (Peuc) e IPTU progressivo atrelado à política urbana e habitacional de interesse social (De Souza, 2015). A cidade não apenas regulamentou o Peuc, mas efetivamente iniciou a notificação dos proprietários dos vazios urbanos mapeados. Além disso, diferente da maioria das cidades que lançaram mão deste instrumento, a utilização do Peuc está atrelado à política habitacional e urbana em geral e às Zeis em particular. Isso permite utilizar áreas vazias de acordo com as premissas da política habitacional para o segmento de baixa renda.

Mais recentemente, a experiência dessa mesma cidade com o PPA participativo, que transformou tal instrumento de planejamento burocrático numa ferramenta de médio prazo em prol da articulação de setores, agentes e tempos, serviu de inspiração para o PPA regional do Consórcio, aprovado em 2013 (apontando para o horizonte de 2014-2017). Cabe ainda destacar que o PPA prevê a elaboração de um inédito plano diretor regional em parceria com a UFABC.

Portanto, a agenda regional alternativa deve aprofundar e enraizar essas iniciativas em torno da criação de uma cidade-região como espaço privilegiado para a inovação social e econômica. E isso deve acontecer no atual momento paradoxal, que combina avanços inegáveis com certo inconformismo quanto às contradições que continuam marcando a (re)produção do espaço urbano e regional nas cidades brasileiras. Mais uma vez, o ABC

tem a oportunidade de aproveitar a crise como espaço constituinte de outra cidade, construída primordialmente para o valor de uso e a vida em vez do lucro empresarial.

Das referências teóricas aos desafios estruturais – esboço de articulação entre a teoria e a prática do desenvolvimento local no Brasil

Introdução

Esta seção se propõe a articular a experiência concreta de elaboração e execução das políticas de desenvolvimento econômico em São Bernardo do Campo, no período 2009-2014, com as principais referências teóricas sobre desenvolvimento local e com o contexto nacional e local relacionado a esse campo de atuação do poder público local. Isto será melhor detalhado e explicado nos capítulos seguintes.

Para dar conta dessa pretensão, a seção subdivide-se em três partes. Seguindo-se a esta Introdução, a segunda parte sintetiza alguns dos principais paradigmas teóricos atuais no tocante ao desenvolvimento regional. Na terceira, tecem-se considerações sobre o contexto institucional referente ao assunto.

O quadro de referência teórico

A literatura especializada sobre o desenvolvimento regional e local desenvolveu-se com maior intensidade a partir dos anos 1980. As décadas anteriores, especialmente as de 1950, 1960 e 1970, focalizaram os processos nacionais de desenvolvimento, em consonância com a conjuntura internacional da época. O aspecto regional permaneceu em segundo plano naquele período histórico, marcado pela valorização da ação dos Estados nacionais, seja na aplicação das políticas anticíclicas de natureza keynesiana, nos países centrais do capitalismo, seja no impulso de políticas nacional-desenvolvimentistas em países subdesenvolvidos – mais tarde designados “em desenvolvimento” e finalmente, para alguns deles, “emergentes”.

O enfoque nacional foi a tônica desse período. Os modelos teóricos internacionalmente consagrados concentravam-se na escala territorial nacional e

nas variáveis macroeconômicas-chave: investimento, tecnologia, produto nacional, emprego e comércio exterior¹².

O quadro alterou-se significativamente com a emergência das políticas de corte neoliberal inspiradas pela escola dos “novos clássicos” e fortalecidas pelas crises sucessivas do paradigma econômico fordista-keynesiano vigente entre 1945 e meados dos anos 1970. Na década de 1980, o vetor teórico predominante na literatura econômica passou a ser o esgotamento do Estado nacional enquanto agente proativo, os malefícios econômicos supostamente decorrentes do intervencionismo econômico e a regressão ao Estado mínimo. A corrente então dominante entre os economistas defendeu e praticou a eliminação das barreiras nacionais; o capital passou a desfrutar de notável mobilidade internacional. Em sentido simetricamente oposto, regiões e localidades passaram a ser valorizadas como atores autônomos em disputa pelas preferências de investimentos globais, na nova era de desregulamentação estatal.

Surgiram daí novos paradigmas teóricos na literatura sobre o desenvolvimento econômico, que apontam para as regiões como epicentro desse processo. Algumas constatações sobre as novas tendências do desenvolvimento local, no mundo globalizado e marcado por novas tecnologias que possibilitam inédita “compressão do espaço-tempo” (Harvey, 1989 *apud* Costa, 2007, p. 100), deram o pano de fundo para essa nova valorização das regiões e localidades, indicando o paradoxo de que

quanto menos importantes as barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneira atrativa ao capital.

A persistência do paradigma neoliberal levou ao exclusivismo das regiões enquanto atores responsáveis por seu próprio destino, na chamada Teoria do Desenvolvimento Endógeno. O contexto nacional deixou então de ter qualquer responsabilidade nas trajetórias díspares do desenvolvimento regional. As desigualdades regionais passaram a ser interpretadas como consequências das decisões ou omissões das próprias regiões. A discussão focada na discrepância

¹² Houve algumas exceções como o Fundo de Desenvolvimento da Itália Meridional (“*Cassa per il Mezzogiorno*”) e, no Brasil, a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sob a influência marcante de Celso Furtado. Porém, as escassas iniciativas do gênero, via de regra, fracassaram em atingir seus intentos.

entre “regiões vencedoras” e “perdedoras” dissolveu as responsabilidades da escala nacional nesse desarranjo espacial (Costa, 2007, p. 112). O desenvolvimento, como a salvação bíblica, estaria ao alcance de todos – isto é, de todas as regiões. Como afirma Benko (1996 *apud* Costa, 2007, p. 112):

O paradigma do desenvolvimento local se parece frequentemente com uma panaceia. É aplicável a todos os espaços, do Terceiro Mundo aos países mais desenvolvidos, adapta-se a todos os discursos, tanto de esquerda como de direita, e é sempre invocado a título de modelo alternativo.

Ou, segundo a síntese de Anav (2010, p. 107):

De acordo com essa concepção, o capital mundial teria adquirido soberania para determinar o destino e a vocação de cada localidade, sobrepondo-se aos gestores e à própria coletividade local – supostamente conformados a uma postura passiva de assistir aos movimentos em curso, abdicando de decidir sobre o destino de seu respectivo território e tendo de adaptar-se aos desígnios de empreendedores “globais”.

Com o correr do tempo, afirmaram-se teorias em que o foco nas localidades e regiões passou a incorporar as ações do Estado em suas diversas escalas territoriais. Os modelos de desenvolvimento local e regional consolidados nas décadas recentes oscilam entre maior destaque aos arranjos privados e maior importância dada às diversas escalas espaciais do poder público, considerado em todos eles como fomentador do planejamento e da cooperação entre os atores regionais. Estes incluem outros componentes de grande relevância, notadamente as universidades e centros de pesquisa.

Assim, se o período neoliberal destacou a importância do enfoque local e regional nas teorias do desenvolvimento, os modelos seguintes indicaram caminhos de planejamento colaborativo entre os atores regionais, reinserindo e valorizando o Estado, com suas especificidades e sua multiplicidade de escalas espaciais, no contexto regional.

De forma muito sintética, pode-se enunciar as quatro principais abordagens teóricas do desenvolvimento regional em voga¹³:

¹³ Costa (2007) faz um abrangente apanhado desses paradigmas teóricos. O presente resumo se apoia principalmente nessa fonte.

- a abordagem dos Sistemas Nacionais e Regionais de Inovação (SNI/SRI), inspirada na concepção de Schumpeter, atribui papel relevante ao ambiente institucional estimulador do aprendizado, da circulação e transbordamento (*spill over*) do conhecimento tecnológico e do capital social, substancializado nas relações de confiança recíproca entre os atores (empresas similares, cadeias produtivas, organizações cívicas, setor acadêmico e de pesquisa). Os arranjos institucionais moldam as trajetórias tecnológicas e criam mecanismos dependentes do caminho seguido (*path dependence*)¹⁴;
- a literatura sobre os distritos industriais da Terceira Itália, designação que compreende diversas regiões italianas fora do tradicional triângulo industrial do Norte (Turim, Milão e Gênova) e contrapostas ao Sul agrícola e de baixo nível de desenvolvimento. Eles são compostos por redes de pequenas e médias empresas inovadoras, com expressiva participação nas exportações do país, destacando-se nesse caso o forte capital social existente, que permite a interação sistemática entre os atores regionais e a fluidez na transmissão de informações e de conhecimento, sem os custos de transação decorrentes da desconfiança difusa (Putnan, 1996);
- o modelo do “diamante” de M. Porter, composto pela interação entre as condições dos fatores (terra, trabalho, capital, infraestrutura, conhecimentos específicos); as condições da demanda (local, nacional e internacional); as indústrias de apoio (redes de fornecedores de insumos e serviços especializados); e os contextos de estratégia, estrutura e rivalidade das empresas, que identificam a composição e os padrões de atuação do setor empresarial. Os aglomerados industriais ou *clusters* se beneficiam dessas interações e constituem a chave do desenvolvimento local e nacional, podendo se fortalecer com o apoio do Estado e das instituições de pesquisa;
- a Nova Geografia Econômica de P. Krugman utiliza os conceitos de competição imperfeita e retornos crescentes de escala – isto é, o benefício individual e coletivo das empresas com a ampliação de sua escala de produção

¹⁴ Lundvall (2002 e 2013), autor associado à gênese e difusão desse conceito, assim como Casiolato e Lastres (2005), autores brasileiros que o adaptaram às condições do país, confluem na observação de que este paradigma tem compatibilidade com os esforços embasados nas teses nacional-desenvolvimentistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

e de vendas, implicando em redução dos custos médios – para explicar por que certas atividades, cuja instalação em lugares específicos pode ter decorrido de fatores fortuitos, acabam gerando um campo gravitacional de atração e fomentando maior concentração espacial. A ação combinada de fatores da demanda, retornos crescentes de escala, custos de transporte e economias externas incidentais estimulam o processo.

Buscou-se, com esses modelos explicativos, compreender a emergência e a importância, para cada país e para a efetivação de políticas desenvolvimentistas, das aglomerações mais dinâmicas em âmbito mundial. Essas aglomerações, em que se destacam o Vale do Silício nos EUA e a “Terceira Itália” já mencionada (com fulcro na região da Emilia-Romagna), tornaram-se o cenário empírico dos principais modelos¹⁵.

Essas abordagens não são mutuamente excludentes. Em todas verifica-se a combinação entre cooperação e competição entre as empresas aglomeradas localmente. Todos, em maior ou menor grau, atribuem importância estratégica ao capital social, ou seja, as relações de confiança e cooperação entre os atores, que reduzem custos de transação derivados da cultura da desconfiança, criam mecanismos de sanção social aos comportamentos deletérios (descumprimento de compromissos informais ou formais, competição desleal, desonestidade etc.) e facilitam a transmissão e circulação de informações relevantes e do conhecimento tecnológico. O exemplo da Terceira Itália, com suas históricas comunidades cívicas, fontes do robusto capital social que fundamenta as trajetórias do desenvolvimento local, é evocado frequentemente.

Acrescente-se a interpretação dos geógrafos econômicos da Universidade da Califórnia, especialmente Allen Scott e Michael Storper, que explicitam o contraste entre, de um lado, a difusão de tecnologias redutoras dos obstáculos de tempo e espaço e, de outro, a aglomeração de atividades similares e/ou complementares em pontos discretos do espaço. A maior razão para isso é que as transações econômicas possuem uma ampla variedade de atributos que impõem restrições à escala geográfica viável. Em termos genéricos: quanto maior

¹⁵ Costa (2007) destaca e detalha, além das duas citadas, outras aglomerações de importância mundial: o Corredor M4 na Grã Bretanha, o estado de Baden-Württemberg na Alemanha, a Tecnopôle francesa de Sophia Antípolis, as tecnópolis japonesas e o complexo de Mondragón na Espanha.

a complexidade substantiva, a irregularidade, a incerteza, a imprevisibilidade e a não decodificabilidade das transações, tanto maior será sua sensibilidade à distância geográfica. Nesses casos, o custo de cobrir a distância crescerá dramaticamente e em alguns, não importa o custo, a transação torna-se inviável a grande distância. Em contraste: quanto mais substantivamente simples, codificáveis, certas, previsíveis ou regulares forem essas transações, tanto menos elas serão prejudicadas pela distância geográfica. Por outro lado, o risco de instabilidade desses aglomerados regionais implica em uma agenda de ações de reforço para sua permanência competitiva, envolvendo o Estado entre os atores relevantes (Scott e Storper, 1993).

Assim, passa a haver uma nova compreensão da sinergia necessária entre as iniciativas locais e a ação estatal, dirigida ao provimento dos bens públicos e das articulações intra e extra Estado, essenciais ao pleno desenvolvimento das potencialidades de cada aglomeração territorial de atividades econômicas. O que ocorre, de fato, no ambiente globalizado, não é a anulação do Estado como agente ativo, mas sim o seu reescalonamento e a rearticulação entre suas distintas escalas de atuação. O tema da escalaridade espacial da ação do Estado e de sua adequação à dimensão escalar dos problemas e desafios a enfrentar, enunciado por Brenner (2010), foi incorporado à agenda brasileira por poucos autores (Brenner, 1999, 2004; Vainer, 2011; Brandão, 2011, 2013; Klink, 2013), que problematizam o tema, equacionando-o como desafio ainda por enfrentar adequadamente.

Essas interpretações mais recentes permitem substituir a dicotomia neoliberal entre Estado e mercado pela investigação das sinergias e parcerias público-privadas necessárias ao desenvolvimento regional, em conformidade com as especificidades de cada região. Elas incorporam a naturalidade dos conflitos interiores a cada aglomeração regional, motivados por interesses distintos e até contrapostos. Para além dos conflitos inerentes, propõem coalisões pelo desenvolvimento local, apoiadas nos elementos comuns das agendas específicas dos atores: segmentos empresariais diferenciados, trabalhadores, instituições de pesquisa e ensino, organizações da sociedade civil, governos locais. O alicerce dessas coalisões é o capital social, fundado em comunidades cívicas pré-existentes ou criado a partir do esforço conjunto dos atores interessados em se articular para vencer obstáculos ao seu próprio crescimento e consolidação.

Um formato cada vez mais disseminado no Brasil, para essa interação cooperativa entre distintos agentes, são os Arranjos Produtivos Locais (APLs). Eles materializam a institucionalidade requerida para construir e fortalecer o capital social necessário ao desenvolvimento setorial e regional. A junção de empresários, entidades empresariais, sindicatos, universidades e governos em torno de uma pauta de ações coletivas – que é o cerne dos APLs – potencializa os ganhos e cria um ambiente de confiança e reciprocidade, além de habituar os agentes a tratar seus problemas de forma política e não apenas gerencial. Recentemente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) criou o Observatório Nacional de APLs, para compartilhamento, troca e alinhamento de informações sobre eles e os instrumentos de apoio disponíveis¹⁶.

Nesse quadro, o papel do poder público é fundamental, especialmente na execução desse ambiente de confiança recíproca; da cooperação entre atores distintos, para além de suas relações competitivas e conflitivas; de planos e projetos de interesse comum; e da articulação entre as múltiplas escalas estatais, para interferência local nas políticas públicas superiores e obtenção de meios práticos de viabilização das metas estabelecidas.

O contexto institucional

O desenvolvimento regional, como estratégia e articulação de atores interessados, esbarra em limitações da estrutura jurídica do Estado brasileiro. Em um país continental – o quinto maior território do mundo – com imensa diversidade natural, social, econômica e cultural, a tríade federativa vigente é insuficiente para dar suporte à potencialização dessa diversidade, como fator de desenvolvimento. Inexistem figuras regionais e a expressão “região”, até pouco tempo atrás, designava os cinco agrupamentos de Estados identificados por pontos cardeais e colaterais (N, NE, CO, SE, S). As regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerações urbanas – realidades palpáveis, muitas delas objetos de estudos, referências econômicas e culturais – são ignoradas como sujeitos políticos no presente ordenamento constitucional. Os Consórcios

¹⁶ Costa (2007) faz um balanço da experiência dos APLs no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

públicos intermunicipais inexistiam até a promulgação da Lei n. 11.107, de 2005, regulamentada pelo Decreto n. 6.017, de 2007. Ou seja, são diplomas muito recentes e o tempo decorrido ainda é insuficiente para uma avaliação judiciosa de sua eficácia.

Acresce-se a natureza intrinsecamente nacional de instrumentos estratégicos de política econômica, tais como a taxa de câmbio, a taxa de juros, a emissão de moeda, as regras gerais do crédito e os agentes financeiros públicos. A eliminação dos bancos estaduais, mantendo apenas agências de fomento – sem prejuízo das críticas justificadas ao seu uso político distorcido no passado –, privou os próprios Estados de instrumentos creditícios mais abrangentes. Tampouco compete aos Estados, menos ainda aos municípios, atuar sobre o comércio exterior.

As ações estaduais e municipais no âmbito da dotação de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento econômico, muitas vezes, requerem aporte de recursos superior às capacidades orçamentárias determinadas pela repartição de atribuições arrecadatórias e das receitas tributárias. Estas são, ainda, impactadas pelas oscilações da conjuntura e da política econômica. A junção de esforços com a União torna-se, assim, imperiosa, o que faz pesar na balança a disponibilidade de recursos e a escala das prioridades federais, bem como o maior ou menor entrosamento político entre as distintas esferas federadas.

Além disso, a conjuntura e a política econômica incidem diretamente sobre as regiões, afetando sua receita tributária, capacidade competitiva, nível de atividade e geração de empregos. A região do Grande ABC é testemunha desses impactos, positivos e negativos, sobre a pujança de seu parque produtivo e o bem-estar de sua população.

Adicionalmente, o problema reportado por Brandão (2011) e Klink (2013) sobre as incoerências presentes na dimensão escalar do planejamento e ação estatais permanece não resolvido. As articulações intra e interescalas distintas do poder público permanecem muito aquém do necessário para integrar efetivamente o território nacional no conjunto das políticas públicas. Políticas setoriais não são articuladas regionalmente como deveriam. Isso não depõe contra políticas nacionais que efetivamente beneficiam regiões determinadas, como foi o caso da região do Grande ABC e especialmente do nordeste brasileiro nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff

(2011-2014). Mas há ainda todo um desafio a enfrentar, referente à integração espacial efetiva das políticas públicas em cada esfera federada e entre elas. Trata-se de questão importante para impulsionar o desenvolvimento regional em âmbito nacional.

Uma dificuldade estrutural para o desenvolvimento regional localiza-se nos próprios agentes que devem ser os sujeitos do processo. Algumas resistências têm raízes históricas e precisam ser assumidas, compreendidas e superadas em um esforço coletivo. Primeiramente, em um país cuja industrialização decorreu essencialmente da ação *top-down* do Estado nacional, a própria ideia de que cooperação e competição se reforçam é rara no segmento empresarial. Trata-se de uma cultura a construir. Por outro lado, a cooperação capital-trabalho em agendas desenvolvimentistas ainda é vista com desconfiança por ambos os lados, como se implicasse na renúncia à defesa de interesses conflitantes – o que não é necessariamente verdade. A região do Grande ABC é uma exceção nesse sentido, depois de ter sido palco de históricos enfrentamentos com impactos nacionais.

A interação universidade-empresas é outro tabu a remover. As desconfianças são recíprocas: desde a dicotomia ciência pura “*versus*” aplicada no meio acadêmico; até o desconhecimento das potencialidades da pesquisa científica para a inovação nas empresas. E os *timings* distintos desses agentes, intrínsecos à natureza específica de cada um, não contribuem para aproximá-los. Urge buscar soluções inovadoras capazes de fazer convergir os interesses – o que, como se reportará neste livro, já se iniciou no Grande ABC e tem muito ainda a avançar.

Finalmente, são raras as iniciativas das prefeituras na promoção de ambientes e ações favoráveis ao desenvolvimento local. O papel de aglutinador de interesses comuns, de implementador de processos de busca de soluções conjuntas que promovam maior confiança e cooperação, bem como de articulador dos agentes locais aglutinados junto a esferas superiores do poder público – este, ao menos, da natureza política dos governos municipais, mas nem por isso disseminado entre eles – é mais frequentemente relevado. Prevaecem as ações pontuais, o atendimento de balcão, pleitos muito eventuais, quase clientelistas, aos Executivos das esferas supramunicipais e eventuais articulações com os Legislativos Estadual e Federal – itens necessários, mas não suficientes. Daí a importância nacional da experiência de São Bernardo do Campo.

Este conjunto de restrições não é um obstáculo absoluto, mas compõe uma agenda necessária à realização de processos de desenvolvimento local e regional protagonizados pelos agentes do respectivo território. E o papel central, mais uma vez, compete ao poder público na escala local, sem prejuízo de estímulos e ações indispensáveis das esferas federadas superiores.

O desenvolvimentismo em São Bernardo do Campo

Este capítulo resgata os impactos do ambiente macroeconômico (conjuntura e política) de âmbito nacional na região, desde o período antecedente até a época enfocada neste livro, e apresenta uma síntese geral das duas gestões do prefeito Luiz Marinho.

A evolução do cenário nacional e seus impactos no Grande ABC

A região do Grande ABC, que foi afetada pela estagnação desde a ‘década perdida’ (anos 1980), agravada no período Collor de Melo (1990-1992), voltou a ser duramente penalizada na era FHC (1995-2002). Recessão e desemprego industrial, decorrentes das políticas de ajuste macroeconômico de corte neoliberal, bem como da abertura selvagem do mercado doméstico às importações, somaram-se à guerra fiscal estimulada pelo próprio governo federal e atingiram o Grande ABC de modo particularmente agudo, dada sua forte densidade industrial. A devastação ambiental acelerou-se com a piora das condições socioeconômicas, em virtude do desemprego em massa: 81 mil empregos foram perdidos na indústria local nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (Conceição, 2014). Os indicadores socioeconômicos indicavam tendências exclusivamente negativas.

O ambiente psicossocial criado pelo neoliberalismo então vigente piorava tudo: atribuíam-se à própria região seu mau desempenho. O ‘custo ABC’ tornou-se um estigma. No centro desse pretenso grilhão apontava-se o sindicalismo local como o principal vilão e os salários mais altos (no contexto nacional) da indústria local como inviabilizadores da continuidade das empresas. No reverso, a maior produtividade da força de trabalho, a cultura industrial, a renda mais elevada e a excelência acadêmica e técnica local eram solenemente desconsideradas. Insistia-se no ocaso da era industrial na região.

As reações dos agentes locais, iniciando-se pela criação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC (1990) e da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC (1998), sob a liderança do então prefeito de Santo André, Celso Daniel, voltaram a destacar a região no cenário nacional e mesmo internacional. O sindicalismo local, capitaneado pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, lançou-se nos anos 1990 à luta pela preservação das indústrias e dos empregos, na qual se notabilizou, entre outros, Luiz Marinho, atual prefeito de São Bernardo do Campo e vice-presidente do Consórcio Grande ABC (Conceição, 2008).

Finalmente, com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2014), a região do Grande ABC voltou a respirar os ares do crescimento econômico e da distribuição da renda. O setor automotivo beneficiou-se da retomada do crescimento e das políticas industriais e creditícias do governo federal. A ampliação do Polo Petroquímico de Santo André e Mauá reforçou esse segmento e suas cadeias produtivas a jusante, como química e plástica. A implantação da Universidade Federal do ABC, antigo pleito que remonta ao início da articulação regional, acrescentou excelência acadêmica à já existente. O volume de investimentos da ordem de R\$ 2,1 bilhões para mobilidade, habitação e infraestrutura, anunciado em 2013 pela presidente Dilma Rousseff, representa uma alavanca importante para a melhora da qualidade de vida dos 2,5 milhões de habitantes da região do Grande ABC. As políticas sociais, como o Bolsa Família e o Programa de Valorização do Salário-Mínimo, também refletiram na região. Os indicadores sociais mostram avanço no tocante à distribuição de renda, em âmbito nacional e também no Grande ABC, nos últimos doze anos.

Uma inflexão no crescimento foi sentida em 2009, com o desembarque da crise financeira mundial: o PIB estagnou, embora os empregos tenham conti-

nuado a aumentar. Na região, o impacto, novamente, teve maior intensidade. A reação foi imediata, com convocação do Seminário 'O ABC do Diálogo e do Desenvolvimento', por iniciativa dos sindicatos e apoio das prefeituras. A reunião de importantes lideranças empresariais, sindicais e políticas, como dois ministros de Estado (incluindo a então ministra Dilma Rousseff), o então governador José Serra, os prefeitos da região, secretários estaduais e municipais, deu vazão a pleitos e resoluções de ação coletiva que se viabilizaram mais tarde. É o caso da vinda, a convite, do presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e a criação de um grupo de trabalho automotivo regional, com subcomissões temáticas.

Porém, o mal-estar foi breve. Uma bem-sucedida política anticíclica, que combinou ampliação de gastos federais (PAC II e o Programa Minha Casa, Minha Vida) e forte atuação creditícia dos bancos públicos federais face à retração do segmento bancário privado, com a preservação das políticas sociais em vigor, permitiram que o Brasil fosse um dos países com menor duração temporal e mais suaves efeitos da crise, além da taxa positiva de geração de empregos. Já em 2010, o Brasil cresceu 7,5%, uma das maiores taxas do mundo. A região voltou então à normalidade econômica.

O quadriênio seguinte combinou novos desafios para o Brasil e para a região do Grande ABC. A redução do crescimento econômico foi, primeiramente, induzida pelo governo federal para evitar pressões inflacionárias excessivas; em seguida, as tentativas de retomar taxas sustentáveis de crescimento foram infrutíferas. Não obstante, a geração de empregos e a redução da miséria seguiram em ritmo positivo.

O desafio do crescimento está associado a, pelo menos, dois fatores-chave: a taxa de câmbio e a taxa de investimento da economia. O câmbio foi valorizado em anos recentes em virtude do bom desempenho das exportações e da entrada maciça de investimentos externos. Paradoxalmente, esse fator dificulta a continuidade das exportações e impõe dificuldades ao setor produtivo, com a entrada crescente de bens e insumos importados. Houve recente inflexão da taxa cambial, mais intensamente em 2015, o que em médio prazo poderá aliviar pressões negativas na balança comercial. Por sua vez, o investimento, além de impulsionar o crescimento sustentado no tempo, tornou-se indispensável para a modernização e a inovação no setor produtivo,

condição para aumentar sua competitividade doméstica e internacional. Esses desafios se impõem desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff e estão no centro do segundo.

Para a região do Grande ABC, o crescimento das importações de produtos e insumos tornou-se um foco de preocupação. Os segmentos que, conforme exposto mais adiante, começaram a se organizar desde 2010, como o de ferramentaria, têm essa problemática no centro de suas atenções.

Um foco adicional de preocupações para a região é o ajuste de conteúdo conservador em curso em 2015. Tendências recessivas e restrições ao crescimento da renda e do emprego são riscos a serem enfrentados. O sindicalismo local já foi desafiado e respondeu bem às primeiras iniciativas de cortes de empregos por montadoras locais, alcançando bons acordos em sequência às mobilizações realizadas. Vislumbra-se um período de dificuldades, com duração indeterminada – as previsões otimistas sugerem cerca de dezoito meses.

O reverso positivo, além da continuidade da ampliação das políticas redistributivas, são as políticas industriais e de conteúdo nacional, executadas desde o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e fortalecidas no governo Dilma Rousseff. O InovarAuto, o InovaDefesa, o InovaSaúde e o modelo de partilha do Pré-Sal, acoplado à política de conteúdo nacional da Petrobras, além dos fundos geridos pelo BNDES e Finep, dão suporte ao adensamento de cadeias produtivas estratégicas para o país. Sua realização teve efeitos positivos e, simultaneamente, revelou pontos que requerem aperfeiçoamentos – como a identificação do efetivo conteúdo nacional de insumos tidos como de fabricação doméstica, mas com possível proporção significativa de componentes importados. Para o Grande ABC, essas políticas representam oportunidades a explorar, com a ação coletiva dos agentes organizados por iniciativa da prefeitura de São Bernardo do Campo e das instituições regionais – o que já se iniciou.

Resta assinalar fatos auspiciosos em meio ao ambiente mais desafiador acima mencionado. A instalação anunciada de fábrica de aeroestruturas em São Bernardo do Campo pela Saab sueca, na esteira de sua escolha como fornecedora de 36 caças supersônicos para a Força Aérea Brasileira, abre perspectivas importantes de diversificação produtiva na região. Os novos investimentos anunciados pela Toyota e Scania no município dão sequência a anúncios po-

sitivos no setor automotivo, iniciados com a produção do *New Fiesta* pela unidade local da Ford, ainda em 2013. Essas notícias contrabalançam parcialmente as iniciativas de demissões, citadas, que mobilizaram o forte sindicalismo local e reverteram em vitórias deste último. E os grandes investimentos da administração municipal em diversas áreas – com destaque para mobilidade e logística, sem desconsiderar outras áreas de grande relevância – contribuem para ampliar o acesso dos munícipes a serviços essenciais, melhoram o ambiente em termos de vida, trabalho e negócios e contribuem para movimentar a economia local e regional.

Os investimentos privados referidos acima são objeto de alguns dos artigos que compõem capítulo mais adiante deste livro e serão melhor avaliados nesse contexto. Já os investimentos públicos são examinados em detalhe a seguir.

O papel da liderança no processo desenvolvimentista

Em 13/9/2013, o prefeito Luiz Marinho participou de debate a respeito da vida e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O painel, intitulado ‘JK: as lições para a atualidade’, reuniu estudantes, professores e familiares de JK, que foi homenageado no dia. Segundo o prefeito, ‘nós devemos muito a JK (...). É de seu governo a criação da indústria automotiva no Brasil, com a atração das montadoras e toda a cadeia de autopeças para a região do ABC’. Ele destacou também a implantação da gestão democrática do orçamento público e os investimentos em inovação tecnológica feitos por JK: ‘Em São Bernardo, temos o PPA Participativo e o Orçamento Participativo (OP), instrumentos que permitem que o cidadão tenha mais familiaridade com a gestão de sua cidade e dê sugestões concretas sobre a destinação dos recursos públicos’. Na ocasião, o prefeito também destacou a intenção da prefeitura em constituir um parque tecnológico na cidade.

O episódio é emblemático de elementos em comum entre o prefeito e o ex-presidente. O impulso desenvolvimentista não ocorre espontaneamente, ou por simples definição de um plano de governo – embora tal plano seja indispensável. O papel da liderança, em casos desse gênero, é insubstituível. Ambos mostraram-se preparados para exercê-la com eficácia e persistência.

JK mostrou possuir arrojo, perspectiva futurista, visão de estadista e obsessão na busca do desenvolvimento. Esses atributos revelaram-se cedo em sua trajetória:

Como prefeito de Belo Horizonte, JK desenvolveu uma administração dinâmica, voltada para as mais distintas áreas; preocupado em remodelar a cidade, investiu em obras públicas e saneamento urbano, ofereceu incentivo à cultura e assistência aos mais pobres. No entusiasmo de seus trinta anos, tanto restaurou a capital mineira que acabou sendo apelidado de o ‘prefeito-furacão’. (...) Um dos marcos de sua administração e cartão de visita da moderna Belo Horizonte é o conjunto arquitetônico da Pampulha, projetado por Oscar Niemeyer em tempo recorde. Em apenas nove meses, a cidade ganhou um moderno ponto turístico e um arrojado centro de recreação, constituído de lago artificial pontilhado por casas de diversão e ligado ao centro por avenidas largas. (Cohen, 2005).

No exercício da Presidência da República, em regime democrático, JK realizou o plano de metas, que consistia em um conjunto de investimentos, subsídios e incentivos para a aceleração do processo de industrialização. Energia, transporte, siderurgia e refino de petróleo foram os setores que lideraram os investimentos públicos. No conjunto, o plano tinha 31 metas, mais uma meta-síntese: a construção de Brasília. O planejamento foi efetuado por meio de grupos executivos setoriais, que reuniam técnicos dos setores público e privado, concretizando uma parceria fundamental.

O avanço tecnológico decorrente da atração das indústrias em expansão pelo mundo, implantando novos segmentos industriais no país – especialmente a indústria automotiva –, era explicitamente perseguido por JK. Sua liderança expressava o novo estágio econômico, político, social e cultural do Brasil. Mais que isso, impulsionava a sociedade a realizar metas ambiciosas e a avançar ‘cinquenta anos em cinco’, conforme seu lema de governo. O avanço não se restringiu à economia: o Brasil desejava conhecer melhor a si mesmo, desenvolver suas potencialidades, abrir-se para o mundo sem perder sua identidade, ou melhor, consolidando-a. O apelido recebido por JK – o ‘presidente bossa-nova’ – é expressivo desse período. Bem como a construção da nova capital em pleno planalto central, atitude inédita em um país até então concentrado no litoral, característica de um território primário-exportador. Essa ca-

racterística passava então por forte mudança: foi no início do governo JK que a indústria alcançou o mesmo patamar da agropecuária na formação do PIB. E o papel do presidente mostrou-se fundamental para ampliar esse avanço.

Traçar um paralelo com a figura do prefeito Luiz Marinho em São Bernardo do Campo é tarefa relativamente fácil, desde que se considere a diferença de época (portanto, também dos desafios e possibilidades) e, ainda, a diferença na escala territorial de atuação. O fato relevante é o exercício, também neste caso, de uma liderança capaz de apontar metas avançadas, tidas por alguns como visionárias ou mesmo demagógicas, mas que acabaram mostrando-se factíveis. Também se percebe a obsessão com os resultados pretendidos, a aplicação de procedimentos democráticos que envolvessem a sociedade no debate das políticas públicas, bem como o uso do planejamento como ferramenta fundamental de gestão, com caráter marcadamente estratégico e, ao mesmo tempo, participativo.

Se JK foi chamado de ‘furacão’, quando prefeito, Luiz Marinho recebeu diversos adjetivos, alguns menos elogiosos, ao anunciar a pretensão de acelerar a chegada do metrô a São Bernardo do Campo – acontecimento previsto originalmente para ocorrer entre 2025 e 2030. A competência pelo investimento é estadual, o que não impediu o prefeito, desde o início de sua primeira candidatura, de expressar a proposta e apresentar o projeto executivo. Igualmente, seu envolvimento com a concorrência para o fornecimento de 36 caças supersônicos à Força Aérea – assunto de alçada federal – buscando explicitamente atrair segmentos da indústria de Defesa para o município, trouxe-lhe admiração, por um lado, mas também críticas ácidas, por outro. Como se verá, ambos os objetivos se concretizaram. Esse arrojo, reafirmado na intenção de instalar um Parque Tecnológico, um aeroporto de cargas e um retroporto na cidade, revolucionar a mobilidade urbana e expandir as políticas sociais, traz a marca da liderança necessária para estimular segmentos sociais diversos a avançar em conjunto para objetivos ambiciosos.

O conjunto da obra do prefeito Luiz Marinho encontra-se exposto nas próximas seções deste capítulo. Os capítulos IV e V, por sua vez, descrevem de forma mais detalhada os aspectos mais focados neste livro: o diálogo social com participação cidadã e as políticas voltadas especificamente ao desenvolvimento econômico local. Em Apêndice, apresenta-se o resumo biográfico do Prefeito, que indica a sua trajetória.

Principais obras e ações da prefeitura no período

Introdução

A eleição e consecutiva reeleição do prefeito Luiz Marinho marcaram uma virada no desenvolvimento urbano de São Bernardo do Campo. A simples lista das obras e dos investimentos realizados é demonstrativa da abrangência e profundidade das mudanças implantadas na cidade: infraestrutura física, políticas sociais e desenvolvimento econômico receberam forte impulso. Contudo, há outros elementos que também conformam uma gestão inovadora, no âmbito da elaboração dos projetos que se materializaram em obras e investimentos municipais.

O primeiro é a utilização do planejamento estratégico como ferramenta de gestão. Planejamento esse que não se limita aos aspectos técnicos, elaborados interiormente à prefeitura. Se, de um lado, há forte preocupação com a qualidade técnica dos diagnósticos e dos projetos, por outro estes são apresentados e debatidos por meio da participação cidadã. O aspecto participativo adquiriu tamanha importância nas duas gestões que será tratado em capítulo específico, à frente.

No tocante à qualidade técnica, trata-se de exigência constante do prefeito junto à equipe de governo e seus escalões técnicos. A qualidade dos projetos elaborados é o que habilitou a prefeitura a captar vultosos recursos federais para sua execução, em parceria profícua para o município e a sociedade local.

Um elemento adicional de gestão foi o incentivo à ação matricial do governo municipal. A ação combinada entre diversas secretarias passou a ser vista como indispensável ao bom andamento e conclusão dos projetos, e a muitas atividades de caráter permanente. Em capítulos subsequentes, poderá ser observada a aplicação dessa diretriz a algumas das políticas de desenvolvimento econômico local, envolvendo secretarias-meio ou secretarias-fim em muitos projetos que requeriam essa ação conjugada. A diretriz, contudo, foi implementada em políticas variadas em diversos campos da atuação governamental. Não se trata de processo simples, porque combina óticas, equipes, métodos e ritmos diferenciados. No entanto, o sucesso de muitos dos projetos relatados a seguir teria sido impensável sem essa articulação interna ao governo municipal.

A abrangência das obras e investimentos municipais é mais facilmente aquilatada por meio das matérias jornalísticas da própria prefeitura, que rela-

tam detalhes técnicos relevantes e apresentam os impactos na vida da cidade após sua conclusão. O presente capítulo baseia-se nesse material, de forma a transmitir a diversidade e a importância das obras realizadas e em andamento ao longo dessas duas gestões¹.

O que sobressai é o esforço por transformar a cidade em aspectos fundamentais para a qualidade de vida dos seus habitantes e da vida das organizações produtivas nela localizadas.

Descrição das principais obras e ações

SAÚDE

Novo Hospital de Clínicas

Com as presenças da presidenta da República, Dilma Rousseff, do ex-presidente Lula, e do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o prefeito de São Bernardo do Campo [Luiz Marinho] inaugurou em 13/12/2013 o Hospital Municipal de Clínicas José Alencar, na região do Alvarenga, uma das maiores obras do seu governo e um dos mais modernos hospitais do país (...). Dilma disse ter ficado espantada, de forma positiva, com a qualidade do hospital, que contará com 293 leitos e capacidade para realizar, mensalmente, cerca de 10 mil consultas, 1,5 mil internações e 1,5 mil cirurgias. ‘Me chamou a atenção o cuidado com os detalhes, como, por exemplo, a existência de janelas na UTI. Além de contar com equipamentos de última geração, é um hospital acolhedor, que foi construído e imaginado para atender pessoas. Ele tem um grau de humanidade que torna a situação de fragilidade (dos pacientes e seus familiares) mais facilmente suportável’, disse. ‘Meu aniversário é amanhã, mas o presente é para São Bernardo’, finalizou Dilma, que completa 66 anos (...).

O prefeito disse estar vivendo um dos dias mais felizes da sua vida pública. ‘O que eu mais ouvia da população, durante minha campanha para prefeito, era um apelo para que melhorássemos as condições de saúde da nossa cidade’, lembrou, ressaltando, ainda, que o hospital irá beneficiar toda a região. ‘Quando o Hospital de Clínicas Municipal estiver em pleno funcionamento, nós deixaremos de deman-

¹ www.saobernardo.sp.gov.br

dar vagas para os outros hospitais da região, e isso vai refletir na melhora do fluxo de agendamento para todo o ABC’, concluiu. Na obra foram R\$ 165 milhões de investimentos, dos quais R\$ 83 milhões vieram do governo federal, R\$ 52 milhões da prefeitura e R\$ 30 milhões do Estado.

Durante a solenidade, Alexandre Padilha assinou portaria que libera o repasse do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 60 milhões por ano para o custeio do hospital, que começa a vigorar a partir de dezembro de 2013. ‘O repasse para custear as despesas irá aumentar proporcionalmente, conforme a implantação gradativa dos serviços’, anunciou o ministro. A primeira fase de funcionamento começará (...) com 70 leitos de internação para clínica médica, sendo 10 leitos de UTI, e, na sequência, para as especialidades de traumatologia, ortopedia e neurocirurgia. Na segunda fase, com início em 2014, haverá a ampliação de leitos das especialidades cirúrgicas e clínicas, incluindo a abertura do serviço de cirurgia vascular e de uma unidade de internação com 17 leitos para os casos de dependência química. A partir de 2015, terá início a última fase, quando o HC contará com todos os leitos instalados e extensa oferta de diagnóstico por imagem, como tomografia computadorizada, ressonância magnética, ultrassonografia, endoscopia digestiva, colonoscopia, broncoscopia, eletroencefalograma, eletrocardiograma, teste de esforço, litotripsia, tratamento de cálculo renal e medicina nuclear. Além de serviços de alta complexidade, que necessitam de habilitação do Ministério da Saúde, como transplantes. Os pacientes serão encaminhados pelas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Pronto-Socorro Central. (Ana Lúcia, Secom/PMSBC, 13/12/2013)

Novas UPAS (nove) e Reforma de UBSs (29)

Entre os avanços obtidos nestes dois últimos anos [2009-2010], figuram a inauguração de quatro Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) 24 horas: Vila São Pedro, União/Alvarenga, Demarchi/Batistini e Riacho Grande. A assinatura da ordem de serviço para as obras das UPAs Paulicéia/Taboão, Baeta e Alves Dias/Assunção estão previstas para os próximos dias, somando nove UPAs até 2012; a entrega de três farmácias populares (Centro, Riacho Grande e Rudge Ramos); e mais duas a serem entregues ainda este ano, inauguração da UBS do Jardim das Oliveiras; entrega da reforma e ampliação da UBS Santa Cruz e as obras em an-

damento das UBSs São Pedro, dos Finco e Ferrazópolis. Ao todo, 29 das 32 UBSs existentes passarão por obras até 2012. Estão previstas mais cinco novas unidades: Rudge Ramos, Batistini, Montanhão/Silvina, Areião e Chácara Silvestre. (Vanessa Oliveira, Secom/PMSBC, 23/3/2011)

Novo Pronto Socorro Obstétrico do Hospital Municipal Universitário (HMU)

Com a presença do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, o Pronto-Socorro Obstétrico e Ginecológico do Hospital Municipal Universitário (HMU) foi inaugurado em 28/1/2011 pelo prefeito de São Bernardo do Campo. Localizado no Bairro Rudge Ramos, o hospital passou por adequação da sua área física a fim de receber o serviço, que até então funcionava no Pronto-Socorro Central. Para o chefe do Executivo, com essa transferência a atenção à mulher no município dará um grande salto de qualidade em relação ao atendimento às emergências ginecológicas e obstétricas, com maior agilidade na resolução dos casos, não sendo mais necessária a transferência entre serviços.

‘Alexandre Padilha é o primeiro ministro após a posse da presidente Dilma Rousseff a visitar o Grande ABC. Com ele no Ministério da Saúde, tenho certeza de que vamos avançar muito com nossos projetos. Um dos exemplos é o Hospital de Clínicas, previsto para ser inaugurado em março de 2012. Esse equipamento ajudará na consolidação dos perfis de cada estabelecimento e, no caso do HMU, a proposta é que se torne um hospital da mulher. Esta unidade que entregamos hoje já é um grande passo nesse sentido’, destacou o prefeito. Atualmente, o HMU realiza cerca de 300 partos por mês, o que equivale a mais de 60% da demanda de partos da rede pública da cidade. Com a inauguração do Hospital de Clínicas, será possível atender 100% da demanda atual. Já o ministro da Saúde falou da importância de São Bernardo para o país e anunciou que a saúde no município e na região receberá grande atenção do governo federal. Outra iniciativa elogiada pelo ministro foi o serviço Soluções e Orientação ao Usuário (SOU), que tem como finalidade prestar informações aos usuários e encaminhar sugestões, críticas e elogios aos diferentes setores do Complexo Hospitalar da cidade, formado pelo Hospital de Ensino Anchieta, Hospital Municipal Universitário (HMU), Pronto-Socorro Central e Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM).

‘Um dos compromissos da presidente é aprimorar os atendimentos de urgência e a oferta de especialidades. Essa unidade que o prefeito inaugurou hoje já vem ao encontro dessa proposta. São Bernardo inclusive também já mostrou bastante interesse em iniciar o nosso programa Rede Cegonha, que pretende qualificar a atenção à saúde da gestante, desde o posto de saúde, o pré-natal e o pós-natal. Quem sabe a cidade não se torne a primeira a contar com esse programa?’, citou o ministro. Na ocasião, Padilha fez uma fala dirigida aos agentes comunitários de saúde e agentes de controle de epidemias enfatizando a importância do controle da dengue. Após a solenidade, os agentes saíram em grupos numa operação casa a casa para conversar com os moradores.

Com uma área de 400 m², o PS Obstétrico recebeu investimento de R\$ 626 mil na reforma e R\$ 232 mil em mobiliário e equipamentos, e tem capacidade para receber uma demanda em torno de 100 pacientes por dia. A unidade tem entrada independente para ambulâncias, sala totalmente equipada para o atendimento às emergências, ampliação da recepção de urgência e emergência, sala específica para classificação de risco, três consultórios, além de uma sala com seis leitos de observação e outra com cinco poltronas para administração de medicamentos. A unidade conta com equipe de dois médicos, duas enfermeiras, quatro técnicos de enfermagem e recepção exclusivos, além da equipe multiprofissional do hospital que fará apoio em casos específicos conforme as necessidades do paciente. A transferência do PS Obstétrico e Ginecológico para o HMU, no entanto, ainda não dará condições à rede pública de Saúde do município de absorver 100% dos partos. Para tal, o HMU deverá passar por um incremento em seus leitos de maternidade e neonatologia, o que será possível apenas após a conclusão do Hospital de Clínicas. (Vanessa Oliveira, Secom/PMSBC, 28 de Jan de 2011)

Centro de Especialidades Odontológicas

A presidente Dilma Rousseff e o prefeito de São Bernardo do Campo entregaram em 28/5/2014 a unidade do Brasil Sorridente/Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Alvarenga. O espaço marca os 10 anos do programa do governo federal, que contabiliza mais de mil unidades em todo o país. O evento contou também com a presença do ministro da Saúde, Arthur Chioro, entre outras autoridades.

O CEO Alvarenga, que receberá o nome da dentista Cinthya Magaly Moutinho de Souza, assassinada por grupo de assaltantes em seu consultório, em abril de 2013, é a segunda unidade do programa no município e será referência para os bairros Alvarenga, Ipê, União, Jardim das Oliveiras, Orquídeas, Vila Marchi, Alves Dias, Nazareth e Vila Rosa.

A prima da dentista, Mônica Moutinho, recebeu uma placa com a homenagem e revelou que Cinthya fazia um trabalho social que não era de conhecimento da família. ‘Depois da tragédia, descobrimos que ela fazia atendimentos gratuitos até a meia-noite e ainda doava próteses’, destacou.

A presidente Dilma Rousseff destacou que o Brasil Sorridente completa as políticas da Atenção Básica à Saúde. ‘Em 2003, 13% dos adolescentes nunca tinham ido ao dentista, 45% dos brasileiros não escovavam os dentes de forma regular e um quinto da população brasileira já tinha perdido todos os dentes. Antes, o tratamento na rede pública era arrancar o dente que estava doendo. Hoje, além de tratar, também fornecemos próteses e contabilizamos 16 milhões de procedimentos no país e 500 mil próteses entregues. Esse último dado equivale a 20 vezes mais do que foi feito antes do programa’, destacou.

O prefeito de São Bernardo destacou que a expectativa é dobrar o atendimento feito na cidade, pois em janeiro de 2015 deverá ser inaugurada a unidade do CEO Silvina. ‘Essa era uma política que não havia antes na cidade. Agora a implementamos e o atendimento odontológico faz parte da Atenção Básica da cidade. Esse é um dos motivos que estamos reformando e ampliando as Unidades Básicas de Saúde, para garantir esse atendimento na UBS. E o que não é resolvido na unidade, é encaminhado para o Brasil Sorridente’, explicou.

Já o ministro da Saúde, Arthur Chioro, lembrou que antes a pessoa tinha de ter a sorte de morar em uma cidade com atendimento odontológico para ter acesso a um dentista. ‘Hoje contabilizamos 23,5 mil equipes de saúde bucal no país, o que garante acesso e atendimento de qualidade às pessoas que não podem arcar com os gastos de um dentista’, salientou.

Beneficiário do programa e morador de São Bernardo, José Mário Postal elogiou o programa, por meio do qual conseguiu uma prótese total. ‘Eu tinha dificulda-

des para comer e até vergonha para sorrir. Há pouco mais de um ano, consegui a prótese’, disse.

A nova unidade tem 680m² de área construída, onde estão dispostos dez consultórios odontológicos, além de salas de enfermagem, reuniões, gerência e administração, bem como ambientes para os serviços de raios X, esterilização e laboratório de próteses dentárias. Haverá atendimentos específicos para pacientes especiais e nas especialidades de endodontia, estomatologia, cirurgia e periodontia, além de laboratório para próteses dentárias.

Para a construção da nova unidade, a prefeitura de São Bernardo investiu R\$ 1.747.105,71, com recursos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Outros R\$ 442.002,12 foram destinados à compra de mobiliário e computadores, entre outros equipamentos. Os dez equipamentos odontológicos foram fornecidos pelo Ministério da Saúde, que também repassará mensalmente R\$ 19,5 mil para manutenção da unidade.

A secretária de Saúde de São Bernardo destacou que a porta de entrada para o serviço são as Unidades Básicas de Saúde (UBSs), que agora também contam com o serviço de odontologia. ‘Estamos reformando e ampliando as unidades, que estão ganhando espaço para esse tipo de atendimento. O que não é resolvido na UBS é encaminhado para o CEO’, explicou.

São Bernardo conta com 63 equipes. (Vladimir Ribeiro, Secom/PMSBC, 28/5/2014)

Rede de Saúde Mental

A política adotada por São Bernardo (...) tornou a cidade referência nacional na área de atendimento à saúde mental. O modelo adotado em São Bernardo prevê o atendimento das necessidades médicas, mas também psicológicas, sociais e profissionais dos usuários. Todas as ações contam com a parceria do Ministério da Saúde, do governo federal. O resgate da liberdade, da autonomia e dos direitos dos atendidos se contrapõe ao sistema de internação manicomial, marcado pelo confinamento, dependência e perda da dignidade.

A rede de Saúde Mental de São Bernardo realiza em média 4 mil atendimentos por mês e conta com 1.500 pessoas em oficinas terapêuticas diversas. Dessas, cerca de 770 são usuários de álcool e outras drogas. O movimento antimanicomial nasceu na Itália, na década de 1960, quando a internação de portadores de doenças mentais em instituições psiquiátricas começou a ser contestada como a melhor forma de tratar as pessoas.

No Brasil, essa mudança começou em 2001, com a aprovação do projeto de lei 10.216, que introduziu a reforma psiquiátrica no país, transferindo o tratamento, que se concentrava na instituição hospitalar, para uma rede de Atenção Psicossocial com unidades abertas. Como símbolo do esforço, foi instituído o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, comemorado em 18 de maio. Para celebrar a data, a prefeitura de São Bernardo organizou ampla programação de 13 a 25 deste mês, que englobou piqueniques, torneio de futebol, rodas de conversa, conferências e mostras de cinema, entre outras atividades.

A partir de 2009, a prefeitura de São Bernardo vem ampliando e aperfeiçoando continuamente a rede de saúde mental. O número de Centros de Atenção Psicossocial (Caps) foi de dois para seis unidades – sendo uma infantil. Além disso, o horário de funcionamento dos Caps Álcool e Drogas (AD) passou a ser 24 horas. A prefeitura implementou também duas repúblicas terapêuticas, cinco residências terapêuticas, o Consultório de Rua e o Conselho Municipal de Prevenção e Atenção às Pessoas em Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas (Comad). (Vanessa Oliveira, Secom/PMSBC, 24/4/2013)

A atuação de São Bernardo na saúde pública ganhou mais dois importantes reconhecimentos, desta vez, porém, na esfera estadual. A prefeitura conquistou o Prêmio David Capistrano com o trabalho desenvolvido pelo Consultório de Rua, que atende gestantes usuárias de drogas. O De Bem com a Vida, que estimula a prática de atividades físicas e de lazer entre os usuários das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), recebeu menção honrosa. As escolhas ocorreram durante o XXVI Congresso de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo, encerrado na sexta-feira (9), em Marília. (Vanessa Oliveira, Secom/PMSBC, 13/3/2012)

Programa de Internação Domiciliar

O Programa de Internação Domiciliar (PID) de São Bernardo do Campo foi selecionado pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS) como uma das experiências que podem servir de modelo para todo o país. O conjunto de práticas adotadas pela cidade é detalhado na publicação ‘Atenção Domiciliar no SUS: Resultado do Laboratório de Inovação em Atenção Domiciliar’, que reúne práticas exitosas em 10 municípios brasileiros.

Realizado em parceria com o Ministério da Saúde, o estudo realizou, ao longo de um ano, visitas *in loco*, entrevistas com gestores e troca de experiências entre os serviços selecionados e especialistas na área. O objetivo é impulsionar, em todo o país, a adoção da atenção domiciliar de maneira que substitua ou complemente as demais modalidades, como a hospitalar e ambulatorial.

Em São Bernardo, o PID foi implementado em 2009 e atende, em casa, cerca de 300 pacientes estáveis com quadro clínico complexo. A prática humanizada é a base do atendimento, realizado por equipes multiprofissionais formadas por médico, enfermeiro, técnicos de enfermagem, assistente social, fonoaudiólogo, fisioterapeuta e nutricionista. Eles realizam visitas periódicas, conforme a necessidade, e prestam assistência não só ao paciente, mas à família, dando todo o suporte e treinamento necessário aos cuidadores.

A publicação da OPAS destaca como práticas inovadoras do PID em São Bernardo o Sistema de Classificação de Pacientes (SCP). Já na primeira avaliação, antes da alta hospitalar, cada profissional da equipe do programa classifica o paciente conforme a categoria de cuidados – mínimos, intermediários ou intensivos –, o que vai determinar o plano de atenção domiciliar. A partir desse conceito são definidas a frequência das visitas que o paciente receberá de cada especialista e também a quantidade de insumos e medicamentos necessários ao atendimento.

Outra característica do serviço elogiada pela publicação é que o PID conta com um enfermeiro gestor de campo e intercorrências, que recebe diariamente o relato dos atendimentos de todos os profissionais, registra os dados em planilha e consegue garantir, com segurança e agilidade, visitas não rotineiras, insumos não programados e reavaliações de casos, além de determinar as prioridades e organizar

as agendas dos profissionais. Com isso, foi possível dobrar o número de pacientes atendidos por uma mesma equipe.

A secretária de Saúde de São Bernardo afirmou que o PID ajudou a administrar a situação de déficit de leitos na cidade, ao mesmo tempo em que propiciou outra vivência do paciente com seus familiares, redescobrando vínculos e afetos. ‘Ver nosso trabalho reconhecido e divulgado para servir de exemplo a outros municípios renova nossas forças e revigora nossa fé em uma saúde melhor’. (Illenia Negrin, Secom/PMSBC, 9 /2/ 2015)

EDUCAÇÃO

Centros Educacionais Unificados (CEUs)

O prefeito de São Bernardo do Campo [Luiz Marinho] inaugurou em 14/6/2012, o Centro Educacional Unificado (CEU) Regina Rocco Casa, o primeiro da cidade. Também participaram do evento o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a senadora Marta Suplicy, idealizadora do modelo educacional quando foi prefeita de São Paulo, e o ex-ministro da Educação Fernando Haddad.

O nome do CEU é uma homenagem à mãe da ex-primeira-dama Marisa Letícia, que também prestigiou o evento ao lado de familiares. O centro educacional zera o déficit de vagas da educação infantil na região da Vila São Pedro, Vila Esperança, Jardim Irajá e adjacências. Muito emocionado e sem perder o bom humor, o ex-presidente Lula lembrou aos presentes que, se tivesse juízo, não iria falar. No entanto, destacou em seu discurso que o chefe do Executivo está revolucionando a educação de São Bernardo. ‘O prefeito é como se fosse um filho para mim. Quando vemos uma escola como essa sendo entregue à população de uma região tão carente, percebemos o quanto esse prefeito está trabalhando para transformar a nossa cidade. Todo governante tem que governar com o coração e aqui isso é uma realidade’, elogiou Lula.

Para o prefeito, que ao assumir o governo em 2009 encontrou um déficit de quase 12 mil vagas na rede de ensino do município, política educacional se faz com planejamento e investimento pesado não só em equipamentos, mas também em capacitação e valorização dos profissionais que atuam nessa área. ‘Assumimos o

compromisso de acabar com a fila de espera e o estamos cumprindo. Esse CEU que entregamos à população vai aliar conhecimento, cultura e lazer aos alunos e toda a comunidade do entorno. Até o fim da gestão, criaremos mais 17 mil vagas em nossa rede', enfatizou.

O ex-ministro da Educação Fernando Haddad, que quando dirigiu a pasta esteve em São Bernardo para assinar a ordem de serviço para o início da obra, destacou a qualidade do complexo educacional e afirmou que esse modelo deveria ser um exemplo a ser seguido por todas as prefeituras do Brasil. 'O conceito de CEU foi implementado pela Marta Suplicy quando foi prefeita de São Paulo e logo se transformou em sucesso com aprovação de pais, alunos e comunidade beneficiada. Em São Bernardo, educação é levada muito a sério e o resultado não poderia ser diferente, uma vez que tem uma secretária de Educação muito competente', ressaltou Haddad.

O CEU Regina Rocco Casa atenderá 5.168 crianças de 0 a 10 anos e zera a espera por vagas no ensino infantil (crianças de 0 a 6 anos incompletos) na região da Vila São Pedro. As 2.800 crianças do ensino fundamental foram transferidas de outras escolas da região. Ele é um complexo educacional, esportivo e cultural que será aberto, futuramente, à comunidade, inclusive aos fins de semana. O centro educacional une ampla estrutura em uma área verde aliada ao acesso a tecnologias modernas para o ensino infantil e fundamental. O projeto pedagógico segue a mesma diretriz da rede municipal de ensino. Além das 112 salas de aula para 184 turmas, o equipamento reúne teatro, quadras poliesportivas, ginásio de ginástica artística, ateliê de artes e ciências e, futuramente, na mesma área, o Estádio de Atletismo. O CEU integra à comunidade atividades de ensino digital. Os estudantes utilizarão lousas interativas com sistema multitoque, mesa digitalizadora para a conversão de objetos em imagens digitais e netbooks. Além do CEU Regina Rocco Casa, São Bernardo inaugura até o fim deste ano mais três unidades: Celso Daniel, no Bairro Cooperativa; Silvina e Parque Hawaí. (Cosmo Silva, Secom/PMSBC 14/4/2012)

A população do Bairro Cooperativa, em especial as do Conjunto Três Marias, está sendo beneficiada com uma série de melhorias que estão transformando a vida dos moradores nos últimos anos. Além de já ter sido contemplada com 964 apartamentos entregues na atual gestão (de um total de 1.236), e uma ampla área

de lazer, neste sábado (23), os moradores comemoraram a inauguração do Centro Educacional Unificado (CEU) Celso Daniel, feita pelo prefeito [Luiz Marinho]. O complexo conta com 1.292 vagas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental para crianças de 6 meses a 10 anos, que começarão a frequentar as aulas no início do segundo semestre. O nome do CEU é uma homenagem ao ex-prefeito de Santo André, morto em 2002. Durante todo o dia, a população pode aproveitar de diversas atividades culturais, de lazer e esportivas, entre elas do Expresso Lazer e apresentações das crianças participantes do programa Tempo de Escola, que estende a jornada do aluno na unidade escolar.

O chefe do Executivo, que participou de uma aula multimídia, onde dois alunos utilizaram a lousa interativa que possui tecnologia multitoque, destacou na solenidade que equipamentos modernos e bonitos são para toda a cidade. 'Estamos construindo a igualdade como direitos de todos. Este espaço irá acolher as crianças, que terão um espaço apropriado para o aprendizado, e a comunidade, que poderá utilizar o teatro, ginásio e a biblioteca, de forma organizada', disse [Luiz Marinho]. A sala multimídia, que também possui netbooks, poderá ser utilizada para pesquisas, estudos ou aulas que necessitem de recursos audiovisuais.

A secretária de Educação (...) pontuou que este governo entende a educação como boas escolas, profissionais qualificados e espaço para a comunidade. No entanto, frisou que todos devem cuidar do CEU para que possa ser utilizado por outras gerações.

O CEU conta com 28 salas de aula, que serão ocupadas por mais de 40 turmas. O complexo também possui bibliotecas projetadas para alunos e comunidade; teatro com capacidade para 376 lugares; ginásio oficial com capacidade para 800 pessoas; salas multiuso; playground; refeitórios e vestiários para funcionários. As crianças de zero a três anos ficarão em período integral, em oito salas, no térreo. As classes têm berços dobráveis, colchões e mobiliário adequado à faixa etária. Todas as salas de aula têm janelas espelhadas com bancadas baixas para permitir às crianças a visão do complexo educacional. No primeiro andar, funcionarão oito salas do ensino infantil, para crianças de quatro a seis anos, em dois períodos: manhã e tarde. No segundo piso, são oito salas de ensino fundamental. No local, haverá salas para utilização da comunidade, onde também serão desenvolvidos cursos

profissionalizantes e salas voltadas para alunos do Promac (Programa Municipal de Alfabetização e Cidadania) e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Além do CEU Celso Daniel, que fica na Estrada Eiji Kikuti, s/nº, no Bairro Cooperativa, a prefeitura entregou, em abril, o Centro Educacional Regina Rocco Casa, que conta com quatro blocos, localizado na Vila do Tanque, na área do antigo Clube da Volks. Outras duas unidades serão inauguradas até o final do ano, uma no Jardim Silvina e outra no Parque Hawaí. (Ana Carolina Martins, Secom/PMSBC, 23/6/2012)

Cidade Livre do Analfabetismo

São Bernardo do Campo recebeu, no dia 11 de junho, o título de ‘Cidade Livre do Analfabetismo’, concedido pelo Ministério da Educação (MEC) e atribuído aos municípios nos quais o índice da população sem instrução não atinja 4%. Em São Bernardo, esse número é inferior a 3% dos moradores. As políticas públicas desenvolvidas para promover a continuidade dos estudos às pessoas acima de 15 anos, ampliando o tempo de escolaridade da população e dando a possibilidade de qualificação profissional, além do modelo inovador na Educação de Jovens e Adultos (EJA), foram determinantes para que a cidade conquistasse o título.

Para atingir diferentes públicos – jovens, adultos e idosos –, o programa passou a oferecer três modalidades de aprendizado: alfabetização, elevação da escolaridade e qualificação profissional. Além disso, de acordo com a necessidade dos alunos, a prefeitura oferece gratuitamente transporte, alimentação e material didático.

Dessa forma, foi possível beneficiar, nos últimos dois anos, cerca de 20 mil pessoas acima dos 15 anos. Para atender à diversidade do público, a Secretaria de Educação organizou a oferta em três iniciativas: Programa de Alfabetização de Continuidade (Promac); Qualificar para Mudar, serviço de elevação de escolaridade e qualificação profissional; e o Movimento de Alfabetização (Mova). Os alunos da escola profissional são capacitados nas áreas de saúde, construção civil, costura, marcenaria, informática, imagem pessoal, meio ambiente e alimentação. A política pública do EJA em São Bernardo está configurada nos seguintes serviços: elevação de escolaridade no período noturno nas Escolas Municipais de Educação

Básica (Emebs); elevação de escolaridade e qualificação profissional nas Escolas Municipais de Educação Profissional e o Mova, que atua nas entidades de bairros na alfabetização dos educandos. São atendidos munícipes a partir dos 15 anos que residam ou trabalhem na cidade. As matrículas de elevação de escolaridade e Mova ficam abertas durante todo o ano, enquanto na qualificação profissional existem três períodos de inscrições e matrículas, nos meses de fevereiro, maio e setembro – o edital com as datas é publicado no jornal *Notícias do Município* (NM). ‘Esse prêmio significa o reconhecimento de uma política que fortalece a continuidade da Educação, de modo que jovens, adultos e idosos possam ter uma escola que respeita as suas especificidades e necessidades’, afirmou a secretária de Educação do município. Ainda de acordo com ela, o EJA de São Bernardo é resultado de estudos que constataram a real necessidade da população da cidade.

No fim de 2012, a cidade de São Bernardo foi agraciada com a medalha Paulo Freire. A honraria, também concedida pelo MEC, é conferida a poderes públicos e instituições que se destacam nos esforços para a universalização da alfabetização e educação de jovens e adultos. Essa premiação é anual, e a cerimônia de entrega da medalha é realizada em Brasília. (Cosmo Silva, 16/ Secom/PMSBC, 6/2014)

Reforma em 52 quadras das escolas municipais

A prefeitura de São Bernardo do Campo irá reformar 52 quadras das Escolas Municipais de Educação Básica (Emebs). As intervenções começam a partir de 12/7/2010, e a primeira escola a receber os reparos é a Prefeito Aldino Pinotti, no Bairro Santa Terezinha. Após 53 anos de construção e apenas uma reforma, seus 664 alunos poderão usufruir em breve de uma quadra mais moderna e adequada.

O investimento, de aproximadamente 16,9 milhões, prevê a cobertura metálica e fechamento lateral das quadras, iluminação, piso e acessibilidade, além da aquisição de equipamentos para práticas esportivas como bolas, redes e tabela de basquete. A previsão é de que as obras sejam concluídas em 20 meses.

Segundo o prefeito, a ideia é disponibilizar o espaço também para a comunidade, que poderá utilizá-lo para a prática de atividades esportivas, culturais e de lazer aos fins de semana. Os equipamentos também serão compartilhados. ‘O ideal é que o bem público esteja disponível a toda população. Com regras claras e um conjunto

de questões a serem obedecidas, a comunidade assume a responsabilidade de se organizar e zelar pelo local, evitando assim o mau uso e o estrago’, ressaltou.

O plano da Secretaria de Educação é ampliar os programas Tempo de Escola e Mais Educação, que promovem atividades educativas nas áreas de arte, cultura, esporte e lazer fora do horário regular de aula. Atualmente, cerca de 30 escolas já dispõem de ações integradas com a comunidade. ‘Não temos problemas de invasões aos estabelecimentos de ensino ou vandalismo na rede. Acreditamos que essa divisão de espaços entre escola e comunidade e vice-versa traz bons resultados’, destacou a secretária de Educação.

As próximas Emebs a terem a quadra reconstruída serão a Francisco Miele (Demarchi), Lorenzo Enrico Felice Lorenzetti (Botujuru) e Professora Annita Magrini Guedes (Baeta Neves). De acordo com a secretária, as obras serão realizadas concomitantemente. (Michele Coutinho, Secom/PMSBC, 7/7/2010)

Programa Conect: distribuição de 15 mil *netbooks* para uso em sala de aula

Os alunos da rede municipal de ensino de São Bernardo do Campo já estão utilizando os *netbooks* entregues pela administração no final de agosto. Foram adquiridos 15 mil unidades pela prefeitura, com investimento da ordem de R\$ 5 milhões, para serem utilizados por 43 mil alunos do ensino fundamental. Através de internet banda larga, as crianças podem utilizar a rede para fazer pesquisas e também para fazer trabalhos desenvolvidos em sala de aula. Além do acesso ao mundo virtual, os equipamentos trazem banco de dados com aplicativos educacionais e diversas ferramentas multimídia. (...) Para que o uso em sala de aula fosse realizado de forma correta, todos os professores passaram por treinamento realizado pelos Professores de Apoio aos Programas Especiais (Pape).

‘Todos os 1,4 mil alunos da escola já usaram os *netbooks*. Antes, porém, nós acompanhamos os professores para que eles soubessem como utilizar os equipamentos’, afirma Débora de Camargo Dantas, Pape da Emeb Ramiro Gonzalez Fernandes. Os computadores foram adquiridos pela ata de registro do Ministério da Educação (MEC), que permite a compra dentro do programa Um Computador Por Aluno. Dessa forma, os equipamentos tiveram os preços barateados, permitindo que a administração triplicasse o total adquirido, que inicialmente seria de 5 mil *netbooks*.

‘É uma grande ferramenta que a prefeitura proporciona para os alunos. Os estudantes vão absorver o conteúdo mais facilmente e o aprendizado vai ficar mais fácil e mais divertido’, afirma a professora Luciana Castilho. Para reforçar a segurança dos *netbooks* nas escolas, os equipamentos vêm programados para funcionar apenas com os códigos instalados nas unidades. Isso significa que os computadores não poderão ser utilizados fora das unidades escolares e não terão nenhum valor no mercado. Os aparelhos só terão conexão com a rede wi-fi nas próprias Emebs. Além disso, o equipamento não tem memória, o que faz com que todo o conteúdo seja armazenado no servidor da própria unidade escolar. (Vinicius Dominichelli, Secom/PMSBC, 16/9/2011)

Merenda escolar e Agricultura familiar

Durante conferência da FAO, órgão das Nações Unidas para a alimentação, realizado em Manágua, capital da Nicarágua, o programa da prefeitura de São Bernardo que utiliza alimentos oriundos da agricultura familiar na merenda escolar recebeu elogios e foi destaque. O evento, que aconteceu nos dias 21 e 22/3/2011, contou com a participação de mais de 10 países da América Latina e teve como tema principal Programas de Alimentação Escolar e Compras de Agricultura Familiar.

Convidado pelo órgão internacional para explicar a experiência bem-sucedida desenvolvida no município, o consultor técnico em alimentação da Secretaria de Educação fala sobre a receptividade que a experiência sãobernardense obteve junto aos técnicos de outros países. ‘A exceção do Chile, nenhum outro país da América Latina desenvolve um programa de alimentação escolar com aquisição de agricultura familiar. Muitos representantes ficaram impressionados quando explicamos que servíamos aos nossos alunos mais de 100 mil refeições diárias com produtos dessa categoria’, disse. O consultor ainda ressaltou, durante sua apresentação na FAO, que a administração de São Bernardo ampliará a aquisição de alimentos que compõem a merenda escolar da rede municipal de ensino com cooperativas de agricultura familiar. Tudo isso busca oferecer uma alimentação cada vez mais saudável aos alunos e, ao mesmo tempo, fomentar a produção e comercialização dos pequenos produtores.

Para 2011, a previsão é que a prefeitura destine mais de R\$ 8,8 milhões na aquisição de hortaliças, mel, hortifrutigranjeiro, mexerica, lichia, banana, fei-

jão, suco de laranja, maçã, macarrão, arroz orgânico, suco de uva e leite em pó, entre outros produtos. A iniciativa cumpre lei federal 11.947, de 16 de junho de 2009, que determina que, no mínimo, 30% dos recursos repassados aos municípios pelo Fundo Nacional de Educação (FNDE) deverão ser utilizados para aquisição de produtos da agricultura ou do empreendedor familiar. Na região Metropolitana de São Paulo, São Bernardo é o primeiro município a cumprir essa determinação.

Em março de 2010 a cidade assinou o primeiro contrato para o fornecimento de alimentos da agricultura familiar, o que garantiu a provisão de 1,2 milhão de sachês de suco natural de laranja, 68 toneladas de feijão, 38 toneladas de banana prata e 242 toneladas de banana nanica, totalizando um investimento de R\$ 1,2 milhão. (Cosmo Silva, Secom/PMSBC, 8/4/2011)

Criação de 17,6 mil novas vagas na rede municipal de ensino

[Entre 2010 e 2012,] a prefeitura construiu novas Escolas Municipais de Educação Básica (Emebs), nos Bairros Jardim Nossa Senhora de Fátima, Jardim Calux, Jordanópolis, Vila Ferreira, Jardim Santo Inácio, Vila do Tanque e Parque Esmeralda, o que possibilitou a criação de 3.515 novas vagas.

As Emebs: Afonso Monteiro da Cruz, Sadao Higushi, Jacob Zampieri, Marcelo Peres Ribeiro, Agostinho dos Santos e Francisco Diassis Gomes Teixeira oferecem vagas para 795 crianças de 0 a 3 anos.

Além das novas unidades, a prefeitura reorganizou o atendimento das suas creches e dobrou o número de professores. Já as Emebs: Olegário José Godoy e Karolina Zofia Lewandowsk atendem crianças de 4 a 10 anos na educação infantil e ensino fundamental por meio das 2.720 novas vagas criadas.

Outras 10 novas Emebs serão construídas, beneficiando 4.714 alunos de 0 a 5 anos, nas regiões de Pq. São Bernardo, Ferrazópolis, Jd. Nazareth, Jd. Represa, Riacho Grande, Capelinha, Farina, Silvina e Montanhão.

É importante dizer ainda que, por meio da reorganização das escolas e do convênio firmado com entidades assistenciais, foram criadas mais 574 novas vagas.

O resultado deste trabalho é a criação de 17.628 novas vagas na rede municipal de ensino de São Bernardo do Campo. (Relatório de Prestação de Contas das Realizações do Governo da Inclusão, PPA Participativo 2010-2013 e OP 2011)

HABITAÇÃO

Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS)

Considerado tema recorrente e um grande gargalo a ser superado, moradia digna e de qualidade é o grande desafio de uma administração pública. Na prefeitura de São Bernardo do Campo viabilizar soluções de moradia adequada é um compromisso do governo e isso fica mais evidente com a apresentação do plano estratégico para o setor habitacional da cidade (...).

Discutido ao longo de sete meses em quatro fóruns de debates e seminários, governo e representantes da sociedade civil deliberaram sobre o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) do município. O processo de elaboração do PLHIS contemplou três etapas de desenvolvimento: formulação da proposta metodológica de trabalho; elaboração do diagnóstico do setor habitacional; e proposição das estratégias de intervenção.

O plano também apontou como resultado o planejamento das ações da política habitacional de interesse social até o ano de 2025, de forma a garantir o acesso à moradia digna, a integração das ações dos três níveis de governo e a participação dos agentes sociais envolvidos na questão da habitação de interesse social. Com o trabalho realizado, foi possível ter um conhecimento sistematizado das necessidades habitacionais de São Bernardo, dos meios necessários para o seu enfrentamento, como também a definição de um conjunto de objetivos, diretrizes, programas de ação, metas e instrumentos de ação para o setor.

‘O PLHIS teve como principal objetivo diagnosticar a situação habitacional do município e dar as orientações e diretrizes para o planejamento do setor habitacional local, com foco especial na habitação de interesse social, para que a cidade possa planejar e saber exatamente onde irá aplicar os recursos adquiridos e como vai crescer e requalificar habitações precárias existentes’, destacou a secretária.

O plano foi discutido e deliberado com as instâncias de representação da sociedade civil na gestão da política habitacional do Conselho Municipal da Cidade e do Meio Ambiente (Concidades) e da gestão do Conselho Municipal de Orçamento Participativo (CMOP), com os quais se constitui o Fórum de Debates do PLHIS de São Bernardo. (Cosmo Silva, Secom/PMSBC, 25/3/2011)

Renda Abrigo

Entre as primeiras ações do Prefeito [Luiz Marinho] na área da habitação está a desativação e demolição por completo dos blocos de alojamento instalados na periferia da cidade, muitos deles abrigando várias famílias que ali viviam por mais de uma década, em condições indignas. As famílias foram encaminhadas para o programa de proteção Renda Abrigo e contempladas com moradia em Conjuntos habitacionais em construção pelo governo municipal.

No dia 22/6/2011, na demolição de um dos últimos blocos, o Prefeito afirmou: 'Esse ato é um registro, uma página que estamos virando na nossa cidade. As metas estabelecidas em nosso planejamento estão sendo executadas. É importante destacar que todas as famílias que antes moravam no alojamento terão moradia digna e de qualidade', ressaltou o prefeito após comandar pessoalmente a operação. (Cosmo Silva, Secom/PMSBC, 22/6/2011)

Produção de 5 mil moradias

Os investimentos na política habitacional de São Bernardo do Campo realizados desde 2009 alcança a 8,3% do orçamento municipal, o que corresponde a 10 vezes a média (0,7%) dos municípios brasileiros na área da habitação. (Cosmo Silva, Secom/PMSBC, 22/6/2011)

De 2009 a julho de 2015, a administração municipal (em parceria com outras esferas de governo) construiu e entregou 4.046 moradias. Este número é mais do que o dobro das cerca de 1.920 unidades entregues entre 1998 e 2008. (Marcos Borba, Secom/PMSBC, 3/7/2015).

Mais do que entregar as moradias, os conjuntos habitacionais de São Bernardo preveem diversas melhorias, dependendo das necessidades da comunidade. Um exemplo é o Conjunto Habitacional Três Marias, no Bairro Cooperativa. Além

das 1.236 moradias, também foram entregues praça, parque, centro comercial e realizadas ações de regularização fundiária. A administração também construiu no local o Centro Educacional Unificado (CEU) Celso Daniel. (Elenice Vieira, Secom/PMSBC, 9/9/2013)

‘Temos uma demanda de 38 mil moradias populares na cidade, apesar de termos 11 projetos na área de habitação que resultarão na construção de 5,2 mil novas unidades até 2013, além das diversas intervenções que englobam remanejamento de famílias em áreas de risco, produção de novas moradias e regularização fundiária’, disse o prefeito. (Vanessa Oliveira, Secom/PMSBC, 12/9/2011).

Regularização Fundiária

‘Que a Regularização Fundiária Sustentável seja a marca desse governo’. Com estas palavras, o prefeito de São Bernardo do Campo declarou aberto o Seminário sobre Regularização Fundiária Sustentável em 12/5/2013 (...). O programa tem como objetivo garantir a segurança jurídica da posse e propriedade aos moradores dos assentamentos irregulares de interesse social consolidados, bem como dos conjuntos habitacionais irregulares de todo o município.

Segundo o chefe do Executivo [Luiz Marinho], ‘o programa apresentado representa um instrumento necessário de assegurar moradia digna para todos, especialmente para a população de baixa renda, que depende de ações do poder público para assegurar esse direito’. O Programa de Regularização Fundiária Sustentável de São Bernardo começou a ser elaborado em 2009, quando o Plano Plurianual (PPA) Participativo 2010/2013 definiu como meta a regularização fundiária de 15 mil moradias no período. Dentro desse programa, a prioridade foi dada às unidades em assentamentos irregulares consolidados, que não demandassem nem obras, nem remoções para sua regularização. Segundo o mapeamento de assentamentos irregulares ou precários feito pelo município em 2009, 130 áreas, com cerca de 40 mil domicílios, entre assentamentos e conjuntos habitacionais de interesse social, estão dentro do Programa de Regularização Fundiária. (Cosmo Silva, Secom/PMSBC, 12/5/2013)

O Programa de Regularização Fundiária Sustentável, implementado pelo governo de São Bernardo do Campo foi premiado no Fórum Nacional de Habitação de

Interesse Social, que está sendo realizado em Brasília, com o prêmio Selo Mérito 2013. A honraria concedida pelo Fórum e a Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC) tem como objetivo estimular e difundir as experiências bem-sucedidas desenvolvidas pelos órgãos públicos estaduais e municipais nas áreas da habitação de interesse social e desenvolvimento urbano. A prefeitura de São Bernardo foi uma das vencedoras na categoria 'Regularização Fundiária ou Imobiliária' com o projeto 'Cidadania e Inclusão Social Urbana'.

Entre os diferenciais que levaram o município a ser premiado, estão o alcance social do Programa, que prevê a regularização fundiária em larga escala. No período de 2010 a 2013, já foram beneficiados cerca de 42% dos domicílios da cidade que estão irregulares. Outro fator responsável pelo prêmio é a gestão participativa, implantada na cidade desde 2009, e as parcerias firmadas com outras instâncias – governo federal, estadual, cartórios, ministério público e poder judiciário –, iniciativas que têm conferido mais agilidade ao processo de regularização. Também contribuíram o trabalho da prefeitura de elaborar regras claras para o atendimento das famílias cadastradas, a ação de mediação de conflitos e a opção que as famílias têm de transferir sua propriedade no caso da regularização fundiária se dar em área pública. (Cosmo Silva, Secom/PMSBC, 16/5/2013)

Conjunto Habitacional Três Marias: Um Instrumento de Inclusão Urbana, Social e de Sustentabilidade Ambiental

São Bernardo do Campo foi mais uma vez reconhecida por sua política habitacional. Em 2/7/2015, o município recebeu, durante o 62º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social, em Campinas, o Selo de Mérito 2015, oferecido pelo Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano e pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação. O ministro das Cidades, Gilberto Kassab, entregou o prêmio à secretária de Habitação, que representou o prefeito na cerimônia. Outros 12 municípios foram premiados.

A cidade foi agraciada pelo projeto 'Conjunto Habitacional Três Marias: um instrumento de inclusão urbana, social e de sustentabilidade ambiental', que reassentou famílias cujas moradias não puderam ser consolidadas pelo Projeto de Urbanização do PAC Alvarenga. O Conjunto Três Marias também beneficiou pessoas removidas de alojamentos provisórios e de áreas de risco. Fez parte do projeto Três

Marias, concluído em 2013, além da entrega de moradias para 1.236 famílias em 52 edifícios, ações de regularização fundiária, recuperação ambiental de áreas degradadas, obras de infraestrutura e trabalho social, conjunto de iniciativas que melhorou a qualidade de vida de toda a comunidade.

Ainda como parte do projeto, foram instalados na região parque, centro comercial para atender comércios removidos, o Centro Educacional Unificado (CEU) Celso Daniel, o Centro de Apoio à Reciclagem e mini terminal de transporte. Cerca de 25 mil pessoas foram beneficiadas indiretamente com as intervenções. Essa ação integrada, que garante, além de moradia, educação, melhorias ambientais – com a recuperação de áreas de mananciais –, sociais e no urbanismo da região foi o que valeu a indicação do Conjunto Habitacional Três Marias na categoria ‘Impacto Regional’.

Para a secretária de Habitação, a premiação reconhece o trabalho da prefeitura na área habitacional e na construção de moradias de interesse social. ‘Milito nesta área há 20 anos. É gratificante estar em um governo que te dá condições de ver realizadas as causas que você defende e nas quais acredita’.

O Conjunto Três Marias teve investimento de R\$ 81 milhões: R\$ 57 milhões financiados pelo governo federal por meio do Programa Pró-Moradia/FGTS e R\$ 24 milhões do Município. São Bernardo já havia recebido outros três prêmios: pelo programa de eliminação de riscos em áreas de encostas, pelo trabalho de regularização fundiária e pela implantação do Sistema de Informação de Habitação de Interesse Social (SIHISB). Desde 2009, a administração construiu e entregou 4.046 moradias e regularizou 3.662 casas em 18 áreas.

O Programa de Regularização Fundiária abrange, no momento, 67 áreas, das quais em 17 os trabalhos estão concluídos. Outras 50 áreas estão em processo de regularização e vão beneficiar cerca de 23 mil famílias. São Bernardo aplica, anualmente, 8,3% do orçamento na construção de moradias, índice bem acima da média nacional, de 0,7%. (Marco Borba, Secom/PMSBC, 3/7/2015)

Plano Municipal de Redução de Riscos

O prefeito de São Bernardo do Campo [Luiz Marinho] apresentou em 23/6/2010, durante audiência pública na Faculdade de Direito de São Bernardo, os resultados

do Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR). O documento, elaborado pela Secretaria de Habitação, é resultado de uma extensa pesquisa e subsidia ações e intervenções estruturais a fim de erradicar ou minimizar as situações de risco relacionadas à moradia no município.

A elaboração do PMRR é parte de um convênio firmado entre a prefeitura e o governo federal e integra a política para a prevenção de riscos do município. A audiência contou com mais de 200 pessoas, entre autoridades e sociedade civil.

Para o chefe do Executivo, a ausência de políticas públicas no passado levou a uma ocupação equivocada em muitas áreas. ‘Com a participação da população teremos um PMRR que pode ser seguido por outras cidades que desejam aproveitar nossos esforços e trabalho’, disse. Ele ainda destacou o trabalho da Defesa Civil para preservar vidas nos períodos de chuvas intensas e prolongadas que ocorreram neste ano e em 2009.

Atualmente, São Bernardo possui 259 áreas de assentamentos precários e irregulares. O PMRR é resultado de levantamento, iniciado em novembro de 2009, que mapeou 95 áreas da cidade com base no histórico e na verificação de campo em locais com potencial de risco, associado aos escorregamentos, solapamentos, inundações e alagamentos. Desse total, foram encontrados 203 setores de risco, com 2.940 moradias.

O mapeamento dessas áreas vem subsidiando as ações da prefeitura que, desde o final do ano passado, está definindo áreas prioritárias para a realização de outras intervenções preventivas e corretivas, além de limpeza, plantio de mudas ou obras. Do início do ano até março, a prefeitura removeu 1080 famílias de áreas classificadas como de perigo iminente. (Ana Carolina Martins, Secom/PMSBC, 24/6/2010)

São Bernardo do Campo é um dos três municípios do país com melhores práticas na prevenção de desastres em áreas urbanas. O Ministério do Meio Ambiente selecionou o projeto ‘Ampliação e efetivação da atuação da Defesa Civil de São Bernardo do Campo na prevenção municipal de desastres na área urbana’ como um dos finalistas do 1º Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável. O resultado será divulgado nesta quinta-feira (29), em Brasília.

São Bernardo foi escolhida por ter adotado na cidade medidas preventivas e emergenciais de combate aos estragos das chuvas; por realizar registros de desabamentos e enchentes; mapear áreas de risco; fazer o monitoramento contínuo das chuvas; e por treinar e capacitar equipes que atuam preventivamente incentivando e convencendo moradores a deixarem as suas casas em situações iminentes de acidentes.

Os trabalhos vencedores serão publicados pelo ministério e expostos durante a Semana Nacional do Meio Ambiente, realizada em 4 de junho, e a Rio+20, a conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, de 20 a 22 de junho, no Rio de Janeiro.

O evento tem como objetivo proporcionar a divulgação e o intercâmbio de experiências municipais bem-sucedidas na gestão ambiental urbana, valorizando e estimulando os avanços no desenvolvimento de cidades sustentáveis. (Thiago Alfredo Krauss, Secom/PMSBC, 28/3/2012)

TRANSPORTE E TRÂNSITO

Plano de Mobilidade Regional

Reunião realizada em 4/3/2013 no Consórcio Intermunicipal do Grande ABC definiu quais projetos em mobilidade urbana serão encaminhados para o governo federal. O objetivo é conseguir recursos para financiar esses projetos, seja por meio de empréstimos ou de repasse direto.

De acordo com o prefeito de São Bernardo do Campo e presidente do Consórcio [Luiz Marinho], alguns dos projetos que devem ser encaminhados nos próximos 15 dias ao governo federal são: intervenções viárias e de transporte coletivo na Avenida do Estado; eliminação de cruzamentos em nível; obras de extensão da Avenida Lauro Gomes, em São Bernardo, até a divisa com São Paulo e São Caetano do Sul; a construção de uma ponte para transpor a rodovia Anchieta; e a duplicação das rodovias estaduais índio Tibiriça e Caminho do Mar.

Esses e muito outros projetos foram elaborados a partir de um pré-estudo que elenca as obras prioritárias para a região. Esse estudo aponta que, após a conclusão dessas obras, a região poderá ter um aumento médio de 20% na velocidade do fluxo atual de veículos. O estudo foi elaborado pelos sete secretários municipais de

mobilidade, juntamente com a Oficina Consultores, contratada para a elaboração do Plano de Mobilidade Regional, ainda em andamento. Como esclareceu o presidente da entidade, o Plano de Mobilidade Regional prevê intervenções a curto, médio e longo prazo.

‘Daqui a cerca de 15 dias deveremos ter uma agenda com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior. Poderemos, então, definir a estimativa de recursos e priorizar algumas obras e projetos’, esclareceu. Ele estima que algumas dessas obras devem iniciar em 2014. Ainda de acordo com o prefeito, o governo do Estado também será acionado para ser parceiro na execução de algumas das obras de mobilidade. Uma estimativa ousada do Consórcio aponta que os recursos para a região do ABC podem ficar em torno de R\$ 9 a R\$ 10 bilhões, mas os valores ainda não são oficiais. O governo federal anunciou recentemente investimentos na ordem de R\$ 38 bilhões para obras viárias em todo o país. (Vanessa Oliveira, Secom/PMSBC, 4/3/2013)

O Plano de Mobilidade Urbana para o Grande ABC foi o tema da reunião de 1/4/2013 do Consórcio Intermunicipal. O prefeito de São Bernardo do Campo e presidente da entidade [Luiz Marinho] apresentou a proposta aos seis outros chefes de executivo com representação no Consórcio. O pacote de obras prevê 16 eixos prioritários de investimentos, distribuídos pelos sete municípios da região, que receberiam 118 intervenções, incluindo readequações viárias, viadutos, pontes, duplicação e extensão de vias e corredores, sempre tendo como prioridade o transporte coletivo. O investimento é de R\$ 3 bilhões, podendo chegar a R\$ 10 bilhões.

Estão incluídas a Linha 18 do Metrô (monotrilho), estimada em R\$ 4 bilhões e já com recursos alocados, a ligação ABC/Guarulhos e a bifurcação da Linha 18 do Metrô, no sentido do terminal Vila Luzita, em Santo André.

Uma versão anterior do Plano foi apresentada no mês passado para a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que requisitou maior detalhamento das obras e intervenções. A nova proposta será exposta e discutida com a ministra ainda neste mês. ‘Durante o primeiro encontro com a ministra, em Brasília, ela havia afirmado que o projeto inicial não deixava clara a conexão das cidades a partir desses corredores de ônibus. Também era preciso dar mais detalhes sobre de que forma as obras se inseririam dentro desses corredores. A nova versão deixa explícito de

que forma o trânsito e o transporte coletivo vão melhorar’, explicou o prefeito e presidente do Consórcio. Para dar continuidade às discussões com a Secretaria Metropolitana de Transportes, do governo do Estado, o Consórcio recebe no dia 6 de maio a visita do secretário da Pasta, Jurandir Fernandes (...) (Vanessa Oliveira, Secom/PMSBC, 1/4/2013)

Doze corredores de ônibus e três terminais de integração

Em solenidade, em 2/7/2014, com a presidenta da República, Dilma Rousseff, em Brasília, o prefeito de São Bernardo do Campo assinou contrato de financiamento de R\$ 165 milhões com a Caixa Econômica Federal para as obras do Corredor Leste-Oeste. Com 13 quilômetros de extensão, será o maior entre os 12 corredores programados para serem construídos pela administração municipal.

De acordo com o prefeito, ‘o corredor Leste-Oeste, sozinho, representará, do ponto de vista de investimento e de impacto na cidade, o equivalente a oito obras da Avenida Lions’. A obra, prevista para ser concluída em 24 meses, terá início na divisa com Diadema pela Estrada Samuel Aizemberg, passando pela Avenida José Odorizzi, Viaduto Tereza Delta, avenidas Francisco Prestes Maia e Tiradentes, chegando à Praça dos Bombeiros, na região do Jardim Irajá. Para a implantação da faixa exclusiva de ônibus, a Samuel Aizemberg e a José Odorizzi serão duplicadas.

Também faz parte do projeto a construção de três viadutos: o primeiro irá transpor a Avenida Humberto de Alencar Castelo Branco, ligando a Estrada Samuel Aizemberg à Rua dos Flamingos; o próximo passará sobre a Avenida Robert Kennedy, seguindo pela José Odorizzi, próximo ao Clube Mesc. Já o terceiro elevado será construído sobre a Praça dos Bombeiros, fazendo a ligação das avenidas Rotary e Luiz Pequini. Segundo a Secretaria de Transportes e Vias Públicas, o plano de trabalho prevê a abertura de cinco frentes de trabalho, que serão executadas simultaneamente. A primeira sairá da divisa com Diadema, com a duplicação da Estrada Samuel Aizemberg, sentido Centro de São Bernardo. As próximas incluem a construção dos três viadutos, mais as alças de acesso e duplicação do Viaduto Tereza Delta.

No total, estão previstas 198 desapropriações, que já estão sendo negociadas. O investimento total na obra será de R\$ 419 milhões, sendo R\$ 247 milhões do

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade – dos quais, R\$ 165 milhões de financiamento e R\$ 82 milhões do Orçamento Geral da União – e R\$ 172 milhões do município.

O projeto do Corredor Leste-Oeste é parte de uma rede que vai melhorar a circulação viária de modo geral, mas que beneficiará, principalmente, o sistema de transporte coletivo. Isso será proporcionado pela tecnologia operacional, com sistema de monitoramento eletrônico de operação, garantindo regularidade na prestação de serviço aos usuários.

Outro diferencial serão as informações disponibilizadas aos passageiros nos pontos de parada, por meio de painéis eletrônicos e via web. Para isso, os usuários contarão com aplicativo que fornecerá informações em tempo real dos horários das linhas e atendimento em cada um dos pontos, entre outras facilidades. Somado ao corredor Faria Lima e ao corredor Alvarenga/Robert Kennedy/Couros, o Leste-Oeste proporcionará nova possibilidade de ligação entre os diversos bairros localizados neste eixo e também ao município de Diadema.

‘Juntamente com o corredor Alvarenga/Robert Kennedy/Couros, o Leste-Oeste dará um grande alívio na circulação do município, em especial nas avenidas Faria Lima, Lucas Nogueira Garcez e Piraporinha, que estão entre os maiores gargalos de trânsito na cidade’, explica a consultora da Secretaria de Transportes e Vias Públicas. Estudos da Secretaria de Transportes apontam, por exemplo, que o volume de tráfego na Avenida Faria Lima deverá ser reduzido de 20,2 mil para 13,9 mil passageiros/hora, e na Avenida Lucas Nogueira Garcez, de 11,6 mil para 8,3 mil passageiros por hora, o que representa uma diminuição de 7% do carregamento em cada uma dessas vias. (Ana Lúcia Almeida, Secom/PMSBC, 3/7/2014)

As primeiras obras do programa de mobilidade urbana da prefeitura de São Bernardo com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) têm início em meados de maio [de 2015]. O edital para a seleção e contratação das empresas foi lançado no fim de janeiro e a abertura das propostas será em 19 de março. O programa prevê a construção de 11 corredores de ônibus e de três terminais de integração. O total investido será de US\$ 250 milhões, dos quais 50%, ou US\$ 125 milhões, do BID. O edital já lançado contempla o primeiro grupo de obras: os corredores João Firmino, Alvarenga, Rudge Ramos e o terminal de integração Alves Dias, que

exigirão investimentos de cerca de R\$ 135 milhões. Os outros oito corredores do programa de mobilidade urbana são: Castelo Branco, Faria Lima, São Pedro, Rotary, Capitão Casa, Galvão Bueno, Montanhão Seleta e Vianas, além de terminais de integração no Rudge Ramos e no Batistini. Após a abertura das propostas em março e a divulgação da empresa vencedora, a expectativa é a de que as obras tenham início a partir de maio, de acordo com o secretário de Transportes e Vias Públicas.

‘Podem participar até companhias internacionais, mas as empreiteiras brasileiras são muito avançadas no campo da engenharia civil’, disse. Ele avalia que o Corredor Alvarenga e o Terminal Alves Dias poderão ser entregues após um ano do início das obras. ‘São regiões importantes, periféricas e adensadas, com um trânsito complicado e que serão beneficiadas com esses projetos’, explicou. O secretário explicou que o edital para o segundo lote de obras do programa BID será lançado no fim deste ano e contemplará mais quatro corredores de ônibus e um terminal de integração. Já o terceiro grupo, em meados do próximo ano, quando serão contratados outros quatro corredores e um terminal. Além do Programa do BID, a cidade tem obras e projetos com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade, como a construção do 12º corredor de ônibus, o Leste-Oeste, que teve início em setembro do ano passado. Seu traçado tem início na divisa com Diadema, passa pela Estrada Samuel Aizemberg, Avenida José Odorizzi, Viaduto Tereza Delta, avenidas Francisco Prestes Maia e Tiradentes, chegando à Praça dos Bombeiros. (Niceia Freitas, Secom/PMSBC, 20/2/2015)

Metrô

O projeto básico do Metrô Leve, que ligará São Bernardo do Campo – desde o Bairro Alvarenga – à cidade de São Paulo, deverá estar pronto até novembro. O anúncio foi feito pelo secretário do Estado de Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes, em reunião em 8/2/2011, no gabinete do prefeito do município. Os estudos de traçado e viabilidade para a implantação de um transporte mais eficiente foram iniciados no segundo semestre de 2009, sendo que o projeto funcional custeado pela prefeitura, no valor de R\$ 1,3 milhão, foi entregue ao governo do Estado em setembro do ano passado.

‘A visita do secretário é para darmos sequência e mostrar as evoluções realizadas no projeto do Metrô Leve, sobre o qual temos discutido com o governo do Es-

tado desde dezembro de 2008, ainda na época de transição de governo. Se não tivéssemos providenciado o projeto funcional, estes prazos seriam maiores. Outra grande conquista foi garantirmos que o traçado chegasse ao Bairro Alvarenga', disse o chefe do Executivo [Luiz Marinho]. Todo o processo de licitação do projeto básico contratado pelo Metrô de São Paulo deve demorar de três a quatro meses para ser concluído. Em dezembro de 2009, o Ministério das Cidades, do governo federal, liberou o repasse de R\$ 27,6 milhões para a contratação do projeto básico, que precisará de um aporte orçamentário complementar, entre R\$ 10 e 15 milhões. Em seguida, será iniciada a licitação das obras, previstas para abril ou maio de 2012.

A previsão do secretário de Transportes Metropolitanos do Estado, Jurandir Fernandes, é solicitar a definição, nos próximos 15 dias, de qual tipo de veículo de média capacidade deverá ser contratado, que poderá ser o Veículo Leve Sobre Trilho (VLT) ou Metrô Leve (monotrilho suspenso). Esse último, na primeira análise, seria o mais indicado e deverá custar em torno de R\$ 3 bilhões. A contrapartida do município será ceder áreas para, por exemplo, construir um terminal na região do Alvarenga.

'O prefeito de São Bernardo prefere conciliar o projeto do Metrô Leve com a reforma urbana prevista no entorno do Paço Municipal. Possivelmente, vai contemplar diversos trechos em elevado, com menor agressão para circulação e mobilidade', afirmou Jurandir. O secretário disse ainda que pretende fazer uma visita posteriormente ao itinerário do traçado, que terá 20 quilômetros e ligará a região do Alvarenga à Estação Tamanduateí do Metrô. (Ana Carolina Martins, Secom/PMSBC, 8/2/2011)

O Prefeito de São Bernardo do Campo [Luiz Marinho] participou, em 22/8/2014, da assinatura do edital para construção da Linha 18-Bronze do Metrô, no Palácio dos Bandeirantes. O evento contou com a presença da ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, do secretário Nacional de Transportes e Mobilidade Urbana, Júlio Eduardo dos Santos, e dos prefeitos Fernando Haddad, de São Paulo, Paulo Pinheiro, de São Caetano, e Carlos Grana, de Santo André (...).

Um dos principais articuladores do projeto, o prefeito de São Bernardo, presidente do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, reforçou que o debate ini-

ciado em 2008, ainda durante a campanha para a prefeitura de São Bernardo, se concretiza de modo a beneficiar a Região Metropolitana como um todo. ‘O processo de integração dos municípios pelo transporte irá encurtar distâncias, e espero que ao ponto de um dia convencer os usuários de transporte particular a optar pelo o público’.

A prefeitura de São Bernardo investiu R\$ 1,3 milhão na elaboração do projeto funcional. O investimento para a construção da Linha 18-Bronze é de R\$ 3,5 bilhões, sendo R\$ 1,276 bilhão do governo do Estado, R\$ 400 milhões do Orçamento Geral da União e R\$ 1,861 bilhão da iniciativa privada. A assinatura do contrato prevê a implantação e operação de 14,9 quilômetros de extensão, com 13 estações: Tamanduateí; Goiás; Espaço Cerâmica; Estrada das Lágrimas; Praça Regina Matiello; Instituto Mauá; Afonsina; Fundação Santo André; Winston Churchill; Senador Vergueiro; Baeta Neves; Paço Municipal (São Bernardo) e Djalma Dutra. A última estação fará integração com o corredor municipal de ônibus Leste-Oeste, cujas obras devem começar neste ano.

Com a linha, os usuários poderão fazer integração com as linhas 2-Verde do Metrô e 10-Turquesa da CPTM, além do Corredor São Mateus-Jabaquara, da EMTU. Serão 26 trens que atenderão à demanda de 314 mil passageiros/dia, permitindo uma ligação mais rápida entre os municípios do ABC e a rede metroferroviária de São Paulo.

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, ressaltou a liderança do prefeito de São Bernardo, que esteve à frente do convencimento do governo federal para o investimento na Linha 18-Bronze. ‘Todos sabemos da liderança que ele exerceu junto ao governo federal para sensibilizar quanto à importância da integração metropolitana, e também a sensibilidade do Estado, que entendeu que o metrô não poderia ficar restrito à cidade de São Paulo. Essa convergência em prol da população é algo a ser celebrado’. (Marcelo Dorador, Secom/PMSBC, 25/8/2014)

Metrô-cabo e Catamarã

A prefeitura de São Bernardo do Campo deu início aos trâmites para implementação do metrô-cabo e do transporte hidroviário (catamarã) no município, dois sistemas alternativos de transporte coletivo que beneficiarão mais de 160 mil moradores de regiões de difícil acesso. A contratação de empresa que realizará os

estudos técnicos para a elaboração dos projetos funcionais foi definida neste mês, e os trabalhos estão em vias de serem iniciados. O projeto deverá atender à região do Montanhão, próximo ao Selecta, passando pelo Ferrazópolis e outras regiões montanhosas, como Limpão e Alto da Boa Vista, até a Vila São Pedro, na divisa com Santo André.

De acordo com o secretário de Transportes e Vias Públicas de São Bernardo do Campo, os estudos darão fundamentação técnica para aprovação de financiamento pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). 'A concepção do projeto já foi descrita e apresentada ao Bird, que topou fazer o financiamento. Agora, é preciso comprovar, fundamentando tecnicamente, a viabilidade do empreendimento', explica.

A contratação inclui ainda os estudos técnicos da infraestrutura necessária para implementação da rede de transportes. 'Paralelamente aos trâmites de aprovação do financiamento serão elaborados os projetos funcionais, que apontarão o detalhamento de cada obra, como número de estações, quilometragem de linha e itinerário, entre outros, além da definição do valor total a ser investido', afirma o secretário.

A previsão é que os projetos funcionais dos empreendimentos estejam concluídos em seis meses. 'Nesse período, o financiamento já deverá estar sendo aprovado pelo banco, que nos solicitará um cronograma de implantação e também a elaboração dos projetos básico e executivo. Dessa forma, poderemos calcular o início das obras do metrô-cabo, que serão prioridade, para 2015', conclui o secretário.

A implantação do sistema de metrô-cabo (ou teleférico) no município representará avanço na melhoria do serviço de transporte público para os moradores de regiões montanhosas e de difícil acesso. O projeto deverá atender à região do Montanhão, próximo ao Selecta, passando pelo Ferrazópolis e outras regiões montanhosas, como Limpão e Alto da Boa Vista, até a Vila São Pedro, na divisa com Santo André. Cerca de 150 mil moradores serão beneficiados.

Segundo o secretário de Transportes, a proposta é complementar o atendimento feito por micro-ônibus. 'Nos morros, o viário é sinuoso, de difícil manutenção. Esse novo sistema proporcionará acesso mais rápido e mais seguro, além de fazer a

ligação aérea desses locais e a integração com os corredores de ônibus’, explica. ‘O atendimento por micro-ônibus continuará sendo feito, porém com readequação das linhas, conforme a demanda’, diz.

O equipamento fará parada em dois terminais a serem construídos: o do corredor Vila São Pedro, que vai até o Paço Municipal, e o Tiradentes, do corredor Leste-Oeste. Com extensão aproximada de sete quilômetros de percurso, o sistema deverá ser composto por cerca de oito estações para embarque e desembarque, por meio de integração tarifária.

A operação está prevista para funcionar com cinco cabines por minuto, com capacidade para dez pessoas cada, o que representa possibilidade de transportar até três mil passageiros por hora em cada sentido. ‘Em comparação com o transporte por micro-ônibus, a capacidade é equivalente, com a vantagem de não ter atrasos nem problemas com o trânsito’, acrescenta o secretário.

O transporte hidroviário por meio de catamarã será um facilitador para quem mora na região do pós-balsa, como Tatetos e Santa Cruz, que tem população estimada em cerca de 15 mil pessoas.

Hoje, para chegar à região central de São Bernardo do Campo os moradores dessa localidade levam cerca de uma hora e meia durante o trajeto, uma vez que precisam se deslocar até a balsa João Basso para fazer a travessia da Represa Billings e, então, pegar o ônibus no Riacho Grande.

Com o catamarã, os passageiros seguirão pela represa Billings até o Corredor Alvarenga, onde farão a integração com o ônibus. A estimativa é que o percurso até a região central seja feito em até 40 minutos. (Ana Lúcia Almeida, Secom/PMSBC, 30/6/2014)

Aeroporto

O Prefeito de São Bernardo [Luiz Marinho], acompanhado do empresário Jairo Cândido e do advogado Edson Asarias, apresentou ao ministro da Aviação Civil, Moreira Franco, o projeto do aeroporto de São Bernardo do Campo. O encontro aconteceu em 16/9/2014, em Brasília, na Secretaria de Aviação Civil (SAC) da Presidência da República.

De início, o aeroporto será voltado para movimentação de carga e aviação executiva, mas pode atender à aviação comercial a longo prazo. O aeroporto será construído em área na região do Rodoanel, entre São Bernardo e Cubatão, próximo à via Anchieta, a 22 quilômetros do marco zero de São Paulo, a 38 quilômetros do Porto de Santos e a 6 quilômetros do Rodoanel.

‘Esse aeroporto vai ser muito importante, e interligado com todas as principais rodovias do Estado’, afirmou o prefeito. Agora, o projeto será encaminhado ao 4º Comando Aéreo Regional, em São Paulo, que o enviará ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCEA), órgão que dará o parecer sobre a viabilidade do projeto. ‘Vamos nos basear no estudo do DCEA para a liberação da construção. Ele (o DCEA) é o que permite essa autorização’, afirmou Moreira. Dois grupos grandes já estão envolvidos no projeto para a construção e operação do aeroporto. A área já foi adquirida e tem os pareceres ambientais para entrar em funcionamento. Após a autorização da SAC, o aeroporto levará 4 anos para ser construído. (Da redação, Secom/PMSBC, 16/9/2014)

Rebaixamento da Av. Lions (Nova Lions)

Após mais de cem dias de sua abertura, a Nova Lions se firmou como opção de acesso rápido para São Paulo, Santo André e demais cidades do ABC, graças às pistas rebaixadas livres de cruzamentos e semáforos.

De acordo com a Secretaria de Transportes e Vias Públicas, após a inauguração da Nova Lions, em 19 de maio deste ano, as vias Winston Churchill, Rua Afonsina e Avenida Senador Vergueiro registraram uma significativa redução do trânsito e dos congestionamentos. Além de aliviar o trânsito nestas três vias, a Nova Lions também melhorou a fluidez em todo o entorno do corredor, como Avenida Pereira Barreto, Avenida Lauro Gomes, Avenida Vivaldi, Rua Tietê e Rua Brasil.

O tempo de parada nos semáforos das vias marginais também diminuiu. Nos horários de pico, entre 6h e 9h e 17h e 20h, a espera no semáforo vermelho da Vergueiro é de no máximo 55 segundos, ante os 5 minutos e 20 segundos de antes do rebaixamento da pista. O tempo de passagem era de apenas 1 minuto e 40 segundos.

Dados da Secretaria de Transportes e Vias Públicas de São Bernardo do Campo revelam que a Nova Lions recebe cerca de três mil veículos a cada hora no

horário de pico. No sentido Santo André, o corredor é acessado por 2.788 automóveis pela manhã e 3.098 à tarde. Para Diadema, a via também passou a ser bastante utilizada: 3.464 motoristas a utilizam no período matutino, enquanto 2.510 à tarde.

A Nova Lions passou a ter três faixas de circulação nos dois sentidos da pista expressa e outras duas em cada sentido nas vias marginais. A obra começou a ser executada em abril de 2010 e foi entregue à população em 19 de maio.

O trecho rebaixado da avenida, com cerca de 7,5 metros de profundidade e 730 metros de extensão, possibilita a separação do tráfego de passagem do fluxo local, já que a obra eliminou os cruzamentos em nível com as avenidas Senador Vergueiro e Vivaldi e com a Rua Brasil.

A via expressa, rebaixada, tem velocidade máxima de 70 km/h. No sentido Diadema, é utilizada pelos motoristas para acesso à Via Anchieta, Bairro Pauliceia e Corredor ABD. No sentido Santo André, faz a ligação com a Avenida Prestes Maia em direção à Avenida do Estado e Avenida Aricanduva, sentido Rodovia Presidente Dutra.

As vias marginais, com velocidade máxima de 50 km/h, são destinadas ao trânsito local, facilitando o acesso à região central de São Bernardo, Rudge Ramos e proximidades. (Vinicius Dominichelli, 24/10/2012).

A obra de rebaixamento e alargamento da Av. Lions contou com investimento da ordem de R\$ 25 milhões, oriundo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (Soraya Paladini, Secom/PMSBC, 11/1/2012)

Outras obras viárias

Outra importante obra em São Bernardo [entregue em 2012] foi a do Viaduto Moysés Cheid, no km 22,5 da Via Anchieta. Ele, que ficou 36 anos abandonado, é uma alternativa para o motorista que pretende acessar a Avenida Presidente João Café Filho e a rodovia. As melhorias ainda se estenderam pela ampla instalação de sinalização, ciclovia completa, retorno por baixo do viaduto sentido bairro e implantação de duas plataformas centrais de ônibus. (Vinicius Dominichelli, Secom/PMSBC, 20/1/2013)

No Bairro Assunção, a Avenida João Firmino ficou de cara nova. A via, que liga a região central da cidade aos bairros Assunção e Alvarenga, além de ser uma alternativa de acesso à rodovia Anchieta, foi toda revitalizada e ganhou a terceira e maior ciclovia do município, de 1,7 quilômetros. A obra também incluiu nova pavimentação, construções de canteiros centrais, calçadas (em um total de 9,3 mil m²), quatro lombofaixas (faixa de travessia elevada para acessibilidade dos pedestres), sendo duas em cada sentido, 89 rampas de acessibilidade e projeto paisagístico. (Vinicius Dominichelli, Secom/PMSBC, 20/1/2013)

O prefeito de São Bernardo inaugurou em 15/8/2015 a Estrada Riuichi Matsumoto, uma ligação importante entre a Estrada do Alvarenga e a Estrada Keiji Kimura, conectando os bairros Alvarenga e Cooperativa, e facilitando também o acesso ao km 20 da Rodovia dos Imigrantes. Além da pavimentação nos dois sentidos da via, ao longo de seus 1.164 metros, a intervenção contemplou também a circulação de pedestres com a construção de passeio com largura de dois metros.

O chefe do Executivo explicou que antigamente no local havia uma passagem de terra com pouco mais de 9 metros de largura, feita pelos japoneses há muitos anos. 'Essa foi uma intervenção importante, que contou com a colaboração dos proprietários de terrenos que fazem limite com a via. É uma obra que está em sintonia com o momento que vivemos na cidade, e faz parte do desenvolvimento estratégico, uma vez que não vai apenas melhorar o trânsito de pessoas na região, mas também vai auxiliar no desenvolvimento do parque industrial de nossa cidade', afirmou. A Estrada Riuichi Matsumoto é uma via de 14 metros de largura com duas faixas de rolamento por sentido. Durante a realização das obras foi utilizado 1,04 tonelada de massa asfáltica e construídos 447 metros de drenagem de água pluviais com a instalação de 31 bocas de lobo/bocas de leão para captação da água, além de 67 metros de muro de contenção para realização do alargamento da via (Marcelo Dorador, Secom/PMSBC, 15/8/2015)

Nova Av. Vergueiro: a prefeitura já entregou as novas Vergueiro e Vivaldi. A reforma das duas vias incluiu adequações geométricas, fresagem com recapeamento e pavimentação, sinalização vertical, horizontal e semafórica, intervenções que trouxeram mais segurança e fluidez para o trânsito no local.

Duplicação da Av. Café Filho: a duplicação da Av. Café Filho facilitou o trânsito de veículos para a Av. Capitão Casa e na Anchieta após o km 23. As obras incluíram ainda sinalização completa, paisagismo e uma ciclovia.

Duplicação e pavimentação na Av. Pery Ronchetti: a Av. Pery Ronchetti foi duplicada no sentido bairro-centro e teve a pavimentação recuperada no sentido contrário. Além disso, foi construída uma ciclovia, e o córrego Saracantan – no trecho entre a Av. Faria Lima e Rua Princesa Maria Amélia – foi canalizado.

Pavimentação na mini-Imigrantes: (...) além de melhorar a circulação entre a Imigrantes e o Jardim Ipanema, a obra desafogou a estrada Galvão Bueno.

Melhorias na Estrada Galvão Bueno: as obras realizadas na Estrada Galvão Bueno, importante via que liga Botujuru, Demarchi, Batistini e Parque Los Angeles à Rodovia dos Imigrantes, deixaram o trânsito na região melhor e mais seguro. Com um novo traçado e nova sinalização, a Galvão Bueno facilitou o acesso à Anchieta, à Imigrantes e ao Rodoanel.

Novo Viaduto sobre a Lauro Gomes: a prefeitura entregou também o novo viaduto sobre a Av. Lauro Gomes. Com três faixas de rolamento por sentido, fazendo conexão com o Anel Viário Periférico e o Anel Viário Metropolitano, essa obra reduziu o tempo de viagem entre Santo André e São Bernardo e levou mais segurança para pedestres e motoristas.

Novo Acesso ao Parque Selecta: antiga reivindicação dos moradores, o novo acesso (...) tem 360 metros de extensão e tráfego em mão dupla. A nova via, na altura da Rua Pedro Mendes, faz a ligação com o Jardim Silvina.

Revitalização da Estrada do Rio Acima: a Estrada do Rio Acima vem sendo revitalizada nas proximidades da Estrada Ernesto Zebou e a balsa. O trecho de reaparelhamento já foi concluído, e a pavimentação a partir do bairro Santa Cruz está em andamento.

Novo Acesso ao Jardim Irajá: as obras do novo acesso ao Jardim Irajá estão em andamento (...). Demanda escolhida em plenária do OP, o acesso vai oferecer uma ligação pela Av. Luiz Pequini.

Pavimentação da Rua Principal, na Divineia: envolveu a execução de guias, sarjetas e 150 metros de galerias de águas pluviais, além do asfalto renovado. No total, foram 1.500 m² de obras executadas.

Ligação da Rua Benedito Conrado Filho com a Av. Robert Kennedy: o novo acesso vai facilitar a circulação de veículos em direção ao Assunção e ao Taboão.

Terraplenagem no Parque dos Químicos: já foram concluídos os serviços e o assentamento de guias e a construção de sarjetas já estão com 80% executados. Em andamento também a construção de 13 muros de arrimo.

Duplicação da Av. José Odorizzi: obra faz ligação com a Samuel Aizemberg e Imigrantes.

Novo Acesso ao Bairro Golden Park: obra está em andamento através da execução de guias e sarjetas e preparação do solo para receber a capa asfáltica.

Readequação Viária da Travessa da Rua André Coppini: estão sendo finalizadas as obras de contração e execução de guias, sarjetas e calçadas.

Pavimentação do Bairro Royal Park: as obras estão vinculadas à compensação ambiental do Rodoanel e deverão ser realizadas através do convenio com a Dersa. (Relatório de Prestação de Contas das Realizações do Governo da Inclusão, PPA Participativo 2010-2013 e OP 2011).

POLÍTICA URBANA

Programa 'Drenar' de combate às enchentes

Após 40 anos de enchentes, a dona de casa Terezinha Gomes vai se livrar de alagamentos na Vila Vivaldi. Ela foi uma das dezenas de moradores que acompanharam, em 9/3/2013, (...) o prefeito de São Bernardo assinar a ordem de serviço de início das obras de combate a enchentes primeiro na região do Rudge Ramos e depois no centro.

O prefeito [Luiz Marinho] disse que o Rudge Ramos foi escolhido para dar a largada nas obras por se tratar de uma das áreas mais atingidas pelas cheias do córrego Ribeirão dos Meninos, localizado em nível muito acima do da região.

Esse é o maior contrato já assinado entre um município e a União via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. No total, serão investidos R\$ 636 milhões na construção de piscinões na região da Vila Vivaldi e no Centro e em obras de micro e macrodrenagem. Essas intervenções devem, inclusive, minimizar o problema na região do ABC.

A previsão é que todas as ações sejam concluídas em três anos. Apenas na Vila Vivaldi, o investimento será de R\$ 145 milhões. As intervenções devem durar 18 meses e, após finalizadas, beneficiarão mais de 60 mil moradores. Para Terezinha, as intervenções, que começam em 11/3/2013, darão fim a um problema histórico da região. ‘Não é de agora que nós lutamos por isso, mas hoje estamos vendo que valeu a pena. Quando o prefeito assumiu, entregamos uma carta a ele solicitando que resolvesse essa situação. Hoje, vimos que nossa luta deu resultado’, declarou Terezinha.

Além do futuro piscinão Tanque das Mulatas, cuja capacidade será de 31 mil metros cúbicos de água, o bairro ganhará duas novas Estações Elevatórias de Águas Pluviais (EAPs) – Jacquey e Ipiranga –, a canalização do córrego Ipiranga e reformas e ampliações das estações Vila Helena e Vila Vivaldi e das galerias de microdrenagem. ‘Essas são obras estruturantes que irão melhorar a qualidade de vida dos moradores de São Bernardo. Nos empenharemos em concluir as intervenções o mais rápido possível, com o mínimo de transtorno. Também buscaremos recursos para resolver as enchentes nas divisas com Diadema’, afirmou o prefeito.

Na cerimônia de lançamento do programa Drenar, o prefeito anunciou que em breve duas intervenções do PAC II terão licitação: a canalização do Córrego Pindorama, no Jordanópolis, e a reformulação dos sistemas de macro e microdrenagem da região central. De acordo com o secretário de Serviços Urbanos, as obras na Vila Vivaldi ampliarão a capacidade de captação das águas pluviais para 76 mil m³, suficientes para acabar com os alagamentos no local.

‘Em 20 dias, também começam as obras no córrego Capuava, em frente à fábrica da Volkswagen. Em dois meses, iniciaremos as intervenções no córrego Saracantan, que margeia a Avenida Pery Ronchetti, para melhorar o fluxo do curso d’água até a rua Amazonas’, afirmou o secretário.

Na região central, próximo ao Paço Municipal, serão investidos cerca de R\$ 300 milhões, beneficiando moradores e comerciantes. Além de galerias de águas pluviais, será construído um piscinão sob o estacionamento do Paço. As obras devem ser iniciadas em junho.

São Bernardo do Campo hoje tem nove piscinões (Taboão, Ford Fábrica, Vila Rosa, Canarinho, Bombeiros, Volkswagen, Chrysler, Capitão Casa e Pauliceia) e quatro estações elevatórias (Nelson Patrizzi, Vila Helena, Vila Vivaldi e Rio Claro). Desde 2009, diversas medidas foram tomadas para amenizar as enchentes em São Bernardo, entre as quais a manutenção e limpeza de galerias e bocas de lobo, limpeza de margens e leitos de córregos, monitoramento de áreas de risco de inundações, elaboração do Plano de Saneamento do Município e estudos e projetos de macro e microdrenagem nas áreas mais problemáticas.

Por meio de recursos do PAC I, já foram concluídas as canalizações dos córregos Ribeirão dos Alvarengas, no Bairro Alvarenga, e Colina e Mininha, no Baeta Neves. O córrego Chrysler se encontra na fase final das obras. Com recursos próprios, a prefeitura realizou a drenagem na Rua MMDC e arredores, no Bairro Pauliceia, e na Avenida João Firmino, no Bairro Assunção. Também em parceria com o governo federal, quatro obras de canalizações de córregos já estão licitadas e com o projeto executivo em desenvolvimento: Saracantan, entre os bairros Baeta Neves e Nova Petrópolis; Silvina, no Jardim Silvina; Capuava e Meninos, no Demarchi; e Ipiranga. (Vanessa Oliveira, Secom/PMSBC, 9/3/2013)

[A obra no Paço Municipal consiste em] um piscinão com área equivalente a dois campos de futebol, profundidade de um prédio de sete andares e capacidade para até 220 milhões de litros de água, avança em ritmo acelerado para baixo. No momento, os esforços dos cerca de 200 operários estão na construção das paredes de contenção do reservatório, conhecidas como paredes diafragma, que já estão 30% concluídas. Essas paredes têm 60 centímetros de espessura e profundidade média de 18 metros. Cada um desses painéis, feitos de concreto armado, tem cerca de 5 metros de largura. Só a escavação para confecção destes painéis exige equipamentos e técnicas muito específicas, como uma escavadeira vertical guiada por guindastes que faz a escavação (...).

O secretário de Serviços Urbanos [Tarcísio Secoli] conta que já saíram do canteiro de obras mais de 2.800 caminhões de terra, em 45 mil viagens, sem contar o trânsito de 250 caminhões de concreto. ‘Isso representa o nivelamento do terreno para as obras e boa parte da construção da parede do piscinão. O trabalho não prejudicou até o momento o trânsito ou o viário, e isso é um cuidado que temos com nossas obras’, declarou.

(...) está em curso uma grande obra no que antes era a Esplanada do Paço (...) obra importante para o combate às enchentes, mas que as pessoas praticamente não veem, até porque, máquinas e mais de 200 homens trabalham ali em uma construção que segue no sentido inverso da maioria. Ou seja, uma obra de proporções gigantescas, só que vai para baixo. (Marcelo Dorador, Secom/PMSBC, 16/5/2014)

Sistema de processamento e aproveitamento de resíduos e unidade de recuperação energética (Usina Verde)

São Bernardo do Campo é a primeira cidade do país a contar com a aprovação de Termo de Referência para licenciamento de uma unidade de recuperação de energia de resíduos urbanos no município. O parecer da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), ligada à Secretaria do Meio Ambiente do governo paulista, acaba de ser liberado e representa a grande largada para a prefeitura dar início ao processo de licitação para a concessão desse sistema.

Para o secretário de Planejamento Urbano, a aprovação desse termo pode ser considerada um grande marco no Brasil.

‘São Bernardo é a primeira cidade do país que conseguiu apresentar um estudo com a proposta de Termo de Referência e a primeira a sair na frente novamente, dessa vez com a definição para a consolidação do seu Sistema de Processamento e Reaproveitamento de Resíduos (SPAR), integrado à Usina de Recuperação de Energia (URE), conhecida popularmente como Usina Verde. A iniciativa é a primeira a estabelecer em um único espaço a destinação correta de todo tipo de material, desde resíduos orgânicos a materiais de fácil reciclagem’, sentencia o titular da Pasta.

A usina produzirá até 30 MWh, suficiente para abastecer uma cidade com cerca de 300 mil habitantes. Segundo ele, a aprovação do Termo de Referência se deu em

um prazo considerado extremamente curto para esse tipo de empreendimento – o protocolo foi apresentado em 13 de outubro de 2010.

De acordo com o secretário, a partir de agora a prefeitura dispõe do instrumento técnico que lhe permitirá instruir o edital de licitação. (...). ‘O parecer da Cetesb apresenta todo o modelo tecnológico e a eficiência ambiental, bem como todos os parâmetros de controle e segurança que a usina precisará oferecer. Também fica evidente a preocupação da administração com a emissão de efluentes e todos os impactos ambientais que terão de ser realizados juntamente com esse processo’, aponta.

Desde o início da gestão, o prefeito de São Bernardo [Luiz Marinho] vem trabalhando intensamente nesse sentido com apoio de diversas equipes técnicas e consultorias de padrão internacional. O município já deu importantes passos rumo à concretização do empreendimento, orçado em R\$ 220 milhões e que será executado por meio de Parceria Público-Privada (PPP) em uma área de 30 mil metros quadrados. Prova disso é que a cidade já fez seu Plano Municipal de Saneamento Ambiental, cujo decreto de número 17.401 foi publicado no dia 9 de fevereiro no jornal *Notícias do Município*, órgão oficial de publicações de São Bernardo. O documento está disponível para consulta no site da prefeitura www.saobernardo.sp.gov.br e já está de acordo com a nova política nacional de resíduos sólidos, publicada em 2007, bem como com o Plano Estadual de Saneamento Ambiental, de 2006.

A partir de agora, a prefeitura irá promover novas audiências públicas visando a implantação da atual política municipal de saneamento, dando continuidade a um processo iniciado no ano passado. A liberação desse parecer abre ainda precedentes para outros municípios do país implantarem essa nova política.

Atualmente, São Bernardo gasta R\$ 14 milhões por ano para descartar seus resíduos no aterro Lara, em Mauá. Com o sistema de processamento, os custos cairão pela metade. O local funcionará como parque de reaproveitamento do lixo e incineração, ou seja, todo tipo de material poderá ser reciclado, inclusive com a produção de energia por meio da incineração.

Essa energia limpa poderá ser comercializada no mercado empresarial ou até mesmo aplicada para redução de custos, por exemplo, na iluminação pública. O biogás produzido pelos resíduos orgânicos também será queimado e utilizado para gerar

energia elétrica. Por fim, o subproduto desse processo poderá ser transformado em adubo por meio do processo de compostagem. Cerca de 650 toneladas de resíduos são recolhidas por dia na cidade. Com o novo sistema, será possível processar mil toneladas de resíduos diariamente. A proposta da administração é estabelecer uma nova gestão e manejo integrado de resíduos em São Bernardo. (Vanessa Oliveira, Secom/PMSBC, 24/2/2011)

São Bernardo do Campo é uma das primeiras cidades do país a tratar o seu lixo e gerar energia limpa por meio da incineração do que não é reciclado. Para isso, fará um investimento entre R\$ 450 milhões e R\$ 600 milhões. A cidade adotou o Sistema de Processamento e Aproveitamento de Resíduos e Unidade de Recuperação Energética (SPAR-URE) (...), que vai gerar cerca de 30 MW/H de energia, suficiente para abastecer a iluminação pública e domicílios de uma cidade com cerca de 300 mil habitantes. O excedente também poderá ser comercializado no mercado ou utilizado para a redução de custos da prefeitura com limpeza pública.

O Sistema Integrado de Manejo e Gestão de Resíduos contempla um novo modelo de administração da limpeza urbana de São Bernardo, com a coleta seletiva e de materiais da construção civil, instalação de centrais de triagem e equipamentos especiais para recolhimento, como ecopontos e locais para entrega voluntária.

Em São Bernardo, são geradas atualmente 700 toneladas de lixo por dia, sendo 45,8% de matéria orgânica, 1,3% de madeira, 20,4% de papel/papelão, 16% de plástico, 3% de metais, 2% de vidros, 4,4% de fraldas descartáveis, 5,6% de materiais têxteis/couro/calçados, 1,4% resíduos de construção civil e 0,22% de resíduos especiais.

A partir da instalação da SPAR-URE, será possível dar tratamentos diferenciados para cada tipo de material. Atualmente, São Bernardo gasta R\$ 14 milhões por ano para descartar 100% de resíduos sólidos no aterro Lara, em Mauá. O sistema foi elaborado a partir das diretrizes da Conferência Municipal de Saneamento Ambiental, realizada em 2010, e definido no Plano Municipal de Resíduos Sólidos, que coloca a gestão do lixo como prioridade da administração.

A licitação para a instalação da Usina de Recuperação de Energia está em andamento e será feita por meio de uma Parceria Público Privada (PPP). A proposta

apresentada pelo Consórcio SBC Valorização de Resíduos Revita e Lara foi habilitada e encontra-se em fase de análise técnica e comercial. (...)

Foram visitados modelos na França, Holanda, Espanha e Portugal, entre outros países, para a construção do SPAR-URE. O sistema terá monitoramento on-line de controle de emissão de gases, com estações de monitoramento da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e prefeitura que podem desligar a unidade em caso de emissões acima dos limites de tolerância estipulados pela legislação e com base em padrões internacionais.

O SPAR-URE deve ser instalado em uma área do antigo Lixão do Alvarenga, com cerca de 90 mil metros quadrados, que deverá ser recuperado. 'A administração, preocupada com a emissão de efluentes e os aspectos ambientais da área, que recebeu detritos irregulares por 29 anos, protocolou em 2010, na Cetesb, um plano de recuperação para o lixão, que em determinados pontos tem profundidade de até 25 metros de lixo. Para iniciar o projeto, esperamos parecer da companhia, que deve sair ainda este ano', afirmou o secretário de Planejamento Urbano.

O plano apresentado à Cetesb prevê a revitalização da área, captação do chorume, tratamento das águas contaminadas e a construção de um parque de até 300 mil metros quadrados, transformando a região em um equipamento social, de lazer e de qualidade ambiental. O investimento para esse trabalho será de R\$ 50 milhões. A primeira medida da empresa vencedora da licitação será iniciar o novo modelo de gestão de limpeza urbana. Esse sistema permitirá melhorias e a incorporação de novos serviços, assim como a ampliação do programa de minimização, com coleta seletiva de materiais recicláveis e gestão de resíduos de construção civil.

Atualmente, a coleta seletiva é de 1% no município. A meta é passar a 3% em 2012, chegando a 10% em 2017 e, com isso, a criação de 500 a 800 postos de trabalho.

O programa de reestruturação e modernização da limpeza urbana terá o apoio de uma rede de pontos de entrega voluntária, 30 ecopontos distribuídos por todo o município e a implementação de seis Centrais de Triagem operadas por cooperativas, com capacidade de 15 toneladas/dia de materiais.

Hoje, o município conta com quatro ecopontos para a entrega voluntária de materiais recicláveis e resíduos de construção civil em pequenas quantidades, localiza-

dos no Bairro dos Casa, Vila Vivaldi, Parque dos Pássaros e Jordanópolis. Há ainda duas cooperativas, que ficam no Bairro Assunção e Vila Vivaldi, que reciclam cerca de 8 toneladas por mês. Para estabelecer parâmetros de qualidade e permitir o controle dos serviços, será constituído um sistema de monitoramento e avaliação, iniciativa inédita no país, onde serão estabelecidas metas de melhorias progressivas e instituído o controle social, incluindo pesquisas de opinião junto à população.

O novo sistema, que será realizado via internet e por fiscais de rua, levará em conta a limpeza efetiva da cidade, sendo que a empresa ganhadora do processo licitatório poderá sofrer uma redução de 20% no seu pagamento mensal, caso os parâmetros de qualidade não sejam atendidos. (Ana Carolina Martins, Secom/PMSBC, 28/3/2012)

Coleta Seletiva Porta a Porta

No mês em que é celebrado dois anos do início do serviço de coleta seletiva porta a porta em São Bernardo, a cidade contabiliza cerca de 5,2 mil toneladas de materiais já encaminhados para reciclagem. Por mês, são recolhidas 900 toneladas de materiais – entre papel, plástico, vidro, metal e madeira –, ou cerca de 4,2% de tudo que é descartado pela população.

O objetivo da administração é chegar a 10% até o fim de 2016. O serviço está presente em todos os bairros do município. ‘Quando iniciamos o debate sobre a coleta seletiva porta a porta, muitas pessoas achavam que queríamos acabar com os catadores na cidade. Na realidade, era o contrário. Nossa intenção sempre foi agregá-los ao processo, com condições melhores de trabalho e aumento de renda’, ressalta o secretário de Serviços Urbanos.

Hoje, o material coletado é encaminhado para duas cooperativas da cidade que, juntas, empregam 115 trabalhadores. A renda dos catadores, inclusive, aumentou com o início da coleta porta a porta em São Bernardo. Antes, os trabalhadores recebiam cerca de R\$ 700 por mês, valor que chega a R\$ 1.300 agora.

A coleta seletiva porta a porta em São Bernardo foi iniciada pelo atual administração em junho de 2013. (...) Na época, o índice de reciclagem na cidade não chegava a 0,9%. Hoje, já ultrapassa os 4%, número que está acima das médias estadual e nacional, que são de 3%.

Nos bairros de difícil acesso, a coleta é realizada pelas motolixos. Podem ser separados para a coleta seletiva porta a porta papéis, papelões, jornais, revistas, cadernos, folhas soltas, caixas e embalagens em geral, incluindo longa vida, garrafas, copos, potes, sacolas, garrafas PET, latinhas de alumínio, latas e outros metais e vidros, que devem estar separados dos outros materiais e embalados de forma segura. Devem ser colocados em lixo comum os restos de comida, cascas de frutas e de legumes, guardanapos e lenços de papel usados, papéis e papelões engordurados, fotografias, fitas crepe e etiquetas adesivas, sujeira das vassouras, de cinzeiros, de animais e chicletes. (...)

A prefeitura também investiu na construção de duas novas centrais de triagem no Bairro Cooperativa. O objetivo é conseguir processar o crescente volume de materiais recicláveis que a cidade recolhe e dar melhores condições de trabalho para os catadores. A primeira central foi entregue em fevereiro de 2014, com capacidade para processar cerca de 25 toneladas por dia. Já a segunda central foi entregue em dezembro do mesmo ano e tem capacidade para 100 toneladas diárias.

Outra importante iniciativa da prefeitura é a implantação do Sistema de Processamento e Aproveitamento de Resíduos e Unidade de Recuperação Energética (SPAR-URE), que vai gerar energia limpa a partir da queima de lixo e terá potencial para aumentar o percentual de material reciclado. A usina será instalada no antigo Lixão do Alvarenga, que será recuperado ambientalmente (...). A previsão é que sejam gerados cerca de 17 MW/H com a queima do lixo pela usina, o suficiente para garantir a iluminação pública de uma cidade com aproximadamente 170 mil habitantes. (Cosmo Silva, Secom/PMSBC, 10/6/2015).

Programa Rua Nova

O Rua Nova é um programa permanente da prefeitura e que realiza o serviço de recapeamento conforme as necessidades das vias. O Programa, lançado em 2011, inclui recuperação de sarjetas, bocas de lobo e leão e implantação de rampas de acesso (...). Cinquenta e quatro ruas de São Bernardo do Campo estão com asfalto novo. Desde 2011, esse é o número de vias que foram recuperadas pela prefeitura por meio do Rua Nova, programa permanente da administração que realiza o serviço de recapeamento conforme as necessidades das vias. Em 2011, mais de 11 quilômetros foram revitalizados. Em 2012, outros 16,4 e, em 2013, 7,2. Apenas

neste ano, mais 15,8 quilômetros foram executados na cidade, ultrapassando a marca de 50 mil metros de ruas recuperadas.

Estão inclusos no Rua Nova recuperação asfáltica, revitalização de sarjetas e base do pavimento, fresagem, capa asfáltica e implantação de acessibilidade. Importantes ruas da cidade já foram recuperadas, como a dos Vianas, Marechal Deodoro, Senador Vergueiro, Luiz Pequini, Municipal, Wallace Simonsen, Lucas Nogueira Garcez, Giacinto Tognato, Maria Servidei Demarchi, Barão de Mauá, Taboão e Piraporinha'. (Vinicius Dominichelli, Secom/PMSBC, 31/7/2014).

Reforma de mais de 60 praças

Os moradores de São Bernardo têm aproveitado ao máximo a revitalização das praças públicas realizada pela prefeitura, inclusive para atender a demandas apontadas pela população durante as plenárias do Orçamento Participativo. Desde 2010, mais de 60 espaços receberam melhorias ou novos equipamentos. As intervenções vão desde reforma de calçadas, melhorias nas quadras poliesportivas, playground, área de convívio, instalação de equipamentos de alongamento, pista de caminhada, novo desenho de piso, pergolado e, em alguns locais, pista de skate. A Praça Geraldo Capitâneo, no Santa Terezinha, é um bom exemplo. O local, antes da revitalização, era frequentado por usuários de drogas e pouco usado pelos moradores do bairro. 'Era tudo detonado. Não dava para aproveitar a praça para momentos de lazer', detalha o aposentado Leonilson Trídico, 66 anos, 40 deles vividos no bairro. 'Agora trago minhas netas para brincar aos fins de semana. Chego até a usar os aparelhos de ginástica', afirma. Outra praça que foi revitalizada é a do Professor, no Nova Petrópolis. A pista de caminhada, conhecida por ser circular, foi reformada e o local ainda ganhou nova iluminação, playground, pergolado e academia de ginástica ao ar livre para a terceira idade. (Vinicius Dominichelli, Secom/PMSBC, 25/8/2014)

ConCidade

A prefeitura de São Bernardo do Campo reuniu em 05/8/2009 representantes da sociedade civil e membros do governo no Teatro Cacilda Becker para a apresentação do projeto de lei que criará o ConCidade, conselho que terá como finalidade a participação da população e da administração municipal na elaboração de políticas ambientais e urbanas.

O conselho tem como objetivo garantir a participação dos segmentos sociais e integrar as políticas de habitação, saneamento, mobilidade e gestão urbana e ambiental, dividido em quatro câmaras técnicas (Planejamento e Gestão de Uso e Ocupação do Solo, Mobilidade Urbana, Habitação e Meio Ambiente e Saneamento). Na proposta apresentada pela administração, o órgão terá 36 integrantes, sendo 18 representantes do Poder Público, indicados pela prefeitura, e outros 18 de segmentos sociais, como movimentos populares, entidades empresariais, sindicatos, entidades ambientalistas e acadêmicas. A criação da lei em São Bernardo também seguirá a orientação dos ministérios das Cidades e Meio Ambiente.

As atribuições do ConCidade preveem a adequação do atual Plano Diretor do município, o monitoramento dos instrumentos do Estatuto da Cidade, uma Política Municipal de Gestão Ambiental, a revisão da legislação urbanística municipal, a elaboração de um código de obras, a discussão de planos de habitação e mobilidade urbana e a gestão dos fundos municipais, entre outros. Segundo a Secretaria de Planejamento, a criação do conselho será pioneira, já que não há em outra cidade do país uma estrutura com essa amplitude.

O prefeito de São Bernardo do Campo enalteceu a nova ferramenta que a prefeitura coloca à disposição dos moradores para a participação e inclusão popular. 'Acreditamos que o debate é a melhor maneira de se governar. É preciso pensar a cidade por inteiro. Hoje há uma parcela do município que está excluída. Não adianta colocarmos um médico à disposição das famílias se há gente vivendo no meio do esgoto', garantiu.

Já a coordenadora de Ações Comunitárias acredita que com a instituição do projeto, São Bernardo passa a construir políticas públicas com o envolvimento da sociedade. 'Nossa cidade é muito fragmentada. O atual Plano Diretor precisa ser revisado para equilibrar a proteção do patrimônio ambiental que possuímos e ao mesmo tempo a definição da situação dos moradores', afirmou.

Além de representantes da administração, também compareceram ao lançamento da proposta de lei o diretor de planejamento do Ministério das Cidades, Daniel Montandon, e o diretor do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Nilo Diniz.

Montandon fez uma síntese sobre a política nacional de desenvolvimento urbano do governo federal. Ele elogiou a iniciativa da prefeitura e lembrou que com a criação do conselho se abre a possibilidade de junção de diversas políticas. 'Ele dá essa oportunidade de integração, que deve permitir a implementação de políticas urbanas. Nós esperamos que seja possível fortalecer a gestão democrática na cidade e a criação de um sistema de monitoramento e planejamento da cidade', disse.

Já o representante do Conama afirmou que a entidade apoia a iniciativa da atual administração e lembrou a importância da questão ambiental. 'São Bernardo exporta água para boa parte da região metropolitana de São Paulo e é antes de tudo um grande patrimônio socioambiental. Não há como não pensar no Meio Ambiente', disse Nilo Diniz.

Ao final da apresentação, o público pôde esclarecer eventuais dúvidas com o prefeito, a coordenadora de Ações Comunitárias e os convidados do governo federal. Nos dias 25 e 26 de agosto a administração se reúne novamente com representantes da sociedade civil para os primeiros debates sobre a lei que cria o ConCidade. Em setembro o grupo deve finalizar o projeto e acompanhará os debates na Câmara Municipal. (Rafael Nunes, Secom/PMSBC, 6/8/2009)

Novo Plano Diretor

A Câmara Municipal aprovou, em 23/11/2011, o novo Plano Diretor [Participativo] de São Bernardo. Um dos avanços mais importantes da nova redação é a destinação de 2,3 milhões de m² para habitação social, antes eram 600 mil metros m². Outro ponto fundamental é a reserva de 7 milhões de m² para novos empreendimentos econômicos.

O novo Plano Diretor, baseado em definições do Estatuto da Cidade, é um instrumento básico da política urbana e contém as diretrizes para o desenvolvimento do município, estipulando os objetivos das políticas setoriais nas áreas de habitação, saneamento básico, desenvolvimento econômico, mobilidade urbana e meio ambiente, além de as regras para o ordenamento do território municipal.

O documento traz os instrumentos capazes de fazer cumprir a função social da cidade e da propriedade, como o parcelamento, edificação e o IPTU progressivo para os imóveis abandonados e mantidos vazios à espera de valorização. Segundo a diretora

de Planejamento Urbano, as emendas da nova redação do plano contemplaram várias solicitações. ‘O novo texto é um grande avanço. Um exemplo disso é o estímulo à manutenção das empresas já instaladas e a possibilidade de atrair novas que venham a diversificar e complementar o parque existente’, explica, acrescentando que a sustentabilidade urbana foi outra preocupação contemplada pelo plano ao reduzir os coeficientes de aproveitamento, evitando o adensamento e a verticalização desmedidos.

O texto ainda estabelece o instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, ou seja, aquele que quiser edificar além do coeficiente básico deverá pagar por isso, permitindo que os recursos assim captados sejam realocados para beneficiar a cidade como um todo. Revisão – O projeto de lei que revisa o Plano Diretor de São Bernardo do Campo foi debatido intensamente com o ConCidade (Conselho da Cidade e do Meio Ambiente) e enviado à Câmara Municipal em 14/9.

A principal razão para que se fizesse a revisão do Plano Diretor de 2006 é a necessidade de adaptar a legislação municipal à Lei da Billings, aprovada em julho de 2009, estabelecendo novos parâmetros para a ocupação dos mananciais e, inclusive, as regras para a regularização fundiária por meio dos Programas de Recuperação de Interesse Social. (Soraya Paladini, Secom/PMSBC, 23/11/2011).

Nova Lei de uso e ocupação do solo

O Prefeito de São Bernardo do Campo sancionou em 5/10/2012 a Lei 6.222/2012, que disciplina o parcelamento, uso e ocupação do solo na cidade. A norma é um complemento do Plano Diretor, aprovado em dezembro do ano passado. O Plano Diretor instituiu o zoneamento municipal e ditou os parâmetros gerais de uso e ocupação do solo (categorias de uso do solo e coeficientes de aproveitamento). A nova lei define onde e como construir em cada região de São Bernardo. A lei é dividida em três assuntos: parcelamento, uso e ocupação do solo.

O parcelamento do solo especifica como implantar loteamentos e condomínios, definindo os tamanhos de lote, o dimensionamento do sistema viário e a necessidade de doação de áreas públicas pelos empreendimentos. No segundo eixo – uso do solo – residem as principais inovações da nova lei: a distribuição dos usos não residenciais (comércio, indústria e prestação de serviços) que não incomodem a vizinhança, segundo a hierarquia viária.

A Avenida Lucas Nogueira Garcez pode ser tomada como um exemplo. Por ser uma via arterial, permite diferentes usos. Porém, em uma via local, onde a qualidade de vida da população residente é a prioridade, há mais restrições para a instalação de usos não residenciais. Desta forma, a lei define, por meio de uma tabela, o que é permitido em cada via. O terceiro eixo – ocupação do solo – define, entre outros requisitos, a altura dos edifícios, o afastamento que uma construção deve ter da rua ou de imóveis vizinhos, a taxa de ocupação e a taxa de permeabilidade do solo (trechos que devem ser isentos total ou parcialmente de pavimentação). (Vinicius Dominichelli, Secom/PMSBC, 25/10/2012)

Operação Urbana Consorciada

A Operação Urbana Consorciada (OUC) consiste no conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar, em uma área determinada, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

A implementação da Operação Urbana Consorciada, na região indicada no projeto de lei, permite ao Município de São Bernardo do Campo a adoção de uma série de medidas voltadas ao ordenamento da ocupação existente na região, que será acelerada nos próximos anos, especialmente em razão da introdução do modal metroviário na região.

Com a chegada do modal metroviário em nossa cidade, é certo que haverá renovado interesse naqueles locais mais próximos de seu eixo, incentivando a ocupação em seu entorno, notadamente de unidades residenciais e não residenciais. Para evitar que tal ocupação se dê sem qualidade urbanística, a Operação Urbana Consorciada demonstra o modelo de intervenção urbanística mais adequada.

Isso porque a Operação Urbana Consorciada impõe novos padrões construtivos, com reflexos diretos na qualidade da vida da cidade, criando ou renovando espaços públicos, ampliando a área verde do município, valorizando a vivência comunitária como um todo, tendo como consequência, a fixação da população em nosso município, ao incentivar a criação de unidades residenciais e não residenciais na localidade, permitindo às pessoas o gozo da proximidade com seus trabalhos e áreas de lazer.

A disciplina urbanística delineada no projeto de lei proporcionará ao Município um grande avanço do ponto de vista de desenvolvimento urbanístico, contribuindo para a maior qualidade de vida de todos os munícipes atuais e das gerações futuras, visto que a OUC/SBC consiste em um projeto de médio e longo prazo.

A OUC/SBC, portanto, contempla uma série de intervenções públicas, conforme descrição abaixo, que serão responsáveis por promover a requalificação urbanística de áreas relevantes para o município, especialmente a sua região central. São contempladas também intervenções voltadas a melhorias na mobilidade urbana e promoção da cultura.

Há, ainda, a previsão de intervenções que visam à eliminação de assentamentos precários ou irregulares na área descrita na mancha do perímetro, pois que destina, de forma inédita em nosso país, 25% dos recursos arrecadados com o leilão de Cepacs a tais finalidades, além de outras obras, de interesse social e mobilidade urbana. Com certeza se trata de uma proposta revolucionária para eliminar tais assentamentos na região, liberando o orçamento público municipal para investir ainda mais em requalificação de assentamentos precários em outras regiões do município, localizadas fora do perímetro da mancha descrita.

Todas as intervenções serão custeadas por meio da emissão de Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac), sem a necessidade de utilização de recursos provenientes do orçamento público, portanto, sem comprometimento do Tesouro Municipal, que se vê desonerado em grande parte, para ser utilizado em outras áreas do município, que não estão abrangidas pela mancha descrita no perímetro.

Ao capturar parcela dos ganhos econômicos proporcionados ao mercado imobiliário pelo desenvolvimento da região, estimulado principalmente pela introdução do metrô no Município de São Bernardo do Campo, a Operação Urbana Consorciada reverte ao município, melhorias substanciais da infraestrutura urbana, permitindo ao município – e principalmente aos munícipes, partilhar de forma efetiva dos ganhos econômicos daí originados.

A Operação Urbana Consorciada também prevê o incentivo para instalação de equipamentos de interesse público na região, tais como hospitais, escolas, universidades, centros culturais, teatros, cinemas, centro de convenções, edifícios-

-garagem, entre outros; estruturas, portanto, que valorizam o espaço público e a vivência da cidade com mais qualidade de vida.

Para a consecução de tais objetivos, por meio da implantação da Operação Urbana Consorciada, o presente projeto de lei autoriza a criação de Sociedade de Economia Mista, que terá função executora, isto é, acompanhará o desenvolvimento do projeto, dando garantias ao setor público, à sociedade e ao setor privado, do regular andamento de obras, entre outras disposições. Vale dizer que a criação da Sociedade de Economia Mista não trará despesas ao município e ao tesouro, pois que será mantida exclusivamente pelo valor arrecado com a emissão de Cepac.

Com função dita coordenadora é criada também o Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada, composto por representantes de todo o espectro da sociedade, seja da sociedade civil, do setor público e do setor privado, cujas funções são de deliberar sobre a prioridade das intervenções previstas, acompanhar a vinculação, desvinculação e reajuste de Cepac, entre outros, permitindo amplo controle social sobre a implementação do projeto proposto.

Tal projeto de lei se reveste, pelo exposto, em grande oportunidade de revigoração do espaço público da cidade e de sua vivência mais plena pelos munícipes, ao impor novos e adequados padrões urbanísticos e de uso e ocupação do solo, ampliando espaços públicos e de convivência, aproximando o trabalhador de seu trabalho e de áreas de lazer, que serão incentivadas sobremaneira, entre outros benefícios, projetando, no médio e longo prazo uma cidade mais humana, justa e com qualidade para se viver.

Assim:

- a) para a aprovação da Operação Urbana Consorciada São Bernardo do Campo, em cumprimento à Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, e à Lei Municipal n. 6.184, de 21 de dezembro de 2011;
- b) para a alteração dos parâmetros urbanísticos e elementos necessários para promover a reestruturação urbana da região prevista para a instituição da Operação Urbana Consorciada, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região;

c) para autorizar o município a emitir 5.608.000 (cinco milhões seiscentos e oito mil) Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepac), para a outorga onerosa de potencial adicional de construção; e

d) autorizar a criação pelo Município de sociedade anônima na modalidade de Sociedade de Economia Mista, com a competência de promover, direta ou indiretamente, o desenvolvimento da Operação Urbana Consorciada, além das demais competências previstas no projeto de lei.

É que encaminhado o presente projeto de lei para a devida apreciação. (Justificativa do Projeto de Lei da OUC, enviada e assinada pelo prefeito Luiz Marinho à Câmara de Vereadores, em 13 de abril de 2015).

ESPORTE

Centro de Atletismo Olímpico

O Centro de Atletismo de São Bernardo do Campo (...) foi inaugurado em 29/3/2014. O equipamento esportivo localizado na Vila do Tanque, em área que fazia parte do antigo Volkswagen Clube, é um dos mais modernos da América Latina e vai atender atletas profissionais e também aqueles que começam a dar os primeiros passos no atletismo. A conquista é resultado da parceria entre o município e o governo federal, por meio de convênio com o Ministério do Esporte [ao todo, foram investidos R\$ 32,5 milhões divididos entre prefeitura e Ministério do Esporte], e compõe um dos mais importantes legados dos Jogos Olímpicos de 2016 para o esporte brasileiro.

O Centro de Atletismo Professor Oswaldo Terra integrará a Rede Nacional de Treinamento de Atletismo que está sendo estruturada pelo Ministério do Esporte e está selecionado para receber equipes para aclimatização nas Olimpíadas do Rio 2016.

Com quase 30 mil m² de área construída, é um espaço altamente qualificado para treinamento de atletas e paratletas do município e das seleções brasileiras, dotado de toda a infraestrutura necessária para receber competições nacionais e internacionais. 'Quanto mais centros de treinamentos tivermos espalhados pelo país, melhor será. Um equipamento desses melhora o rendimento e auxilia muito na descoberta de novos atletas. O Estádio de Atletismo possibilita a concentração

de atletas na região. Quando se tem competidores reunidos em um só local, com certeza isso faz uma diferença enorme. O competidor é capaz de evoluir muito mais rápido e, inclusive, mudar sua história dentro do atletismo. Eu mesmo vou treinar no Estádio de Atletismo sempre que for convocado pela Seleção Brasileira’, afirma Mauro Vinícius, o Duda, bicampeão mundial do salto em distância indoor e o principal nome da modalidade no Brasil atualmente.

A pista, certificada como nível 1 pela International Association of Athletics Federations (IAAF), possui iluminação, áreas para treinamento e imprensa e arquibancada coberta para 1.500 pessoas. Ao lado foi construído prédio de três andares com áreas para treinamento e aquecimento cobertas e diversas salas de apoio. O centro irá atender no início das atividades aproximadamente duas mil pessoas diretamente (crianças, adolescentes e adultos), de 7 a 29 anos, residentes em toda a cidade, além de atletas oriundos de outras regiões do país, integrantes de seleções brasileiras em cada uma das categorias esportivas da modalidade.

‘Toda iniciativa em prol do esporte é bem-vinda, especialmente do atletismo, que está tão carente de pistas para treinos no Brasil. São Bernardo sempre teve grandes atletas amadores e profissionais. O Centro de Atletismo será grande oportunidade para o desenvolvimento do esporte na cidade. Tinha que ter um equipamento desses em cada uma das cidades mais importantes de São Paulo. O atletismo brasileiro precisa de mais estrutura. Se me convidarem para treinar em São Bernardo, com certeza vou aceitar’, disse Maureen Maggi, 37 anos. Ela se tornou o maior nome da história do atletismo feminino do Brasil ao ganhar a medalha de ouro na prova de salto em distância dos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, saltando 7,04 metros. (Vinicius Dominichelli, Secom/PMSBC, 26/3/2014).

Centro de Ginástica Artística

A Arena Caixa – Centro de Ginástica Marcel Francisco dos Santos, na região do Montanhão, foi entregue pelo prefeito [Luiz Marinho] e pelo Ministro do Esporte, Aldo Rabelo, em 15/11/2014. O espaço integrará a Rede Nacional de Treinamento de Ginástica e vai atender a atletas da cidade e das seleções brasileiras, inclusive a equipe de ginástica artística masculina que disputará os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

Estiveram no evento, além de medalhistas olímpicos, como Hugo Hoyama, ginastas que integram a equipe de São Bernardo do Campo, como Diego Hypólito.

O Prefeito falou sobre o novo espaço esportivo: 'eu fico satisfeito de ter cumprido o desafio de criar condições para transformarmos São Bernardo do Campo em referência também no esporte', comentou.

Próximo à Arena Caixa funcionam o Centro de Atletismo Professor Oswaldo Terra, o Centro Esportivo da Vila São Pedro, o Centro Educacional Unificado (CEU) Regina Rocco Casa. Futuramente, o Centro de Desenvolvimento do Handebol Brasileiro também ficará na área.

A prefeitura investiu cerca de R\$ 1,2 milhão na reforma e adaptação do espaço.

A aquisição dos equipamentos, como cavalos, barras fixas e trampolins, foi feita por meio de parceria entre o Ministério do Esporte e a Confederação Brasileira de Ginástica (CBG). Todos os aparelhos são de nível olímpico. (Ana Lúcia Almeida, Secom/PMSBC, 20/11/2014)

Centro Nacional de Desenvolvimento do Handebol

O prefeito de São Bernardo do Campo [Luiz Marinho] recebeu em 23/11/2010, em seu gabinete, a visita do presidente da Confederação Brasileira de Handebol, Manoel Luiz Oliveira. Na oportunidade, que também contou com a participação do secretário de Esportes e Lazer, foi apresentado o projeto arquitetônico do Centro Nacional de Desenvolvimento do Handebol, que deverá ser instalado no antigo Clube da Volkswagen.

Segundo o presidente da Confederação Brasileira de Handebol, Manoel Luiz Oliveira, o Brasil será referência mundial na modalidade e terá condições de se tornar um polo continental na preparação de profissionais na área técnica em handebol. 'A repercussão do trabalho que está sendo desenvolvido no município é mundial; as expectativas entre dirigentes e atletas são muito grandes quanto ao centro', afirmou.

O complexo, que será um dos maiores do gênero no mundo, está orçado em mais de R\$ 17 milhões e terá uma área construída de 6.500 m² com quadra coberta para competições, arquibancada para mais de 700 pessoas e acessibilidade. Tam-

bém haverá quadra de treinamento, espaço para imprensa, infraestrutura para os atletas com departamento médico, fisioterapia, musculação, refeitórios, lavanderia e alojamento para 120 pessoas. O centro também será a sede da Confederação Brasileira de Handebol, onde ficarão instalados os dirigentes.

O prefeito achou o projeto interessante e ressaltou a importância de uma linguagem visual que identifique o espaço com a cidade. ‘Esse é um complexo que tem que estar inserido no município, já que o local receberá também ações dos professores de esporte, educação e os diversos alunos de São Bernardo’, observou. O chefe do Executivo também sugeriu a construção de um memorial em homenagem aos trabalhadores que vão erguer a obra.

O secretário de Esportes e Lazer ressaltou que essa vai ser a primeira vez que uma Confederação Brasileira será instalada na cidade. ‘Um equipamento como esse só reforça a marca de cidade esportiva, que faz parte do nosso programa de governo e é o nosso objetivo com São Bernardo’, finalizou. (Marcelo Dorador, Secom/PMSBC, 23/11/2010)

Modernização do Estádio 1º de Maio

A prefeitura de São Bernardo do Campo realizou em 30/1/2011 a entrega oficial da reforma e ampliação do Estádio Municipal 1º de Maio, na Vila Euclides. O evento, com público superior a 15 mil torcedores, contou a presença ilustre do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do prefeito da cidade. A partida do Tigre contra o Corinthians terminou com empate de 2 a 2.

Na oportunidade, Lula, ao lado do chefe do Executivo, descerrou a placa de entrega da obra que contou com investimento da ordem de R\$ 11,5 milhões da administração municipal. Além disso, o ex-presidente recebeu uma placa de homenagem do prefeito, um cartão de sócio número 1 do clube, além de uma camiseta oficial do Tigre das mãos do presidente Luiz Fernando Teixeira, com o número 13.

Visivelmente emocionado ao retornar ao estádio, palco de grandes conquistas sindicais nas décadas de 70 e 80, Lula revelou que é uma alegria muito grande estar de volta ao local onde começou seu trabalho que possibilitou sua chegada à presidência da República.

‘Hoje vou torcer com o coração dividido, pois vocês sabem que sou um apaixonado corintiano. O São Bernardo é um time novo que chegou a série A-1 em pouco tempo e esperamos que hoje ocorra um excelente jogo. Vou torcer pelo empate para agradar as duas torcidas’, resultado que acabou se concretizando ao longo dos dois tempos de jogo.

De acordo com o prefeito a festa nada mais foi que a consolidação da democracia, onde as duas torcidas dividiram o estádio, lado a lado, felizes em grande alegria. ‘O São Bernardo é o time de toda a cidade, onde os torcedores dos mais variados clubes torcem juntos. Confesso que no dia em que o jogo for contra o Santos, o peixe vai perder um torcedor, porque estou junto com o time da cidade’.

A entrega da reforma e ampliação do 1º de Maio foi a primeira obra aprovada pelo Orçamento Participativo entregue à população. O equipamento passou por diversas intervenções, que incluiu melhorias na arquibancada junto aos vestiários dos atletas – totalmente reformada e ampliada e aumento da capacidade de 13 mil para 15,8 mil torcedores. Foi pensado ainda o acesso a torcida visitante, que conta com novos sanitários, lanchonete, assim como para a torcida local.

O acesso dos jogadores ao campo agora conta com recuo para os reservas garantindo a segurança dos atletas, além de novos vestiários. No pacote de benfeitorias, uma nova área de imprensa foi providenciada. A nova estrutura possui 12 cabines para emissoras de rádio e quatro para televisão, todas equipadas com sinal de internet e TV a cabo.

A iluminação conta com quatro novas torres de 40 metros cada uma, que ao todo apontam 168 refletores ao campo, atendendo ao requisito das emissoras de televisão para transmitir os jogos no período noturno. Mais de 300 pessoas trabalharam em três turnos para garantir a reforma que foi realizada em cinco meses.

Segundo a Federação Paulista de Futebol, as condições necessárias para que a cidade receba jogos da Série A-1 é ter capacidade mínima de 15 mil lugares, além da apresentação dos laudos que, de acordo com o Estatuto do Torcedor, devem ser emitidos pelo Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Polícia Militar e um órgão que ateste a condição de Engenharia e Estrutura. (Marcelo Dorador, Secom/PMSBC, 30/1/2011)

Projeto Tigrinho

A prefeitura de São Bernardo do Campo, em parceria com o São Bernardo Futebol Clube, já atendeu mais de 9 mil crianças e jovens de 9 a 16 anos por meio do Projeto Tigrinho, que está completando um ano neste mês de outubro. O programa alia a formação esportiva, oferecida pelos monitores contratados pelo clube, com acompanhamento escolar desses alunos das escolinhas de futebol, que treinam nos 35 campos da prefeitura de terça a sexta-feira, nos períodos da manhã e tarde.

Mais do que oferecer aulas da modalidade esportiva, o projeto tem tornado o sonho de milhares de meninos e meninas da cidade em realidade. Fazer parte do Projeto Tigrinho mudou a vida de Jean Vilas Boas, de 16 anos. O jovem, que tem o sonho de ser jogador de futebol, conta que teve que melhorar seu desempenho na escola para continuar no projeto. ‘Minhas notas não estavam boas, e somos cobrados por isso no projeto. Minha mãe me deu o ultimato, e para continuar jogando, tive que me esforçar dobrado. Mas tive ótimos amigos aqui que me ajudaram a passar por isso.’

A camaradagem vai mesmo além dos limites do campo. O instrutor de futebol José Januário dos Reis disse que a amizade formada nos treinos ultrapassa as diferenças até mesmo de classe social. ‘Temos participantes de todos os cantos da cidade, dos mais humildes aos de classe média, que têm em comum a paixão pelo futebol. Eles se apoiam como irmãos e se ajudam tanto nas aulas de futebol quanto nas matérias da escola. São amizades que certamente levarão para a vida toda’, relata.

Para o secretário de Esportes e Lazer o Projeto Tigrinho é uma das iniciativas esportivas mais importantes desenvolvidas em São Bernardo, devido à sua forte característica social. ‘Temos campos de futebol em todos os bairros da cidade e, desta forma, descentralizamos o projeto. Acredito que esse esporte é um dos mais democráticos, pois alcança todos os jovens, independentemente do tipo físico ou nível social’.

Neste um ano de programa, o secretário avalia positivamente a parceria para a promoção do esporte com cidadania na cidade. ‘Graças à parceria com o São Bernardo Futebol Clube, hoje temos um dos maiores trabalhos de educação esportiva do país’, afirma o secretário.

O presidente do São Bernardo Futebol Clube, Luiz Fernando Teixeira, reforça que 2010 foi o ano de consolidação do projeto e que, em 2011, o programa ganhará maior qualificação investindo, por exemplo, na inclusão de mais um monitor por escola. ‘O Tigrinho não busca atender só quem tem talento, mas todos que queiram aprender futebol. Acredito que esse é um dos motivos pelos quais temos recebido um retorno bastante favorável dos pais e da comunidade’, conclui. (Marcelo Dorador, Secom/PMSBC, 25/10/2010)

Reforma e ampliação de espaços públicos para práticas esportivas

‘Mudou tudo. Antes não tinha nada aqui. Agora temos pista de caminhada e equipamentos de exercícios. E o que é mais importante: as pessoas aproveitam mesmo este local’. Essa é a opinião de Eliete da Silva Bezerra, moradora do Bairro Jordanópolis, a respeito da Praça Zequinha de Abreu, entregue pela prefeitura de São Bernardo totalmente revitalizada e com equipamentos para a prática de esporte e lazer.

Assim como nessa praça, outros espaços de lazer pela cidade receberam equipamentos para a prática esportiva. No total, entre reforma e instalação, foram 20 quadras poliesportivas, 18 pistas para caminhada e mais oito pistas de skate.

‘Esses locais são usados não só para contemplação e atividades físicas, mas também para a aproximação e convívio entre as pessoas. Mas é importante que os moradores frequentem e façam um bom uso, que contribuam para que não haja depredações, que tragam seus animais para passear, mas que também recolham a sujeira. É um espaço para o convívio democrático, então é preciso usar, mas também preservar’, lembra o secretário de Serviços Urbanos [Tarcísio Secoli].

Juntos com os novos equipamentos, a prefeitura realizou o plantio de mais de 8,3 mil mudas de árvores frutíferas e nativas da Mata Atlântica.

No total, a prefeitura revitalizou ou criou cerca de 400 mil metros quadrados de áreas de lazer e bem-estar. (Cosmo Silva, Secom/PMSBC, 17/4/ 2015)

São Bernardo ‘capital do esporte brasileiro’

‘São Bernardo pode ser considerada a capital do Esporte Brasileiro, pois estimula a atividade física, recreação e qualidade de vida. Tenho muita confiança e espero

que o município seja exemplo para outras cidades do ABC e Brasil'. Essa foi a afirmação do ministro do Esporte, Orlando Silva, durante a homenagem realizada em 13/8/2011, com a presença do prefeito de São Bernardo [Luiz Marinho] aos atletas campeões do 55º Jogos Regionais e medalhistas no Pan-Americano Juvenil de Atletismo, disputado em julho, em Miami, nos Estados Unidos.

O evento foi sediado no Ginásio Poliesportivo e contou com a participação de mais 4 mil alunos dos programas esportivos. O chefe do Executivo agradeceu aos atletas que fizeram a diferença na competição. 'O investimento que estamos realizando na cidade é resultado do empenho de todos, pois estamos conquistando de novo o primeiro lugar dos Jogos Regionais depois de 38 anos. Para fazer a diferença é preciso combinar o esporte com outras áreas como cultura, lazer, educação e saúde', disse.

Três atletas do município tiveram ótimo desempenho nas competições disputadas em julho em Miami, nos Estados Unidos, e conquistaram medalhas para o Brasil.

Jéssica Carolina ganhou o ouro na prova do salto em distância, com a marca de 6,39 metros. Matheus Bernardino foi outro destaque da cidade e trouxe o bronze no salto com vara, com a marca de 4,85 metros. Já João Vítor de Oliveira, que competiu nos 110 metros com barreiras, também conquistou a medalha de bronze, com o tempo de 13,97 segundos. O técnico José Cordeiro de Carvalho, da Associação Sambernardense de Atletismo (ASA), fez parte da equipe técnica de apoio da Seleção Brasileira.

Por conta dos investimentos feitos no município, o ministro do Esporte, Orlando Silva, destacou que São Bernardo e Santo André figuram entre as cidades para subsedes da Copa de 2014. Além disso, contou que o prefeito pediu recursos para a ampliação do Estádio 1º de Maio, o que reforçará ainda mais para que o município possa receber a seleção antes do Mundial.

Após 38 anos de jejum, a cidade voltou a vencer uma edição dos Jogos Regionais em 2011. A equipe são-bernardense conquistou 16 medalhas de ouro, 13 de prata e oito de bronze, totalizando 37 conquistas. A competição foi acirrada e a luta pelo primeiro lugar com Santos, vice-campeão, foi definida ponto a ponto. A delegação do município contou com 425 atletas distribuídos em 43 equipes.

Após a homenagem aos atletas, o prefeito e o ministro do Esporte fizeram uma vistoria no Estádio de Atletismo Oswaldo Terra da Silva, localizado no antigo Clube da Volks. A previsão é que a obra seja concluída em dezembro. (Ana Carolina Martins, Secom/PMSBC, 13/8/2011)

CULTURA

Museu do Trabalho e dos Trabalhadores

O prefeito de São Bernardo [Luiz Marinho] e a ministra da Cultura, Ana de Hollanda, assinaram, em 13/4/2012, no Salão Nobre do Paço Municipal, a ordem de serviço para o início da construção do Museu do Trabalho e dos Trabalhadores. O chefe do Executivo afirmou que o museu vai retratar a história dos trabalhadores do país e preservar a memória nacional. 'Este será um espaço de diálogo entre todos os que desejam conhecer mais sobre esse tema, principalmente por conta do desenvolvimento industrial moderno', disse.

A ministra da Cultura, Ana de Hollanda, destacou a importância do museu como símbolo do Brasil contemporâneo. 'É um trabalho de autoestima da população da cidade e do Brasil inteiro', afirmou. O Museu do Trabalho e dos Trabalhadores será construído no terreno do antigo Mercado Municipal, no Centro de São Bernardo, ao lado do Paço, em uma área de aproximadamente 10 mil m², sendo a metade área construída.

O prédio terá dois blocos, um para as funções administrativas e de apoio e o outro para exposições. No subsolo, será instalado o auditório para palestras e seminários. Na área externa serão colocados artefatos da indústria, misturados à paisagem para atrair os visitantes. 'Esse é um tipo de museu único. Ele é um projeto urbanístico, de transformação do centro da cidade, voltado à arquitetura de convivência, que está acima da função de museu', disse o arquiteto Marcelo Ferraz, da empresa responsável pelo projeto. 'O museu começa pelo jardim, com a integração da área externa às exposições'. Diversos presidentes de sindicatos e de comissões de fábrica e empresários acompanharam a cerimônia. O prefeito também anunciou a criação do Centro de Formação de Áudio Visual de São Bernardo do Campo, projeto voltado para a formação em cinema, TV e animação. (Kallyny Melina de Jesus, Secom/PMSBC, 13/4/2012).

As obras do Museu do Trabalho e dos Trabalhadores já começaram, com a demolição de parte do Mercado Municipal, no Centro de São Bernardo, local em que será instalado o museu. A área tem aproximadamente dez mil metros quadrados, sendo cinco mil de área construída. O prédio, que será entregue em aproximadamente um ano, terá dois blocos, sendo um para as funções administrativas e de apoio e outro para os espaços de exposição. No subsolo será instalado o auditório para palestras, seminários e workshops.

O museu se centrará na diversidade de experiências e vivências dos trabalhadores nos locais de trabalho e nos espaços de convivência, enfatizando a cultura, atividades de lazer, moradia e cotidiano, bem como seu papel no próprio processo de urbanização da cidade. No espaço serão utilizadas tecnologias modernas para contar a luta dos trabalhadores do país, de 1875 até os dias atuais, assim como fotos, mapas, trechos de filmes, maquinários e ferramentas. Também farão parte do acervo painéis interativos multimídia, réplicas de objetos históricos e ambientes temáticos recriados com uso de tecnologia, como telões e monitores.

Na área externa, serão colocados artefatos da indústria, que estarão integrados ao projeto paisagístico. O projeto, segundo o secretário de Cultura, é único no país e no mundo, pelas características do acervo e as configurações de interatividade que estão sendo propostas, inclusive no jardim. 'Será um convite à visita desse equipamento, que vem para enaltecer o que o trabalho fez de transformação na sociedade e no próprio entendimento da cultura', disse o Secretário de Cultura'. (Kallyny Melina de Jesus, Secom/PMSBC, 11/6/2012).

Polo Cultural Cinematográfico e Centro de Formação e Produção Audiovisual (Antigo Vera Cruz)

O dia 23/6/2015 marca mais um passo no sentido de fazer com que a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, vinculada ao cinema nacional desde os anos 1950, volte a ser referência quando se pensa em produção audiovisual. Nessa data, foi assinado pelo prefeito de São Bernardo o contrato de concessão do espaço à Técnica Eletro Mecânicas (Telem), empresa das áreas de iluminação e cenotecnia que passa a ter a responsabilidade de, junto com o poder público, revitalizar e dar nova destinação ao local.

Pelo acordo, a empresa se compromete a investir R\$ 156 milhões. A concessão do espaço será por 30 anos. As obras, que começam em agosto, preveem a construção de sete estúdios, um centro cultural, salas de pré e pós-produção, estacionamento, teatro, cinema digital, espaço de convivência e o Memorial da Cia. Vera Cruz, com acervo iconográfico adquirido da família Khouri e peças pertencentes ao município.

O prefeito lembrou que o processo de qualificação do Vera Cruz, que começou em 2009, chega a um momento decisivo. ‘Este trabalho impulsiona e incentiva a cultura, além do desenvolvimento desta importante área em nossa cidade, fomentando novas oportunidades e capacitando profissionais, que podem vir a se destacar no cenário nacional. A retomada do Vera Cruz é motivo de muita alegria e orgulho para São Bernardo’.

Como parte do contrato, o Centro de Audiovisual (CAV) da prefeitura, hoje no bairro Planalto, será transferido para o complexo Vera Cruz e passará a ser custeado pela empresa concessionária, o que vai permitir ampliar sua capacidade de atendimento. Além disso, será criada incubadora de empresas para incentivar e fomentar ainda o setor audiovisual no município. A empresa concessionária poderá explorar comercialmente o empreendimento e deverá realizar, também, a manutenção do complexo.

Já a prefeitura vai gerir os programas de formação e fomento da cadeia local de audiovisual, com incentivo à participação dos munícipes nesse processo. As intervenções nos 45,6 mil m² do complexo vão respeitar as linhas arquitetônicas originais da construção.

O secretário de Cultura falou sobre a importância da assinatura para o desenvolvimento da região. ‘São Bernardo é uma cidade que pulsa cultura em suas mais variadas expressões. Quando vemos artistas da região indo para a área das artes audiovisuais, polos educacionais investindo neste tipo de ensino e produção, vemos que a revitalização do Vera Cruz coroa esse processo’, disse.

Newton Cannito, cineasta são-bernardense presente ao evento, recorda com carinho quando morou próximo ao estúdio. ‘Percebo que, hoje, São Bernardo está entrando num momento de incentivo à indústria cultural. Espero que isso renda

boas histórias de nossa cidade para todo o país.’ (Marcelo Dorador, Secom/PMS-BC, 23/6/2015)

Restauração da Chácara Silvestre

O prefeito de São Bernardo do Campo [Luiz Marinho] entregou no dia 1/9/2013 as obras de restauro do casarão do Parque Chácara Silvestre, no Bairro Nova Petrópolis. O imóvel, da década de 1930, antiga moradia de veraneio da família Simonsen, é o primeiro patrimônio cultural público restaurado do município.

Esta é a segunda etapa da recuperação do Parque Chácara Silvestre, que será concluída no fim do ano, com a entrega do Centro de Referência de Culturas Populares Tradicionais de São Bernardo e região. A primeira foi em 2011, com a revitalização do parque, que hoje conta com ampla área de lazer, praça de convívio, pista de caminhada, academia de ginástica ao ar livre, pontes e trilhas e local para apresentações artísticas.

O chefe do Executivo assistiu a apresentação artística de integrantes do Centro Livre de Artes Cênicas (Clac) e fez uma visita ao casarão, acompanhado do deputado federal Vicentinho e da deputada estadual Ana do Carmo, além de vereadores e secretários municipais. ‘Hoje posso dizer que esse era um dos capítulos do sonho que eu tinha para São Bernardo, de restaurar este espaço e transformá-lo em um parque para proporcionar lazer e cultura à população. Fizemos o plantio de 500 árvores na primeira fase e agora plantamos outras 50 mudas. Espero que vocês usem e ajudem a zelar desse parque’, disse o prefeito.

De acordo com o secretário municipal de Cultura, nos próximos dois meses será realizado um trabalho de educação patrimonial, com o agendamento de visitas ao casarão, com grupos de aproximadamente 45 pessoas. ‘O objetivo é enfatizar o valor do restauro, além de transmitir a importância histórica do local aos visitantes’, explica.

Após a implantação do Centro de Referência de Culturas Populares Tradicionais, o casarão passará a oferecer atividades de formação, difusão e preservação. O local também vai abrigar a biblioteca de cultura popular, cineclube, salas para oficinas, exposições, palestras e um espaço que reunirá a memória local. Para a presidente

da ONG Chácara Silvestre, Valquíria Del Santi, a entrega do restauro do casarão representa uma conquista.

‘Hoje, podemos dizer que temos uma vitória, com o cumprimento do compromisso assumido pelo prefeito de transformar a área em um parque e restaurar o casarão’, afirmou o Secretário. (...).

O casarão foi tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio, Histórico e Cultural de São Bernardo (Compahc) em 1987. As obras resgataram o madeiramento, parte elétrica, hidráulica e o telhado. O critério de restauro utilizado foi o conservativo, preservando integralmente as partes originais da construção. Tudo foi feito com materiais próximos ou iguais aos usados na época para garantir a originalidade. Também foi instalado um elevador na parte externa para acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, já que a casa tem dois pavimentos. Nos próximos três anos, a prefeitura vai restaurar o prédio, onde hoje funciona, do Serviço de Memória, na Alameda Glória, e a Câmara de Cultura Antonino Assumpção, na Rua Marechal Deodoro. O Parque Chácara Silvestre fica na Avenida Wallace Simonsen, 1.800, Nova Petrópolis’. (Ana Lúcia, Secom/PMSBC, 1/9/2013).

Reforma do Teatro Lauro Gomes

‘A prefeitura de São Bernardo do Campo entregou em 18/11/2010 à população, as obras de reforma do Teatro Lauro Gomes, no Rudge Ramos. Um dos espaços culturais mais tradicionais de São Bernardo do Campo, o local foi totalmente reformulado e voltará a receber grandes nomes da música, teatro e dança do país. O concerto da orquestra Filarmônica Vera Cruz, sob a regência do maestro Júlio Medaglia, marcou a solenidade de abertura (...).

De acordo com o secretário-adjunto de Cultura, poucas cidades do Brasil têm a quantidade de teatros públicos que São Bernardo possui. ‘Nossa intenção é trazer várias estreias para a cidade no próximo ano e fazer com que o Teatro Lauro Gomes receba espetáculos de grande porte. O município tem um público exigente, está próximo da capital e temos condições de trazer produções de qualidade. No entanto, vamos também trabalhar prioritariamente com o que é da cidade e região’, disse.

Com investimentos da prefeitura de aproximadamente R\$ 1,3 milhão, a reforma no Teatro Lauro Gomes, iniciada em abril deste ano, garantiu a inovação nos aparelhos de sonorização e iluminação, agora com sistema digital, que poderão ser comparados com os de grandes estruturas de espaços cênicos do estado de São Paulo.

Outro diferencial foi o rebaixamento da plateia, ampliando a visão de todos os 526 lugares. Além disso, o teatro conta com poltronas específicas para pessoas obesas e está totalmente readequado aos conceitos de acessibilidade, com rampas e banheiros para pessoas com deficiência.

Há ainda intervenções na parte estrutural no palco, que recebeu cortinas cênicas, além de readequações dos camarins, coxias, bilheteria e demais áreas. As melhorias também incluem a substituição do telhado, readequação da parte elétrica, telefonia e pintura em geral, bem como a instalação de iluminação externa no jardim e no estacionamento dos funcionários, o que garantirá maior segurança aos profissionais.

A Secretaria de Cultura tem como meta para 2011 iniciar reformas estruturais no Teatro Abílio Pereira de Almeida, no Baeta Neves. O local será transformado em Centro Livre de Artes Cênicas e contará com a substituição da parte hidráulica, elétrica, luminária, além da reforma do telhado e pintura em geral.

O Teatro Cacilda Becker, que sofreu inundações por conta das chuvas em fevereiro deste ano, também passará por reformas em 2011 para voltar a funcionar. No local, será feito o forro, o piso interno do camarim e o palco, além da substituição da parte elétrica, fachada e higienização. Já a reforma do Teatro Elis Regina está prevista para 2012. (Ana Carolina Martins, Secom/PMSBC, 12/11/2010)

SEGURANÇA

Centro Integrado de Monitoramento

O prefeito de São Bernardo do Campo [Luiz Marinho] inaugurou em 4/4/2014 o Centro Integrado de Monitoramento (CIM), um dos principais projetos para a área de segurança do município, que opera com 400 câmeras de última geração instaladas em prédios públicos como escolas municipais e unidades de Saúde,

além de pontos estratégicos nas principais vias. Com investimento municipal na ordem de R\$ 21,5 milhões, o CIM receberá imagens em tempo real durante as 24 horas do dia. (...)

O prefeito afirmou que o processo de integração é necessário, principalmente para melhorar a segurança pública em São Bernardo e agilizar as ações da Guarda Civil Municipal, Samu, Trânsito e Transporte e Defesa Civil. Mas considera também importante a participação dos moradores. 'A integração dessas agências qualificará muito o atendimento realizado na nossa cidade. Mas precisamos ir além dos nossos investimentos para ter uma cidade melhor. Precisamos provocar o debate nas famílias para resgatar o bom senso e o sentimento de cidadania de nossa população (...)'.
(...)

Em 2/4/2011, a Câmara Municipal aprovou por unanimidade o Projeto de Lei apresentado pela administração municipal. A regulamentação prevê, além da integração de ações entre Guarda Civil Municipal, Samu, Departamento de Trânsito e Defesa Civil, o armazenamento do conteúdo das imagens geradas por um período de até 15 dias e o fornecimento, quando solicitado oficialmente por autoridade competente e autorizado pelo secretário de Segurança Urbana, as imagens arquivadas mediante termo de responsabilidade.

De acordo com o secretário de Segurança Urbana, a legislação protege a privacidade do cidadão e assegura o sigilo das imagens. 'Seguimos rigorosamente o que prevê a Constituição Brasileira. Somente podemos liberar o conteúdo depois de pedido oficial' (Marcelo Dorador, Secom/PMSBC, 4/4/2014)

Cidade de Paz

O prefeito de São Bernardo do Campo [Luiz Marinho] formalizou em 26/4/2014 a instalação Programa Cidade de Paz na região do Bairro Silvina. (...)

O Programa Cidade de Paz engloba série de políticas públicas integradas e ações comunitárias que reúnem moradores e trabalhadores do território, onde são criados espaços de diálogo e participação. O objetivo é permitir à comunidade construir ações e projetos de prevenção à violência e promoção de cultura de paz e convivência solidária, com respeito às diversidades.

A região do Silvina é a terceira a receber o Programa Cidade de Paz em São Bernardo, que já havia instalado o projeto no Montanhão, em 2011, e no Alvarenga, o primeiro a ser beneficiado, em 2010.

Dois projetos realizados em parceria com o governo federal e que são estruturantes do programa nos territórios são o Mulheres da Paz, cujas integrantes passam por formação e capacitação para multiplicação da cultura de paz, e o Protejo, que oferece processo formativo integral aos jovens. Nos dois, foram atendidas 420 mulheres (300 no Alvarenga e 120 no Montanhão) e 300 jovens (150 no Alvarenga e 150 Montanhão).

No Silvina, 50 mulheres e 75 jovens estão inseridas nos programas. Além do Mulheres da Paz e Protejo, vários outros projetos e ações são articulados e potencializados nos territórios, como o Reviver, rede de atenção e apoio a pessoas em violência ou em risco de violência, e o Agentes de Leitura, de incentivo ao hábito da leitura, entre outros.

No Silvina a articulação do programa teve início com uma série de encontros com moradores e trabalhadores da região, que formaram um Comitê Gestor Local. ‘A riqueza do programa está na possibilidade de promover o encontro de reflexão e diálogo sobre valores de convivência solidária, possibilitando que todos se impliquem na construção coletiva de relações não violentas no território e do sentido ativo da cidadania, com justiça social e inclusão’, afirmou o Secretário. (Marcelo Dorador, Secom/PMSBC, 24/4/2014)

Ação Integrada de Patrulhamento Preventivo

As Guardas Civis Municipais (GCMs) de São Bernardo do Campo, São Caetano e Ribeirão Pires realizaram operação integrada de patrulhamento em 25/11/2014. O objetivo desse tipo de ação nas fronteiras dos municípios visa inibir delitos, além de reforçar a segurança em pontos considerados estratégicos, com base em levantamentos estatísticos.

De acordo com o comandante da GCM de São Bernardo, Cícero Silva, essa terceira ação em conjunto faz parte de esforço regional das GCMs de articular e integrar as corporações. ‘Tivemos um trabalho realizado no dia 6 deste mês com Santo André, no dia 11 com Diadema e agora com Ribeirão Pires e São Caetano. Temos

a expectativa de que essas operações façam parte de uma agenda permanente entre as GCMs da região’.

A operação com Ribeirão Pires teve como ponto de encontro a base da Inspeção da Guarda Ambiental de São Bernardo, no Riacho Grande, de onde os guardas saíram para realizar patrulhamento embarcado na Represa Billings. Na oportunidade, passaram pela Prainha do Tahiti, além dos Jardins Paulista, Boa Vista, Boa Sorte e Palmeiras, Sítio dos Franceses e Areião.

Já a operação realizada com a GCM de São Caetano teve como ponto de partida a Praça Mauá, na cidade vizinha, onde foi realizado encontro para troca de dados e início da ação. Em São Bernardo, a Guarda trabalhou nos arredores das avenidas Doutor Rudge Ramos, Lauro Gomes e trecho da Estrada das Lágrimas, enquanto em São Caetano a ação ocorreu nas avenidas Guido Aliberti, Estrada das Lágrimas e adjacências. (Secom-PMSBC, 26/11/2014)

Melhoria da estrutura da GMC

A prefeitura investiu na estrutura física da GCM. De 2009 a 2011, foram comprados 444 coletes à prova de bala e 200 novas armas. Em 2012, serão adquiridos mais 240 coletes, o que garantirá que 100% do efetivo em atividades operacionais estejam protegidos. Desde 2009, foram adquiridas 70 novas viaturas, renovando mais de 70% da frota da GCM. Além dos equipamentos, o efetivo da guarda chegará a 1.000 GCMs. (Relatório de Prestação de Contas das Realizações do Governo da Inclusão, PPA Participativo 2010-2013 e OP 2011).

Descentralização da GCM e Novas Inspeções Regionais

A descentralização das operações e do efetivo da Guarda Municipal, medida adotada pela prefeitura, colocou a Guarda Civil mais próxima da comunidade e agilizou o atendimento das ocorrências. Para cobrir os locais com mais necessidades e melhorar a qualidade dos serviços, o sistema de segurança da prefeitura conta com inspeções regionais: uma na sede da Secretaria de Segurança Urbana, no Centro, uma no Riacho Grande, que é especializada no policiamento ambiental, uma no Batistini/Alvarenga e uma no Taboão/Pauliceia. Outras duas serão instaladas nos bairros Assunção e Rudge Ramos. (Relatório de Prestação de Contas das Realizações do Governo da Inclusão, PPA Participativo 2010-2013 e OP 2011)

INCLUSÃO SOCIAL

Sistema Único de Assistência Social

A prefeitura implantou o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), seguindo as orientações da Política de Assistência do governo federal. A partir dela se desenvolvem duas intervenções: a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, trabalho que ganha corpo nos quatro Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), e a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros, realizados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). (Relatório de Contas das Realizações do Governo da Inclusão 2010-2013 e OP 2011).

O prefeito de São Bernardo [Luiz Marinho] participou em 23/7/2015, no anfiteatro da Faculdade de Direito, no Jardim do Mar, da IX Conferência Municipal de Assistência Social. O encontro, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Sedesc), tratou de temas ligados ao atendimento e justiça sociais e à qualificação do trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil.

Além do prefeito e da secretária de Desenvolvimento Social, e de Maria Helena de Souza Tavares, representante da Secretaria Nacional de Assistência Social, participaram trabalhadores do segmento, entidades, usuários, representantes de conselhos setoriais, como das áreas da Saúde e Educação, de defesa de direitos (criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência, mulher etc.) e do Poder Legislativo.

O tema eleito como norte pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e que orientou os trabalhos foi ‘Pacto Republicano no SUAS rumo a 2026: O SUAS que temos e o SUAS que queremos’.

O reconhecimento dos avanços atingidos em uma década e a visão de futuro acerca das questões sociais e seus impactos na proteção social brasileira nortearam os debates da conferência. Partindo do patamar da proteção social já atingida – com redução da pobreza e elevação da renda e de acesso a serviços, programas e pro-

jetos socioassistenciais – o encontro teve como meta apontar novos rumos para a política de assistência tendo como horizonte o ano de 2026.

Na etapa das conferências municipais, as cidades levantam as prioridades para o Plano Decenal Municipal do Sistema Único de Assistência Social, avaliando os avanços obtidos na última década e os desafios que ainda estão por vir para consolidar a Política Pública de Assistência Social, com perspectivas de implementação nos próximos dez anos.

Em sua fala, o prefeito destacou os avanços da assistência no país. ‘Mas é preciso aprimorar e fazer com que a assistência se espalhe e se solidifique em todo o Brasil’. Também lembrou que esse tipo de serviço é dever do Estado.

Em São Bernardo, a Sedesc atua por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social, ofertando serviços de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, através das entidades que compõem a rede socioassistencial. No momento, 18.600 famílias são atendidas pelo Bolsa Família, 5.234 idosos e outras 4.305 pessoas com deficiência recebem o benefício de prestação continuada.

Divididos em grupos de trabalho, além de apontar as prioridades para o fortalecimento da atenção social no município, os participantes elegeram dois delegados e respectivos suplentes, que representarão a cidade na X Conferência Estadual de Assistência.

Os temas e subtemas das conferências de Assistência Social de 2015 foram aprofundados e organizados em cinco eixos: Dignidade Humana e Justiça social; Participação social como fundamento do pacto federativo no SUAS; Primazia da responsabilidade do Estado; Qualificação do Trabalho no SUAS na consolidação do pacto federativo; e Assistência Social é direito no âmbito do pacto federativo.

A política nacional de assistência social é muito recente se comparada, por exemplo, à de Educação e Saúde. Criada em 2005 com base no Sistema Único de Saúde (SUS), foi incorporada à Lei Orgânica da Assistência Social em 2011. (Marco Borba, Secom/PMSBC, 23/7/2015)

Banco de Alimentos

Em funcionamento há dois anos, o Banco de Alimentos da prefeitura de São Bernardo do Campo beneficiou cerca de 14 mil famílias em 2013. Coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Sedesc), o serviço arrecada alimentos junto a supermercados e centrais de abastecimento que, após seleção, são entregues a entidades assistenciais do município cadastradas na prefeitura.

Segundo a Secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania, são beneficiadas atualmente 73 entidades que desenvolvem ações de promoção e inclusão social e de acompanhamento a famílias em vulnerabilidade e carência alimentar e nutricional. ‘Esse equipamento é de suma importância na luta contra o desperdício de alimentos, além de contribuir para a diminuição da fome e da desnutrição’, afirma. Por mês, são recebidos aproximadamente 3,5 mil quilos de alimentos considerados inadequados para comercialização, porém próprios para consumo, como verduras, legumes, frutas, arroz, feijão e macarrão. Após serem selecionados e classificados, os produtos são imediatamente distribuídos às entidades, de acordo com suas necessidades.

O Banco de Alimentos conta com a parceria da Companhia de Entrepósito e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) e de três supermercados da cidade.

A prefeitura ainda realiza captação direta por meio de atividades que vinculam a participação à doação de alimentos, os quais são destinados ao Banco de Alimentos. O município também recebe doações da agricultura familiar, por meio do programa Compra Direta, em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do governo federal.

Ainda de acordo com a secretária, para garantir a efetividade do equipamento, é essencial a promoção de ações de educação alimentar e nutricional junto às instituições beneficiárias e famílias atendidas. ‘Para isso, temos como proposta construir rede de educação alimentar, visando consumo consciente e saudável, podendo, dessa forma, contribuir significativamente com a qualidade de vida dessas pessoas’, explica.

A política de Segurança Alimentar em São Bernardo do Campo agrupa diversas ações, que são desenvolvidas por secretarias que possuem interface na implemen-

ração dos cuidados com a alimentação saudável. Entre as quais, a Secretaria de Saúde, por meio da fiscalização da Vigilância Sanitária nos estabelecimentos, de forma a garantir tratos adequados com alimentos; as hortas urbanas, sob o guarda-chuva da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, e a compra de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar, pela Secretaria de Educação, entre outras (Ana Lúcia, Secom/PMSBC, 20/2/2014)

Centro de Referência e Apoio à Mulher

Como parte da programação do Mês da Mulher, o prefeito de São Bernardo do Campo [Luiz Marinho], acompanhado da ministra da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Iriny Lopes, inaugurou em 26/3/2011 o Centro de Referência e Apoio à Mulher.

Com investimento da ordem de R\$ 455,7 mil, o novo espaço – localizado na Rua Dr. Fláquer, 208, Centro – permitirá melhorar e ampliar serviços como o apoio, orientação, acolhimento, encaminhamentos e proteção às mulheres, anteriormente oferecidos pelo Serviço de Atenção à Mulher, no bairro Vila Euclides. O projeto do Centro de Referência é uma das iniciativas do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.

Implementado com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o projeto do Centro de Referência é uma das iniciativas do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, conjunto de ações preventivas a essa modalidade de abuso e implementadas em parceria com estados e municípios. Também é uma das iniciativas previstas no Plano de Governo da prefeitura, posto em prática pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (Sedesc) por meio da Gerência de Políticas para as Mulheres e Questão de Gênero do Departamento de Políticas Afirmativas.

‘Há tempos São Bernardo precisava de um espaço como esse. Hoje é um dia muito especial para todas as mulheres de nossa cidade. Esperamos muito trabalho e resultados no atendimento às mulheres vítimas de violência’, disse o prefeito.

No local, assistentes sociais, psicóloga e assessor jurídico estarão à disposição para oferecer atendimento às mulheres em situação de violência. Ao todo, são sete salas para atendimento, brinquedoteca, sala de reunião e eventos. Mais do que infor-

mação, apoio e acolhimento, o Centro de Referência da Mulher oferecerá oficinas com as seguintes temáticas: Desigualdade de Gênero, Direitos Humanos e Cidadania, Políticas de Enfrentamento à Violência e Lei Maria da Penha.

‘A entrega de um local como esse comprova o compromisso e o respeito que o governo confere às questões relacionadas às mulheres. Nesse Centro, as mulheres terão uma porta de entrada para discutir, desabafar seus anseios e suas dificuldades’, destacou a ministra Iriny Lopes.

Já a líder comunitária Maria de Lourdes foi enfática: ‘Hoje, São Bernardo dá mais um exemplo de que é um governo democrático e de que homens e mulheres devem caminhar lado a lado, criando oportunidades justas e sem desigualdades’.

De acordo com estatísticas da Delegacia de Defesa da Mulher de São Bernardo, no período de janeiro a junho de 2010 foram registradas cerca de 1,2 mil denúncias de violência contra a mulher no município, incluindo agressão física, psicológica, patrimonial e sexual.

No período de janeiro a maio de 2010, foram realizados 22 atendimentos de abuso sexual contra mulheres adultas no Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism). Dados do Serviço de Atenção à Mulher em Situação de Violência de São Bernardo do Campo mostram que, em 2009, foram registrados 186 casos novos, 473 atendimentos psicológicos e 234 encaminhamentos a outros recursos da rede de serviços à mulher.

O Centro de Referência para a Mulher irá funcionar de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. (Cosmo Silva, Secom/PMSBC, 26/3/2011)

Mulheres Construindo Autonomia

A prefeitura de São Bernardo, em convênio com o governo federal, vem realizando o programa Mulheres Construindo Autonomia, atendendo mulheres acima de 16 anos em situação de violência e preparando-as para o mercado de trabalho. Desde a sua implantação, o programa qualificou [até 2013] 135 pedreiras e 109 pintoras, 100 delas contratadas no mercado formal. Nos cursos oferecidos, as profissionais aprenderam ofícios como assentamento de blocos e tijolos, chapisco, reboco, preparação de paredes para pintura, assentamento de pisos, azulejos, aplicação de

textura e pintura (Relatório de Prestação de Contas das Realizações do Governo da Inclusão, PPA Participativo 2010-2013 e OP 2011).

Cidade dos Direitos da Criança e do Adolescente Dona Lindu

Iniciativa pioneira no Brasil, o parque Cidade dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bernardo do Campo ‘Eurídice Ferreira de Mello, Dona Lindu’, no Bairro Assunção, será inaugurado em 28/11/2011 com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do prefeito do município. O espaço, que recebe o nome da mãe do presidente, integrará em um único endereço o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente do município.

O local de 36 mil metros quadrados consumiu investimento de R\$ 4,3 milhões para transformar a área em sede administrativa da Fundação Criança e de um centro de referência para crianças e jovens. O presidente da instituição afirmou que a Cidade dos Direitos da Criança e do Adolescente vai agregar em um só lugar uma série de projetos desenvolvidos pela administração em prol dessa faixa etária.

‘Na área da infância e da juventude é fundamental ter uma rede de atendimento que ofereça uma integração operacional entre todos os programas e órgãos que atuam na defesa, proteção e promoção desse público-alvo. Vamos inaugurar a primeira fase, que consiste na sede onde as diretorias vão estar integradas no mesmo espaço, bem como todos os programas, gerências e coordenadores’, afirma.

Em outro prédio funcionarão as salas do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e das 78 entidades que fazem parte da Rede Criança Prioridade 1, composta por entidades da sociedade civil e pelas secretarias do governo municipal.

Segundo o presidente, haverá ainda um centro de formação para os profissionais responsáveis por garantir os direitos dos jovens, um centro de referência da criança e do adolescente, biblioteca, teatro de arena, auditório, casa ecológica, horta comunitária, playground, campo de futebol e quadras poliesportivas, além de espaços de cultura, esporte e lazer. Todos esses espaços poderão ser melhor explorados por meio de parcerias com outras secretarias.

Para a segunda fase, está previsto um Centro de Atendimento Psicossocial Infantil, um Núcleo de Atendimento Integrado à Criança e Adolescente com uma Vara da Infância e Juventude, Promotoria da Infância, a delegacia especializada e um Núcleo da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O presidente da Fundação Criança destaca que o complexo será um endereço para atividades, formação e apresentações dos jovens atendidos pelos programas em andamento. ‘Também promoveremos palestras, aulas e seminários sobre os direitos da criança e do adolescente para jovens que não são assistidos pelos nossos programas, mas têm interesse em conhecer esses serviços’, completou. Ele explica que a instituição atende em média perto de 3 mil crianças, adolescentes, jovens e familiares. A perspectiva é que esse número aumente.

A inauguração do parque Cidade dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bernardo do Campo ‘Eurídice Ferreira de Mello, Dona Lindu’, contará com a participação dos protagonistas do projeto, adolescentes atendidos pela Fundação Criança que farão apresentações artísticas.

Dona Lindu, que empresta o nome ao complexo, morreu em 1980 aos 65 anos devido a um câncer de útero. Retirante nordestina natural de Pernambuco, criou oito filhos, entre eles o presidente Lula. Ela viveu durante muitos anos no Bairro Paulicéia, em São Bernardo.

Após a inauguração, o presidente da república tem outro compromisso: o lançamento do filme Lula, o Filho do Brasil, às 19h no Pavilhão de Exposições Vera Cruz. O filme é inspirado na trajetória do chefe da Nação, é estrelado pela atriz Glória Pires, e tem a direção do cineasta Fábio Barreto (Vanessa Oliveira, Secom/PMSBC, 27/11/2009)

POLÍTICA AMBIENTAL

Conselho Municipal de Meio Ambiente

O prefeito de São Bernardo do Campo [Luiz Marinho] empossou em 24/8/2009 os dez integrantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente, formado por representantes da sociedade civil e poder público. Os conselheiros terão papel con-

sultivo e deliberativo para auxiliar na discussão e aprovação de ações relacionadas ao meio ambiente.

O chefe do Executivo afirmou que São Bernardo é uma grande e bela cidade, mas que tem muitos problemas. 'Nós temos uma riqueza no município, como a Represa Billings, que agrega valores e responsabilidades que foram gravemente ameaçadas e prejudicadas pela ausência de decisões passadas, o que resultou em ocupações de forma desordenadas'.

O prefeito também pontuou que será necessário pensar em um conjunto de ações planejadas para fazer as correções necessárias e combinar além de tudo, habitação com preservação ambiental. Entre as ações, os conselheiros terão de discutir e aprovar a Lei Municipal de Meio Ambiente, formatar o Fundo Municipal de Meio Ambiente, além de outras políticas que vão dar ferramentas para que se tenha uma fiscalização adequada, aplicando multas e sanções para aqueles que não cumprem a legislação ambiental (Ana Carolina Martins, Secom/PMSBC, 24/8/2009)

Política Municipal de Meio Ambiente

Com o objetivo de fortalecer a autonomia municipal no trato das questões ambientais, a prefeitura apresentou projeto que foi aprovado pela Câmara de Vereadores instituindo a Política Municipal de Meio Ambiente – Lei 6.163, em 21/11/2011). (Relatório de Prestação de Contas das Realizações do Governo da Inclusão PPa Participativo 2010-2013 e OP 2011)

O projeto de lei que estabelece a Política Municipal de Meio Ambiente em São Bernardo do Campo foi protocolado em 14/9/2011 na Câmara Municipal para aprovação dos vereadores. Trata-se de um conjunto de diretrizes que fornecerá à prefeitura as ferramentas para desenvolver ações visando uma efetiva proteção e administração das questões ambientais.

Esta é a primeira política de meio ambiente de São Bernardo do Campo. A elaboração do projeto foi coordenada pela Secretaria de Gestão Ambiental, que promoveu ampla discussão nas diversas secretarias municipais, bem como na Câmara Técnica de Meio Ambiente do Conselho da Cidade e do Meio Ambiente de São Bernardo do Campo (Concidade).

Segundo o secretário de Gestão Ambiental, o documento é resultado de um esforço conjunto entre técnicos de várias secretarias, voltado à preservação, proteção e recuperação do meio ambiente, assegurando o desenvolvimento sustentável.

O projeto consiste na organização e funcionamento do Sistema Municipal de Meio Ambiente e prevê a criação de instrumentos para a efetiva gestão do meio ambiente, como instrumentos de planejamento (plano municipal de gestão ambiental, plano municipal de áreas verdes e outros); instrumentos de gestão (sistema de informações da qualidade ambiental, relatório da qualidade ambiental, forma de atuação da educação ambiental, inserção da agenda ambiental na administração pública municipal, formas de compensação ambiental); instrumentos de participação, de comando e de controle; licenciamento, infrações e sanções e penalidades administrativas. (Ana Paula Dante, Secom/PMSBC, 15/9/2011)

Licenciamento Ambiental Municipal

A prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Gestão Ambiental, está autorizada a ampliar sua atuação na questão do licenciamento ambiental no município. Isso porque a administração agora está apta também a fornecer licenças de alto impacto ambiental, como para projetos de drenagem e canalização de córregos. Antes, já fornecia licença para baixo e médio impacto.

São Bernardo foi o primeiro município do Estado a entregar documentação à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb), no início do mês de maio, para se tornar apta a fornecer licenciamentos ambientais de alto impacto. A autorização foi publicada em 3/6/2014, no Diário Oficial do Estado.

‘Somos a primeira cidade, juntamente com Santo André, a obter esse reconhecimento legal. Duas cidades do ABC na ponta da inovação. A partir desse ato, passamos a licenciar uma série de obras e indústrias sem mais a necessidade de qualquer convênio com a Cetesb. Trata-se de assumirmos a gestão plena do licenciamento e fiscalização ambiental. Nossa competência ainda não se dá nas Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRMs), mas estamos adaptando nosso Plano Diretor para que possamos licenciar também lá’, disse o secretário de Gestão Ambiental.

Para receber a autorização que lhe permite fornecer o licenciamento de alto impacto, um município precisa atender alguns requisitos, como ter mais de 20 técnicos nas áreas de licenciamento e fiscalização, Conselho de Meio Ambiente funcionando há pelo menos cinco anos e mais de 500 mil habitantes. São Bernardo cumpre todas as exigências e por isso obteve a autorização da Cetesb.

São Bernardo tem em seus quadros 32 técnicos nas áreas de licenciamento e fiscalização ambiental, entre advogados, arquitetos, biólogos, tecnólogos, químicos e geólogos, além de engenheiros agrônomos, florestais e sanitaristas. Também conta com efetivo de 40 Guardas Municipais Ambientais (GCMs). Já o Conselho de Meio Ambiente do município existe desde 1997.

Os critérios e os licenciamentos que passam a ser de responsabilidade da prefeitura podem ser verificados no link [http://www.anamma.com.br/imagens_conteudo/userfiles/delibera%C3%A7%C3%A3o%20consema%2001%202014%20_2_\(1\).pdf](http://www.anamma.com.br/imagens_conteudo/userfiles/delibera%C3%A7%C3%A3o%20consema%2001%202014%20_2_(1).pdf).

A mudança no sistema de licenciamento ambiental do Estado foi feita para atender a uma lei complementar federal, que organiza o licenciamento ambiental municipal e permite que os Estados definam o que é impacto ambiental local. 'Afinal, cada Estado tem a sua realidade', destacou o secretário de Gestão Ambiental.

O secretário lembrou que o município já emite licenças ambientais de baixo e médio impacto. 'Agora também seremos responsáveis pelas de alto impacto, como para projetos de drenagem e canalização de córregos e instalações de parques temáticos e balneários. A municipalização do licenciamento ambiental é uma luta antiga dos profissionais da área, e certamente vai melhorar o atendimento, já que vai distribuir as responsabilidades de licenciamento e fiscalização, o que deve agilizar os trâmites', exemplificou o secretário. (Vladimir Ribeiro, Secom/PMSBC, 3/6/2014).

Programa Orientar: inspeção veicular educativa, gratuita e não punitiva

O programa Orientar, da prefeitura de São Bernardo, inicia, em 1/2/2012, a primeira etapa da inspeção veicular em automóveis movidos a diesel. Neste dia, a vistoria será realizada nas empresas SBTrans e Diastour e em frotas escolares de cooperados. E no dia 6 de fevereiro, o projeto começa a funcionar nas vias públicas, atendendo a todos os munícipes, independentemente, da placa do veículo. O

Orientar é uma realização da Secretaria de Gestão Ambiental em parceria com a Secretaria de Transportes e Vias Públicas.

Segundo o secretário de Gestão Ambiental, o objetivo do programa é realizar a inspeção em veículos movidos a diesel, de forma gratuita, voluntária e sem punição. ‘Os carros que forem reprovados na inspeção serão orientados a realizar a manutenção necessária e, depois, fazer o comparativo’, ressalta.

A iniciativa visa conscientizar motoristas, proprietários de veículos automotores e empresas de transportes sobre o uso racional do combustível. Com a diminuição do consumo, os automóveis regulados e com a manutenção em dia emitem menos poluentes.

O programa Orientar 2010 tinha como meta a inspeção de mil veículos, mas as vitórias superaram as expectativas, alcançando 2,3 mil carros a diesel, dos quais 84% foram aprovados e 16% reprovados.

Em 2011 a meta de avaliações era de 2,5 mil, mas o programa alcançou mais que o dobro, atingindo 5,13 mil inspeções. Das quais, 80,1% foram aprovadas e 19,9%, reprovadas.

Para o ano de 2012, o Orientar ampliou para 20 os pontos de inspeção em São Bernardo. A meta de 2012 será de 5,5 mil a 6 mil veículos inspecionados.

O programa Orientar foi ampliado em 2011 e passou a ser dividido em dez projetos, entre eles estão Ônibus de turismo e fretamento, Ônibus urbanos municipais, Ônibus urbanos intermunicipais, Cegonheiro, Frota cativa pública, Frota escolar cooperativa, Frota escolar municipal, Frota escolar permissionária (particular), EMTU de fretamento, que passará de 11 para 22 ações, em Vias Públicas. (Soraya Paladini, Secom/PMSBC, 27/1/2012).

ADMINISTRAÇÃO

Rede Fácil – Central de Atendimento ao Cidadão

A Rede Fácil, que centraliza serviços de vários departamentos da prefeitura de São Bernardo do Campo, atingiu em outubro a marca de um milhão de pessoas atendidas nas suas três unidades, desde a inauguração do primeiro posto, em 2010, no

térreo do Paço Municipal – os outros dois foram abertos em 2011 e 2012. O número impressiona, pois é mais do que a população da cidade, estimada em cerca de 800 mil pessoas. Implantado a partir das diretrizes do programa de modernização administrativa e agilidade no atendimento, o objetivo do sistema é garantir qualidade à população com a integração de diversos serviços prestados pela prefeitura. A vantagem para o munícipe é poder resolver tudo em único lugar; antes ele tinha de se dirigir às diversas secretarias, algumas fora do prédio do Paço, instaladas em outros bairros da cidade.

O secretário de Administração e Modernização Administrativa avalia que o número mostra que a ideia de centralizar os serviços deu certo e foi assimilada pela população. ‘Porém, mais do que atender muitos cidadãos, trabalhamos para atender bem e temos um retorno positivo das pessoas atendidas’. A qualidade dos serviços é resultado também do constante treinamento dos servidores. ‘Temos de reconhecer o esforço e dedicação dos funcionários, pois foram eles que realizaram esse um milhão de atendimentos’.

Além dos serviços à pessoa física, a Rede Fácil atende empreendedores por meio da gestão compartilhada entre a Secretaria de Administração e a de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo. Os interessados têm à disposição a Sala do Empreendedor, também no térreo do Paço, que foi criada em 2011 e presta serviços como planejamento e abertura de novas empresas, entre outros. O trabalho é desenvolvido com instituições parceiras como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo (Sescon) e Banco do Povo. (...)

A Rede Fácil opera com três pontos de atendimento: no Paço Municipal, Bairro Assunção e Riacho Grande, os dois últimos inaugurados em 2011 e 2012, respectivamente. E em breve a cidade ganha nova unidade que será instalada no Bairro Alvarenga. De acordo com o secretário de administração, a localidade das ampliações é escolhida estrategicamente pela demanda e logística, em locais em que é fácil o acesso ao transporte. ‘O nosso objetivo é levar o serviço para perto do cidadão’, disse. Outra novidade da Rede Fácil será a disponibilidade de serviços *on line*. Por enquanto, o sistema tem poucas opções e algumas em fase experimental.

‘Nossa meta é aumentar cada vez mais’, afirmou o secretário. (Niceia de Freitas, Secom/PMSBC, 5/11/2014).

Cidade Digital

Uma das maiores infovias do Brasil, a rede de fibra ótica de São Bernardo do Campo, com mais de 300 km, tem ajudado a melhorar e dinamizar os serviços da prefeitura no atendimento aos moradores. A infraestrutura de rede de comunicação de alta velocidade e capacidade de transmissão de dados e voz, denominada Projeto Cidade Digital, é responsável pela integração de toda a administração e de equipamentos públicos, como hospitais, escolas, UBSs, UPAs e unidades administrativas.

Atualmente, a rede mantém 387 unidades conectadas e interligadas, sendo 194 prédios da Educação, 69 da Saúde e outras 124 unidades administrativas. Devido ao caráter dinâmico da prefeitura, a interligação de novas unidades é constante. De acordo com o Departamento de Tecnologia da Informação, da Secretaria de administração e Modernização Administrativa, na última semana foram realizadas duas novas conexões: o novo Brasil Sorridente/Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) Alvarenga e a unidade da Assistência Jurídica Gratuita no Poupatempo.

A implantação da infovia iniciou-se em 2010, porém, a cada nova unidade inaugurada, uma nova conexão via fibra é feita na cidade. Todos os sistemas de uso administrativo são compartilhados entre os funcionários, centralizados no data-center e protegidos por sistemas de segurança. Os serviços disponíveis via Web no site da prefeitura, por exemplo, facilitam a vida do cidadão, que pode resolver diversas demandas sem sair de casa. No total, a prefeitura já investiu mais de R\$ 15 milhões na expansão da infovia.

‘Em uma grande cidade como São Bernardo do Campo, a integração de procedimentos por parte do poder público é fundamental para garantir o bom atendimento à população, e temos na tecnologia uma grande aliada para colocar isso em prática. Por isso realizamos grandes investimentos nessa área, que resultam hoje numa melhor oferta de serviços à nossa população’, destaca o secretário de Administração e Modernização Administrativa.

Entre os benefícios desta rede, estão projetos como o Conecta, iniciativa da Secretaria de Educação. A reestruturação englobou a área administrativa da própria secretaria, além de todas as escolas municipais, chegando a cada um dos mais de 85 mil alunos da rede municipal de ensino. A rede *wireless* possibilitou aos estudantes o uso dos *laptops* educacionais fora do ambiente dos laboratórios de informática.

O projeto implementa novo modelo de trabalho, por meio da promoção do uso da informação de forma estratégica, com foco na gestão corporativa. O novo modelo é fundamental para atender plenamente todas as demandas criadas pela política municipal de ensino, além de permitir à Secretaria de Educação atingir novo patamar institucional.

O projeto Cidade Segura integrou sistemicamente e com processos de trabalho as quatro agências municipais que, direta ou indiretamente, atuam na área da Segurança Urbana: Guarda Civil Municipal, Trânsito, Defesa Civil e Samu. No Centro Integrado de Segurança, inaugurado em abril de 2014, é possível, através de uma rede de 400 câmeras espalhadas em toda a cidade, gerenciar eventos e incidentes de emergência apoiando a operação das agências envolvidas.

Projeto com foco na modernização do Sistema Público de Saúde do município está em fase de elaboração, com financiamento via BNDES, e visa colocar a prestação dos serviços assistenciais e hospitalares em novo patamar tecnológico e de qualidade para o município. O projeto consiste em construir sistema de automação integrado entre os diversos atores do Sistema Público de Saúde, que hoje atuam em dois sistemas diferentes. O complexo hospitalar de São Bernardo do Campo, que inclui o Hospital de Clínicas, HMU (Hospital Municipal Universitário) e Pronto-Socorro Central atua em plataforma diferente da utilizada na Secretaria de Saúde, UBSs (Unidades Básicas de Saúde) e UPAs (Unidades de Pronto Atendimento)'. (Ângela de Paula, Secom/PMSBC, 6/6/2014).

Revitalização do Prédio da prefeitura

Depois de anos de abandono, o Paço Municipal, cartão postal de São Bernardo, passou por diversas intervenções, modernizando o edifício. Dentre as intervenções realizadas, podemos destacar a recuperação estrutural, adaptação arquitetônica e paisagística, com atenção especial para acessibilidade. Visamos o melhor atendi-

mento ao cidadão com a implantação de nova sinalização, nova recepção e reforma do estacionamento, entre outras ações de melhoria e modernização. (Relatório de Prestação de Contas das Realizações do Governo da Inclusão, PPA Participativo 2010-2013 e OP 2011).

Mesa de Negociação com Servidores

O prefeito de São Bernardo do Campo [Luiz Marinho] constituiu, em 12/3/2009, a Comissão Permanente de Negociação Coletiva de Trabalho, que tem como finalidade promover o diálogo entre a administração Municipal e servidores públicos, representados pelo Sindicatos dos Servidores Públicos de São Bernardo do Campo (Sindiserv).

Esta é a primeira vez que uma comissão é formada oficialmente, com a participação de representantes do governo e sindicato. Em fevereiro, durante visita à entidade, o chefe do Executivo se comprometeu a instalar a mesa de negociações, visando o aprimoramento das relações de trabalho e da prestação do serviço público. ‘Temos a tarefa de cuidar bem da cidade, e o bom relacionamento com os servidores é imprescindível para cumprirmos esse propósito’, disse, na ocasião.

Para abrir os trabalhos, membros de ambos segmentos, nomeados para compor a comissão, estiveram reunidos em 13/3/2009, com o presidente do Sindiserv, Carlos Roberto da Silva, e com os secretários de Administração, Coordenação Governamental e de Planejamento e Orçamento Participativo. ‘A primeira reivindicação da nossa pauta já foi cumprida, que era exatamente o estabelecimento da mesa de negociações, e isso representa um marco histórico para a nossa entidade’, disse o presidente do Sindiserv.

‘É clara a importância desta comissão para o andamento da administração e para que possamos estabelecer a reformulação na maneira de trabalho de cada setor’, afirmou o secretário de Administração, ressaltando que, para que isso aconteça, é necessário que haja a participação efetiva dos servidores.

Já o secretário de Coordenação Governamental disse que a instalação da mesa traz responsabilidades para os dois lados, e lembrou que prefeito sempre foi enfático ao dizer que, durante seu governo, os funcionários públicos seriam respeitados e teriam espaço para negociações. ‘Não podemos nos esquecer que a função da

administração não é atender o funcionalismo, mas sim os munícipes. No entanto, para isso, é necessário que os funcionários sejam valorizados, pois é por meio deles que fazemos esse atendimento'. (Ana Lúcia, Secom/PMSBC, 13/3/2009)

Capacitação de Servidores

Os servidores públicos de São Bernardo do Campo terão a chance de realizar cursos de capacitação profissional. Com o tema Desafios da Gestão Pública Municipal, o Programa Anual de Capacitação dos Servidores foi lançado em 29/7/2010, no Centro de Formação dos Profissionais da Educação (Cenforpe). O evento contou com a palestra do professor de Economia, Ladislau Dowbor.

Esta é primeira vez que a prefeitura viabiliza aos seus mais de 12 mil funcionários a oportunidade de ampliarem seu conhecimento e habilidade para melhor exercício de sua função. A proposta da administração Municipal prevê melhorar a formação profissional e, conseqüentemente, gerar valorização ao funcionalismo público. 'Cada um no desempenho de sua responsabilidade contribui para o desenvolvimento de uma cidade melhor, então, chegamos à conclusão de que é preciso investir em gente', destacou o secretário de Coordenação de Assessoramento Governamental.

A iniciativa contará com a parceria de entidades educativas como Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Universidade Metodista, Faculdade de Direito São Bernardo, entre outras. Na lista de programas oferecidos estão aulas de aperfeiçoamento em Tecnologia da Informação, Competência de Relacionamento Interpessoal, Desenvolvimento Gerencial e Especialização em Gestão Pública.

'Existe necessidade de recompor a estrutura administrativa, de desburocratizar os serviços e de fazer investimento em tecnologia, mas mais importante ainda é empregar recurso em educação, já que conhecimento é algo que nunca se perde', ressaltou o secretário de Administração e Modernização Administrativa. (Michele Coutinho, Secom/PMSBC, 29/7/2010)

A implementação de uma política de capacitação continuada tem por objetivo a qualificação dos servidores para que os mesmos possam prestar serviços com excelência de qualidade aos cidadãos. A proposta de qualificação foi desenhada a partir das necessidades identificadas com os servidores, e resultou em programas

de alfabetização, capacitação e reciclagem em tecnologia de informação, aperfeiçoamento técnico profissional, desenvolvimento de gestores públicos e ainda, cursos de especialização oferecidos por intermédio de universidades como a Federal do ABC, PUC e USP. No ano de 2011, foram treinados 2.890 servidores; até março de 2012, foram outros 1.300. (Relatório de Prestação de Contas das Realizações do Governo da Inclusão, PPA Participativo 2010-2013 e OP 2011)

FINANÇAS

Novo Sistema de Nota Fiscal e Escrituração Eletrônicas

São Bernardo do Campo agora está entre as cidades mais avançadas tecnologicamente e eficientes em serviços destinados aos prestadores e tomadores de serviços. A partir do dia 1/3/2011, estará em funcionamento na cidade a nova ferramenta de emissão da nota fiscal de serviços eletrônica (NFS-e) e escrituração eletrônica. O lançamento do sistema foi realizado em 10/2/2011, no Centro de Formação dos Profissionais da Educação (Cenforpe), com a presença do prefeito do município e do secretário de Finanças.

Durante o evento, foi realizada uma palestra de esclarecimentos sobre as facilidades do novo sistema aos contadores, entidades de classe e empresas de nota fiscal eletrônica, que estará disponível a partir de 14/2/2011 no site da prefeitura de São Bernardo (www.saobernardo.sp.gov.br) para testes por parte dos usuários. Para acessar, os contribuintes que já emitem Nota Fiscal Eletrônica no sistema atual receberão identificação e senha via e-mail. Para os demais, será enviado um folder com identificação e senha por correio.

O prefeito afirmou que quando assumiu a cidade, São Bernardo estava com ausência de tecnologia. 'Estamos nos esforçando para recuperar o tempo perdido. A eficiência do novo sistema irá ajudar a todos, diferentemente da ferramenta herdada, que não funcionava bem. Com isso, iremos combater a sonegação e haverá aumento da arrecadação, o que é importante, pois volta em serviços e investimentos na saúde, educação e no viário da cidade', disse. No ano passado, a prefeitura arrecadou R\$ 222 milhões de Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) no município, o que representa 11% da receita total.

Segundo o secretário de Finanças, ‘com a implantação deste novo sistema, a prefeitura busca superar os problemas enfrentados pelos contribuintes, especialmente de instabilidade. Por outro lado, visa dispor de um instrumento eficaz para gerenciamento e fiscalização do ISSQN’. A iniciativa ainda facilita o trabalho dos empresários e contadores do município, permite melhor gerenciamento da arrecadação do imposto e destinação de mais recursos para investimentos em áreas sociais como saúde, educação, habitação, entre outros, sem qualquer aumento nas alíquotas.

A nova NFS-e, que segue o padrão SPED – Serviço Público de Escrituração Digital, idealizado pelo governo federal, traz uma série de vantagens aos prestadores de serviços, como a emissão via internet, economia de papel, e está integrada ao sistema de escrituração fiscal eletrônico, registrando automaticamente o livro fiscal do prestador de serviços. Além disso, na ocorrência de quedas da comunicação via internet, o sistema permite que sejam emitidos Recibos Provisórios de Serviços (RPSs), os quais deverão ser convertidos em NFS-e, quando ocorrer o restabelecimento da comunicação.

O sistema de escrituração é acessível via Internet e de fácil navegação. Não é necessário baixar nenhum programa no computador. Ele orienta e conduz o contribuinte a realizar as operações exigidas ou permitidas por lei, bem como facilita a escrituração. Por meio desse sistema, prestadores e tomadores de serviços deverão escriturar os documentos fiscais e gerar a Guia de Recolhimento do ISSQN. (Ana Carolina Martins, Secom/PMSBC, 10/2/2011)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Parcerias com a Suécia

O prefeito de São Bernardo do Campo recebeu em 26/11/2010 a visita da embaixadora da Suécia no Brasil, Annika Markovic, que esteve acompanhada do vice-presidente da Saab, fabricante do caça Gripen, Dan Jangblad, e do diretor-geral da Saab no Brasil, Bengt Janér. Na ocasião, foi anunciado o lançamento para o próximo dia 1º de dezembro (quarta-feira), às 19h30, do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de Alta Tecnologia em São Bernardo, na Pinacoteca Municipal.

O evento contará com a presença do presidente da companhia sueca, Håkan Buskhe, além de executivos e políticos daquele país.

Participaram do encontro o secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, o secretário de Relações Internacionais, e o secretário-adjunto de Coordenação Governamental.

A Saab disputa o contrato para o fornecimento do novo avião de combate da Força Aérea Brasileira (FAB) com outras duas concorrentes: a americana Boeing, fabricante do FA-18 Super Hornet, e a francesa Dassault, fabricante do Rafale.

Além de uma apresentação sobre o empreendimento, que será o primeiro da companhia na América Latina, durante o evento haverá a assinatura de um termo de compromisso entre a Saab e a prefeitura de São Bernardo para investimentos da multinacional na cidade, independentemente da decisão do governo brasileiro sobre as novas aeronaves.

Para a embaixadora, São Bernardo é uma região de grande interesse para a Saab nas áreas de inovação, pesquisa e tecnologia devido à localização geográfica, logística, universidades e indústrias instaladas, como a sede da montadora sueca Scania.

‘São Bernardo e o Brasil ganharão muito com esse Centro, independente do Gripen ser escolhido ou não pelo governo federal, apesar da nossa torcida. Além disso, já temos várias tratativas com a Scania de novos investimentos para a cidade’, citou.

Considerado porta de entrada para a expansão dos negócios no Brasil, o centro irá atuar na elaboração de projetos voltados ao mercado internacional nos segmentos de segurança civil e militar, sensores, radares, aeronáutica, tecnologia ambiental e desenvolvimento sustentável. O país é considerado inclusive um mercado estratégico para a empresa, especialmente nas áreas de defesa e aeronáutica. A estimativa é de que o Centro já entre em funcionamento no primeiro trimestre de 2011.

O Centro de Tecnologia e Inovação irá ajudar a criar projetos específicos para determinadas áreas e também facilitará na obtenção de recursos junto a bancos e financiadoras tanto do Brasil quanto do exterior.

O investimento está avaliado em US\$ 50 milhões para um período de cinco anos. Inicialmente, o empreendimento atuará nas áreas de aeronáutica, defesa e inovação urbana como, por exemplo, na segurança pública. Além disso, os representantes

suecos estão propondo buscar desenvolver a área de radar e criar uma incubadora de empresas que irá trabalhar conjuntamente com a que existe em São Bernardo.

Participarão do lançamento o presidente mundial da Saab, Håkan Buskhe, o secretário de Estado, Carl von der Esch, a diretora executiva de network e estratégia da Vinnova (agência sueca de desenvolvimento industrial), Sylvia Schwaag Serger, além do presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Reginaldo Braga Arcuri. (Vanessa Oliveira, Secom/PMSBC, 26/11/2010).

Desde 2009, a prefeitura de São Bernardo do Campo, liderada pelo Prefeito Luiz Marinho, tem feito um esforço de se aproximar de cidades e instituições da Suécia, conhecida por situar-se na fronteira do desenvolvimento tecnológico e da Inovação.

Um exemplo desta aproximação é a parceria profícua entre São Bernardo e a cidade de Linköping, onde fica a sede da empresa Saab (fabricante da aeronave supersônica Gripen), da Universidade de Linköping e do Parque Tecnológico de Mjardēvi.

A partir do irmanamento entre as cidades de São Bernardo do Campo e Linköping, várias iniciativas conjuntas foram tomadas, resultando na escolha da cidade brasileira como sede de uma fábrica de aeroeletrônicas do avião supersônico Gripen, que será fabricado também no Brasil; na instalação, em São Bernardo, da sede do Centro de Inovação e Pesquisa Sueco-Brasileiro (CISB) e dos protocolos de entendimentos entre universidades do Grande ABC e aquela universidade sueca.

Registre-se também que, em abril de 2015, na Feira Internacional de Defesa e Segurança (LAAD), que se realizará no Rio de Janeiro, as cidades de São Bernardo e Linköping, organizarão, em conjunto com outras instituições parceiras, uma rodada de relacionamentos entre empresas brasileiras e suecas. A Secretaria de Relações Internacionais e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo coordenam em conjunto estas iniciativas no âmbito do Governo Municipal. (Texto elaborado para a missão internacional à Suécia, preparada pela SRI e SDET)

Geração de empregos pelas obras municipais

Introdução

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SDET) elaborou, a partir de dados fornecidos pela Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo (SOPP), estimativa dos empregos gerados nas duas gestões do Prefeito Luiz Marinho (2009-2012 e 2013-2016), por meio dos investimentos em obras municipais. Estes investimentos atingem a casa dos R\$ 5,2 bilhões.

Os impactos desses investimentos e obras no cotidiano da população terão múltiplas dimensões, propiciando um salto na qualidade de vida urbana. Impactos relacionados ao desenvolvimento econômico local e regional serão significativos e merecem um capítulo à parte. Contudo, um aspecto requer maior destaque, até por ter ficado em plano mais discreto. Trata-se do volume de empregos diretos e indiretos decorrentes dos grandes investimentos coordenados pela prefeitura, com recursos das três esferas da Federação, com destaque para a União. Este é o tema desta seção.

A metodologia adotada pela SDET, criada pelo BNDES, encontra-se no final da seção.

Principais observações do levantamento

1. Os R\$ 5,2 bilhões investidos em obras municipais pela prefeitura de São Bernardo do Campo terão gerado, até 2016, um total de 89.157 empregos em oito anos da gestão do Prefeito Luiz Marinho (2009 a 2016). Incluem-se neste cômputo 82.672 empregos gerados durante a execução das obras e 6.485 empregos permanentes, resultantes da ampliação e melhoria dos serviços públicos municipais. A Tabela 1 abaixo sintetiza esses números.

Tabela 1: Empregos gerados pelos investimentos municipais em São Bernardo do Campo 2009/2016

Natureza dos empregos	Postos de trabalho
Temporários	82.672
Construção Civil (obras)	78.494
Metalurgia (equipamentos)	4.178

Natureza dos empregos	Postos de trabalho
Permanentes	6.485
Cargos Municipais	5.252
Empregos Terceirizados	938
Total	89.157

Elaboração: SDET

Fontes: BNDS, SOPP e outras Secretarias Municipais

2. Os empregos gerados durante a execução das obras, referentes exclusivamente à Construção Civil, totalizam 78.494 postos de trabalho, assim distribuídos:

- Diretos: 26.230
- Indiretos: 19.853
- Efeito renda (ver explicação metodológica): 32.410.

A Tabela 2 abaixo resume esses resultados.

Tabela 2: Empregos na Construção Civil gerados pelas obras da prefeitura de São Bernardo do Campo

Período do Governo	Geração de empregos			
	Diretos	Indiretos	Ef. Renda	Total
2009-2012	5.882	4.465	7.277	17.624
2013-2016	20.348	15.388	25.133	60.870
Total	26.230	19.853	32.410	78.494

Elaboração: SDET

Fontes: SOPP e BNDES

3. Outros 4.178 postos de trabalho foram e serão gerados em outros segmentos de atividade econômica, por meio dos equipamentos físicos que comporão alguns dos principais estabelecimentos públicos a serem criados. Pela sua magnitude, foram destacados neste grupo o Hospital de Clínicas e da Usina de Resíduos Sólidos (SPAR-URE)². As Tabelas 3 e 4 abaixo detalham estes empregos.

² Sistema de Processamento e Aproveitamento de Resíduos e Unidade de Recuperação de Energia.

Tabela 3: Empregos gerados na implantação do Hospital de Clínicas (exceto Construção Civil)

Seguimento		Diretos	Indiretos	Efeito Renda	Total
1. Equipamentos					
2012	2.862.417,44	31	46	93	170
2013	13.805.003,31	149	222	450	821
2014	4.243.379,60	46	68	138	252
2014	16.812.368,33	182	270	548	1.000
Subtotal	408	606	1.229	2.243	
2. Mobiliário					
2012	1.269.422,60	18	10	17	45
2013	3.324.102,88	47	26	43	117
2014	39.427,00	1	-	1	1
2014	3.381.500,00	48	26	44	119
Subtotal	114	62	105	282	
Total	522	668	1.334	2.525	

Elaboração: SDET

Fontes: Secretaria da Saúde de SBC e BNDES (MGE)

Tabela 4: Empregos gerados na implantação da SPAR-URE – Metalurgia (*)

Investimento (em R\$ milhões de 2013)	
Investimento total	305
Construção Civil	45
Equipamentos	260
Fabricação nacional (30%)	78

Obs.: (*) Aplicação dos índices do MGE-BNDES ao valor de aquisição de equipamentos nacionais.

Tabela 4.1: Estimativa de empregos nacionais na fabricação de equipamentos

Empregos nacionais – SPAR-URE	438	385	830	1.653
-------------------------------	-----	-----	-----	-------

Elaboração: SDET

Fontes: Secretaria de Serviços Urbanos (SU-4) e BNDES.

4. Por fim, a ampliação qualitativa e quantitativa dos serviços municipais terá resultado, entre 2009 e 2016, em acréscimo de 6.381 empregos permanentes, entre servidores municipais – incluindo 1.001 professores e 74 médicos – e terceirizados. A Tabela 6, mais à frente, detalha este acréscimo.

A metodologia de cálculo dos empregos na construção civil e nos demais setores de atividades encontra-se adiante. As informações sobre empregos permanentes foram fornecidas pelas Secretarias de Educação, Cultura, Saúde, Segurança Urbana e de Esporte e Lazer.

Encontram-se no Anexo os principais programas e projetos do governo municipal nos dois quadriênios considerados, distribuídos por Secretaria, cujos valores foram usados para o cálculo dos empregos gerados durante a execução das obras. O total de R\$ 5,2 bilhões, já mencionados, distribui-se diferenciadamente entre o primeiro e o segundo mandato, concentrando-se mais neste último, pelas razões já citadas. Sinteticamente, o resumo de valores é o seguinte (Tabela 5):

Tabela 5: Valores totais investidos

Período de Gestão	Investimento (R\$ milhões)
2009-2012	1.157.762.706,21
2013-2016	4.014.513.226,58
Total	5.172.275.932,79

Fonte: SOPP, com dados dos PPAs

Considerações adicionais

- Os empregos estimados se espraiam para além do município de São Bernardo do Campo.
- Não estão inclusos no cálculo acima os empregos a serem gerados pela construção da Linha 18 (Bronze) do Metrô.
 - Essa obra foi antecipada em quinze anos graças à ação do Prefeito Luiz Marinho, que obteve compromisso de recursos do governo federal e apresentou o projeto executivo com recursos do Tesouro Municipal (R\$ 1,3 milhão);
 - a obra será custeada por recursos dos governos estadual e federal, bem como da iniciativa privada.

3. Também estão excluídos daquele montante, os empregos diretos de alta qualificação anunciados pela empresa sueca Saab para a unidade a ser instalada em São Bernardo do Campo, com um investimento informado de US\$ 150 milhões, bem como os prováveis impactos no Grande ABC, no adensamento da respectiva cadeia produtiva. Estimam-se em cinco mil os empregos indiretos relacionados a esse investimento.
- Embora se trate de investimento privado, vale ressaltar que sua ocorrência foi devida fundamentalmente ao envolvimento do prefeito Luiz Marinho no processo de escolha dos 36 caças para a Força Aérea Brasileira (Programa FX-2), desde o início de seu primeiro governo;
 - esse envolvimento tornou natural a escolha de São Bernardo do Campo pela Saab, assim que se anunciou a escolha de seu modelo pelo governo federal.
4. Além dos investimentos previstos no PPA Participativo (apresentados no Anexo de Dados), a administração municipal se empenha na definição de outros dois importantes projetos no território municipal: o aeroporto de cargas e o retroporto (Estação Aduaneira do Interior – EADI, ou Porto Seco). Caso estas instalações venham a ser aprovadas, representarão novo acréscimo de empregos, também distribuídos entre a fase de implantação (construção civil e novos equipamentos) e a de operação efetiva (pessoal permanente). No presente estágio, de articulação política e empresarial para viabilização desses investimentos, o volume de empregos ainda não é mensurável. Na medida em que passar a sê-lo, este estudo poderá ser complementado.

Metodologia

Para o cômputo dos empregos gerados durante as obras, a SDET utilizou metodologia desenvolvida pelo BNDES, a partir da Matriz de Insumo-Produto do IBGE, atualizada para 2013. Com a denominação de Modelo de Geração de Emprego (MGE), essa metodologia apura o número de empregos gerados em cada setor da economia brasileira por um investimento de R\$ 10 milhões. Os empregos apurados subdividem-se em três categorias:

- Diretos, no segmento receptor do investimento;
- Indiretos, na cadeia produtiva relacionada ao segmento mencionado;
- Por efeito-renda, resultante do acréscimo no consumo em razão da massa salarial adicional ocasionada pelos novos empregos diretos e indiretos, isto

é, a expansão de empregos em outros segmentos como efeito desse incremento no consumo.

A soma desses três componentes fornece o total de empregos gerados a cada R\$ 10 milhões investidos, de forma diferenciada para cada segmento de atividade econômica.

No presente estudo, foram apurados os empregos diretos, indiretos e por efeito-renda, gerados nos seguintes segmentos, conforme a classificação do IBGE utilizada pelo MGE:

- construção Civil – o mais generalizado, abrangendo todos os investimentos realizados e por realizar;
- fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico – para o Hospital de Clínicas (HC), no caso dos equipamentos;
- serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário – também para o HC, no tocante ao mobiliário hospitalar;
- fabricação de outros produtos metalúrgicos – para a Usina de Recuperação de Energia (SPAR-URE).

Os investimentos mencionados anteriormente foram decompostos para separar os valores despendidos com a compra de equipamentos, como no caso dos novos hospitais e da SPAR-URE, daqueles referentes às obras de construção civil.

Os coeficientes apurados pelo BNDES, utilizados neste estudo, são os seguintes (Tabela 6):

Tabela 6: Empregos gerados nos setores relevantes para cada R\$ 10 milhões investidos

Setor / Empregos	Diretos	Indiretos	Efeito Renda	Total
Construção Civil	50,8	38,6	62,9	152,2
Fabricação de outros produtos metalúrgicos	56,2	49,3	106,4	212,0
Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	108,0	160,5	326,1	594,6
Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	141,8	78,1	130,8	350,6

Fonte: BNDES – Modelo de geração de emprego / Novo MGE (2013)

Os valores investidos e por investir no mandato 2013-2016, em valores correntes de janeiro de 2014, foram divididos por R\$ 10 milhões e multiplicados pelos coeficientes acima, resultando nos montantes de empregos gerados e a gerar pelas obras dos dois quadriênios considerados (2009-2012 e 2013-2016). Esse procedimento foi precedido pela separação dos valores despendidos na Construção Civil e em equipamentos, relatada acima.

Os montantes de investimentos em cada obra, programa e secretaria foram fornecidos à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SDET) pela Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo (SOPP).

Em casos específicos, foram realizadas consultas a outras secretarias municipais, para depurar os dados com a separação dos valores referentes especificamente à Construção Civil. As unidades consultadas para essa finalidade foram as Secretarias de Saúde, de Obras e de Esportes e Lazer.

Finalmente, o número de empregos permanentes – distribuído entre estatutários e terceirizados – foi obtido em consultas às Secretarias de Educação, Saúde, Cultura, Segurança Urbana e Serviços Urbanos. A própria SDET contribuiu com a informação sobre os empregos gerados na Central de Trabalho e Renda (obs.: neste caso, consideraram-se apenas os empregos criados na própria CTR; não os empregos que ela permitiu preencher com sua atuação de intermediadora). Registre-se que o Projeto Drenar (obras de combate a enchentes), as obras para mobilidade urbana e as obras habitacionais – três entre os maiores e mais importantes investimentos da prefeitura – foram considerados apenas na geração de empregos durante as obras, a partir da informação das próprias secretarias responsáveis, de que não se prevê a geração de novos empregos permanentes, após as respectivas implantações.

A Tabela 7 abaixo detalha os cargos e empregos terceirizados nas Secretarias mencionadas neste item.

Tabela 7: Empregos permanentes gerados na prefeitura de São Bernardo do Campo – 2009/2016

Secretaria / equipamento	Postos de Trabalho		
	Cargo	Empregos	Total
Saúde	3.417		3.417
Educação	1.207	945	2.152

Secretaria / equipamento	Postos de Trabalho		
	Cargo	Empregos	Total
Segurança Urbana	548		548
Esporte e Lazer (*)			120
Cultura (*)			130
SPAR-URE	80	15	95
Central de Trabalho e Renda		23	23
Total	5.252	983	6.485

Elaboração: SDET

Fonte: Secretarias municipais

Obs.: 1- (*) Sem discriminação entre cargo e empregos

2- Saúde inclui 253 médicos e Educação inclui 1.001 professores

Para além das obras: o esforço por mudar conceitos e hábitos

Uma preocupação persistente do prefeito Luiz Marinho refere-se a aspectos conceituais e comportamentais dos munícipes. O prefeito enfatiza com frequência que aos governantes não cabe apenas fazer funcionar os serviços públicos e ampliar seu fornecimento por meio de investimentos. Concerne-lhes também o papel de liderar mudanças comportamentais e culturais, de valores e conceitos, que permitam produzir uma vida urbana mais livre, rica de valores e atitudes, justa e sustentável.

O esforço nesse sentido é cotidiano. Conscientizar os munícipes de suas próprias responsabilidades com a manutenção e a melhoria da cidade, enquanto ambiente físico e social, tem sido uma constante na comunicação do prefeito com as comunidades, os atores parceiros e por meio da imprensa.

Um exemplo é o cuidado com o ambiente urbano. Desde a preocupação de evitar jogar resíduos nos logradouros públicos (ruas, calçadas, praças etc.), incluindo o aspecto pedagógico junto às crianças, até a importância de separar o lixo reciclável, os apelos do prefeito à sociedade são frequentes.

A importância de uma vida saudável, em todas as etapas, mas especialmente na Terceira Idade, é outra insistência do chefe do Executivo municipal. A preocupação de criar e conservar equipamentos públicos que possibilitem a realização de exercícios físicos, com destaque particular para essa faixa etária,

tem sido uma constante. Dessa forma, locais como a Cidade da Criança e o Parque Estoril, Prainha do Riacho, entre outros, foram dotados de espaços e equipamentos destinados a essa prática saudável.

Os espaços de sociabilidade são outro item de constante ênfase na ação e no discurso do prefeito. Não é casual o expressivo número e extensão de parques, praças e jardins criados, reformados e preservados pelo poder público local. Trata-se de fazer da cidade um espaço de convivência entre pessoas, de interação entre a pluralidade de faixas etárias, níveis de renda, raízes étnicas e culturas. Na concepção do governo municipal, a cidade industrial e de serviços deve ser também a extensão da moradia, o ambiente social, o local de encontros e estreitamento de vínculos sociais. Eventos e ambientes específicos reforçam essa ênfase: a festa periódica ‘Muitos Povos, Uma Cidade’, que valoriza as origens e culturas dos grupos de imigrantes enraizados em São Bernardo; ou o espaço de convivência do Centro de Referência do Idoso, no qual se realizam festas, bailes e atividades de lazer, são exemplos disso. O mesmo ocorre com a valorização de manifestações culturais tradicionais, como a Procissão dos Carroceiros, a Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes e a Festa de São Bartolomeu, esta de origem italiana. O recentemente instalado Centro de Referência de Culturas Populares e Tradicionais, na Chácara Silvestre, contribui nesse processo de valorização e na integração sociocultural dos diversos segmentos componentes da cidade.

Ações e projetos no âmbito regional³

No tocante à ação de abrangência regional, pode-se dizer que, hoje, a cidade de São Bernardo do Campo ocupa o papel que foi de Santo André nos anos 1990. Mas São Bernardo do Campo não está meramente implementando a agenda regional daquela década. O prefeito Luiz Marinho, ao presidir a entidade, ampliou as atribuições do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, de instituição que planeja para entidade que também executa serviços de interesse comum, como mobilidade. Além disso, está incorporando no próprio planejamento regional o tema mais polêmico, o uso e ocupação do solo (isto é, a disputa em torno das rendas fundiárias).

³ Consórcio Intermunicipal Grande ABC (2013).

O emblema da gestão do prefeito Luiz Marinho, enquanto presidente do Consórcio Intermunicipal (2013-2014), foi o Plano Plurianual Regional Participativo. Com Plenárias Municipais nos sete municípios e, em paralelo, abertura à participação dos interessados também por meio da consulta pública, disponível no site da entidade, o inédito PPA do Grande ABC tornou-se uma referência em planejamento regional com participação cidadã.

A partir desses mecanismos participativos, e com a sistematização das propostas recebidas, foram apresentadas, no total, 165 diretrizes, que subsidiaram a elaboração dos 11 programas constantes do PPA Regional Participativo.

O PPA Regional também buscou dialogar com o que está previsto nos Planos Plurianuais estadual e federal, facilitando a obtenção de recursos para viabilizar as propostas debatidas conjuntamente pelas cidades. O Consórcio já vem dando exemplo na articulação de ações regionais com propostas federais. Foi assim com o Plano de Investimentos em Mobilidade Urbana da região do Grande ABC, que em sua primeira fase receberá um total de R\$ 920,1 milhões do PAC Mobilidade, recursos federais anunciados em visita da presidente Dilma Rousseff à região um mês antes das plenárias e da consulta popular. O total dos recursos comprometidos para a região, como já mencionado, atinge R\$ 2,1 bilhões, incluindo habitação, obras de contenção de enchentes e outras.

Uma síntese das principais realizações do Consórcio sob a liderança do prefeito Luiz Marinho deve, necessariamente, incluir os itens a seguir.

Mobilidade Urbana

- Conclusão do Plano de Mobilidade Regional:
 - Recursos federais – PAC Mobilidade – R\$ 907 milhões;
 - Valores do OGU para os municípios: R\$ 462 milhões;
 - Valores ao Consórcio: R\$ 31,6 milhões;
 - Financiamento: R\$ 446 milhões;
 - 2ª etapa (indicação): mais R\$ 1,1 bilhão.
- Execução do programa de sincronização semafórica;
- Elaboração de projetos de engenharia para o PAC Mobilidade;
- Elaboração e entrega dos projetos e termos de referência para a contratação das obras, novos projetos (2ª etapa) e CCO regional;

- 134 km de corredores preferenciais para o transporte coletivo na Região:
 - R\$ 761,3 milhões para obras;
 - R\$ 31,6 milhões para projetos;
 - alavancagem de mais R\$ 1,1 bilhão em obras.

Drenagem Urbana

- Articulação junto ao Estado para a limpeza dos piscinões;
- Elaboração do termo de referência para a contratação do Plano Regional de Macro e Micro Drenagem (prioridade 2015).

Resíduos Sólidos

- Realização da I Conferência Regional de Meio Ambiente do Grande ABC – no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos – jun/2013;
- Simpósio Internacional de Resíduos Sólidos do Grande ABC – ago/2014;
- Operação Obra Limpa – 34 empresas com o selo na região;
- Elaboração do termo de referência para a contratação do Plano Regional de Resíduos Sólidos (prioridade 2015);
- Apoio institucional e financeiro à Coopcent (Projeto MTE, Senaes) para o fortalecimento das cooperativas de catadores.

Riscos Urbanos e Ambientais

- Recursos federais para a contenção de encostas – PAC encostas – R\$ 104 milhões;
- Conclusão dos planos municipais de redução de riscos e audiências públicas com o IPT (mar/2014);
- I Conferência Intermunicipal de Proteção e Defesa Civil (abr/2014);
- ‘Pluviômetros nas comunidades’: entrega de 12 equipamentos à região pelo Centro de Monitoramento de Alertas e Desastres Naturais (Cemaden/MCTI);
- Remoção preventiva de 450 famílias em áreas de risco iminente, de dez/2013 a dez/2014;
- Assinatura de Termos de Compromisso e repasse de recursos estaduais para apoio à remoção preventiva de moradias em áreas de risco iminente;
- Recursos do Estado para o auxílio aluguel: R\$ 1,5 milhão;
- Aprovação do Plano Regional de Auxílio Mútuo das Defesas Cíveis.

Habitação

- Recursos Federais – PAC Urbanização e Minha Casa Minha Vida – R\$ 1,2 bilhão;
- Oficina Técnica de Capacitação dos Gestores Públicos para o PAC (jan/2014);
- Divisas intermunicipais: compatibilização e resolução de conflitos;
- Pacto para a resolução sobre procedimentos para Programa de Recuperação de Interesse Social (PRIS) em Área de Mananciais, junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (jan/2013).

Segurança Urbana

- Criação do Centro de Formação Regional das Guardas Civis Municipais;
- Elaboração e apresentação do projeto de portais eletrônicos de monitoramento aos governos federal e estadual (Grupo de Trabalho de Segurança Urbana).

Desenvolvimento Econômico e Turismo

- Programa de Diversificação da Economia Regional: execução de convênio com a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC:
 - Inventário de Oferta Tecnológica;
 - Criação do site regional de turismo⁴;
 - Seminário sobre turismo industrial;
 - Estudo sobre o impacto da linha 18 do metrô no comércio.
- Implementação do Focem Automotivo: 25 empresas contempladas na região (parceria governo federal/ABDI, programa de competitividade com recursos do Mercosul) – consiste na qualificação de fornecedores do setor automotivo, por meio de consultorias, para atender os requisitos do bloco econômico regional;
- Apoio institucional à pesquisa sobre o ‘impacto da indústria petroquímica e química nas cadeias produtivas da região’;
- Pesquisa de Emprego e Desemprego – Fundação Seade e Dieese – instrumento tradicional na região;

⁴ Visite: abctur.com.br

- Conferência Regional de Economia Solidária;
- Participação regional em feiras (através do GT Turismo);
- Aprovação e assinatura do termo de parceria com o SP *Convention & Visitors Bureau* para o fomento ao turismo regional.

Saúde

- Adesão regional ao Programa Mais Médicos – 151 novos médicos para o Grande ABC, atendendo mais de 500 mil pessoas;
- Pactuação com Estado e União:
 - Participação do governo estadual no custeio do Hospital Radamés Nardini, em Mauá;
 - Captação de recursos federais e estaduais para o Hospital de Clínicas de São Bernardo do Campo;
 - Recursos estaduais para implantação da Rede Lucy Montoro na região;
 - Apresentação da agenda prioritária do Grande ABC ao Ministério e à Secretaria Estadual de Saúde.

Políticas Sociais e Afirmativas

- Extensão Universitária – capacitação de gestores, coordenadores e técnicos de nível superior dos serviços da rede pública do Sistema Único de Assistência Social (Suas) dos municípios do Grande ABC – 420 gestoras capacitadas;
- Atuação da unidade móvel (ônibus da mulher), em parceria com governo federal (ago/2014);
- Programa casa abrigo:
 - 126 mulheres e crianças atendidas em 2013;
 - 203 mulheres e crianças atendidas em 2014.
- Lançamento da *Cartilha regional de enfrentamento à violência contra as Mulheres* e recepção da unidade móvel de enfrentamento à violência contra as mulheres (ago/2014);
- Curso de Direitos Humanos, Cultura de Paz e Mediação de Conflitos (ago e set/2014).

Gestão e Desenvolvimento Institucional

- Elaboração e aprovação do projeto do datacenter para pedido de financiamento ao BNDES – Programa de Modernização Administrativa e Tributária (PMAT):
 - Estruturação do Centro Intermunicipal de Tecnologia da Informação e Comunicação do Grande ABC;
 - Infovia regional interligando os municípios;
 - Aprovação e assinatura do Termo de Cooperação Técnico-Científica com a UFABC, visando à elaboração inicial de 4 produtos:
 - Diagnóstico Habitacional Regional;
 - Plano Diretor Regional;
 - Observatório de Políticas Públicas;
 - Plano Regional de Redução de Riscos.
- Capacitação regional de gestores públicos:
 - Capacitação de gestores para a elaboração dos PPAs municipais e PPA regional;
 - Curso sobre o sistema de gestão de convênios e contratos de repasse (Siconv), em parceria com o Ministério do Planejamento – jul/2014;
 - Seminário sobre o programa Brasil Transparente (Transparência e Acesso à Informação Pública – LAI);
 - Encontro regional da excelência em gestão pública;
 - Articulação de parceria institucional com ENAP, prefeituras de São Paulo e Curitiba.
- Seminário e adesão ao Sistema Nacional de Planejamento Orçamentário (governo federal, Consórcio Intermunicipal Grande ABC e prefeituras);
- Grupo de secretários de planejamento.

Diálogo social e desenvolvimentismo em São Bernardo do Campo

A Participação Cidadã: o inédito PPA Participativo e os Orçamentos Participativos

Introdução

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento orçamentário da administração pública introduzido pela Constituição Federal de 1988. O planejamento público tem início na elaboração do PPA, que articula e integra os demais instrumentos de planejamento, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA foi criado para orientar e integrar o planejamento e o orçamento a cada período de quatro anos, definindo as diretrizes e os objetivos dos programas e ações da administração pública (Oliveira, 2014).

A criação do PPA e a articulação com as demais leis que compõem o ciclo orçamentário – LDO e LOA, como novos instrumentos dos poderes executivos – foi um primeiro passo para compreender o planejamento não mais voltado única e exclusivamente para o orçamento, mas como um instrumento de gestão dentro da administração pública. Esta integração visa garantir que as ações planejadas para o médio prazo efetivamente orientem o gestor ao longo de cada exercício fiscal.

Outras grandes alterações ocorridas a partir do novo contexto democrático foram: a descentralização político-administrativa do Estado, verdadeiro marco institucional; e a abertura de espaços de participação cidadã na elaboração e execução das políticas públicas, em especial no âmbito do poder local, quando ganha destaque a participação direta da sociedade civil na gestão de políticas públicas.

Embora o PPA tenha caráter obrigatório, são poucas as cidades que o utilizam como instrumento de planejamento, no sentido de articular horizontes temporais, agentes e políticas setoriais na elaboração de um projeto sustentável para a cidade de forma participativa. O processo de articulação e integração do sistema de planejamento e orçamento introduzido pelo PPA é recente e ainda está sendo estudado no Brasil. Ainda não entrou na agenda política dos governos e do mundo acadêmico.

O PPA Participativo em São Bernardo do Campo

Uma decisão política central do governo de São Bernardo do Campo, a partir de 2009, foi definir com clareza a forma participativa do Plano Plurianual (PPA). O desafio de promover a discussão pública do PPA desta forma foi um momento ímpar, principalmente porque assumiu como pressuposto, além da possibilidade de participação social, a necessidade de avançar na reflexão e na busca de formas de ações conjuntas para diminuir as desigualdades existentes no território. Essa preocupação afeta e diz respeito tanto aos gestores públicos quanto à sociedade civil. Além disso, busca-se, de forma planejada, mais efetividade na utilização dos recursos a alocar, considerando o território como uma relação social mais ampla, e como espaço de planejamento do governo e da sociedade civil.

Importa considerar com atenção que São Bernardo do Campo passou por um conjunto intenso de transformações recentes:

- processo intenso de reestruturação produtiva nos anos de 1990 (no cenário da abertura macroeconômica descontrolada);
- processo de enxugamento das plantas industriais nos anos de 1990;
- emergência de novos setores econômicos com maior conteúdo tecnológico.

Ao mesmo tempo, a cidade requer resposta eficaz à demanda reprimida por habitação de interesse social, de soluções para os inúmeros pontos de ala-

gamento, bem como a necessidade de fortes investimentos em transporte e mobilidade, articulando e integrando essas demandas de infraestrutura às de saúde, educação, cultura, esporte e lazer.

Por conseguinte, o planejamento desempenha papel estratégico na mediação de demandas antigas e novas, em particular quando se considera que São Bernardo do Campo tem uma presença importante de áreas de mananciais em seu território, o que requer mediação constante dos conflitos e convergências entre a agenda ambiental e a urbana. Esse é mais um reflexo da forte desestruturização e abandono da função de planejamento urbano da prefeitura que marcou a administração pública do município ao longo dos anos de 1990, em especial no período de 2005-2008.

Apesar de ser o município de maior extensão territorial, orçamento e concentração de indústrias do Grande ABC, São Bernardo do Campo enfrenta graves problemas estruturais, várias restrições orçamentárias e um déficit social histórico, além de crescente demanda por serviços públicos. Isto só faz reforçar a necessidade de uma gestão eficiente e democrática que otimize os recursos públicos e integre as ações a serem implantadas.

Um dos resultados mais visíveis da desigualdade e da exclusão social em São Bernardo do Campo foi a situação de pobreza absoluta em que vivia, em 2009, parcela significativa da população. Apesar dos recursos gerados pela cidade, famílias inteiras viviam amontoadas em alojamentos em condições subumanas, em um típico contraste de cidade “rica” com cidade “pobre”. O Diagnóstico de São Bernardo do Campo, utilizado para subsidiar a elaboração do PPA Participativo 2010-2013, constata que:

O município de São Bernardo é um dos poucos municípios brasileiros que ainda está bastante longe de atingir a meta do governo federal para o Programa Bolsa Família. Santo André atingiu a meta de 100% já no ano de 2004. Em dezembro de 2008, a cobertura de atendimento em relação a essa meta era de, por exemplo, 77% em Osasco, 92% em Diadema e 99% em Guarulhos. Já no caso de São Bernardo era de apenas 52,8% (São Bernardo do Campo, 2009, p. 11).

Tal situação destoava totalmente do cenário em que vivia o país, com taxas sempre maiores de crescimento da produção, do emprego, da renda e do consumo da população. Nada do potencial gerado pela dinâmica nacional

revertia em políticas públicas ousadas e inclusivas no âmbito local. O descaso na cidade imperava.

A débil visão de futuro do atual prefeito levou-o a decisões profundamente equivocadas e prejudiciais para a cidade, como a recusa de cessão de um terreno para a instalação do *campus* da Universidade Federal do ABC em São Bernardo do Campo (Coligação, 2008, p. 43).

O terreno que hoje abriga o *campus* da UFABC foi comprado pelo governo federal. Na área habitacional, o quadro de assentamentos precários se revelava no aspecto de improvisação habitacional espalhado por quase todo o território da cidade. Havia oito alojamentos ativos que somavam cerca de 1.200 pessoas vivendo em extrema pobreza. Nenhum conselho de habitação estava em funcionamento, tampouco havia Plano de Habitação.

O mapeamento e a caracterização dos assentamentos precários e/ou irregulares, elaborado pela prefeitura de São Bernardo do Campo em 2009 e 2010, identificaram 261 assentamentos precários e/ou irregulares no conjunto da cidade. A esses números somam-se 3.429 unidades habitacionais em onze conjuntos irregulares não caracterizados como precários. A situação habitacional do município contrastava com a imagem de modernidade suntuosa que os indicadores econômicos se prestavam a divulgar, e revelava o abismo que se criou entre as necessidades da população de baixa renda e a gestão da cidade.

Agrava o problema esse crescimento populacional não ter sido acompanhado do desenvolvimento econômico, muito menos da construção de infraestrutura que proporcionasse condições de habitabilidade a toda essa população. Disso derivaram problemas ambientais e sociais como a poluição de rios e córregos e da ocupação de encostas, provocando riscos à população; o que demonstra também a carência de serviços públicos em quase todas as áreas.

No acesso à educação, em especial a infantil, os efeitos não se fizeram esperar: um déficit preocupante de vagas e uma ação civil pública que obrigava a municipalidade a incluir oito mil crianças na educação infantil, além de outros problemas. A situação não era melhor na área de saúde: sistema quase sem gestão alguma, déficit de leitos hospitalares, desatenção à saúde mental, ao tratamento de drogas e álcool e equipamentos públicos de todas as áreas em

grave processo de sucateamento. A própria sede do Executivo Municipal não passava por reforma havia quarenta anos.

A cidade enfrentava, além disso, graves problemas na área de infraestrutura urbana, com inúmeros pontos de alagamento, tráfego caótico, frota de ônibus sucateada e em número insuficiente para atender a população do município (PMSBC, 2009).

O prefeito e sua equipe de governo encontraram, em 2009, uma “máquina pública” sucateada e esvaziada, resultado da contínua falta de investimento em recursos humanos e equipamentos ao longo dos governos anteriores. Uma das situações mais calamitosas verificadas foi a ausência de uma reforma administrativa que induzisse mudanças fundamentais nos sistemas de administração pública quanto à estrutura administrativa, pessoal e de processos. A estrutura administrativa não respondia aos desafios previstos no programa de governo do novo prefeito, que exigiam melhor aparelhagem da máquina governamental para implementar as políticas públicas sob sua responsabilidade.

Foi prática recorrente nas gestões anteriores a submissão aos interesses de grupos econômicos, em detrimento dos interesses da coletividade. As administrações não se responsabilizam, nem menos, por articular e fomentar o processo produtivo e o desenvolvimento econômico e social.

Os novos administradores procuraram inverter esse quadro mediante ações como: implementação do planejamento estratégico governamental; realização de concursos públicos para contratar novos funcionários, especialmente para a área de segurança urbana e profissionais da educação; aproveitamento dos concursos em aberto de engenheiros e arquitetos para suprir a deficiência no número desses profissionais; instalação de processo de formação e capacitação profissional dos servidores públicos; informatização da máquina administrativa; realização de sistemas de monitoramento e acompanhamento das ações do governo; revisão dos processos de trabalho; e envio de proposta de reforma administrativa à Câmara – rejeitada, entretanto; reformulação das secretarias propostas, até a aprovação da reforma. Somente a partir da real compreensão do quadro com que se deparou a primeira gestão de Luiz Marinho, é que se pode avaliar o que representou o PPA Participativo em termos de avanços e limites na execução do planejamento e gestão das políticas públicas na cidade.

Apesar dos graves problemas por que passava a cidade quanto à política habitacional, à saúde, ao transporte, entre outros, não se havia organizado movimentos sociais em torno de temas como moradia, saúde ou transporte público. Das Associações de Moradores que se formaram, algumas desenvolvem uma política clientelista; suas lideranças estão, em grande parte, ligadas de uma forma ou de outra a vereadores ou deputados da cidade, o que dificulta o trabalho de mobilizar e organizar esse setor social e, conseqüentemente, reduzi sua capacidade de conquista. É paradoxal constatar que a experiência e tradição de mobilização e organização social, motivo de orgulho para a cidade, tenham ficado adormecidas sem atuar na vida cotidiana do município ou na definição das políticas públicas nele implantados nas últimas décadas.

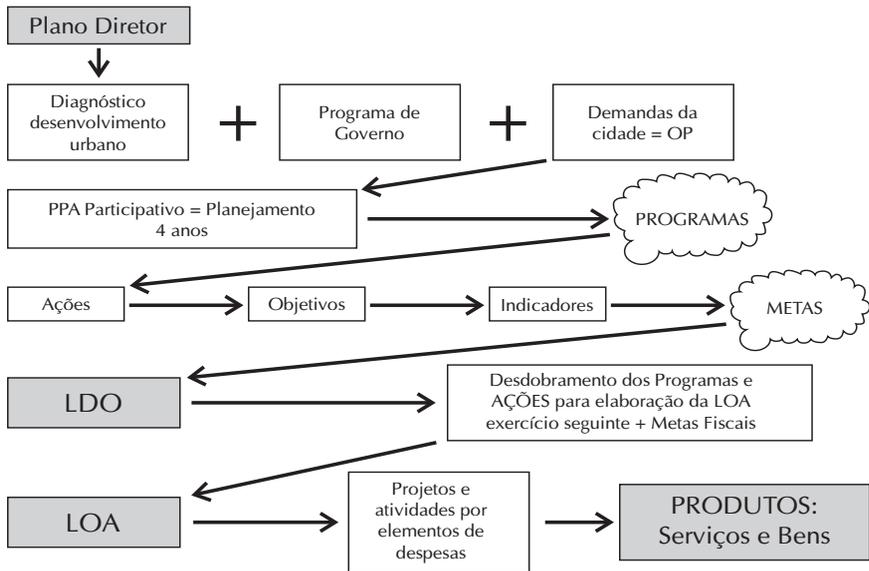
Esse cenário exigiu do novo governo definições que levassem a elaborar instrumentos de planejamento aptos a alterar tal situação. Em 2009, a nova gestão municipal comprometia-se a pôr em prática uma das marcas de seu programa de governo (2009-2012): “São Bernardo democrática, com gestão participativa, transparente e eficiente”. O empenho era “realizar o planejamento de médio e longo prazo, com a participação da sociedade, tendo como perspectiva: ‘São Bernardo 2020 – a cidade que queremos’”. Estabelecido o desafio, o governo ousou discutir publicamente o PPA, de forma participativa. Isso demandava trabalhar o planejamento de médio e longo prazo das ações de governo de forma integrada no poder local.

A Prefeitura de São Bernardo do Campo adotou o “Ciclo de Planejamento das Políticas Públicas”, conforme Figura 2, para realizar o planejamento governamental e responder aos desafios do município, articulando os demais planos da administração, a saber: Orçamento Participativo (OP), Plano Diretor Participativo, o Plano Local de Habitação de Interesse Social e o Planejamento Estratégico Situacional.

São Bernardo do Campo buscou fazer do PPA Participativo um plano de governo e um instrumento viabilizador da integração dos projetos estratégicos, articulado ao orçamento. A elaboração desse instrumento de planejamento e gestão elegeu o programa como base de organização do PPA e o meio de integração entre plano e orçamento, ainda conforme Figura 2.

Os programas foram formulados partindo da identificação e análise que conduzem à solução dos problemas; foram estabelecidas ações que sustentam e

Figura 2: Ciclo de planejamento das políticas públicas



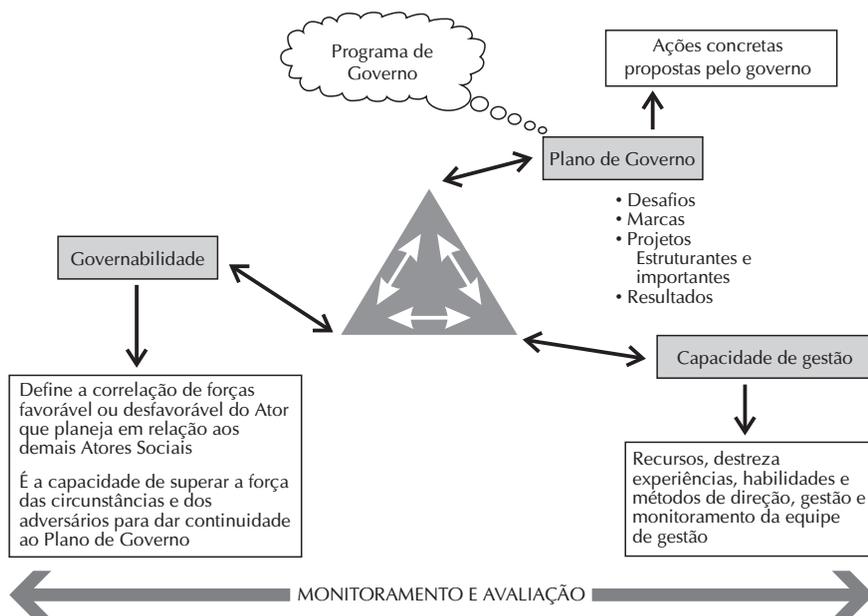
Fonte: Prefeitura de São Bernardo do Campo, 2011

integram os referidos programas; foram estabelecidos objetivos para eles, bem como as metas físicas e financeiras das ações que os integram. Sua execução foi acompanhada e monitorada a fim de alcançar os resultados estabelecidos.

O planejamento, portanto, passou a ser tratado como uma atividade de cunho nitidamente político, no sentido mais nobre do termo, como fica manifesto na construção e análise do Triângulo de Governo, representado pela Figura 3.

A realização dos programas não depende apenas de disponibilidade financeira, mas também – e em alto grau – de gestão e de mecanismos de coordenação, acompanhamento e monitoramento das ações (Rezende, 2011). Diante da desestruturação dos diversos órgãos da administração e da ausência de capacidade administrativa em face da complexidade e responsabilidade do governo, a Prefeitura de São Bernardo do Campo buscou, por meio de uma reforma administrativa, adequar sua estrutura para assegurar a execução das várias etapas do processo de planejamento (discussão pública, elaboração, aprovação, implantação/execução, monitoramento e avaliação).

Figura 3: Ciclo de planejamento das políticas públicas



Fonte: Flora Marin & Luiz Poletto, 2009.

A primeira proposta de reforma administrativa foi rejeitada pela Câmara Municipal. Novo projeto foi então enviado e, desta vez, aprovado em outubro de 2009, publicando-se a lei 5.982 em 11/12/2009, que entrou legalmente em vigor em 2010. A elaboração do Plano Plurianual e demais peças do ciclo orçamentário foi, portanto, levada a cabo sob a coordenação de uma estrutura administrativa em processo de transição e precária, o que não impediu a sua realização.

Mesmo não havendo um órgão central de coordenação do planejamento do governo, elaborou-se uma proposta de metodologia e funcionamento do PPA Participativo em ação conjunta das secretarias da Prefeitura. Isto envolveu áreas normalmente alijadas da formulação e discussão do planejamento em órgãos públicos.

Um dos atos definidos na reforma administrativa foi a criação da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, a que se subordinam os departamentos de: Indicadores Sociais e Econômicos; Planejamento Participativo; e Orçamento e Planejamento Estratégico. Essa estrutura foi concebida para

contribuir e assegurar que o planejamento e a gestão das políticas públicas sejam de fato implantados. As competências da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo estão expressas no art. 297 da Lei 5.982, de 11 de dezembro de 2009:

I – Efetuar o planejamento estratégico das ações do Plano de Governo:

a) Definir os programas, elaborar, atualizar sistematicamente e controlar a implantação do Plano de Governo;

b) Definir e elaborar, em conjunto com as Secretarias, Procuradoria-Geral do Município, Coordenadoria e entidades da Administração Indireta, os subprogramas decorrentes do Plano de Governo, bem como coordenar e controlar suas execuções;

II – Elaborar o planejamento orçamentário e de investimento do Município;

III – Elaborar e controlar a execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual e do Orçamento Anual, em conjunto com a Secretaria de Finanças;

IV – Estabelecer, em conjunto com a Secretaria de Finanças, a política econômico-financeira e econômico-tributária da Administração;

V – Coordenar e promover as ações relativas ao Orçamento Participativo;

VI – Coordenar e supervisionar a produção de indicadores socioeconômicos do Município, de indicadores e resultados para o desenvolvimento de projetos e programas;

VII – Subsidiar tecnicamente as diversas áreas em relação à implantação e desenvolvimento de atividades com conselhos e fóruns.

O processo participativo na elaboração do PPA: avanços e limites

A literatura utilizada neste capítulo vincula-se fortemente aos processos de discussão, implantação e avaliação do Orçamento Participativo. Trilhou-se esse percurso pela dificuldade que existe em obter material bibliográfico suficientemente crítico que examine a implantação do Plano Plurianual de forma participativa pelos diversos entes da Federação. A implantação do PPA Participativo é recente e o estudo a seu respeito tem partido de poucos servidores públicos e pesquisadores acadêmicos, com base em experiências empíricas de formulação e execução em diferentes órgãos da Federação.

Pesquisa realizada levantou as seguintes experiências de PPA Participativo em âmbito estadual: Pará (2008-2011), no governo de Ana Júlia Carepa (PT); Bahia, no período (2008-2011), no governo de Jaques Wagner (PT); Rio Grande do Sul (2012-2015), no governo de Tarso Genro (PT); Alagoas (2012-2015), no governo de Teotônio Vilela Filho (PSDB); Ceará (2008-2011), no governo de Cid Ferreira Gomes (PSB); e Sergipe (2008-2011), no governo de Marcelo Déda Chagas (PT). A maioria dessas experiências em âmbito estadual trabalhou de forma regional e com diversos segmentos organizados da sociedade civil e representantes dos municípios. Alguns desses processos têm perfil de consulta pública e outros trabalharam com deliberação. As experiências pesquisadas em âmbito municipal preferiram sempre processos deliberativos, de forma regional e com múltiplos segmentos sociais. No âmbito municipal, as experiências relevantes consultadas foram a de Porto Alegre (1993-2002), no governo de Tarso Genro (PT), de acordo com Genro e Souza (1997); Fortaleza (2006-2009/2010-2013), no governo de Luizianne Lins (PT); e Belém, no período de 1997 a 2004, no governo de Edmilson Brito Rodrigues (PT), que propôs realizar o Congresso da Cidade, instância máxima, bianual, na perspectiva de pensar estratégia e ações para a cidade, com delegados eleitos nas Assembleias Setoriais e nos Pré-Congressos Distritais Temáticos (Farias, 2003, p. 14).

Recentemente, teve início em nível regional uma experiência de PPA Participativo, estimulada pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC¹. A discussão do PPA Regional começou em setembro de 2013, com uma plenária em cada uma das sete cidades que compõem a região do Grande ABC e a participação dos moradores de cada cidade. A discussão do PPA Participativo Regional é uma inovação adicional, articulada com a experiência específica de São Bernardo do Campo.

São Bernardo do Campo vem trabalhando para inserir a dimensão territorial no planejamento como plataforma de integração das políticas públicas. Com isso, a prefeitura busca superar a visão setorial, com vistas a garantir a implantação de políticas públicas capazes de assegurar a igualdade de oportunidades, os direitos básicos de cidadania e o desenvolvimento sustentado no ter-

¹ Para maior aprofundamento do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, ver Klink (2001).

ritório, numa perspectiva de longo prazo, sem esquecer as ações necessárias de curto prazo. Inserir a discussão do desenvolvimento territorial no planejamento do governo assume caráter fundamental. A valorização do território e suas diversas dimensões é um caminho importante para a coesão social e territorial.

O “Regulamento do Plano Plurianual Participativo”, distribuído pelo governo municipal de São Bernardo do Campo, descreve o PPA como o instrumento de planejamento estratégico da administração pública, pelo qual o governo define suas diretrizes, objetivos, metas e programas para o período de quatro anos de governo, com a participação da sociedade civil. O processo do PPA Participativo em São Bernardo do Campo, no período documentado, obedeceu à seguinte sequência:

1. Programa de Governo, ponto de partida que embasa todas as discussões do governo;
2. Planejamento Estratégico Situacional do governo;
3. Planejamento Estratégico Situacional das secretarias;
4. Elaboração da proposta do PPA Participativo e discussão pública ao longo das 29 plenárias regionais.

O Programa de Governo foi o instrumento que embasou a realização e discussão do Planejamento Estratégico Situacional (PES)², da administração de São Bernardo do Campo.

O PES tem sido a metodologia utilizada em diversos municípios com o objetivo de melhorar a capacidade gerencial do Estado e sua eficácia na perspectiva de fortalecer-se em nível local. Essa metodologia foi adotada pela Prefeitura de São Bernardo do Campo para realizar, no início de 2009, o Planejamento Estratégico de Governo com a participação do prefeito, vice-prefeito e todo o secretariado. Seu objetivo era traçar os projetos estratégicos e prioritários de governo de forma colegiada, à luz do programa de governo, e identificar as limitações existentes para atingi-lo. Dentre as limitações apontadas, citem-se processos obsoletos; estrutura organizacional inadequada; cultura conservadora da máquina pública; ausência de cultura do planejamento; nível de infor-

² Para maior aprofundamento dessa metodologia, ver Matus (1993, 1995, 1996), seu principal idealizador.

matização não condizente com as necessidades da Prefeitura; setores emperrados, como compras, procuradoria e recursos humanos; dificuldade de aprovar projetos estratégicos do governo. Para cada problema apontado, estabeleceu-se um conjunto de ações para resolvê-los.

Promoveram-se ainda reuniões de planejamento estratégico de cada Secretaria Municipal, as quais tiveram por base o Programa de Governo e seus projetos prioritários anteriormente definidos no seminário. Nessas reuniões de planejamento, as secretarias tinham de definir seus objetivos para o mandato 2009-2012 e delinear ações necessárias para viabilizar o Plano de Governo, a partir dos projetos estratégicos, considerados prioritários para a cidade. O planejamento estratégico de governo, que definiu os projetos prioritários e as reuniões de planejamento das secretarias, resultou em um plano de ação:

O Plano de Ação Global da Prefeitura de São Bernardo do Campo foi o resultado das reuniões do secretariado e a listagem produzida com os projetos prioritários, que dariam consequência ao que fora desenhado no Plano de Governo. A seguir, esses projetos foram estruturados segundo os seguintes elementos: marca, projeto, secretaria, resultado, ação, interface, recursos, prazo e responsável (Vital e Silva, 2011, p. 95).

O primeiro momento de construção do plano dentro do PES é explicar a realidade. A explicação da realidade do município, seus macroproblemas, suas potencialidades, considerando a visão de futuro desejada, é fundamental para desenhar com mais rigor e assertividade os programas e projetos que deverão ser executados. Cada problema analisado no plano passa necessariamente por esse momento.

PPA Participativo: o percurso metodológico utilizado no processo de São Bernardo do Campo

O PPA Participativo como transformação social pode ser entendido como um espaço em que homens e mulheres apreendem o cotidiano da administração pública, o que o governo pode e o que não pode fazer no quadriênio, como serão financiadas as políticas públicas previstas no plano e como e onde apresentar suas demandas aos representantes do poder público. É um espaço de construção da cidadania ativa, pelo qual o cidadão deixa de ser um mero espectador e passa a protagonista de sua própria ação.

A experiência do PPA Participativo no município de São Bernardo do Campo trabalha com o conceito da universalização da participação nas 29 regiões da cidade, sendo seu ponto de partida o Programa de Governo, a partir de cinco marcas que contêm as diversas políticas públicas. A discussão pública do PPA Participativo segue um ciclo com várias etapas, conforme Figura 4, denominado de Ciclo do PPA Participativo.

Figura 4: Ciclo do PPA Participativo: 2010–2013



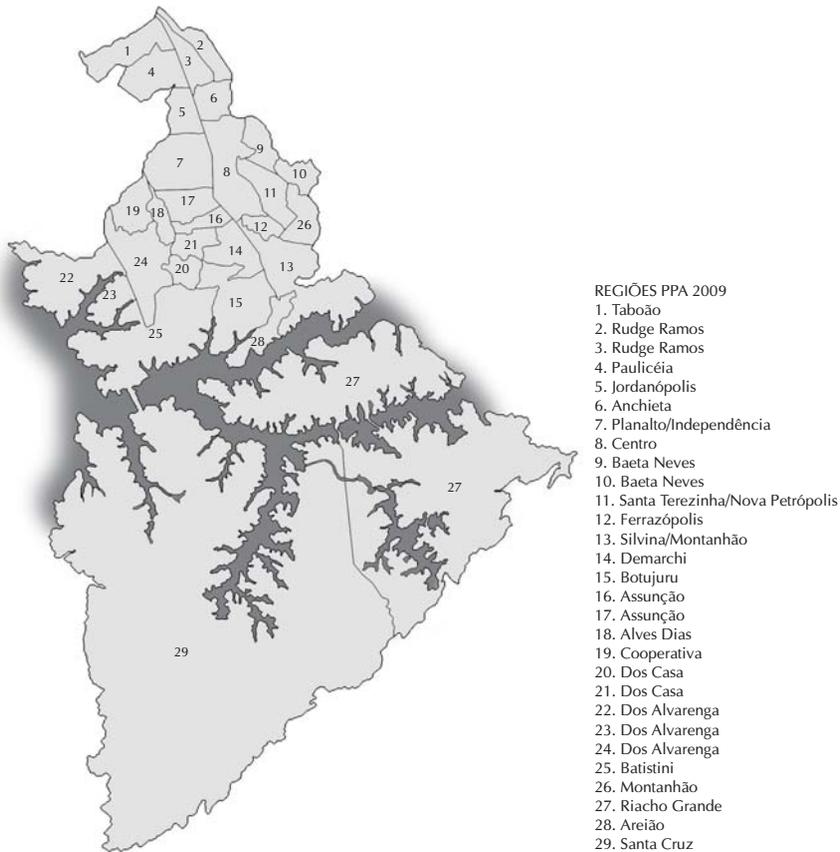
Fonte: Prefeitura de São Bernardo do Campo, 2009

A base geográfica

Tem-se na Figura 5 as 29 regiões em que o município de São Bernardo do Campo foi dividido para a realização do PPA Participativo 2010-2013³, respeitando os mesmos critérios e pressupostos da divisão regional descrita para o processo do OP de São Bernardo do Campo, exceção feita ao número de regiões.

³ Em 2009, o governo começou dividindo a cidade em 29 regiões. A partir da avaliação feita pelo Conselho Municipal do Orçamento, composto pela sociedade civil e governo, algumas regiões foram agregadas para ter um equilíbrio de densidade populacional, um dos critérios para a divisão regional, foi então decidida a divisão em 20 regiões. Esta é ainda a atual divisão regional para a discussão pública do ciclo orçamentário (PPA Participativo, Orçamento Participativo) e demais ações do governo local.

Figura 5: Divisão Regional do PPA Participativo: 2010-2013



Fonte: Prefeitura de São Bernardo do Campo, 2009

A divisão regional estabelecida para a discussão pública do PPA Participativo leva o governo e a sociedade civil a pensarem um planejamento que reflita os anseios da população nos diversos territórios da cidade. Faz-se necessário apresentar a cidade para seus moradores, pois a tendência normal da população é se prender aos problemas da sua localidade sem conseguir olhar para a cidade como um todo. O PPA Participativo contribuiu para minimizar esse distanciamento entre as diversas regiões que compõem a cidade.

O processo de mobilização e participação da população

Antes das plenárias, de março a abril, ocorrem reuniões de caráter informativo e de sensibilização com as lideranças das várias regiões da cidade para que atuem como agentes multiplicadores, o que colabora com o processo de mobilização da população. A Prefeitura de São Bernardo do Campo promove ainda um processo de divulgação no conjunto da cidade, empregando várias peças publicitárias, a exemplo de convites regionais, convites eletrônicos, *outdoors*, *busdoors*, carros de som, faixas, telemarketing, anúncios em jornais e revistas locais, panfletos com o calendário geral de todas as plenárias e cartazes regionalizados nas diversas linhas de ônibus da cidade. Todo esse material informativo esclarece o que é o PPA, a divisão territorial da cidade com a respectiva composição de bairros, data, local e horário de cada plenária. Os equipamentos públicos, em especial de saúde e educação, também são utilizados como meios de divulgação das plenárias regionais do PPA Participativo. O processo de mobilização conta por fim com a ação dos Agentes de Participação Cidadã⁴ para sensibilizar e mobilizar a participação da população nas plenárias (SOPP, 2010).

O processo incluiu ainda o lançamento do Plano Plurianual – PPA Participativo, em 24 de abril. De acordo com o convite, a população é chamada para “dar início a uma nova perspectiva para governar a cidade, baseada na ampliação dos espaços públicos e no diálogo entre governo e população”. A Tabela 8 registra os 13.474 participantes das plenárias e indica o número de munícipes por região individual em que foi dividida a cidade. Cabe destacar que as regiões Silvina (região 13), Alvarenga (região 22) e Montanhão (região 26) contaram com perto de mil participantes por plenárias.

Observa-se que, enquanto a média de participação foi de 2,5% dos eleitores do município, algumas regiões apresentam um índice bem mais expressivo, como a região 18 (Bairro Alves Dias), 23 (Alvarenga – Jardim das Orquídeas) e a 19 (Bairro Cooperativa) cuja participação chegou a 5%, vale dizer, o dobro da média. A região 22 (Alvarenga-Jardim Laura) registrou 8% de participação;

⁴ Os Agentes de Participação Cidadã (APCs) são funcionários da Prefeitura que fazem a relação entre o governo e as 29 regiões que são utilizadas para a discussão do PPA Participativo. Os APCs têm a responsabilidade de fazer a articulação e mobilização da população referenciada nestas regiões para participar do processo do PPA Participativo e Orçamento Participativo.

Tabela 8: Número de munícipes nas 29 plenárias do PPA Participativo, 2009

Regiões do PPA Participativo	Credenciados 2009	Eleitores aptos 2008	Participação dos credenciados no total de eleitores
13 – Silvina/Montanhão	902	27.775	3,2%
22 – Alvarenga	894	10.819	8,3%
26 – Montanhão	807	7.767	10,4%
20 – Bairro dos Casa	729	17.073	4,3%
19 – Cooperativa	714	13.715	5,2%
8 – Centro	595	55.495	1,1%
23 – Alvarenga	557	10.848	5,1%
29 – Santa Cruz	543	5.096	10,7%
10 – Baeta Neves	536	16.685	3,2%
7 – Planalto/Independência	524	44.037	1,2%
12 – Ferrazópolis	506	23.420	2,2%
25 – Batistini	506	16.168	3,1%
24 – Alvarenga	498	13.363	3,7%
5 – Jordanópolis	492	13.642	3,6%
4 – Pauliceia	475	20.992	2,3%
15 – Botujuru	449	10.213	4,4%
1 – Taboão	421	20.986	2,0%
28 – Areião	418	2.935	14,2%
18 – Alves Dias	410	8.070	5,1%
11 – Sta. Terezinha/ Nova Petrópolis	360	41.422	0,9%
2 – Rudge Ramos	330	27.652	1,2%
16 – Assunção	319	20.025	1,6%
14 – Demarchi	304	16.045	1,9%
21 – Bairro dos Casa	272	14.481	1,9%
27 – Riacho Grande	262	13.495	1,9%
9 – Baeta Neves	194	25.659	0,8%
3 – Rudge Ramos	171	12.952	1,3%
6 – Anchieta	149	8.117	1,8%
17 – Assunção	137	20.780	0,7%
São Bernardo do Campo	13.474	539.727	2,5%

Fonte: Prefeitura de São Bernardo do Campo, 2009

a 26 (Bairro Montanhão) e a 29 (Bairro Santa Cruz) apresentaram participação superior a 10%. O Bairro Areião (região 28) registrou participação recorde, atingindo 14,2% dos eleitores. Observa-se que a maior presença se deu nos bairros periféricos, nos quais é maior a necessidade de serviços públicos e cujos indicadores retratam maiores níveis de vulnerabilidade social. Nessas localidades, os desafios e urgências expressam-se principalmente nos temas saúde, habitação, segurança, educação, drenagem, inclusão social e questões ambientais.

A construção das diretrizes: processo decisório, métodos e critérios

O convite à população para participar das plenárias do PPA Participativo 2010-2013, de abril a junho, tinha dupla finalidade: propor e deliberar sobre diretrizes para a cidade a fim de nortear a elaboração do PPA de forma participativa; e eleger os representantes da sociedade civil para compor a Comissão Municipal de Acompanhamento do PPA Participativo.

Os critérios de participação que asseguram o direito de votar e ser votado estão explícitos no art. 10 do Regulamento do Plano Plurianual:

Poderão ser candidatos(as) à Comissão Municipal de Acompanhamento (CMA) aqueles que, comprovadamente: sejam munícipes de São Bernardo do Campo; sejam moradores(as) da região em que serão candidatos(as); sejam maiores de 18 anos; estejam credenciados(as) na Plenária Regional ao se apresentarem como candidato(a); não estiverem no exercício de mandato eletivo nos poderes Legislativo ou Executivo; não estiverem nomeados(as) para o exercício de cargo em comissão no Poder Legislativo ou Executivo (São Bernardo do Campo, 2009a, p. 2).

Apesar da regra, não foram proibidas a participação, o direito de fala e o acesso de participantes de outras regiões nas referidas plenárias. O único direito vedado aos não moradores da região consiste em candidatar-se ao CMA. As plenárias regionais são abertas à população em geral. As plenárias são coordenadas pelo prefeito e por membros do governo municipal, como vice-prefeito e secretários, responsáveis por conduzir a discussão do orçamento e planejamento do governo. Para além da definição das diretrizes, as plenárias constituem um momento de atualização das ações do governo. Ao abri-las, sempre há a projeção de um vídeo que relata os problemas mais graves da

cidade, expõe sinteticamente a situação financeira da Prefeitura, presta contas das ações em andamento na cidade e, por fim, explica no que consiste o PPA, sua importância para a administração pública e a sistemática da discussão para a indicação de diretrizes. O funcionamento das plenárias segue os seguintes critérios, “nas 29 (vinte e nove) plenárias regionais os participantes serão divididos em grupos, de acordo com o número de pessoas devidamente credenciadas.” (São Bernardo do Campo, 2009a, p. 2).

Entrando na plenária, todos os participantes credenciados recebem pulseiras de cores diferentes (para facilitar a organização) que identificam o grupo em que vão trabalhar. O número de grupos de trabalho depende do número de salas existentes na escola. A maioria das plenárias ocorre em Escolas Municipais de Educação Básica (EMEBs), variando de 10 a 15 os grupos de trabalho por plenária.

O passo a passo do trabalho nos grupos das 29 plenárias regionais

Os trabalhos em grupo contaram com a coordenação de diversos atores do governo, de técnicos a secretários, denominados “moderadores de reunião”, que se guiam por um “roteiro de trabalho” orientado para reforçar o que é o PPA, definir as diretrizes para a cidade, definir o conceito de diretrizes para o PPA e sistematizar as diretrizes apresentadas.

Uma decisão importante adotada pela organização da plenária foram os esclarecimentos explícitos desde sua abertura pelo prefeito até os trabalhos em grupo, reforçando que o objetivo é coletar propostas para subsidiar a elaboração de políticas públicas a partir da indicação de diretrizes para o conjunto da cidade e não deliberar sobre recursos orçamentários – o PPA é um plano que organiza a gestão, não é orçamento. Enfatiza-se nos grupos de trabalho a separação das questões de manutenção ou solicitação de obras pontuais, que têm caráter imediato, por exemplo, pavimentar uma rua, urbanizar uma praça ou reformar um equipamento. Os trabalhos em grupo, por seu lado, visam formular diretrizes estratégicas, como implantar corredores de transporte coletivo na cidade, por exemplo. As proposições que fogem ao âmbito das diretrizes são devidamente registradas e encaminhadas para as áreas afins. Uma vez divididos em subgrupos, os grupos passam a discutir a elaboração de diretrizes, supervisionados pelos moderadores, tendo como ponto de partida

as cinco marcas do programa de governo (2009-2012) e suas respectivas políticas públicas:

1. São Bernardo acolhedora, inclusiva e de oportunidades; Saúde, Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Inclusão Social;
2. São Bernardo com qualidade de vida para todos, em todos os cantos; Transporte e Trânsito, Habitação, Política Urbana, Segurança Urbana, Gestão Ambiental;
3. São Bernardo crescendo em ritmo de Brasil; Desenvolvimento Econômico;
4. São Bernardo democrática, com gestão participativa, transparente e eficiente; Participação Cidadã e Modernização Administrativa;
5. São Bernardo engajada no fortalecimento da Ação Regional (Coligação, 2008).

De acordo com o estabelecido no Regimento do Plano Plurianual (PPA), depois de as cinco marcas do programa de governo serem apresentadas,

Art. 7º o grupo deverá definir a marca prioritária para a discussão;

Art. 8º com a marca escolhida, é necessário priorizar um dos temas a ser debatido;

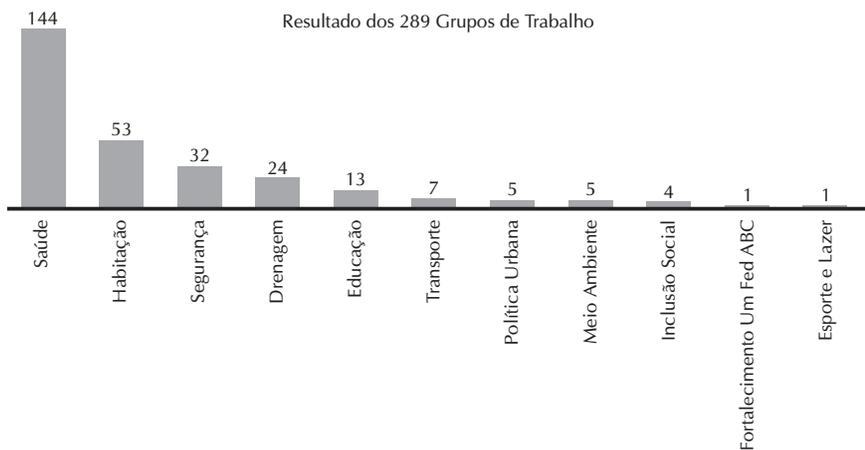
Art. 9º tanto a escolha da marca de governo como do tema nela constante a ser debatido pelo grupo poderá ser feita por aclamação, salvo necessidade de contagem manual de votos. Entre as diretrizes apresentadas pelo grupo, devem ser priorizadas duas (São Bernardo do Campo, 2009a, p. 2).

À medida que os subgrupos estabeleciam consenso sobre as diretrizes propostas, essas eram registradas em uma tabela específica pelo moderador para que se priorizassem – dentre várias indicações – duas diretrizes para a Marca e Tema definidos no início dos trabalhos. Um digitador, que acompanha o moderador e o relator do grupo, digita então as duas propostas que o conjunto do grupo priorizou. Todas as propostas de diretrizes são analisadas pela Comissão Municipal de Acompanhamento do PPA, cuja função é “acompanhar a consolidação do PPA Participativo, a partir das diretrizes priorizadas pela sociedade civil nas plenárias regionais” (São Bernardo do Campo, 2009a, p. 2).

Fica claro na Figura 6 a prioridade dada à saúde pela cidade: dos 289 grupos de trabalho metade definiu a saúde como principal diretriz para o PPA Participativo 2010-2013.

Além do trabalho em sala de aula, com coleta de propostas de diretrizes, procedeu-se à eleição de representantes para compor a Comissão Municipal de

Figura 6: Resultado das diretrizes do PPA Participativo 2010 – 2013



Fonte: Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo (SOPP/PMSBC) – 2009

Acompanhamento do PPA. Cabe à plenária regional eleger os representantes, um por região, em processo de votação eletrônica, ao final de que são escolhidos 29 representantes da sociedade civil que funcionam como intermediários entre a população e o governo no fechamento das diretrizes, programas e ações que compõem o PPA. A Comissão Municipal de Acompanhamento é paritária. O prefeito indica igualmente 29 representantes do governo, assegurando que todas as áreas estejam representadas (São Bernardo do Campo, 2009a, p. 2). De acordo com o Regulamento do Plano Plurianual:

A Comissão Municipal de Acompanhamento (CMA) é o instrumento de acompanhamento do planejamento das ações da Prefeitura, tendo por finalidade acompanhar a consolidação do PPA Participativo, bem como discutir a preparação do OP 2011. O mandato dos Representantes Regionais será de um ano. (São Bernardo do Campo, 2009a, p. 2).

Quanto às atribuições da Comissão Municipal de Acompanhamento do PPA:

São competências da Comissão Municipal de Acompanhamento: acompanhar a consolidação do PPA Participativo, a partir das diretrizes priorizadas pela sociedade civil nas plenárias regionais; Discussão e preparação do processo de Orçamento

Participativo do ano seguinte, que discutirá a Lei Orçamentária Anual (LOA) OP 2011; realizar reuniões com a presença do(a) Agente de Participação Cidadã e, quando necessário, com técnicos(as) da prefeitura; e participar das várias instâncias de Participação Cidadã que serão criadas em cada uma das 29 regiões da cidade que servem de referência ao processo de Orçamento Participativo. (São Bernardo do Campo, 2009a, p. 2).

De acordo com o calendário de atividades do processo do PPA Participativo 2010-2013, em junho, concluídas as plenárias, realizam-se solenidade de posse e o processo de formação dos representantes da Comissão de Acompanhamento do PPA.

Formação para os representantes da sociedade civil e governo na Comissão Municipal de Acompanhamento

De acordo com a *Revista Prestação de Contas: PPA Participativo 2010-2013*, “a partir do ‘empoderamento’ do capital humano e de sua formação complementar, é possível alcançar a qualificação da participação demandada”. Com isso em mente, foi realizada uma sequência de encontros durante a segunda quinzena de junho de 2009 para uniformizar as informações entre os diversos representantes do governo e da sociedade civil. Alguns módulos com conteúdos formativos foram realizados pelo próprio governo (SOPP, 2009):

- Módulo I (Caracterização da Cidade): teve por fim proporcionar uma visão geral das potencialidades e fragilidades da cidade a partir de seus indicadores sociais e econômicos;
- Módulo II (Democratização do Estado): realizado pela representante da Secretaria de Administração, buscou trabalhar a finalidade do Estado, funções do Estado e visões sobre o papel do Estado e a evolução dos sistemas de Administração no setor público;
- Módulo III (Gestão Democrática e Representantes Regionais): buscou dar uma visão breve do processo democrático no Brasil e o papel do Estado e da sociedade civil nesta fase, bem como discutir o papel dos Representantes Regionais no processo de elaboração do PPA;
- Módulo IV e V (Ciclo Orçamentário no poder público): propuseram-se a dar noções para o conjunto do CMA de como é realizado o ciclo orçamen-

tário na gestão pública e de como o PPA Participativo dialoga com a LDO e a LOA;

- Módulo VI (Negociação, Conflito e Consenso): apresentou as noções e etapas de uma negociação, a necessidade de saber fazer concessões, quais os objetivos da negociação, os cenários que envolvem a negociação e o conhecimento do que está sendo negociado. Fez parte do processo de formação a Caravana da Cidade, roteiro organizado pela Prefeitura e os Representantes Regionais, com o intuito de apresentar e visualizar os contrastes existentes nas 29 regiões da cidade, dialogando com as diretrizes prioritizadas nas referidas plenárias regionais.

Seminários de Detalhamentos das Diretrizes e Processo de Negociação

Os seminários de detalhamento das diretrizes do PPA Participativo foram realizados em junho e julho:

Para uniformizar conceitos e ampliar as percepções gerais sobre a situação do município, de forma a qualificar a intervenção dos membros da Comissão de Acompanhamento do PPA. As políticas públicas trabalhadas foram resultado da discussão pública dos 289 grupos de trabalho nas áreas de saúde, esporte e lazer, cultura, política urbana, transporte e trânsito, habitação, drenagem e resíduos sólidos, segurança, inclusão social, educação, saneamento básico. (São Bernardo do Campo, 2013, p. 6).

Os temas dos seminários foram conduzidos pelos secretários das áreas afins e as apresentações buscaram compatibilizar as propostas indicadas pela população nas 29 plenárias regionais com as diretrizes definidas pelo conjunto do governo no Planejamento Estratégico do início de 2009.

Após intenso processo de formação, discussão, realização dos seminários temáticos, negociação e deliberação com os integrantes da Comissão de Acompanhamento do PPA Participativo, consolidou-se o Plano Plurianual da cidade para o período 2010-2013.

A visão estratégica do governo municipal para o PPA Participativo 2010-2013 estava centrada nos seguintes itens, segundo o programa de governo (Coligação, 2008, p. 6):

- articulação com outras esferas de poder – governos estadual e federal – para gerir o município de forma planejada e articulada com esses entes e com a população;
- construção de um hospital geral municipal para responder ao déficit de leitos na cidade e reorganização da rede hospitalar de emergência e urgência;
- articulação junto aos governos estadual e federal para a extensão do metrô até São Bernardo do Campo;
- integração do sistema de transportes, com implantação do bilhete único;
- melhoria da segurança urbana;
- eliminação dos alojamentos habitacionais da cidade;
- retirada da população de áreas de risco.

A visão estratégica do governo estava em linha com as diretrizes apontadas pela população no processo do PPA Participativo, considerando que as maiores discussões concentraram-se na área da saúde, para a qual metade dos 289 grupos definiu diretrizes, propondo – entre tantas outras – eliminar o déficit de leitos e ampliar o número de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) na cidade. A previsão inicial limitava-se a construir duas UPAs. A segunda diretriz focalizou a política habitacional, com 53 grupos de discussão, em que foram apontadas diretrizes para a produção habitacional, urbanização integrada de assentamentos precários e regularização fundiária. A ela se seguiram diretrizes de segurança urbana, tópico que polarizou a atenção de 32 grupos.

As diretrizes sugeridas pela população coincidem em diversos pontos com a visão estratégica do governo, que resultou em um processo de negociação que convergia para fins comuns. Relatou a *Revista de Prestação de Contas do PPA Participativo 2010-2013*:

O processo de mobilização da sociedade resultou na eleição de 29 representantes regionais e na definição de 88 Programas, base para a definição do PPA. De maneira geral, retrataram um panorama do tamanho do desafio a ser enfrentado pela atual administração de São Bernardo do Campo. (São Bernardo do Campo, 2013, p. 6).

A metodologia utilizada no processo de definição das diretrizes – com divisão em grupos de trabalho, limitação do número de diretrizes propostas,

discussão sobre as marcas do programa de governo – privilegiou a “qualidade em detrimento da quantidade” e gerou o expressivo número de 88 programas sociais e administrativos, reunidos em nove macrodiretrizes, sendo cinco socioeconômicas e quatro administrativas consideradas fundamentais para avançar na realização das ações do governo.

Os valores previstos para o quadriênio somaram mais de R\$ 12 bilhões, distribuídos entre as nove macrodiretrizes. A Tabela 9 apresenta os valores previstos por diretrizes de governo:

Tabela 9: Valores Previstos por Diretrizes

Diretrizes do Governo	2010	2011	2012	2013	Total
1. São Bernardo acolhedora, inclusiva e de oportunidades	754.400	844.116	917.288	974.333	3.490.137
2. São Bernardo com qualidade de vida para todos, em todos os cantos	664.678	679.264	627.746	657.154	2.628.842
3. São Bernardo Crescendo em ritmo de Brasil	33.182	19.879	9.269	10.051	72.381
4. São Bernardo democrática, com gestão participativa, transparente e eficiente	87.686	95.822	84.546	88.276	356.330
5. São Bernardo engajada no fortalecimento da ação regional	2.012	1.652	1.703	1.873	7.240
Diretrizes Administrativas	2010	2011	2012	2013	Total
6. Pessoal	783.330	850.315	923.707	1.001.492	3.558.844
7. Dívidas e Encargos	79.640	86.305	97.283	120.687	383.915
8. Câmara e Administração Indireta	468.269	467.109	484.085	507.998	1.927.461
Total Despesas PPA	2.880.197	3.052.462	3.154.627	3.371.864	12.459.150

Fonte: SIGOM – Sistema Integrado de Gestão Orçamentaria Municipal – Orçamento Fiscal

O Quadro 1 é um exemplo da estrutura formal dos Programas do PPA elaborado para o quadriênio. De acordo com o *Manual de elaboração técnica dos PPAS Municipais* (2013, p. 20), “a definição dos programas e projetos do plano é a dimensão tática do plano. A partir da explicação da realidade e da dimensão estratégica do Plano se formulam os programas e projetos”.

Quadro 1: Exemplo de Estrutura de um Programa do PPA

Programa: Reorganização da Atenção Hospitalar e da Rede de Urgência e Emergência (0027)		
Objetivo: Capacitação, reciclagem e contratação de profissionais; construção de unidades de urgência e emergência; adequação da área física e de equipamentos para os hospitais e para as unidades de urgência e emergência; elaboração de protocolos para a ordenação da assistência		
Justificativa: A reorganização da atenção hospitalar e da rede de urgência e emergência qualificará a assistência dessas áreas, tornando-a suficiente à população		
Indicador 1: % da taxa de internação hospitalar por diabetes melitus e suas complicações em pacientes com idade acima de 30 anos		
Índice recente: 11,4	Índice futuro: 8,2	
Indicador 2: % da taxa de internação hospitalar por AVC em pacientes com idade acima de 40 anos		
Índice recente: 20,7	Índice futuro: 18	Valor Progr. (R\$): 1.410.441.000,00

Fonte: Prefeitura de São Bernardo do Campo, 2009

A Tabela 10 apresenta o programa, as ações, as metas físicas e financeiras para o quadriênio da política de saúde, constante do PPA Participativo 2010-2013. O programa é o instrumento que organiza um conjunto de ações; os indicadores são informações que sustentam a implantação do programa; as ações são atividades e projetos necessários para atender às necessidades do programa e as metas físicas das ações são as descrições da realização dos serviços e bens públicos que devem atacar as causas e problemas diagnosticados pelo programa (SOPP, 2009).

Tabela 10: Programa Saúde

Programa: Reorganização da Atenção Hospitalar e da Rede de Urgência e Emergência (0027)					
Descrição das ações	Unidade de Medida	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013
Construir e equipar o Hospital de Clínicas de São Bernardo	% de obra executada	70	80	90	100
Implementar o componente pré-hospitalar móvel e fixo de urgência e emergência	Unidade Implantada	6	0	0	0
Ampliar o Programa de Internação Domiciliar PID	Número de equipes	5	0	0	0
Adequação do sistema hospitalar de Urgência e Emergência	% a adequar	50	0	0	0
Manutenção e funcionamento do Hospital de Ensino	% de hospital mantido	100	100	100	100
Manutenção e funcionamento do Hospital Municipal Universitário	% de hospital mantido	100	100	100	100
Reestruturar e manter o Sistema de Urgência e emergência – SAMU/UPA	% a manter	100	100	100	100

Programa: Reorganização da Atenção Hospitalar e da Rede de Urgência e Emergência (0027)					
Descrição das ações	Unidade de Medida	Meta 2010	Meta 2011	Meta 2012	Meta 2013
Contratação de serviços hospitalares	% de execução	100	100	100	100
Manutenção e funcionamento do Pronto Socorro Central	% a manter	100	100	100	100
Expandir e manter as equipes da rede de Atenção Hospitalar	% de manutenção	100	100	100	100
Manter o Hospital de Clínicas de São Bernardo	Hospital mantido	0	1	1	1
Manter o Programa de Internação Domiciliar	Número de equipes	5	5	5	5

Fonte: Prefeitura de São Bernardo do Campo, 2009

Atendendo ao disposto na Lei Complementar 101, 2001 (LRF), a Prefeitura de São Bernardo do Campo realizou, em 26 de agosto de 2009, a Audiência Pública do Plano Plurianual Participativo, convocando toda a cidade a participar da apresentação do PPA Participativo 2010-2013. Na Audiência, participaram moradores das 29 regiões da cidade, representantes regionais, secretários, demais membros do governo, vereadores, deputado estadual e federal, vice-prefeito. A coordenação ficou a cargo do prefeito Luiz Marinho. Os presentes assistiram a um vídeo que sintetizava as plenárias realizadas nas 29 regiões da cidade e a uma apresentação técnica do PPA 2010-2013.

O próximo passo foi a entrega da Peça do PPA Participativo 2010-2013 à Câmara Municipal, em 28/08/2009⁵, ato executado pelo prefeito, representantes regionais da Comissão Municipal de Acompanhamento, secretários e munícipes, quando se pôs em evidência a importância dessa peça, construída de forma participativa pelos cidadãos e cidadãs. O PPA Participativo foi analisado e aprovado pelos vereadores, por meio da Lei 6.006, de 21 de dezembro de 2009, sem nenhuma emenda. A construção de regras nos processos participativos em que governo e população discutem 100% dos investimentos influencia nos resultados no momento da deliberação (Wampler, 2003).

O conjunto das 29 plenárias regionais resultou em 289 grupos de trabalho, cujas propostas de diretrizes embasaram a elaboração dos 88 Programas que

⁵ O prazo legal de entrega dessa Peça à Câmara Municipal, de acordo com a Lei Orgânica do Município, é 31 de agosto.

compõem o PPA, tendo mobilizado mais de 13 mil participantes credenciados. De novembro a dezembro, a Prefeitura promoveu nova rodada de plenárias visando à prestação de contas. O chefe do executivo municipal apresentou a consolidação do PPA Participativo 2010-2013, as diretrizes, objetivos e programas contidos nesta Peça, bem como as ações empreendidas pela administração em busca de recursos que custeiem a solução de vários problemas identificados e analisados na elaboração do PPA Participativo.

Avanços e limites do PPA Participativo

Pelos avanços percebidos, é justificável considerar o PPA Participativo uma instituição democrática inovadora, que amplia o leque da democracia representativa. O ineditismo de um processo que elabora as diretrizes gerais para a cidade de forma participativa, servindo-se do PPA como instrumento dessa formulação, ampliando no tempo a perspectiva de longo prazo, permitiu que governo e sociedade civil construíssem uma grande “concertação”. Com isso, foi possível planejar as políticas públicas para fazer frente ao cenário encontrado ao iniciar a gestão em 2009.

A partir da análise do processo de realização do PPA Participativo na Prefeitura de São Bernardo do Campo foi possível associar – entre os fatores que influenciaram sua implantação – a própria experiência vivida pelo prefeito Luiz Marinho à frente do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No governo federal, o PPA também era elaborado de forma participativa. Igualmente merecedora de reconhecimento foi a experiência absorvida pelos membros da equipe de governo que elaboraram o Orçamento Participativo e Planejamento Estratégico de Governo em outras prefeituras do país.

Dentre os vários elementos de avanços do PPA Participativo, podem ser destacados os seguintes:

- o programa de governo é a base de discussão do PPA Participativo; o instrumento político com o qual o prefeito se elegeu e do qual constaram seus compromissos com a cidade, alicerce sobre o qual construiu o plano;
- o Planejamento Estratégico Situacional, utilizado como metodologia para o planejamento público;

- a definição dos projetos prioritários, que espelham a visão estratégica do governo de forma colegiada a partir de seminário do primeiro escalão de governo;
- os objetivos estratégicos e os macroproblemas foram orientadores para a elaboração dos programas e respectivas ações;
- a elaboração do PPA envolveu o conjunto do governo em todas as suas etapas: desenvolvimento e formulação, discussão pública, elaboração do PPA, implementação e acompanhamento;
- a introdução de sistema de acompanhamento e monitoramento dos projetos prioritários em todas as áreas;
- a articulação do orçamento ao planejamento, dentro de uma visão estratégica de forma compartilhada entre governo e sociedade civil;
- a criação de uma secretaria específica para o debate do Orçamento, que é relativamente independente da secretaria de finanças, sinal inequívoco de preocupação de que o orçamento se integre ao planejamento enquanto instrumento de gestão;
- a institucionalização do Conselho Municipal do Orçamento – CMO como espaço de controle social de uma orientação chave de governo – que é o orçamento e o planejamento das ações da gestão à luz das necessidades da cidade;
- o processo de Prestação de Contas permanente para o CMO e a cidade sobre a implementação dos Programas e Ações previstas no PPA Participativo, contribuindo para desmistificar e dar transparência ao orçamento público;
- o maior investimento em regiões com renda mais baixa e serviços públicos em más condições;
- o cumprimento dos compromissos assumidos junto à cidade, a partir do número de Programas e Ações implementadas e/ou em andamento, de acordo com a *Revista de Prestação de Contas*;
- a criação da figura de agente de planejamento (AP), em cada órgão do governo – responsabilidade do Secretário-Adjunto, segundo na hierarquia administrativa das secretarias municipais, cuja tarefa é acompanhar e monitorar a execução financeira e orçamentária da referida pasta, com vínculo direto com a Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo;

- a articulação com os demais instrumentos de planejamento, em especial com o Plano Diretor Participativo, que, na sua revisão, diagnosticou a necessidade de terra para a produção habitacional, para o desenvolvimento econômico e expansão de serviços públicos de saúde, educação, cultura e esporte.

O último item, curiosamente, não suscitou conflito entre as equipes, visto que a solução desse problema demanda o concurso de diversas áreas e do prefeito para construir um banco de terras que responda às diversas necessidades da cidade. Outro ponto a ressaltar é a Câmara dos Vereadores não ter feito modificação alguma na Peça do PPA Participativo, aprovando-a integralmente.

A análise dos fatores que dificultam o processo de implantação do PPA Participativo na Prefeitura de São Bernardo do Campo permitiu apreender o seguinte:

- choque cultural entre a nova estrutura de planejamento e a anterior, especialmente o conflito com a Secretaria de Finanças, antes responsável por elaborar o orçamento numa linha distinta da nova gestão;
- falta de compreensão por parcela do governo de que orçamento é planejamento e que cabe ao PPA nortear todas as ações do governo;
- visão fragmentada das políticas públicas pela maioria das áreas;
- conflitos na implantação de sistemas de controle e acompanhamento dos projetos;
- dificuldade de integração das ações intersetoriais entre as Secretarias;
- falta de preparo dos técnicos para pensar a elaboração dos programas a partir dos problemas e conceber indicadores apropriados para sua gestão;
- dificuldade das equipes em ler analiticamente os problemas que envolvem os projetos;
- um grande problema vivenciado na implantação dos projetos em São Bernardo do Campo diz respeito à relação de dependência dos órgãos de controle ambiental, especialmente em nível estadual, que não são ágeis na avaliação e autorização das licenças ambientais, terminando por prejudicar o cronograma de implantação dos projetos em diversas áreas;
- outro mecanismo que dificulta a implementação das políticas públicas é o processo de judicialização, principalmente nas áreas da saúde, educação e desenvolvimento social, mas não restrito a elas;

- necessidade de proporcionar maior capacitação para o grupo de agentes de planejamento para que aprofundem a compreensão do processo de planejamento;
- o horizonte temporal do PPA concebido para um lapso de quatro anos ainda é restrito para decisões governamentais, considerando que a complexidade de muitos problemas exige tempo mais dilatado para atingir a solução completa e que os grandes projetos de investimentos só são concluídos em vários exercícios.

Para a atual equipe, o PPA emerge como um avanço na discussão do planejamento das políticas públicas dentro da gestão pública, uma vez que alia o este ao orçamento, articulando o planejamento de curto, médio e longo prazo numa visão estratégica para o governo e para a cidade no tocante a problemas estruturais sem solução a curto e médio prazos.

O Caderno de balanço do PPA Participativo 2010-2013 listava, entre suas realizações para este quadriênio, as seguintes: o Hospital de Clínicas Municipal (equipamento de excelência em saúde, com importante aporte de recursos federais, contrapartida municipal e contribuição menos expressiva do Estado de SP); nove Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e 25 Unidades Básicas de Saúde (UBSs) reformadas e ampliadas, além de construção três UBSs novas e a reforma de outras quatro; quatorze novas ambulâncias do SAMU; seis Centros Educacionais Unificados (CEUs) construídos e um em construção; importantes obras viárias já entregues como: Nova Lions, Estrada Rio Acima, Avenida João Firmino, Mini-migrantes, novos acessos foram construídos no Parque Selecta, Jardim Irajá e no Goldem Park, término do Viaduto no Km 22,5 que estava parado há 36 anos. Mais de quatro mil unidades habitacionais já foram entregues; 75 áreas da cidade estão no Programa de Regularização Fundiária, isso significa dizer que cerca de 25 mil moradias terão escrituras, vários equipamentos municipais criados ou reformados; 1,8 mil famílias retiradas de áreas de risco. Entre os programas em andamento, destacavam-se o Projeto Drenar, de construção de um grande reservatório de águas pluviais e outras obras de drenagem, destinadas a reduzir significativamente os alagamentos na cidade (região central e bairros mais atingidos); e a construção de um corredor estratégico para a cidade – o corredor Leste/Oeste que vai se conectar com a linha Bronze do Metrô que chegará à cidade (Linha 18).

A experiência do PPA participativo 2010-2013 foi selecionada pelo Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local promovido pela Caixa Econômica Federal. Essa experiência foi selecionada na fase regional, entre as 100 melhores práticas e na fase nacional entre as 35 melhores práticas do Brasil. Este prêmio identifica a participação, avalia, seleciona, premia e divulga projetos que melhoram as condições de vida das populações, promovendo o desenvolvimento nas cidades e no campo.

O PPA Participativo 2014-2017 pôde valer-se da experiência anterior e aperfeiçoá-la. Novamente, partiu-se do programa de governo do prefeito Luiz Marinho, agora reeleito. Os cinco eixos do programa eram:

São Bernardo do Campo Democrática, com Gestão Participativa, Transparente e Eficiente; São Bernardo do Campo inclusiva, Solidária, Saudável e Segura; São Bernardo do Campo Bonita, Bem Cuidada e Agradável de Viver; São Bernardo do Campo da Inovação, do Desenvolvimento Tecnológico e do Conhecimento; São Bernardo do Campo Comprometida com o Desenvolvimento Regional e Metropolitano (Prefeitura de São Bernardo do Campo: PPA Participativo 2014-2017).

Nas vinte regiões em que se subdividiu a cidade, foram definidas 400 diretrizes a partir daqueles eixos, destacando-se 158 para a Saúde, 46 para Transporte e Trânsito, 39 para Infraestrutura Urbana e igual número para Habitação, 36 para Inclusão Social e Cidadania, 33 para Segurança urbana, 19 para Educação e as restantes para Cultura, Esporte e Lazer, Desenvolvimento Urbano e Gestão Ambiental.

Em 26 de abril de 2013, o evento de lançamento do PPA Participativo – o segundo PPA realizado pela Prefeitura, ambos na gestão do prefeito Luiz Marinho – contou com a presença da então ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão do governo federal, Miriam Belchior. Na solenidade, a ministra valorizou a experiência de São Bernardo do Campo: “O governo federal criou uma rede de apoio para as cidades que quiserem desenvolver o PPA e sempre citamos como modelo São Bernardo do Campo, que foi a primeira cidade de fato a consolidar esse processo com a real e efetiva participação da população”.

Em 15 de maio de 2013, em plenária do PPA Participativo, o prefeito da cidade de Leme, Paulo Blascke, disse; “O que o prefeito [Luiz Marinho] está fazendo em São Bernardo é exemplo para todos os gestores municipais do Brasil”.

Por sua vez, em 17 de maio de 2013, o presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Eduardo Tadeu Pereira, e o prefeito de Pedreira, Carlos Evandro Pollo, também elogiaram a experiência de São Bernardo do Campo. De acordo com Eduardo Tadeu Pereira, que já governou a cidade de Varzea Paulista: “Governar com a participação popular é garantir que todos os moradores, sem distinção, possam decidir investimentos e prioridades. Esse exemplo [de São Bernardo] é um modelo a ser seguido”. Já o prefeito de Pedreira disse: “É exemplo que queremos levar para nossa cidade. Viemos aqui (...) para aprender com esse processo tão rico e democrático adotado em São Bernardo”.

Merece registro o fato de que em novembro de 2014, o PPA Participativo de São Bernardo do Campo foi selecionado como uma das quatro referências internacionais de cidades educadoras entre 600 experiências administrativas apresentadas no XIII Congresso Internacional das Cidades Educadoras. O evento, que aconteceu em Barcelona, contou com a participação de cidades de 36 países. As ações foram apresentadas pela secretária de Orçamento e Planejamento Participativo do município. A secretária de Educação também participou. O objetivo do congresso é debater experiências em educação além dos muros das escolas e institutos de ensino, como atividades cidadãs que integram a educação à cidadania. São Bernardo do Campo participou do congresso por ser membro da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), rede internacional de cidades que fomenta a troca de projetos.

No entendimento da organização do Congresso, a experiência de São Bernardo do Campo se trata de processo educativo que envolve a administração e a população em torno da participação cidadã. A preparação envolve ampla mobilização em plenárias até a construção da peça final que indicará os rumos administrativos do município. O PPA foi considerado uma experiência exitosa e sua apresentação teve destaque no painel sobre diálogo e participação. Como exposto na ocasião, para o PPA Participativo 2014-2017 foram realizadas 21 plenárias em todo o município ao longo do mês de maio de 2013, nas quais participaram mais de 13 mil pessoas. O programa prevê receitas de mais de R\$ 18,6 bilhões e 55 programas nesse período. O PPA teve a participação de 200 grupos de trabalho, que definiram 400 diretrizes para os dez temas prioritários: 158 para Saúde, 46 para Transporte e Trânsito, 39 para Habitação, 39 para Infraestrutura Urbana, 36 para Inclusão Social e Cidadania, 33

para Segurança Urbana, 19 para Educação, 14 para Cultura, Esporte e Lazer, 13 para Desenvolvimento Urbano e três para Gestão Ambiental.

O Orçamento Participativo como planejamento de curto prazo

O Orçamento Participativo como instrumento de democratização do orçamento público

Nas décadas de 1990 e 2000, houve uma crescente consolidação de inovações democráticas em nível municipal. A prática que mais ganhou relevância e evidência ficou conhecida como Orçamento Participativo (OP).

As primeiras experiências conhecidas de OP no Brasil tiveram início em Lages (SC) e Boa Esperança (RS), na década de 1970. Entre 1984 e 1988, amplia-se o leque com as experiências dos municípios de Diadema, Pelotas e Vila Velha. A partir de 1989, a prática difundiu-se para diversos municípios da Federação, quando várias administrações democráticas e populares chegam ao poder e apostam nessa forma de administrar a cidade. Segundo Avritzer (2002, p. 19), o “Orçamento Participativo consiste na mais inovadora prática de gestão democrática em nível local surgida no Brasil no período pós-autoritário”.

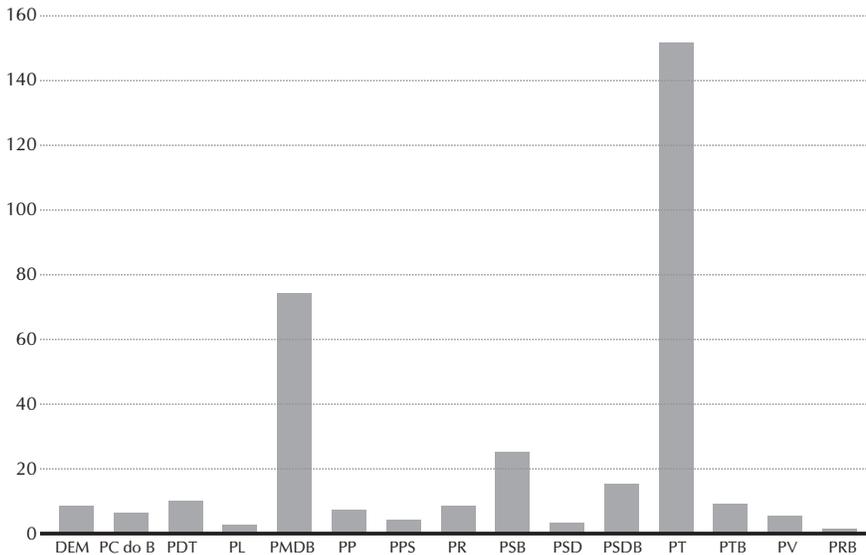
A experiência de maior visibilidade é o OP de Porto Alegre, introduzido pela administração do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir de 1989. De acordo com Santos (2002, p. 461):

A administração de Porto Alegre baseava-se em uma inovação institucional que visava garantir a participação popular na preparação e na execução do orçamento municipal e, portanto, na distribuição dos recursos e na definição de prioridades de investimento.

Segundo pesquisa realizada em 2012 pela Rede Brasileira de Orçamento Participativo, existem cerca de 350 experiências no Brasil, de várias orientações partidárias, conforme Figura 7.

Com início em âmbito municipal, tais experiências foram assumindo amplitude estadual, como a do governo do Estado do Rio Grande do Sul (1999-2003) e da Bahia (2007-2010 – 2011-2014), administrações do Partido dos Trabalhadores (PT). Outro aspecto de relevância é o caráter inovador da prática do OP como experiência genuinamente brasileira. O Orçamento Partici-

Figura 7: Municípios com Orçamento Participativo por Partido Político



Fonte: Rede Brasileira de OP, 2014

pativo “ganhou o mundo”. Atualmente, há registro de várias experiências internacionais, a exemplo das de Montevideu (Uruguai), Córdoba (Argentina), Veneza (Itália), Cotacachi (Equador), Pasto (Venezuela), El Alto (Bolívia), Ilo (Peru), entre outras.

Apesar de o OP ser referência nacional e internacional e constituir-se em um instrumento de democratização do espaço público, ainda não se logrou replicá-lo em todos os municípios.

Tudo parece indicar que os esforços de participação cidadã vêm se ampliando no Brasil, mas a afirmação é imprecisa, especialmente por diversificações em suas formas de organização e atribuições. Algumas são pontuais; outras, permanentes. As experiências de OP costumam conflitar com a tradição autoritária, clientelista e elitista que, de longa data, cerca o poder público.

Por se tratar de um planejamento de curto prazo, o OP fica sujeito a certos limites, visto que está centrado no “aqui e agora”, isto é, nas questões imediatas. Esse instrumento não consegue responder sozinho às questões estratégicas, que geralmente demandam tempo para implantar-se.

Ademais, o OP exige muitas vezes um montante de recursos impossível de se obter no curto prazo. Por conseguinte, é difícil articular a construção coletiva de uma estratégia de longo prazo para a cidade por meio do OP. Num contexto de grandes disparidades socioespaciais, e de capacidades diferenciadas de os agentes influenciarem o aparelho do Estado, um “bom processo” não garante “um bom produto”, vale dizer, a transformação efetiva da cidade. Além disso, o OP arrisca gerar visões “compartmentalizadas”, isto é, visões fragmentadas a partir dos bairros, dificultando a visão mais global dos macroproblemas existentes na cidade.

O Orçamento Participativo de São Bernardo do Campo

São Bernardo do Campo já tinha vivido a experiência do Orçamento Participativo entre 1989 e 1992, na gestão do prefeito Maurício Soares (PT), embora por um período muito curto. O OP só voltou a ser realidade no município com a eleição do prefeito Luiz Marinho (PT), em 2009. A partir da reestruturação do processo de elaboração, discussão e implementação do ciclo orçamentário (PPA, LDO, LOA), com a realização do PPA Participativo 2010-2013, o OP novamente é implantado na cidade em 2010 (SOPP, 2010).

A experiência de OP desenvolvida no município de São Bernardo do Campo tem certas diferenças com outras, conduzidas país afora. O processo é bienal e deliberativo; trabalha com a participação universal da população; não há montante de recurso definido para discutir com a população; debate o total de investimentos existente; o Conselho Municipal do Orçamento é paritário, isto é, ele reúne em igual número os representantes da sociedade civil e os do governo municipal. A partir de 2009, a Prefeitura criou a figura do Agente de Participação Cidadã (APC), referência da administração nas 20 regiões do OP. Sua principal tarefa é atuar nessas regiões para identificar e caracterizar a diversidade de atores, levantar os principais problemas, identificar os principais conflitos e alianças, buscar entender as dinâmicas sociais, sensibilizar e estimular os atores sociais para colaborarem com o conjunto do governo na definição de estratégias para o processo de planejamento, considerando as dinâmicas sociais dessas regiões. O APC é o agente que articula e mobiliza a população, a referência da administração na região. O processo do Orçamento Participativo obedece a várias etapas de um ciclo, de acordo com a Figura 8 e o Regimento Interno do OP de 2011.

Figura 8: Como funciona o OP em São Bernardo do Campo



Fonte: Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo – SOPP/2010

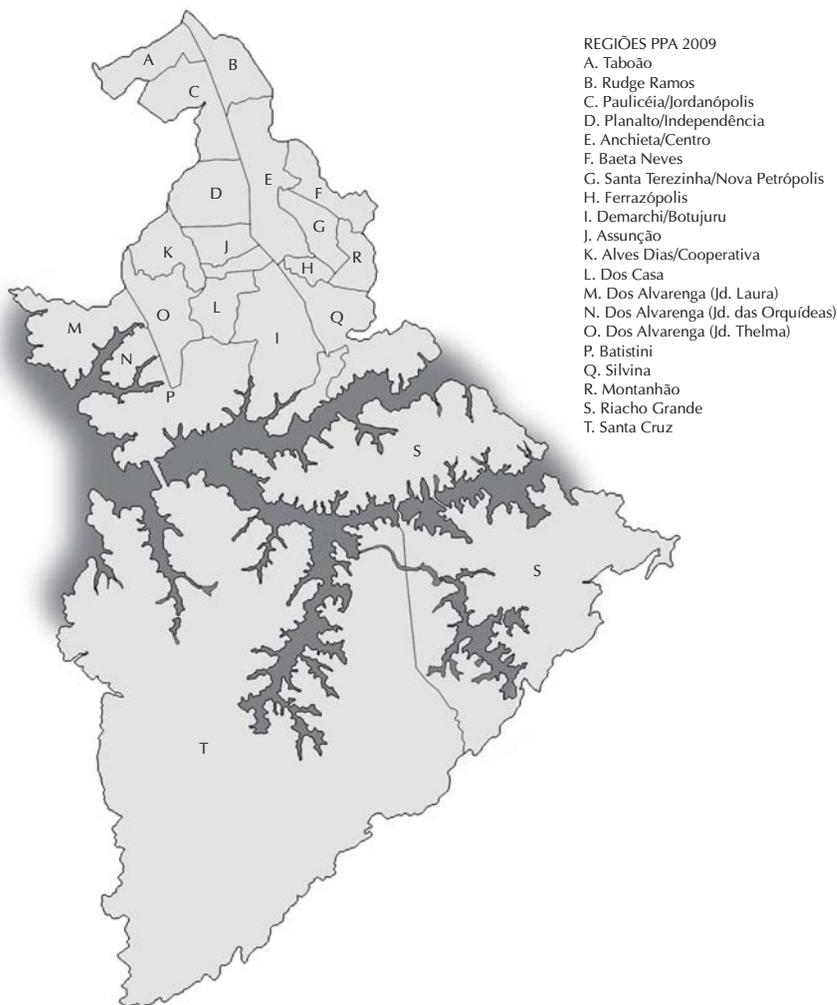
O ciclo de funcionamento do OP traduz todo o processo realizado, desde a discussão pública a partir das plenárias preparatórias até a preparação do processo do OP para o ano seguinte. O funcionamento demonstra que o processo não se finda com a discussão pública do OP, mas prossegue ao longo de todo o ano, especialmente devido às reuniões mensais do Conselho Municipal do Orçamento (CMO). É, como se vê, um processo contínuo de discussão, deliberação, definição de projetos e de acompanhamento e monitoramento das obras e serviços aprovados e incorporados à Peça Orçamentária.

A base geográfica: 20 regiões

De acordo com material informativo da Prefeitura (2010), a realização do OP requereu dividir o município em 20 regiões, conforme Figura 9, obedecendo, sempre que possível, a critérios de proximidade geográfica, assegurando equilíbrio de densidade populacional e considerando critérios de afinidade política e cultural entre os diversos bairros. Cada região agrupa certo número de bairros e progressivamente vai-se tornando referência para a regionalização das ações do governo. A divisão regional da cidade considera ainda os setores censitários do IBGE, buscando dessa forma manter as informações socioeco-

nômicas de cada região. A divisão visa precipuamente facilitar a participação ampla dos moradores e moradoras, atores imprescindíveis das plenárias deliberativas, quando ocorrem a eleição de demandas para a região e para a cidade, além da eleição dos conselheiros e representantes para as Comissões Regionais de Acompanhamento e Fiscalização das obras e serviços.

Figura 9: Mapa da divisão regional do OP



O processo do Orçamento Participativo: funcionamento das plenárias deliberativas

O processo de deliberação do OP em São Bernardo do Campo, de acordo com o do Regimento Interno de 2011 é bienal – e assegura que:

§ 1º – Em um ano acontecem as Plenárias Regionais Deliberativas, nas quais são eleitas as demandas, os conselheiros titulares e suplentes ao Conselho Municipal do Orçamento e os representantes das Comissões Regionais de Acompanhamento de Obras e Serviços.

§ 2º – No ano seguinte são realizadas plenárias de Prestação de Contas das obras e serviços incorporados à Peça Orçamentária, bem como da situação geral do governo (São Bernardo do Campo, 2011, p. 3).

Reuniões Preparatórias

As reuniões preparatórias ocorrem em cada uma das 20 regiões da cidade e têm os seguintes objetivos: apresentação de informações pelos órgãos do governo de como funcionarão as plenárias deliberativas, sua dinâmica, critérios de participação, eleição de prioridades e dos representantes para o conselho. Atualiza-se também o andamento das demandas previstas no plano de investimentos eleitas e incorporadas à peça orçamentária nos processos anteriores. Passadas essas informações, abre-se a palavra aos participantes para pedidos de esclarecimentos e para a primeira escuta de prioridades que a população poderá apresentar nas plenárias deliberativas. As reuniões constituem invariavelmente um momento de sensibilização da população para sua organização e articulação em face das necessidades da região e da cidade (SOPP, 2010).

As solicitações de manutenção não entram no processo de votação, estando já contidas nas ações de manutenção da Prefeitura, e não exigem recursos novos de investimentos, razão por que se distingue entre manutenção e demandas que requerem novos investimentos.

Reuniões Intermediárias

Depois de divulgadas e assimiladas as informações de funcionamento do OP, passa-se às reuniões da própria comunidade, de maneira autônoma, em cada uma das regiões, para discutir e se articular em torno das demandas que serão

apresentadas nas plenárias regionais deliberativas, e ao exame dos candidatos a serem eleitos para compor o Conselho Municipal do Orçamento, representando cada região do OP (SOPP, 2010).

Plenárias Regionais Deliberativas

Na rodada de plenárias regionais deliberativas, com a presença do prefeito, vice-prefeito e secretários, o governo apresenta as diretrizes gerais para a cidade; a situação financeira do município; a composição dos elementos do orçamento municipal (receitas e despesas) e o modo de financiar as políticas; um balanço das ações em andamento do governo como um todo para, por fim, ouvir as prioridades segundo a ótica da população. Na sequência, o prefeito apresenta algumas informações que subsidiem a discussão das demandas apresentadas, como, por exemplo, impedimentos legais quanto às demandas vinculadas a áreas particulares, fora, portanto, da governabilidade do poder público; esclarecimentos sobre atividades circunscritas a outras esferas de governo (por exemplo, municipalização do 5º ao 9º ano do ensino fundamental, responsabilidade do governo do Estado) e nos casos de demandas que exigem grande aporte de recursos e necessidade de captá-los junto a órgãos públicos ou privados.

Não havendo problemas jurídicos e desde que estejam entre as atribuições e governabilidade do município, as demandas entram em regime de votação, sem questionamentos por parte do governo. Nas plenárias deliberativas, a população elege, de maneira direta, em cada uma das regiões, três prioridades para a região e uma prioridade de interesse geral para a cidade, conforme previsto no artigo 40 do Regimento Interno; um conselheiro titular e um suplente para representá-la no Conselho Municipal do Orçamento (CMO) e os representantes regionais que compõem as Comissões Regionais de Acompanhamento e Fiscalização das obras e serviços do OP, conforme previsto no Regimento Interno:

poderá ser candidato(a) ao CMO a pessoa maior de 18 anos que comprove cumulativamente:

I – Ser morador(a) da Região em que será candidato(a);

II – Não estiver no exercício de mandato eletivo nos poderes Legislativo Municipal, Estadual e Federal ou Executivo;

III – Não estiver nomeado(a) para o exercício de cargo em comissão no Poder Legislativo Municipal, Estadual e Federal ou Executivo;

IV – Não ter perdido o mandato como Representante Regional na Comissão de Acompanhamento do PPA Participativo 2010-2013, salvo por mudança de região;

V – Estar credenciado(a) na Plenária Regional ao se apresentar como candidato(a) (São Bernardo do Campo, 2011, art. 28, p. 5).

As demandas eleitas serão remetidas ao CMO para discussão mais aprofundada quanto à sua viabilidade, conforme assegurado no Regimento Interno,

As demandas eleitas nas plenárias Regionais não são automaticamente incorporadas; serão encaminhadas ao Conselho.

Parágrafo Único – Nenhuma prioridade incorporada à Peça Orçamentária poderá ser cancelada sem antes ser remetida para discussão no Conselho Municipal do Orçamento e informada à população da região que a elegeu (São Bernardo do Campo, 2011, art. 41 e § único, p. 13).

As plenárias são convocadas com antecedência, por meio de um Plano de Comunicação, empregando canais variados, como *folders*, *outdoors*, *busdoors*, carros de som, matérias em jornais de bairros, faixas, mala direta e rádio. Todo o material impresso fica à disposição do público nas unidades de educação, saúde e outros espaços. As plenárias são abertas à participação do público em geral, ou seja, a qualquer cidadão ou cidadã, independentemente de estar ou não vinculado a alguma entidade, em consonância com as regras universais de participação. Mas conta com alguns critérios, de acordo com o Regimento Interno do CMO,

Poderão ser credenciados(as) os moradores e moradoras dos bairros da respectiva região, com idade mínima de 18 anos, garantindo-lhes desta forma, o direito a voz, voto e de candidatar-se ao processo de escolha dos conselheiros, conselheiras e representantes regionais (São Bernardo do Campo, 2011, art. 38, p.13).

O Conselho Municipal do Orçamento (CMO)

O Conselho Municipal do Orçamento (CMO) é a principal instância participativa; é paritário, composto por 40 integrantes da sociedade civil (20 efetivos e 20 suplentes), eleitos pelo voto direto, e 40 integrantes do governo (20 efetivos e 20 suplentes), indicados pelo prefeito, na maior parte secretários mu-

nicipais; secretários-adjuntos e diretores, assegurando a presença das diversas secretarias da Prefeitura.

Outro destaque para o processo de São Bernardo do Campo é a institucionalização do Conselho, por meio da Lei Municipal 6.023, de 31 de março de 2010, que cria o Conselho Municipal do Orçamento (CMO) de São Bernardo do Campo, atendendo ao que prevê o art. 277 da Lei Orgânica do Município, além da regulamentação de todo o processo no Regimento Interno, revisado anualmente pelo Conselho Municipal do Orçamento a fim de aprimorar o processo a cada ano:

O Regimento Interno costuma ser a única “legislação” do OP e faz parte da dinâmica a sua revisão a cada ano, antes do início de um novo ciclo (Teixeira; Grazia; Albuquerque & Pontual, 2003, p. 10).

No processo de São Bernardo do Campo, o Regimento Interno prevê que o mandato dos conselheiros titulares e suplentes será de dois anos, com direito a uma reeleição consecutiva, possibilitando uma renovação de representação dentre as diversas lideranças, contribuindo assim para não haver o risco de carreirismo do poder comunitário (Santos, 2002).

Os 45 artigos que compõem o Regimento definem o caráter, as competências e o funcionamento do conselho, dos quais merecem ênfase alguns itens: a coordenação paritária como instância de organização interna do CMO “composta por 10 (dez) membros, sendo 5 (cinco) membros eleitos entre os conselheiros da sociedade civil e 5 (cinco) membros indicados pelo governo” (São Bernardo do Campo, 2011, art. 8º, p. 5). Em relação ao processo de deliberação no conselho está previsto o seguinte:

O quórum para deliberações será mediante a presença de $2/3$ (dois terços) dos representantes da sociedade civil e $2/3$ dos representantes do governo.

#§ 1º – As deliberações serão resultantes dos votos favoráveis de pelo menos $2/3$ (dois terços) dos presentes nas reuniões do Conselho Municipal do Orçamento. Isto significa que as propostas que não obtiverem no mínimo $2/3$ dos votos dos presentes não serão encaminhadas.

#§ 2º – Caracterizada uma situação de impasse, caberá à Coordenação Paritária a decisão final, sendo necessários $2/3$ (dois terços) dos votos desta instância (São Bernardo do Campo, 2011, art.12, p. 2-3).

A exigência da presença de 2/3 dos conselheiros da população para qualquer deliberação que pudesse ser tomada visava criar uma espécie de “salvaguarda” para a população, tendo em vista que se previa que os representantes do governo sempre estivessem presentes em peso nas reuniões. Visava também estimular o processo de negociação e possível consenso em torno das demandas a serem priorizadas, uma vez que nem a população nem o governo teriam maioria prévia na discussão de qualquer proposta (Pontual, 2000).

As Comissões Regionais de Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Serviços são uma instância de apoio com caráter consultivo, fiscalizador e mobilizador, reunindo-se de forma esporádica (RI, 2011). Essas Comissões objetivam ampliar o envolvimento da população em relação ao processo do Orçamento Participativo, especialmente no acompanhamento e monitoramento da execução das obras e serviços do OP.

Após a solenidade de posse dos conselheiros e das conselheiras, na presença do prefeito, demais membros do governo e população em geral, inicia-se o processo de formação dos membros do Conselho Municipal do Orçamento, composto pela sociedade civil e governo.

Informação é Cidadania: Processo Formativo do CMO

A elaboração e a execução do orçamento no Executivo sempre foram caracterizadas pelo controle quase absoluto que burocratas e tecnocratas exercem sobre a organização administrativa do Estado. As informações e dados são de domínio exclusivo de um número reduzido de técnicos das administrações e do “núcleo duro” do governo, muitas vezes deixando as demais áreas do governo de serem consultadas durante o processo de elaboração orçamentária (Fedozzi, 2001).

Todo o processo do OP tem sido sinônimo de espaço de aprendizagem e formação. As Reuniões Preparatórias e as plenárias Regionais Deliberativas são consideradas espaços formativos, nos quais munícipes têm a oportunidade de entrar em contato com informações prestadas pela equipe de governo sobre o funcionamento da administração e, especialmente, sobre o orçamento público, informações que usualmente os governos não se dispõem a apresentar. Pontual afirma que:

A dinâmica do CMO também favorece a formação dos conselheiros que, aos poucos, vão tomando contato com os processos internos da prefeitura, na medida em que toda a discussão sobre o orçamento municipal está imbricada nas rotinas, na estrutura e na dinâmica burocrática e legal da administração (Pontual, 2000, p.177).

Apesar de constatado o caráter pedagógico do processo do OP, importa investir em um processo de formação/capacitação para os conselheiros. Visando diminuir a desigualdade de informações em relação aos membros do governo e buscando assegurar a participação efetiva desses conselheiros no processo de decisão do Orçamento Público, as atividades de formação programadas pela Prefeitura abordam os seguintes temas: i) O que é o Orçamento Participativo e Gestão Democrática; ii) Qual é o papel dos Conselheiros e do CMO – atividade que se propõe a integrar os representantes da sociedade civil e governo; iii) Caracterizando São Bernardo do Campo – exposição dos dados socioeconômicos da cidade e de cada região, visando ampliar o conhecimento dos conselheiros sobre os macroproblemas da cidade de São Bernardo do Campo, bem como suas potencialidades; iv) Decifrando o Orçamento Público – ajuda a desmistificar e compreender a composição do Orçamento Público e v) Consenso, conflito e negociação – busca fornecer elementos de um processo de negociação, as diferentes formas e espaços de negociação, organização de pauta e estratégias para uma mesa de negociação. Para desenvolver esta atividade, a Prefeitura recorre a pessoas com conhecimento em negociação, especialmente diretores sindicais com vasta experiência no assunto (SOPP, 2011).

É intento do processo de formação e capacitação que os conselheiros tenham clara noção de como se compõe a receita e como se dá a despesa da Prefeitura, quais são os limites orçamentários da Prefeitura, quais são as competências de cada esfera de governo (Municipal, Estadual e Federal), um diagnóstico criterioso da situação da cidade e das respectivas regiões, além de noções gerais de “negociação” que sejam úteis na discussão e na tomada de decisão com o governo (Fedozzi, 2001).

Caravana das Prioridades

Acompanha o processo de formação a “Caravana das Prioridades”, cujo objetivo é contribuir para que os Conselheiros tenham uma visão do conjunto das

demandas eleitas, além de travarem um contato mais próximo com a realidade de outras regiões e terem uma visão mais abrangente da cidade. De acordo com o Regimento Interno (2011), “é objetivo da Caravana o de garantir que todos (as) os Conselheiros e as Conselheiras tomem conhecimento da cidade e da realidade das várias prioridades e ações indicadas ao Conselho Municipal do Orçamento” (art.17, § 2º, p.7). De acordo com Souza (2011, p.401), os orçamentos participativos têm-se valido de diferentes meios de concretização, as “caravanas da cidadania” são uns destes mecanismos, “durante as quais delegados de diferentes bairros visitam as áreas uns dos outros, a fim de conhecerem melhor os problemas de outras partes da cidade e ampliem seus horizontes de julgamento”.

Seminário de Detalhamento das Obras e Serviços

Paralelo ao programa de formação, o Executivo realiza um trabalho interno de compatibilização das demandas eleitas nas plenárias deliberativas, procedendo ao levantamento técnico, financeiro e de viabilidade para a confecção do orçamento. De acordo com o Regimento Interno (2011, p. 7), são objetivos dos Seminários de Detalhamento: “detalhar as demandas e ações e buscar alternativas para o seu atendimento” (Art.19, I); “subsidiar o Conselho Municipal do Orçamento nas matérias que quais deram origem à sua criação” (Art.19, II); “apresentar como as demandas estão inseridas na política do Governo e no PPA 2010/2013” (Art.19, III); e “apresentar a viabilidade técnica e financeira de cada demanda” (Art.19, IV). Para Souza, o orçamento público pode ser um instrumento de gestão urbana:

O orçamento público é um dos instrumentos mais importantes, assim como um dos mais corriqueiros de gestão da vida econômica das coletividades politicamente organizadas. Ao ordenar as despesas estatais com itens que vão da saúde pública aos gastos militares, claro está, todavia, que a importância social do orçamento é geral, indo muito além da dimensão meramente econômica ou contábil-financeira. Sua importância está ligada ao fato de ser ele, na escala local, um instrumento de gestão urbana (Souza, 2011, p. 338).

As demandas eleitas são separadas por órgãos da administração e cada área realiza um detalhamento das demandas considerando: elementos técnicos,

viabilidade financeira, grau de carências da obra ou serviço, governabilidade sobre a realização dessa obra ou serviço, interface com outra secretaria e/ou com outra esfera de governo (Estadual e Federal).

Negociação e elaboração do orçamento público

O governo também é sujeito no processo de discussão e definição das obras e serviços que vão compor a Peça Orçamentária. Durante todo o processo, em especial nos Seminários de Detalhamento, as secretarias prestam informações técnicas para instruir a discussão da população. De acordo com Genro e Souza (1997), a elaboração do orçamento público e do plano de investimento não é realizada pelo governo e seus técnicos isolados em gabinetes, mas a partir da discussão e do diagnóstico técnico/político, elaborado por vertentes fundamentais: a população e o governo. O Executivo participa da definição das demandas a serem incorporadas pelos diversos representantes do governo com assento no CMO. Ao longo de julho e agosto de 2010, por exemplo, o Conselho Municipal teve como tarefa analisar as propostas votadas nas plenárias do OP, os projetos apresentados pelo governo e, diante da capacidade financeira de recursos de investimentos prevista para o ano seguinte, discutir critérios e deliberar sobre a incorporação ou não das demandas à peça orçamentária para 2011. O CMO discute o montante total dos recursos existentes para investimentos do orçamento municipal, não havendo limite prévio fixado pela Prefeitura na discussão desses recursos. Em linhas gerais, foram os seguintes os passos do processo de negociação:

- a. Apresentação ao Conselho pelas várias áreas do governo de estimativa de custo e viabilidade técnica de todas as demandas aprovadas nas plenárias. Informação dos órgãos de financiamento que serão buscados para atender às demandas que necessitam de recursos externos. Cada órgão de governo explicita os motivos técnicos e financeiros para as demandas que não serão incorporadas à Peça Orçamentária;
- b. Apresentação dos projetos coincidentes, ou seja, aqueles que estavam previstos entre os projetos de governo e assegurados no PPA 2010-2013;
- c. Os Conselheiros têm uma visão global dos recursos existentes, das demandas que exigem captação de recursos externos e como tais demandas se

articulam com as políticas em andamento e com o Plano Plurianual Participativo. Feito o detalhamento de todas as demandas, reúnem-se de forma autônoma para redigir uma proposta de hierarquização e incorporação das demandas;

- d. Conselheiros da sociedade civil apresentam sua proposta ao governo;
- e. Prefeito e Secretários analisam a proposta apresentada pelos conselheiros da sociedade civil e fazem uma proposta alternativa;
- f. Os conselheiros da sociedade civil e os do governo debatem ponto a ponto cada demanda a ser incorporada até chegarem a consenso;
- g. O prefeito apresenta a proposta final de incorporação das demandas ao Conselho.

Quanto aos critérios que orientaram as decisões tomadas para construir o plano de investimento, cumpre destacar a hierarquização entre as três demandas votadas nas plenárias regionais, combinando recursos financeiros existentes, com análise das carências em serviços, equipamentos e custo/benefício com critérios técnicos, além da relevância das demandas no entendimento dos conselheiros para a cidade e a região. Os Conselheiros da sociedade civil construíram a classificação reproduzida no Quadro 2 para hierarquizar as demandas:

Quadro 2: Classificação elaborada pelos Conselheiros da sociedade civil para priorização das demandas

Primeira prioridade	1
Segunda prioridade	2
Terceira prioridade	3

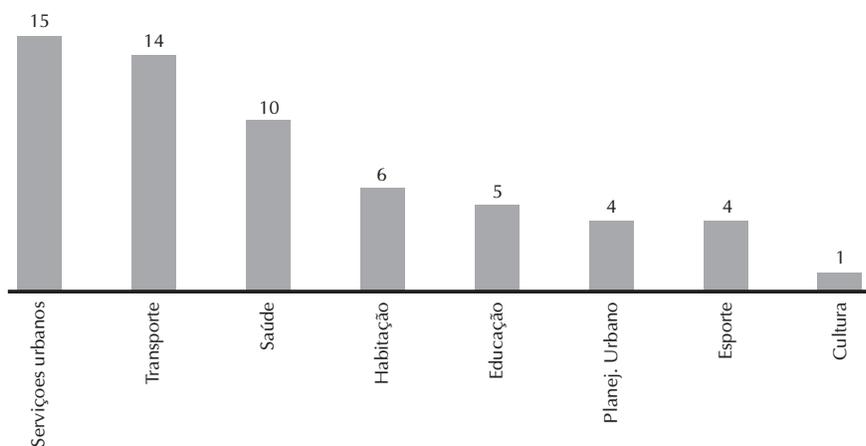
Fonte: Elaborado pela autora – Nilza A. de Oliveira.

As demandas classificadas como 1 (um) são as consideradas prioridade das prioridades; as classificadas como 2 (dois) são consideradas prioritárias e as classificadas como 3 (três) são importantes. Criar critérios públicos e claros para definir quais prioridades deverão ser incorporadas evita escolhas baseadas em decisões injustas. Como bem sintetiza Santos (2002, p. 346): “é possível afirmar que a inovação deste início de século é a interação e cooperação pro-

gramadas visando atingir objetivos concertados. De fato, as políticas públicas são entendidas como ‘sistemas de cooperação’ em matéria de ação pública” .

Para o Orçamento 2011-2012 (o processo em São Bernardo do Campo é bienal), das 64 demandas eleitas nas 20 regiões, foram aprovadas e incorporadas 59 demandas ao orçamento público, ou seja, 92% das demandas votadas nas plenárias deliberativas foram incorporadas à Peça Orçamentária, conforme Figura 9.

Figura 9: Demandas Incorporadas OP 2011–2012



Fonte: Prefeitura de São Bernardo do Campo – SOPP/2010

Ainda de acordo com a Prefeitura, entre as demandas não incorporadas à Peça Orçamentária pelo Conselho Municipal do Orçamento – CMO, uma dizia respeito a Projeto Executivo de Urbanização para o Jardim Belita na região K. Essa demanda não foi incorporada por se tratar de projeto de regularização fundiária e não de urbanização, que está em andamento. Já a demanda de construção de área de lazer para a região N – Jardim das Orquídeas não foi incorporada pois já estava em processo de contratação a implantação de uma Praça da Juventude para a região, hoje já em funcionamento. Para a região R – Vila São Pedro foi solicitada pavimentação de várias ruas, não sendo possível sua incorporação por se tratar de área particular ocupada por moradias de baixa renda e por existir um processo de reintegração de posse por parte

do proprietário. E por fim para a região L – Bairro dos Casa, a solicitação de Projeto Executivo de Urbanização para o Jardim Cláudia não foi incorporada, pois já havia recebido obras pontuais de infraestrutura e de acordo com a área de habitação não era necessária uma intervenção de urbanização.

Para o Orçamento 2011-2012, de acordo com o relatório de demandas do CMO, conforme Tabela 10, as regiões priorizaram, em primeiro lugar, a política de serviços urbanos, com destaque para o combate às enchentes (obras cuja aprovação ficou condicionada à captação de recursos externos ⁶). Em segundo lugar, transporte, priorizando duplicações de importantes vias (corredores de transporte coletivo, diretriz assegurada no PPA Participativo, também condicionados à captação de recursos externos ⁷), pavimentação e aberturas de novos viários. Em terceiro lugar, a política de saúde, assegurando construção, reforma e ampliação das Unidades Básicas de Saúde – UBS. As demandas aprovadas para a habitação envolveram a elaboração de projetos executivos de urbanização integrada, bem como obras de urbanização integrada de assentamentos precários e irregulares (condicionadas à captação de recursos externos ⁸).

Envio à Câmara Municipal

Concluído o processo de negociação ficou pronta também a Lei Orçamentária Anual (LOA), enviada à Câmara Municipal para apreciação e votação dos vereadores. A Peça Orçamentária é entregue à Câmara Municipal pelo prefeito, Secretários e pelos Conselheiros do CMO.

Relatório das demandas: Plano de Investimento

Todas as demandas de obras e serviços incorporadas à Peça Orçamentária e enviadas à Câmara passam a compor o Sistema de Gerenciamento de Projetos Prioritários, cujo acompanhamento e monitoramento estão sob a responsabi-

⁶ O processo de OP em São Bernardo do Campo aprova demandas condicionadas à captação de recursos. No caso de drenagem, os recursos que se procura captar dizem respeito ao PAC Drenagem do governo federal.

⁷ Na área de transporte, os recursos a captar são vinculados ao PAC Mobilidade do Governo Federal e do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

⁸ Busca-se captar recursos junto ao PAC Habitação, programa do governo federal.

lidade da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo. Esse sistema está integrado a todas as secretarias, gerando um relatório com todas as demandas a fim de auxiliar o acompanhamento e monitoramento da execução destas pelo Conselho Municipal do Orçamento e pelos representantes das Comissões Regionais de Acompanhamento e Fiscalização de obras e serviços e também para a prestação de contas que o Executivo realiza na cidade e no CMO (SOPP, 2010).

Conforme informações da Revista de Prestação de Contas e Relatórios, da Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, das 58 demandas aprovadas e incorporadas à Peça Orçamentária para 2011-2012, 43 demandas já tinham sido executadas e entregues, 14 demandas estavam em andamento e uma por executar, condicionadas seja pelo fechamento do processo de captação de recursos externos (SOPP, 2013).

Participação, aprendizado e cidadania

Em 29 de fevereiro de 2012, matéria do site da Prefeitura relatou os elogios que Conselheiros do Orçamento Participativo fizeram ao processo e as mudanças que isto trouxe em suas vidas. De acordo com um dos conselheiros: “Como conselheiro do OP tive outra visão do governo. Muitas vezes cobramos, criticamos e sugerimos de forma aleatória e genérica. Antes, por exemplo, achava que bastava uma assinatura do prefeito para que qualquer obra na cidade fosse realizada, mas agora sei que antes de tudo é preciso ter um projeto e definir de onde vêm os recursos. Ser um conselheiro do Orçamento Participativo é uma experiência que deveria ser vivenciada por todos”. Registre-se que os representantes não recebem nenhuma remuneração para a função. Outra conselheira disse: “Está sendo uma das melhores experiências de minha vida. Me sinto peça importante na administração da minha cidade. Isso sim é exercer a cidadania plena. Temos que agradecer ao prefeito e a toda sua equipe de governo, que criaram o Orçamento Participativo em São Bernardo do Campo”. Ela destacou as conquistas para a sua região, como a reforma do Ginásio de Esportes e a Cancha de Bocha, entre outras.

Articulação do PPA Participativo com o Orçamento Participativo

O ponto do qual partiu a discussão do ciclo orçamentário em São Bernardo do Campo foi a elaboração do PPA Participativo 2010-2013 de forma participativa com a cidade. O PPA Participativo definiu as diretrizes, objetivos e ações para o quadriênio dentro de 88 programas assentados em cinco Macro-diretrizes. Assim, as demandas eleitas no OP se articulam com os Programas e Ações previstos no PPA Participativo 2010-2013.

Todas as demandas aprovadas no OP se relacionam a algum Programa do PPA. Na Macrodiretriz 1- São Bernardo acolhedora, inclusiva e de oportunidades, encontram-se os Programas que se relacionam com as demandas de saúde, educação, cultura e esporte. Na Macrodiretriz 2 – São Bernardo com qualidade de vida para todos, em todos os cantos, estão relacionados os Programas que atendem às demandas de combate às enchentes; habitação e transporte e trânsito, conforme Tabela 12 (PPA Participativo 2010-2013).

Tabela 11: Programas por Macrodiretrizes de Governo

Unidade	Número Programa	Programa
Diretriz 1 – São Bernardo acolhedora, inclusiva e de oportunidades		
Educação e Cultura	0010	Desenvolvimento das Ações Educacionais Visando à Qualidade Social da Educação
	0050	Educação de Qualidade para Todos
	0049	Fundo de Assistência à Educação – FAED
	0053	Gerenciamento Administrativo, Técnico e Financeiro c/ Transparência e Eficiência
	0003	Gestão Democrática da Secretaria de Educação
	0052	Merenda Escolar
	0076	Municipalização de 6ª a 9ª Séries do Ensino Fundamental
Saúde	0004	Administração da Rede de Saúde e Apoio Gerencial
	0024	Fortalecimento da Atenção Básica e Gestão do Cuidado
	0029	Gestão Participativa e Controle Social
	0026	Política de Proteção à Saúde e Vigilâncias
	0028	Qualificação da Gestão e Humanização do Cuidado
	0025	Qualificação da Política de Atenção Especializada
	0027	Reorganização da Atenção Hospitalar e da Rede de Urgência e Emergência

Unidade	Número Programa	Programa
Esporte	0040	Lazer pra Valer
Esporte	0011	Esporte de São Bernardo
Educação e Cultura	0067	Cidadania Cultural
Diretriz 2 – São Bernardo com qualidade de vida para todos, em todos os cantos		
Serviços Urbanos	0017	Drenagem Urbana
	0013	Frota Eficiente
	0015	Manutenção da Cidade
	0016	Parques e Áreas Verdes
Habitação e Meio Ambiente	0038	Fiscalização e Controle de Áreas Ocupadas e Passíveis de Ocupação
	0031	Produção Habitacional para Reassentamento
	0061	Programa Mananciais
	0037	Programa Municipal de Redução de Risco e Ações Emergenciais
	0033	Regularização Fundiária
	0012	Urbanização de Assentamentos Precários e Irregulares
	0077	Gestão Ambiental
Transportes	0054	Construção e Recuperação do Sistema Viário
	0055	Gestão das Ações de Segurança e Ampliações na Mobilidade Urbana
	0051	Programa de Transporte Urbano
Planejamento	0059	PlanUrb
	0007	Requalificação dos centros e espaços públicos

Fonte: Prefeitura de São Bernardo do Campo – SOPP/2010

Ainda que a elaboração do orçamento público englobe uma dimensão de planejamento, é preferível considerá-lo um instrumento de gestão, visto que a escala temporal a que se vincula o orçamento é de curto prazo. Conforme ressalta Fedozzi (2001, p. 103), o orçamento público é “um método objetivo de definição dos recursos para investimentos, que perfazem um ciclo anual de atividades públicas de orçamentação do Município”, além de sua dinâmica concreta demandar frequentes atualizações através de créditos suplementares e remanejamentos (trata-se de uma previsão orçamentária) ao longo da execução orçamentária.

Outro ponto a ressaltar é que o OP discute demandas de curto prazo, descurando, às vezes, das necessidades estruturais de mais longo prazo. Mostra o

material bibliográfico disponível que o OP tem contribuído para gerar uma nova cultura de consciência cidadã, segundo a qual o cidadão deixa de ser mero espectador dos serviços e obras que lhe são oferecidos pelo Estado e passa a ser protagonista das decisões de sua cidade, que lhe propicia distribuição mais equitativa dos recursos públicos, portanto, promovendo uma inversão de prioridades. Certamente o OP não é perfeito, não resolve o dilema histórico da falta de planejamento das cidades nem tão pouco põe fim ao igualmente histórico déficit social dos segmentos de maior vulnerabilidade, requerendo constante mutação e articulação com o planejamento de longo prazo para responder aos macrodesafios que as cidades vivenciam no seu cotidiano (Genro e Souza, 1997).

A partir da orientação do governo federal, que vem investindo na construção de um sistema nacional de planejamento, São Bernardo do Campo tem introduzido mudanças na estrutura e na forma de elaborar o PPA – eixo central do planejamento governamental (saindo do viés economicista técnico-burocrático) – e busca torná-lo um plano de governo e um instrumento viabilizador da integração dos objetivos estratégicos, considerando em sua formulação os recursos políticos, organizacionais, financeiros, os agentes sociais, o conhecimento e informação, a fim de expressar as políticas públicas que serão implementadas nos quatro anos subsequentes. Essas políticas públicas demonstram a capacidade da Prefeitura de planejar e, especialmente, de garantir os direitos das pessoas em maior vulnerabilidade. A concepção da execução do plano e dos orçamentos como instrumentos de gestão estratégica pressupõe análises e avaliações das ações; definir e formalizar de forma clara as prioridades, buscando a integração de todas as ações complementares e sinérgicas da administração. A experiência de articulação entre o Plano Plurianual (PPA Participativo) e o Orçamento Participativo em São Bernardo do Campo deve ser vista como a abertura para trilhar um caminho entre o planejamento de curto e o de longo prazo, na busca de pensar estratégias futuras para a cidade.

A integração como prática de gestão permite estabelecer espaços compartilhados entre as diversas áreas do governo e entre os vários departamentos de um mesmo órgão de governo na busca de ações resolutivas. Um pressuposto para efetiva integração das políticas públicas é conhecer a realidade dos territórios em que serão implantadas as diversas políticas públicas. A saúde foi

a política pública mais discutida nesse processo: dos 289 grupos, 144 grupos priorizaram a saúde nas suas várias dimensões. A partir da análise dos vários documentos da Prefeitura, os Programas previstos no PPA Participativo 2010-2013 garantiram a ampliação e a modernização dos equipamentos de saúde, como as Unidades Básicas de Saúde – UBS, a construção do Hospital de Clínicas na região do Alvarenga (que vai atender toda a cidade) e a construção de nove Unidades de Pronto Atendimento nos seguintes bairros: Vila São Pedro (Região 26), Vila União (Alvarenga – Região 22), Baeta Neves (Região 10), Silvina/Ferrazópolis (Região 12 e 13), Batistini/Demarchi (Região 14 e 25), Alves Dias/Assunção (Região 16 e 18), Riacho Grande (Região 27), Taboão/Paulicéia (Região 1 e 4) e Rudge Ramos (Região 3).

A partir da incorporação dessas diversas diretrizes ao PPA Participativo 2010-2013, a Secretaria de Saúde vem desenvolvendo um trabalho de territorialização para integrar as várias equipes, organizando e planejando a saúde na cidade. Esse trabalho conta com o envolvimento das equipes da rede municipal de saúde, em especial as equipes das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), consideradas como atenção primária. A saúde, localizada em todo o território da cidade, aponta como referenciais importantes identificar riscos, condições de moradias, acessibilidade, demografia, infraestrutura e vulnerabilidades sociais. A territorialização envolve toda a rede municipal de saúde e a atuação integrada no território extrapola o âmbito da saúde.

A proposta da saúde para a territorialização é conhecer e compreender os usuários atendidos a partir de suas histórias de vida, tradições e vulnerabilidades sociais, buscando envolver toda a rede municipal de saúde, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS), as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e o Centro de Atenção Psicossocial (Caps), sem limitar-se apenas à Atenção Básica, embora se inicie por ela (Cadernos Da Saúde SBC 3 – Territorialização, 2013).

A integração dos diversos serviços dentro da própria rede de saúde faculta a todos esses setores conhecer os problemas de cada território: potencialidades, fragilidades, histórias dos bairros, características, vulnerabilidades sociais, principais problemas da saúde e de outras áreas que requerem integração. Para Saquet (2013, p. 129), “o território é compreendido, antes de qualquer ‘coisa’,

como um espaço de organização e luta, de vivência da cidadania e do caráter participativo da gestão do diferente e do desigual”.

A habitação foi a segunda política pública mais discutida na elaboração do PPA Participativo 2010-2013. Os programas previstos são voltados à Produção Habitacional, Urbanização de Assentamentos Precários, Regularização Fundiária e Redução de Riscos. Em 2009, a Prefeitura de São Bernardo do Campo iniciou estudos de mapeamento das condições habitacionais na cidade. A despeito da gravidade do problema, ainda não existia um levantamento realista das condições de moradia na cidade. O Mapeamento de Assentamentos Precários e/ou Irregulares identificou 262 assentamentos no município. De acordo com documento da Secretaria de Habitação, a questão da terra foi enfrentada articulando a política habitacional e urbana. Outro estudo realizado pela cidade foi o Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR, com o objetivo de caracterizar o risco e implementar intervenções estruturais visando à redução de riscos associados à moradia (PLHIS, 2011, p. 8).

A cidade desenvolveu um conjunto intenso de ações para a gestão de riscos, ação integrada de governo no conjunto da cidade de que participam diversas áreas do governo: Serviços Urbanos com ênfase para a Defesa Civil, as secretarias de Segurança Urbana, Saúde, Educação, Esporte, Habitação, Orçamento e Planejamento Participativo, Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania – Sedesc, além de cada comunidade em seu território. Esses mapeamentos iniciais contribuíram para elaborar o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS, 2011), em 2010. A elaboração do PLHIS (2011) também integrou órgãos do governo municipal, a exemplo da Equipe Técnica Intersecretarial e membros da sociedade civil provindos de dois Conselhos: o Conselho da Cidade – Concidade e o Conselho Municipal do Orçamento – CMO. Os membros desses conselhos discutem e elaboram com o governo os temas centrais do plano (PLHIS, 2011, p. 21).

Cabe dizer que a execução de uma política habitacional em São Bernardo do Campo requeria medidas de distintas escalas e naturezas diante das necessidades que o município manifestava. O mapeamento da situação habitacional, o Programa Municipal de Riscos e o PLHIS (2011) foram ações promovidas paralelamente à elaboração do PPA Participativo 2010-2013. Tais instrumentos constituem a base para conhecer as principais deficiências estruturais na

área habitacional bem como o caminho para constatar as necessidades de habitação na cidade e prever as referidas metas.

Os Programas habitacionais contidos no PPA Participativo 2010-2013 buscam integrar as intervenções habitacionais à necessidade de investimento em infraestrutura e serviços urbanos. No Programa de Redução de Riscos, São Bernardo do Campo tem 36 obras em 22 áreas, que visam beneficiar mais de 3 mil famílias. No Programa de Regularização Fundiária, são 75 áreas com ações em andamento, que deverão beneficiar mais de 25 mil moradias. Nos Programas de Urbanização e Assentamentos Precários e Produção Habitacional, as obras contratadas beneficiam 27 áreas e mais de 50 mil famílias.

O que se depreendeu das entrevistas dos diversos gestores e dos vários programas e projetos analisados e relatados neste capítulo é que existe intersectorialidade, mas é um processo em construção, que requer aprimoramento. Ainda não está incorporado pelos gestores como ação cotidiana de pensar os diversos projetos de forma integrada. É opinião unânime que os gestores públicos têm de avançar rumo à integração das políticas públicas e que o desafio a enfrentar – integrar as políticas públicas entre as diversas áreas – é, na prática, realmente muito difícil. Constata-se que as áreas estão em níveis diferentes de compreensão quanto à intersectorialidade no processo de planejamento, mesmo considerando que o governo traçou uma diretriz de planejamento de forma matricial. Outro aspecto percebido nas entrevistas – mesmo as áreas que possuem experiência de planejamento – tem dificuldade em entender e realizar ações matriciais, por vezes pela dificuldade em identificar ações que precisam do envolvimento de várias áreas. Como bem acentuou um membro do governo, “trata-se de um processo longo de aculturação para uma nova forma de trabalhar”.

O diálogo com empresários, sindicalistas, movimentos sociais, segmento religioso e universidades

O diálogo específico com diversos segmentos sociais é outra forte marca do caráter participativo, dialogado e pró-cidadania dos dois mandatos examinados nesta obra. A gestão de São Bernardo do Campo trabalha intensamente, em diversas frentes, para consolidar os espaços de participação cidadã no pla-

nejamento da cidade construindo um espaço permanente de comunicação entre a Administração e a Sociedade. Esse é o único meio de fortalecimento da democracia e da governança nas cidades brasileiras. Entender o ato coletivo como um complexo processo de construção social, definido pela intervenção dos indivíduos e grupos, dentro de um campo de oportunidades e limites estruturalmente dados, faz parte dessa releitura onde se apresentam as novas possibilidades e desafios, que nos trazem à participação cidadã na gestão pública. Empresários, sindicalistas, a comunidade acadêmica, representantes das diversas confissões religiosas presentes em São Bernardo do Campo, movimentos sociais, foram e são frequentemente convidados a dialogar sobre aspectos da política pública municipal de seu maior interesse, ou mesmo sobre aspectos mais gerais dessa política.

A abertura de canais de diálogo com segmentos específicos é uma dimensão do processo participativo, complementar à participação popular nos PPAs e Orçamentos anuais. Ela expressa o entendimento (ou a concepção) de que a gestão pública interfere com múltiplos interesses, diversificados e frequentemente conflitantes. Nenhuma arbitragem desses conflitos terá grandes probabilidades de sucesso, se não testar os limites, o grau de tolerância e, principalmente, a capacidade de convencimento dos próprios gestores junto ao público concernido, quanto aos benefícios públicos esperados das políticas propostas. O diálogo não apenas informa os segmentos-alvo; ele também orienta os gestores quanto às linhas de resistência, os pontos mais flexíveis e mais rígidos no universo dos interesses afetados. Também permite, por meio das dúvidas e questionamentos dos receptores da informação, o aperfeiçoamento das propostas, eliminando ou atenuando itens passíveis de maior tensão e articulando consensos progressivos para alcançar, senão o consenso total, ao menos maiorias sociais legitimadoras das proposições.

Ao longo das duas gestões do prefeito Luiz Marinho, as iniciativas de diálogo social se ampliaram e diversificaram de forma inovadora ao incorporar, na elaboração e no monitoramento dos programas governamentais, um coletivo poucas vezes demandado e ouvido na definição das diretrizes que, paradoxalmente, fazem parte do seu próprio desenvolvimento. Ao mesmo tempo, cria uma saudável corresponsabilidade na implementação de um Plano de Governo que representa a vontade de toda uma população. No tocante ao

empresariado, era essencial abrir canais de comunicação recíproca, de forma a construir um clima de confiança e debate franco sobre o desenvolvimento da cidade.

Uma das primeiras ações constituiu-se na realização dos “Cafés da Manhã com o prefeito”, ainda em 2009, estendendo-se até o ano seguinte. Empresas selecionadas – incluindo condomínios empresariais – organizavam um café da manhã em suas próprias instalações. O prefeito, acompanhado de secretários municipais, palestrava sobre os projetos do governo em diversas áreas. Em seguida, a palavra era aberta a dúvidas e sugestões. Ao final, o prefeito respondia e encerrava o evento.

A essência da mensagem do chefe do Executivo municipal era a franqueza: nenhuma promessa inviável seria feita. O “não” – fundamentado – seria tão natural quanto o “sim”, a depender da viabilidade efetiva de cada proposta ou sugestão. Dessa forma, afirmou-se a imagem de um diálogo real e não meramente formal. Sugestões foram recolhidas e implicaram em aperfeiçoamentos nos projetos da administração municipal; outras permaneceram em processo de espera, no aguardo de condições mais favoráveis, mas indicadas como expressivas de anseios do empresariado, ou parte dele. Outras, ainda, foram recusadas, seja por inviabilidade técnica, jurídica ou financeira, seja por conflitarem com os projetos nucleadores do programa de governo aprovado nas urnas.

Além dessas reuniões, projetos específicos foram apresentados ao empresariado. É o caso da revisão do Plano Diretor e sua repercussão na Lei de Uso e Ocupação do Solo. O empresariado do Comércio e Indústria em geral, com envolvimento das entidades representativas – ACISBEC e CIESP, entre outras -, foi convidado a ouvir explanação do Secretário de Planejamento Urbano e Ação Regional, na sede da Associação Industrial e Comercial (Acisbec), sobre as alterações propostas ao Legislativo. A pauta referia-se aos três principais aspectos abrangentes do Plano Diretor revisado: Macrozoneamento e Zonas Especiais; Instrumentos de Política Urbana e Ambiental; e Índices Urbanísticos – coeficientes de aproveitamento. Os pontos mais questionados ou comentados pelo público presente foram a Outorga Onerosa; o Uso Industrial, zoneamento e conflitos de usos; as Zonas Isoladas; e os Impactos do Crescimento e Adensamento, com destaque para esgotos e trânsito.

Com o segmento específico dos empresários da Construção Civil e do Setor Imobiliário também ocorreram várias reuniões. Uma delas se deu na sede da ACIGABC – Associação dos Construtores, Imobiliárias e Administradoras do Grande ABC, com a mesma pauta da anterior. Os pontos mais debatidos foram a Outorga onerosa e coeficiente de aproveitamento; a relação entre Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo; os limites para a expansão urbana; e as novas definições para o gabarito das construções de imóveis na cidade.

Igualmente, foram várias as reuniões com os representantes dos vários sindicatos de trabalhadores da cidade e da região. Por exemplo, na reunião ocorrida no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que também tratou do Plano Diretor, foram registradas as seguintes questões pelo público específico presente: Existem residências nas áreas industriais: como tratar esses conflitos?

- Por que Zona de Usos Diversificados?
- Haverá algum incentivo para os usos industriais não-conforme que quiserem sair da região?
- E os trabalhadores que residem em sua vizinhança, como ficam?
- Com as propostas vai haver valorização dessa região central, e quanto às moradias?
- As áreas de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) são documentadas (mapeadas)?
- E as áreas com usucapião?
- Nos terrenos delimitados para PEUC (Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios) existem imóveis subutilizados do Poder Público?

Outra reunião esclarecedora sobre o assunto foi feita com três segmentos não contemplados nas anteriormente citadas: acadêmicos, movimento ambientalista e entidades profissionais. O evento, na Universidade Metodista, teve a mesma pauta dos demais. Os pontos mais abordados pelo público foram os Coeficientes máximos de aproveitamento propostos para a Macrozona Urbana Consolidada (MUC); as modalidades de cobrança da Outorga onerosa; discordâncias sobre a dimensão mínima dos terrenos mapeados para a aplicação da PEUC; e problemas graves de drenagem urbana.

Ou seja, o projeto foi discutido com cinco importantes segmentos sociais, em ocasiões distintas: o movimento sindical, o empresariado (subdividido em comércio e indústria em geral e ramo imobiliário e da construção civil); e o segmento acadêmico, ambiental e dos movimentos populares (em reunião conjunta). As opiniões e questionamentos foram respondidos e parte deles, conforme a viabilidade técnica e econômica, incorporou-se ao projeto final. Este último, submetido à Câmara Municipal após os debates, transformou-se na Lei nº 6184, de 21 de dezembro de 2011.

Outro exemplo do diálogo estabelecido com estes segmentos ocorreu quando da passagem ao município de atribuições antes exercidas pelo Estado de São Paulo no tocante ao licenciamento ambiental. Houve o diálogo com os empresários após ampla convocação pelo Secretário de Gestão Ambiental. A intenção foi de preparar a transição, orientar sobre os novos trâmites (mais simples) para obtenção do licenciamento e alertar sobre litígio entre as duas esferas federadas no tocante à cobrança de taxas pelo serviço.

No tocante especificamente ao segmento acadêmico, foram organizados, por meio do Gabinete do prefeito e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, diversos encontros. Por exemplo, foram organizadas palestras do chefe do Executivo em diversas instituições de ensino superior do município. O teor era a apresentação dos planos gerais da gestão municipal para a cidade. Em alguns casos, a fala do prefeito foi antecedida por rápida explanação do secretário sobre parcerias existentes ou em processo de articulação no campo da Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como em outras áreas de intervenção da Secretaria (a exemplo do Turismo, da Economia Solidária e do Comércio Exterior). O público era composto de docentes e alunos de cada instituição, geralmente com pré-acordo com a respectiva direção no sentido de convocar parte dos corpos docente e discente para o evento em sua instituição.

A receptividade foi positiva e contribuiu para desmistificar a administração pública como algo distante, cercada de mistério e somente conhecida quando do lançamento de megaprojetos urbanos, ou, mais frequentemente, em noticiários de cunho negativo ou crítico. O dia-a-dia das ações governamentais, dos programas inovadores e dos investimentos previstos tornou-se mais acessível a uma comunidade cujo papel de formadora de opinião é indiscutível.

Registre-se que, no início da gestão Luiz Marinho em 2009, o secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, acompanhado de membros de sua equipe, visitou pessoalmente algumas das principais instituições acadêmicas da cidade, com a intenção de tornar clara a estratégia de estabelecer relações frequentes entre academia, setor produtivo e governo. Foram objeto dessas visitas as Reitorias da UFABC, da FEI, da Universidade Metodista e as direções da Faculdade de Tecnologia Termomecânica, da Fundação Salvador Arena, e das Faculdades São Bernardo (FASB), além da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (autarquia municipal). As aproximações resultantes desses contatos formais foram cruciais na sequência de ações interativas entre os três setores citados, ao longo de todo o período focado neste livro.

Não se mencionam neste capítulo as articulações de caráter mais permanente com empresários, pesquisadores e dirigentes acadêmicos e sindicatos de trabalhadores, por meio dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), bem como do Parque Tecnológico, por estarem inseridas no contexto mais preciso das políticas de desenvolvimento econômico local, abordadas em detalhe nos capítulos subsequentes.

O segmento religioso recebeu atenção específica da administração municipal ao longo de todo período em foco. Com frequência, as congregações relacionadas às diversas confissões religiosas foram convidadas a dialogar e realizar ações conjuntas, principalmente nos campos da promoção social e do apoio a setores mais vulneráveis da população, como usuários de drogas, cidadãos em situação de pobreza absoluta, mulheres vítimas de violência doméstica e outros.

No campo específico das relações trabalhistas, uma inovação foi a criação, já em março de 2009, da Mesa Permanente de Negociação, com a finalidade promover o diálogo entre a Administração Municipal e os servidores públicos, representados pelo Sindiserv. Esta foi a primeira vez que uma comissão foi formada oficialmente, com a participação de representantes do governo e sindicato.

“A primeira reivindicação da nossa pauta já foi cumprida, que era exatamente o estabelecimento da mesa de negociações, e isso representa um marco histórico para a nossa entidade”, disse o presidente do Sindiserv. “É clara a importância desta comissão para o andamento da administração e para que possamos estabelecer a reformulação na maneira de trabalho de cada setor”, afirmou o secretário de Administração. Já o secretário de Coordenação Governamental

disse que a instalação da mesa traz responsabilidades para os dois lados, e lembrou que o prefeito sempre foi enfático ao dizer que, durante seu governo, os funcionários públicos seriam respeitados e teriam espaço para negociações.

No início de seu segundo mandato, em março de 2013, o prefeito Luiz Marinho renovou e reforçou a ação, por meio de Portaria que instituiu a Mesa Permanente de Negociação com o Sindicato dos Servidores Públicos de São Bernardo do Campo (Sindiserv). Constituída por representantes da categoria e do Executivo, a mesa de negociação⁹ tem como objetivo promover o diálogo entre a Administração e servidores municipais.

Estas ações representaram uma antecipação, no âmbito municipal, da importante iniciativa do governo da presidente Dilma Rousseff, que criou, em 14 de maio de 2013, uma Mesa Permanente de Negociação com a CUT e as demais centrais sindicais brasileiras, para negociar temas de interesse da classe trabalhadora. A sintonia não é casual, dada a importância que ambos os governos atribuem ao movimento sindical, origem do próprio prefeito – e de diversos integrantes da equipe do governo federal.

Para além das negociações trabalhistas propriamente ditas, diversos temas de interesse do funcionalismo municipal puderam então ser tratados. Um exemplo expressivo é a parceria que permitiu que cem (100) funcionários da Prefeitura fossem incluídos no Programa Minha Casa, Minha Vida do governo federal. A parceria, divulgada publicamente no final de abril de 2014, envolveu a Administração, o sindicato e o Centro de Formação Popular Frei Betto, que teve empreendimento aprovado na cidade através do Programa Minha Casa, Minha Vida, modalidade entidades.

Também ocorrem desde o início do governo do prefeito Luiz Marinho, reuniões de prestação de contas das ações do governo com diversos segmentos e setores da cidade, segmentos religiosos, universidades e acadêmicos, sindicalistas, empresários, comerciantes, associações amigos de bairro, do mundo Esporte, da Cultura, contabilistas, despachantes, sindicatos dos donos de postos de gasolina, partidos políticos, assessores dos vereadores e deputados, economia solidária, ambulantes e segurança alimentar, entre outros.

⁹ Sobre o desafio do diálogo do Estado com os servidores, por meio de meses de negociação permanentes, ver DAU (2005).

Parte II
Desenvolvimentismo local:
a dimensão econômica

Potencialidades e limites da política de desenvolvimento econômico local em regiões industriais

É pertinente refletir sobre as potencialidades e limites das políticas de desenvolvimento econômico local, particularmente em regiões e cidades com perfil industrial. Chamaremos a atenção para o papel de “articulação” que podem exercer prefeitos e secretários na reunião das forças vivas da economia em projetos de interesse comum.

Como já exposto em capítulo anterior, até 1970 o debate sobre o desenvolvimento econômico esteve restrito ao âmbito nacional. O que importava eram planos em nível do país: plano Vargas, plano Salte, plano de Metas, PAEG, PND. Eles construíram as bases da economia brasileira, mas não geraram espaço para ações autônomas da localidade.

Nos anos de 1980 e 1990, mudanças profundas aconteceram. As políticas nacionais entraram em crise em função da redução dos investimentos públicos, explicado pela crise fiscal, pela preocupação com a inflação e pela expansão das ideias liberais que almejavam um Estado mínimo. Por outro lado, crescia o interesse pelos fluxos financeiros e comerciais que se ampliavam em nível internacional, fruto da globalização, e criavam a possibilidade de atração de robustos investimentos.

Iniciou-se um debate em torno do que deveriam fazer os gestores da economia local. São limitados os instrumentos em suas mãos; não lhes cabe a

definição da taxa de juros, taxa de câmbio, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do imposto de Importação, tarifas públicas, salário-mínimo. E não há muita margem para incentivo tributário, tendo em vista a necessidade de gastos em serviços públicos vitais à população. Isto não significa que não há o que fazer.

Uma das possibilidades é a gestão pública local (prefeitura, por exemplo) exercer o papel de articulador para formar redes horizontais de cooperação envolvendo gestão pública, setor privado, instituições de ensino e pesquisa, agências de crédito e sindicatos. Além disso, ela pode fazer emergir sinergias que a atuação isolada não permite em áreas como: novos mercados; qualificação de mão de obra; aproximação da oferta e da demanda em itens estratégicos, como os serviços tecnológicos; inovações produtivas e de gestão; compras coletivas; parcerias nacionais e internacionais. O gestor público pode, praticamente sem custo algum, fazer surgir uma “governança” público-privada e um “capital social” de grande valia. É este capital social que, a partir dos próprios recursos privados, incrementará a competitividade e moverá a atividade produtiva local.

Fóruns de Desenvolvimento Econômico e Arranjos Produtivos Locais (APLs) dialogam com esta estratégia, na medida em que juntam os atores na busca de resultados concretos a partir de agenda geral e setorial, calcada em diagnósticos e metas. Em São Bernardo do Campo, no período 2009-2015, seguimos esta trilha. Esta é uma das razões pelas quais constituímos APLs setoriais.

Na competição global, o diferencial das empresas está muitas vezes no conhecimento e na inovação. A manufatura continua fundamental, mas cabe dar atenção também à produção de valor intangível. Neste sentido, registre-se também o papel das políticas de desenvolvimento econômico local na promoção de um ambiente de inovação. Por isto, a política pública de regiões industriais deve apoiar a instalação e expansão de centros de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); departamentos de engenharia; laboratórios de testes e simulações – públicos ou privados.

Manter uma economia local (incluindo o setor industrial) forte e competitiva implica gerar um entorno de atividades que aumentem a vantagem de estar instalado na cidade. Laboratórios especializados e serviços de alta tecno-

logia têm esse efeito benéfico. Eles ampliam a capacidade de atualização e inovação das indústrias num cenário de concorrência global, além de induzirem outras atividades de apoio. A criação de uma Associação Parque Tecnológico, espaço de interação entre universidades e as áreas de inovação das empresas, com a participação do poder público, traz um impacto ainda mais forte nessa vantagem locacional da cidade. O quadro se completa com a criação de uma Lei Municipal de Apoio à Inovação que, no caso de São Bernardo do Campo, foi enviada pelo executivo e aprovada pelo legislativo, em 2012.

A proximidade com estes centros pesa na decisão de investimentos das empresas. Daí o empenho para que a região do ABC atraia o primeiro laboratório de segurança veicular independente que atenda ao Brasil; por um Centro de Apoio à Inovação em ferramentaria na região; o apoio da Prefeitura à instalação, já concluída, dos laboratórios de estudo de emissões veiculares da Cetesb, em São Bernardo do Campo; o diálogo com autoridades militares em prol da implantação de um Centro de Simulação no município. Vemos como bastante positiva também a decisão de empresas em instalarem novos laboratórios avançados na cidade, como os anunciados pela Toyota e Scania.

Igualmente relevante foi o papel da secretaria para que a região, por meio da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, contratasse uma pesquisa de inventário de oferta tecnológica do Grande ABC. Ela permite conhecer os laboratórios e pesquisas produzidas pelas diversas instituições e empresas da região. Essa oferta poderá agora ser melhor interligada com a demanda das empresas.

O conhecimento não está restrito aos muros das empresas. Estas têm que buscá-lo também em outras fontes como universidades, associações, sindicatos. Os gestores públicos podem ajudar a constituir um ambiente de inovação no qual o conhecimento circule entre segmentos diversos. Neste ambiente, surgem inovações que são um diferencial em favor do território.

Na região do ABC – maior parque industrial da América Latina –, a política pública deve fazer com que as indústrias “dialoguem” parcerias com as universidades em áreas como formação de profissionais; estágios; P&D; construção e uso de laboratórios. É um diálogo difícil, porque os “timings” de indústrias e universidades são distintos. Os gestores públicos podem ajudar nesta aproximação. Temos feito isto por meio dos APLs. Tomemos apenas alguns

exemplos: várias indústrias de móveis desconheciam que o Instituto Mauá de Tecnologia, situado em São Caetano do Sul (município do Grande ABC), possui um laboratório de testes de móveis corporativos, que presta serviços às empresas. Graças ao APL, algumas empresas puderam conhecê-lo. O laboratório de engenharia têxtil do Centro Universitário da FEI foi apresentado ao APL têxtil e de confecções, em reunião ocorrida naquela instituição. O mesmo ocorre com laboratórios de pesquisas da UFABC, Unifesp, Fasb, Umesp, Fundação Salvador Arena entre outras. Mais: a região pode se aproveitar de diversos planos federais e estaduais de apoio à inovação. Por isto, consideramos como uma conquista desta estratégia a inauguração, em São Bernardo do Campo, em 2011, do Centro de Inovação Sueco-Brasileiro (CISB), que conecta empresas e universidades em nível internacional.

Outro esforço da gestão pública deve ser o de elaborar e aprovar a Lei Municipal de Apoio à Inovação, com incentivos tributários e não tributários. Os parques tecnológicos – assentados nas parcerias entre gestão pública, setor privado e universidades – são peças-chave desta estratégia.

Considerando-se, pois, estas potencialidades, limitações e desafios mais amplos da estratégia de desenvolvimento econômico em regiões e cidades de perfil nitidamente industrial, é que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico buscou constituir, nas duas gestões do período 2009-2015, uma política de desenvolvimento centrada em algumas diretrizes claras, a saber: primeiro, fortalecer o parque produtivo instalado; neste sentido, articular todos os meios de diversificar a produção local e seus mercados, sem abrir mão das vocações consolidadas; inserir um forte vetor de inovação na atividade produtiva, seja para viabilizar essa diversificação, seja para aumentar sua competitividade, incorporando as universidades a esse esforço; e, finalmente, atrair novos investimentos para o município, com destaque para segmentos em expansão no país, compatíveis com a estrutura industrial e a *expertise* existente.

O início da instalação da São Bernardo Tecnologia Aeroespacial (SBTA), pela empresa aeronáutica sueca Saab, vencedora da licitação para fornecimento de caças supersônicos para a Força Aérea, representa o coroamento dessa estratégia. O prefeito envolveu-se, desde 2009, no processo de escolha, viajou à Suécia e estreitou laços da cidade com os suecos. Em 2011, a Saab abriu em São Bernardo do Campo o Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro

(CISB); o município tornou-se cidade-irmã de Linköping, município-sede da Saab na Suécia; contatos de alto grau com as Forças Armadas foram estabelecidos e o Arranjo Produtivo Local (APL) de Defesa do Grande ABC foi constituído no início de 2013. Finalmente, a decisão do governo federal, tomada em dezembro de 2013, teve sequência quase imediata no anúncio, pela Saab, da nova fábrica na cidade.

De fato, a investigação dos segmentos em expansão no Brasil que podem abrir espaço para uma relativa diversificação produtiva das empresas do município e do Grande ABC aponta para, ao menos, três novas cadeias produtivas: defesa; petróleo e gás; e saúde. Além, evidentemente, do reforço aos segmentos automotivo e químico, aproveitando também as respectivas políticas setoriais do governo federal. Neste último caso, os novos investimentos anunciados pela Toyota e Scania no município indicam, para além das dificuldades conjunturais, um horizonte de médio e longo prazo promissor.

A combinação do apoio aos segmentos tradicionais e do estímulo a novas oportunidades de mercado tem sido uma constante desde então. Esse esforço concentra as atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SDET). Dois importantes equipamentos criados em 2010 são demonstrativos disso: a Sala do Empreendedor e a Central de Trabalho e Renda (CTR). A primeira reúne os serviços de apoio aos empreendedores locais, ativos ou com pretensões de iniciar atividades. Também realiza ações de capacitação e atualização. A CTR é intermediadora pública (gratuita) de mão de obra.

O rol de atividades da SDET, em cumprimento às diretrizes já mencionadas, é muito abrangente: abarca desde a economia solidária até o turismo, inclui o comércio e alcança os diversos segmentos industriais existentes. Com efeito, a realização das Feiras de Móveis da Rua Jurubatuba (com seis edições bem sucedidas), as duas feiras noturnas instaladas no período, a reforma do Mercado Municipal e os Festivais Rotas dos Sabores, entre outras ações, fortalecem o setor comercial da cidade. Além disso, o setor moveleiro inclui os empreendimentos remanescentes de um segmento industrial bastante tradicional, cuja retomada é também um objetivo da política municipal de desenvolvimento. O Grupo Executivo de Turismo, que reúne o conjunto dos agentes turísticos e de hotelaria, e o APL de Bares e Restaurantes, são outras iniciativas da prefeitura, por meio da SDET, que reforçam segmentos tradicionais.

O mesmo se pode dizer dos APLs de Ferramentaria, Gráfico, Têxtil e de Confecções, assim como o de Panificação: são instrumentos de avanço de ramos tradicionais da indústria local e mesmo regional. No caso da ferramentaria, além disso, trata-se de aproveitar as oportunidades abertas para o futuro próximo: o Regime Automotivo Inovar Auto favorece grande ampliação da produção doméstica, mas isso só será viabilizado por meio de forte processo de modernização e atualização tecnológica.

Essas iniciativas se combinam com aquelas voltadas ao desenvolvimento ou adensamento de segmentos conectados com o futuro, com menor tradição local, mas relacionados a capacidades disponíveis no município. São os casos do APL de Defesa e do APL de Design, Audiovisual e Economia Criativa; e também da Associação Parque Tecnológico, entre outros. Nesses casos, é o cenário futuro desejado, com base nas capacidades e vocações já existentes, que orienta as ações e projetos da Secretaria, juntamente com os parceiros empresariais, sindicais e acadêmicos.

Já o reforço da Economia Solidária, bem como a viabilização dos microempreendedores individuais (MEI), por meio da Lei Geral Municipal de Apoio à Micro e à Pequena Empresa, buscam estender os benefícios do desenvolvimento a grupos sociais não integrados à economia formal, por meio de sua inclusão produtiva. Desse modo, permitem dar caráter inclusivo e socialmente avançado ao processo local de desenvolvimento.

A articulação do apoio aos segmentos tradicionais, da inclusão produtiva de segmentos sociais antes marginalizados e do fortalecimento de setores modernos conectados com o futuro é a característica mais marcante da política de desenvolvimento econômico de São Bernardo do Campo, nestes mais de seis anos ininterruptos de gestão pública desenvolvimentista.

Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica no centro da estratégia de desenvolvimento econômico

O “Anel do Conhecimento”

A inauguração, em breve, da unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em São Bernardo do Campo (SBC) – cujas obras estão em fase final – não será resultado exclusivo de uma decisão desta instituição a partir do seu planejamento de expansão. Ela também é fruto de um diálogo da Prefeitura, nas gestões entre 2009 e 2016, com a direção do Senac. Assim, cumprindo o trâmite legal, a Prefeitura concedeu terreno para a instalação da unidade. A iniciativa se insere na estratégia, desde 2009, da gestão municipal que é a de aprofundar e ampliar o que se denomina “Anel do Conhecimento de SBC”. O anel consiste na existência de um grande número de instituições de formação profissional e de P&D circundando a cidade; a partir delas, cria-se sinergias para incrementar a competitividade da mão de obra e estimular um arco de relacionamentos entre as instituições, as cadeias produtivas e a gestão pública.

O município já contava, em seu território, com o Senai (2 unidades), a Etec, a Fatec e a Faculdade de Direito de SBC. A partir da decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a cidade passou a abrigar também um campus da UFABC. Há ainda unidades de excelência de ensino superior privado como a FEI, a Faculdade de Tecnologia Termomecânica, a Universidade Metodista (3

campi), a Fasb, a Anhanguera, a Fapan e a FIA. A elas se juntarão os dois novos cursos de medicina, que já receberam aval do MEC para a sua realização, sendo que um deles é o da Faculdade das Américas. Registre-se ainda que, a partir das articulações promovidas pelo prefeito em torno da aeronave supersônica Gripen, o município passou a ser a sede, desde 2011, do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB). Alinhadas com esta estratégia, tivemos a recente decisão do prefeito de conceder terreno ao Sebrae para a instalação de sua sede regional (já aprovado pela Câmara) e o diálogo da Prefeitura com outras instituições ainda não presentes na cidade para a sua implantação no município. Igualmente relevante para o “Anel do Conhecimento de SBC” é a instalação – também prestes a inaugurar – do Complexo Laboratorial da Cetesb.

A unidade do Senac ocupa um terreno de 3,5 mil m² e área construída de 8,7 mil m². Ela será a maior unidade operacional do Senac no Estado. A unidade contará com modernas instalações, ampla acessibilidade, e ambientes especializados (biblioteca, auditório, cozinha pedagógica, salão de beleza, sala de moda, estúdio de Rádio e TV, fotografia entre outros). O Senac prevê, no total dos turnos, a formação simultânea de mais de quatro mil alunos em seus vários cursos (gastronomia, moda, turismo, radialismo, vídeo e TV, fotografia, TI, design, enfermagem, RH). Metade desta oferta será gratuita para as pessoas de menor renda.

A chegada do Senac soma-se às do Instituto Técnico Federal (ITF), das duas Faculdades de Medicina e da sede regional do Sebrae. Por sua vez, essas novas instituições agregam maior densidade a uma rede de ensino, pesquisa e qualificação já robusta na cidade. A interação desse conjunto de instituições é alvo de políticas públicas da Prefeitura, em prol da criação de um ambiente local de excelência em educação, pesquisa e qualificação profissional. Esta interação é o passo seguinte à bem-sucedida atração de instituições, iniciada com o *campus* da UFABC na cidade – cuja vinda contou com o papel decisivo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva – e que prossegue na atualidade.

Muito poderá ser feito a partir do Anel de Conhecimento. Uma das tarefas é replicar, no nível técnico e tecnológico, a experiência frutífera dos Simpósios de Pesquisa do Grande ABC. As três últimas edições do Simpósio (2012, 2013 e 2014) ocorreram em São Bernardo do Campo. Os pesquisadores universitários têm, aí, a oportunidade de trocar informações e interagir em pesquisas

que avançam na fronteira do conhecimento. Realizar evento equivalente nos níveis técnico e tecnológico, por meio de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), trabalhos de iniciação científica e trabalhos técnicos diversos, pode gerar novos conhecimentos e procedimentos mais próximos da produção.

A possibilidade de TCCs, monografias e iniciações científicas interinstituições, reunindo alunos e pesquisadores de universidades e centros de pesquisa diversificados, é outra perspectiva aberta pelo adensamento da educação técnica e superior no município. Algumas dessas iniciativas poderão ter abrangência regional e outras serão circunscritas ao município. O levantamento e confrontação das capacitações e vocações requeridas em cada projeto com aquelas existentes definirão quem serão as instituições parceiras.

Essas atividades são mais que possíveis: elas desdobram o que já se realiza na atualidade, com a sinergia entre ensino, pesquisa e produção. Um exemplo é a presença das universidades, do Senai e do Sebrae nos Arranjos Produtivos Locais (APLs) de São Bernardo do Campo, ao lado do setor produtivo, sindicatos e governo. Outro é a participação do segmento acadêmico na Associação Parque Tecnológico de São Bernardo do Campo. Com a ampliação do Anel do Conhecimento e sua maior interação, os benefícios para a população, além da ampliação de oportunidades de educação e qualificação, resultarão da atratividade do território municipal para novos investimentos altamente dependentes de recursos humanos qualificados, pesquisa e inovação.

A constituição da Associação Parque Tecnológico de São Bernardo do Campo

Em 19 de dezembro de 2012, fundou-se a Associação Parque Tecnológico de São Bernardo do Campo. Trata-se de um momento histórico para o ABC. A industrialização significou a atração de investimentos, empresas, produção e emprego, bem como de gestores públicos de expressão, de conceituadas instituições de ensino e pesquisa e de representantes sindicatos de trabalhadores para a região. Porém, raramente esses atores trabalharam em projetos coordenados de desenvolvimento tecnológico. É nesse sentido que se insere a criação do Parque Tecnológico, com a função de articular, coordenar e catalisar atividades inovadoras na região.

O momento foi igualmente histórico porque, com o início de suas atividades, o Parque Tecnológico passou a se constituir em fator positivo de competitividade nas decisões de investimentos das empresas e impulsiona novos empreendimentos e aportes em pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D&I).

Sob a orientação do prefeito Luiz Marinho, ao longo de quase dois anos de trabalhos, foram visitados alguns dos mais importantes parques tecnológicos existentes (*Advanced Manufacturing Research Centers* – Rolls Royce/Reino Unido, BH-Tec, Parque Tecnológico de São José dos Campos, Parque Tecnológico do Rio de Janeiro, Porto Digital, entre outros), objetivando reunir conhecimento acerca dos diferentes modelos de organização. Estas experiências, adequadas à realidade da região do ABC, serviram de inspiração para a iniciativa do município – sendo pioneira na incorporação dos trabalhadores no conselho de administração da entidade.

A Associação Civil de fins não econômicos tem por objetivo a promoção de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica e o suporte a atividades empresariais intensivas em conhecimento, especificamente nos setores de defesa, petróleo e gás, design e automotivo.

Com a assessoria da FGV Projetos, a Prefeitura, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, articulou a inserção de importantes atores do município e região na iniciativa. Além da Prefeitura, participaram da Assembleia de Fundação da Associação o Ciesp São Bernardo; o Centro de Pesquisa e Inovação Sueco Brasileiro (CISB); o Senai Almirante Tamandaré; a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; a Fatec-SBC; a FEI; o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; o Sindicato dos Químicos do ABC; o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Bernardo do Campo e Diadema (Sintracom); a UFABC; e a Umesp. Além disso, três outros atores já solicitaram sua filiação: a Acisbec, a Agência de Desenvolvimento Econômico e o APL de Ferramentaria.

O modelo de governança da Associação conta com cinco órgãos: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Técnico-Científico e Diretoria Executiva, com alto grau de coordenação e comunicação interna. A Assembleia de fundação aprovou o estatuto e elegeu os membros de seus órgãos.

Este momento marca o início de um período fértil e muito dinâmico para a inovação tecnológica na região. Em breve, nossas atenções e esforços esta-

rão voltados à consolidação da localização definitiva do Parque, bem como à elaboração e execução dos projetos básico e executivo da obra. Assim, com o início de suas atividades e focos bem definidos, o primeiro Parque Tecnológico do ABC coloca definitivamente o município e a região no mapa nacional e internacional da inovação tecnológica.

A importância da pesquisa de inventário de oferta tecnológica da região do ABC

Responsável por 7% do PIB do Estado de São Paulo e 2,3% do PIB do país em 2010, a região enfrenta o constante desafio de preservar sua pujança industrial, ampliar o setor terciário avançado e atrair novos investimentos. Sua grande densidade industrial é resultante de várias décadas de instalação e funcionamento dos setores metal mecânico, eletroeletrônico, máquinas e equipamentos, químico, borracha, construção civil, móveis, gráfico, têxteis e confecções entre outros. Atualmente, é cada vez mais estratégico o papel dos serviços tecnológicos na alavancagem da competitividade dos produtos.

Por esta razão, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo propôs – e foi aprovado pelos representantes dos demais municípios – que o Consórcio Intermunicipal, em parceria com a Agência de Desenvolvimento Econômico, contratasse uma pesquisa que representasse um “Inventário da Oferta Tecnológica do Grande ABC”. Esta pesquisa deveria mapear os serviços tecnológicos (laboratórios, centros de P&D, entre outros) ofertados pelas instituições de pesquisa e pelas empresas privadas. Os laboratórios e instituições pesquisados são aqueles que, além de estarem instalados na região, estejam credenciados (CGCRE/Inmetro, MAPA, IOAS, Anatel, Anfavea, Remesp, entre outros) ou ligados ao Sibratec.

A entidade contratada pela Agência de Desenvolvimento Econômico para executar a pesquisa foi o Instituto de Pesquisas da Universidade Municipal de São Caetano. A equipe de coordenação da pesquisa estruturou também um grupo técnico formado pelas diversas instituições acadêmicas e técnicas da região – como Instituto Mauá de Tecnologia, FEI, Universidade Federal do ABC, Dieese, Senai, Universidade Metodista e Fundação Santo André – para discutir e fazer sugestões sobre o questionário a ser aplicado. Além dessas ins-

tituições, fez parte do Grupo de Trabalho (GT), a convite, a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A presença de serviços tecnológicos é uma das características das regiões industrialmente avançadas. A pesquisa mapeou os diversos tipos de serviços tecnológicos, como credenciamento, certificação de produtos, processos e serviços, normalização e regulamentação técnica, inspeção, laboratórios (calibração e ensaios), informação tecnológica e assistência técnica especializada em Tecnologia Industrial Básica (TIB).

Certamente esta pesquisa contribuirá também como um “cartão institucional” da região do Grande ABC na área tecnológica. Ela disponibiliza um banco de dados às instituições pesquisadas e o detalhamento técnico de todos os serviços tecnológicos disponíveis em entidades públicas ou privadas. Os resultados ficarão disponíveis em um site interativo, que poderá ser consultado e divulgado por qualquer instituição ou empresa do Brasil.

Por motivos de limitação orçamentária, a pesquisa levantou apenas os laboratórios e centros tecnológicos certificados pelo Inmetro. No entanto, sabe-se que muitos laboratórios embora não sejam (ainda) certificados, prestam importantes serviços tecnológicos na região. Assim, um próximo passo deveria ser a realização de um censo tecnológico na região, que capte a ampla gama de instituições vinculadas à qualificação, pesquisa e desenvolvimento.

A política para a Indústria

Visão geral

No período de 2009 a 2015, a partir das diretrizes estabelecidas pelos programas de governo das gestões municipais 2009-2012 e 2013-2016, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SDET) de São Bernardo do Campo executou uma estratégia de fortalecimento, diversificação e inovação do setor industrial do município e região¹.

A prioridade à indústria é o primeiro eixo estruturador da política de desenvolvimento econômico local. São Bernardo do Campo é um dos municípios mais industrializados do Brasil. A indústria respondeu, em 2012, por 29% de sua economia, contra 13% no Brasil e 17% no Estado de São Paulo (IBGE). A cidade abriga os departamentos de engenharia de cinco montadoras, responsáveis pela pesquisa e desenvolvimento das respectivas empresas em âmbito nacional – o que também ocorre nos maiores sistemistas integrantes do complexo automotivo. Esse parque industrial responde por grande parte da arrecadação tributária, dos empregos e da renda do município.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo buscou estabelecer um diálogo contínuo e interagir com

¹ Ver também São Bernardo do Campo (2015b).

uma série de instituições ligadas a segmentos diversos: entidades empresariais (Anfavea, Abimaq, Sindipeças, Ciesp, Acisbec, Abimde, Abigraf, Fiesp/Com-defesa, entre outras), instituições acadêmicas (UFABC, FEI, Instituto Mauá de Tecnologia, Universidade Metodista, Fundação Salvador Arena, Fatec, Senai, Faculdade de Direito de São Bernardo), sindicatos (dos metalúrgicos do ABC, dos químicos do ABC, dos trabalhadores da construção civil e do mobiliário de São Bernardo do Campo e Diadema, dos gráficos do ABC, de confecções do ABC entre outros), instituições de ensino técnico, instituições financeiras e órgãos federais e estaduais. Esta articulação foi um elemento-chave na implementação das políticas no período em questão. Nela, o modelo da “tríplice hélice” (*triple helix*) foi adaptado às condições da região do ABC, com a incorporação dos sindicatos ao arranjo institucional composto pelo segmento empresarial, universidades e governo municipal.

A partir disso, as diretrizes da política da gestão pública municipal direcionada à indústria foram:

- a. apoiar as empresas já instaladas no município, antes mesmo de objetivar o incentivo à instalação de novas empresas;
- b. dar suporte aos segmentos industriais do município para que estes diversifiquem a sua produção, especialmente visando a inserção das empresas nas cadeias produtivas de defesa e de petróleo e gás, como ofertantes de produtos e serviços;
- c. atrair investimentos em segmentos em expansão no país, com destaque à defesa e à área de petróleo e gás, além de outros;
- d. articular a aproximação entre as empresas industriais, as universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento, com vistas a promover um ambiente favorável à inovação.

Essas estratégias e diretrizes traduziram-se em resultados positivos no campo das políticas direcionadas ao setor industrial. Abaixo, citam-se as mais importantes realizações do governo municipal em benefício da indústria local e regional.

As obras e projetos estruturantes do governo municipal e a indústria local

Diversos projetos da Prefeitura, coordenados por outras secretarias, concluídos ou em andamento no período, trarão benefícios ao setor industrial. Dentre eles, destacamos as seguintes:

- Educação: o *campus* São Bernardo do Campo da Universidade Federal do ABC (UFABC); as cerca de vinte mil vagas na rede municipal; as dez escolas municipais de Educação Básica (Emebis) inauguradas; o alcance do índice de 6,0 no Ideb; as aproximadamente treze mil pessoas atendidas na Educação de Jovens e Adultos até 2012; a busca da atração de uma unidade do Instituto Técnico Federal para a cidade;
- Saúde: a inauguração do Hospital de Clínicas, equipamento de última geração, um dos mais modernos da América Latina; nove Unidades de Pronto Atendimento (UPAs); reforma e construção de Unidades Básicas de Saúde (UBSs); Unidades de Especialidades Odontológicas, no programa Brasil Sorridente; inauguração de Centro de Apoio Psicossocial (CAPS);
- Habitação: mais de quatro mil unidades habitacionais entregues e mais de duas mil contratadas; até 2012, seis projetos de urbanização integrada de bairros; dezessete mil famílias cadastradas no programa de regularização fundiária; fim dos alojamentos provisórios;
- Mobilidade Urbana: “Nova Av. Lions”, que desafogou o trânsito entre Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema; Viaduto Moisés Cheid sobre a Rodovia Anchieta no km 22,5, obra que estava inacabada desde os anos 1970; revitalização de vias como: Café Filho, Estrada Galvão Bueno; Nova Av. João Firmino com ciclovias; duplicação de trecho da Av. José Odorizzi; antecipação de interligação do metrô com São Bernardo do Campo, Linha 18 – Bronze; Cartão Legal, Bilhete Único; construção do corredor Leste/Oeste, interligando Rodovia Imigrantes, Bairro Cooperativa, Anchieta e região Ferrazópolis;
- Macrodrenagem: construção do piscinão do Paço Municipal; projetos de drenagem na região da Vila Vivaldi e Demarchi, eliminando as enchentes;

- Segurança: inauguração da Central de vídeo-monitoramento; aquisição de novas viaturas e equipamentos como: armas e coletes à prova de bala; cinco inspetorias regionais da Guarda Civil Municipal;
- Cultura: a construção do Museu do Trabalho e do Trabalhador, que contará a história da indústria na região do ABC; a reabertura dos estúdios Vera Cruz, que trará novamente a indústria cinematográfica para a região do Grande ABC.

São ações e projetos que fortalecem o desenvolvimento econômico e social, criando condições para as empresas investirem e para melhor qualidade de vida da população.

Os benefícios gerados para a indústria local por esses efeitos diretos das obras são de duas ordens: abertura de possibilidades para o fornecimento de equipamentos, produtos e serviços às empresas de São Bernardo do Campo e região; elevação da renda local e regional como efeito da massa salarial, impactando positivamente o consumo e, por conseguinte, as vendas e o faturamento das empresas, não apenas no comércio e serviços, como na própria indústria; incremento da qualificação da mão de obra; melhoria das operações de logística.

Muitas das conquistas e dos avanços registrados neste documento, em prol do setor industrial, têm forte referência no papel de articulação da atual gestão municipal.

Ressaltamos algumas das mais destacadas ações do município em que as articulações realizadas pelo prefeito tiveram papel-chave:

- a implantação, pela Saab, de fábrica de aeroestruturas para o Gripen, jato supersônico escolhido pelo governo federal para a Força Aérea, no final de 2013;
- a antecipação da obra da linha 18 – Bronze – do metrô, que atingirá a cidade, por meio da reserva de R\$ 1,7 bilhão junto ao Ministério do Planejamento, e do dispêndio de R\$ 1,3 milhão em recursos próprios da Prefeitura para o projeto executivo, entregue ao governo estadual, a quem compete o planejamento e execução da obra;
- a garantia de recursos federais para projetos do Consórcio Intermunicipal Grande ABC na região, em mobilidade, habitação e meio ambiente;
- a criação da Central de Trabalho e Renda em São Bernardo, em 2010;

- a instalação do primeiro Posto de Atendimento do Cadastro (PAC) da Petrobras em uma Prefeitura, em 2012, com duração até 2013 e posterior transferência para a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, até 2014;
- a instalação do campus da UFABC em São Bernardo do Campo (2013);
- a atração para a cidade da nova unidade do Senac, a maior do Estado de São Paulo, em 2015;
- a aprovação, em 2014, da doação de terreno para o Sebrae, para a construção de sua sede regional ABC em São Bernardo do Campo. O Sebrae também se comprometeu com a construção de parque na região central da cidade;
- a constituição da Associação Parque Tecnológico de São Bernardo do Campo, com a participação de entidades empresariais, sindicatos de trabalhadores e universidades, ao lado da Prefeitura;
- a atração de laboratórios em Pesquisa e Desenvolvimento para a cidade;
- a constituição do “Anel do Conhecimento”, por meio da atração e viabilização da chegada de importantes instituições de ensino superior e técnico, além das já citadas.

A necessidade de um levantamento atualizado da indústria local: o cadastro da indústria de São Bernardo do Campo

O setor industrial constitui-se na força motriz da economia da região do ABC. Somos o maior parque industrial da América Latina. Somente o valor adicionado da indústria de São Bernardo do Campo foi de R\$ 13 bilhões em 2010 (IBGE). O município, que representa 44,5% do total do valor adicionado da região, possui cerca de 1.600 estabelecimentos industriais, que empregam 105 mil pessoas (RAIS, 2011). Portanto, ter “radiografias” atualizadas da indústria local é tarefa do poder público e das instituições representativas da indústria. Sem isto, não há como se fazer políticas públicas e privadas eficazes.

Por isto, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo contratou, em 2013, o Inpes da USCS (Uni-

versidade Municipal de São Caetano do Sul) para a elaboração do Cadastro Geral da Indústria (CGI) do município (São Bernardo do Campo, 2015). O diagnóstico contou com o apoio do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) São Bernardo e dos sindicatos de trabalhadores, como o dos metalúrgicos e o dos químicos do ABC.

Os resultados foram disponibilizados ao público em maio de 2015, na forma impressa e eletrônica. Agora, é possível conhecer o que produz cada uma das indústrias; que insumos utiliza; onde compra; onde vende (logo, será possível mapear a “abecedização” do fornecimento das cadeias produtivas locais); se exporta ou não; número e composição de empregados; principais resíduos do processo industrial; relação com as universidades, entre outras informações.

O objetivo do CGI é ser instrumento de apoio ao fomento da indústria. Basta notar o quanto de informações úteis ele gera para a montagem de rodadas de negócios, assim como para os atuais Arranjos Produtivos Locais (APLs), coordenados pela secretaria: ferramentaria, autopeças, químico, defesa, móveis, gráfico, panificação – apenas para citar os APLs industriais.

Metodologicamente, o CGI se constituiu em levantamento de campo realizado em todos os estabelecimentos industriais do município. Os 35 pesquisadores visitaram *in loco* mais de setecentos quarteirões da cidade. O questionário, aplicado pelos pesquisadores (devidamente identificados), foi respondido por gerentes e diretores da empresa.

No Consórcio Intermunicipal e na Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC, foi aprovada a extensão da pesquisa para toda a região, que já teve iniciativas semelhantes, como a PAEP-ABC (anos 1990) e um Cadastro Industrial elaborado por empresa privada em 2001. Uma pena que o Estado de São Paulo, o maior estado industrial do Brasil, não disponha de um levantamento atualizado dessa natureza.

As ações para o fortalecimento do setor automotivo

O enfrentamento da crise de 2008/2009: O ABC do diálogo e do desenvolvimento

A região do ABC está associada ao complexo automotivo desde meados do século XX. Nas duas últimas décadas, houve uma desconcentração dos investimentos nesse setor pelo território nacional. Contudo, a região continua a ter um peso setorial expressivo. Cerca de 25% de todos os veículos produzidos no Brasil são fabricados no Grande ABC. No segmento de caminhões, a região produz mais de metade do total do país, além de também ter destaque nacional na produção de ônibus. Cerca de 1/3 da força de trabalho direta das montadoras no Brasil, e 16% no caso das autopeças, concentram-se na região do ABC.

A região do ABC foi afetada pela crise mundial: suas exportações caíram 41,5% e suas importações reduziram-se em 26,5%. O segmento de caminhões foi mais fortemente atingido pela redução de exportações, uma vez que os veículos de carga têm sua expansão ou retração diretamente vinculada ao desempenho das atividades produtivas nos países compradores. Os reflexos na balança comercial regional foram expressivos. O impacto no nível de emprego também foi significativo.

A região do ABC, como em momentos anteriores da sua história, particularmente no que se refere à dramática década de 1990, mobilizou-se para fazer frente à crise. Em 11 e 12 de março de 2009, ela realizou, com o forte apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo, o seminário “O ABC do Diálogo e do Desenvolvimento”, que reuniu entidades empresariais, sindicatos de trabalhadores, prefeituras e representantes dos governos federal e estadual para traçar estratégias visando à retomada da produção e do emprego.

Uma das recomendações do seminário foi a criação de um Grupo de Trabalho Automotivo do ABC. Esta recomendação foi cumprida com a instalação do GT Automotivo do ABC, em 6/6/2009, em evento que contou com a presença do então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, além das sete prefeituras, das lideranças do empresariado e dos trabalhadores do setor. O prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, foi indicado como coordenador do GT.

A instalação do Grupo de Trabalho Automotivo do ABC permitiu abordar de forma sistemática questões estruturais e conjunturais do setor, na região que foi seu berço e permanece especializada na produção de veículos, em paralelo a outros segmentos industriais importantes. Os pontos mais essenciais à plena reversão da crise econômica na região podem ser agrupados em três temas básicos:

- a. exportações: o foco neste campo consistiu em retomar as vendas externas, com abertura de novos mercados e novas estratégias de apoio do poder público, ao lado do reforço dos mercados tradicionais, de forma a manter um posicionamento vantajoso quando a crise for superada nos países centrais;
- b. crédito: fazer gestão junto ao BNDES pelo aceite de recebíveis de componentes da cadeia automotiva como garantia de financiamentos e para que aceite a constituição de um Fundo de Aval, e financiamento de capital de giro pelo BNDES, ao menos durante a crise;
- c. logística: criar condições para a constituição de um porto seco; envolver a região no debate e nas ações de modernização do porto de Santos; potencializar o rodoanel como ativo logístico da região; viabilizar o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) na região, articulado com a ferrovia (CPTM) e as linhas de trólebus (EMTU), proporcionando maior fluidez e mobilidade intrarregional.

O retorno dos investimentos na cadeia de produção automotiva do ABC

O investimento da Ford na planta de São Bernardo do Campo, anunciado em 2013, reveste-se de importância para a região do ABC e para o Brasil. Mais do que um veículo novo (o New Fiesta), o que estava em jogo era a inclusão desta fábrica na estratégia global da empresa. Há agora um horizonte. Os investimentos serão superiores a R\$ 1,2 bilhão (R\$ 800 milhões na produção de automóveis; R\$ 450 milhões em caminhões). Centenas de novos postos de trabalho puderam ser mantidos com a produção do novo veículo na planta.

Os investimentos ganham maior relevância ainda sabendo-se dos riscos que a fábrica correu ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000. Aquele momento de desestruturação industrial foi marcado por tensões. Lembre-se

da greve dos “golas vermelhas” na Ford em 1990, com a paralisação de noventa e dois trabalhadores da ferramentaria e manutenção ou do protesto “FHC não rima com ABC”, na visita do então presidente da República Fernando Henrique Cardoso à fábrica em 1997.

O amadurecimento das relações entre a Ford, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a representação interna dos empregados foi fundamental para o enfrentamento daqueles tempos difíceis. Exemplo desse avanço ocorreu ao final de 1998, início de 1999. Na véspera do Natal, a empresa demitiu, por carta, 2,8 mil trabalhadores (41% do total). O sindicato e a representação interna orientaram os trabalhadores (demitidos ou não) a vestir o uniforme e entrar na fábrica para trabalhar. A empresa reconheceu o simbolismo deste ato, suspendeu as demissões e aceitou um acordo de *lay off* (suspensão dos contratos, mas sem a rescisão). Os empregados ficariam 19 meses realizando cursos, recebendo, porém, salário integral.

Empresa e lideranças sindicais têm inovado nas relações de trabalho. Foi assim em 1995, quando ocorreu o acordo para redução da jornada sem redução de salários, de 44h para 42h (e hoje 40 horas) semanais em média, em troca da flexibilidade da jornada e do banco de horas.

A maturidade fez com que, ao longo de 2011, empresa, sindicato e representação interna negociassem as condições para viabilizar os investimentos do New Fiesta. Foram criados mecanismos aceitáveis pelos quais o custo unitário da produção do veículo pudesse, até o final de 2015, aproximar-se do custo mexicano (a planta de São Bernardo do Campo disputou com a planta do México os investimentos). O sindicato e a representação interna são responsáveis pela vinda deste investimento.

Outros investimentos que também ilustram este novo momento vivido pela indústria automobilística na região do ABC é o “renascimento” da fábrica da Toyota em São Bernardo do Campo e a ampliação e modernização da fábrica Scania na cidade.

Presente no município desde 1962, quando constituiu a primeira unidade de fabricação fora do Japão, a Toyota viveu momentos gloriosos com a produção do Jipe Bandeirante. Nas últimas duas décadas, porém, a empresa iniciou processo de desconcentração, com a constituição da fábrica de Indaiatuba (produção do Corolla) em 1990; do centro de distribuição em Guaíba (RS),

em 2005; da fábrica sustentável em Sorocaba, em 2012; e do lançamento da pedra fundamental em Porto Feliz (SP), para a produção de motores para o Etios e o Corolla. Neste período, a fábrica de São Bernardo viveu certo esvaziamento, deixando inclusive, a partir de 2001, de produzir veículos e se concentrando apenas em peças.

A empresa aposta em um projeto ambicioso, com base em novo carro – o Prius – tecnologicamente avançado. Sua primeira ação foi a transferência da sede administrativa, de São Paulo para São Bernardo do Campo, incluindo um centro de treinamento para funcionários, fornecedores e concessionários. São Bernardo do Campo será a base de testes para novas tecnologias e motores, com a criação de um Centro de Tecnologia e engenharia automotiva. O novo carro, que também tem metas de exportação, demandará linhas de montagem na fábrica do Município.

A segunda trata-se da recente inauguração pela Scania, também em São Bernardo do Campo, da nova unidade de pintura de cabines de caminhões. São investimentos de R\$ 96 milhões, para pintura com os padrões mais avançados. Proporcionará menor geração de resíduos, maior eficiência no processo e melhor ergonomia para os trabalhadores.

Foi importante também a parceria realizada entre a Prefeitura, sob gestão do prefeito Luiz Marinho, e a Scania, que resultou em operação de permuta de áreas e viabilizou os investimentos da empresa. Outra obra da Prefeitura que deve contribuir para a melhoria de competitividade da empresa é a construção do corredor Leste-Oeste.

A partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e agora com a presidente Dilma Rousseff, o ambiente de amadurecimento passou a ser facilitado e potencializado. A indústria foi valorizada como fonte geradora de produção, empregos e tecnologia. Prova disso são as imensas possibilidades abertas pelo novo regime automotivo brasileiro, o “Inovar Auto”.

A Prefeitura de São Bernardo do Campo vem buscando contribuir com este novo cenário da produção automotiva, por meio, em especial, das obras de infraestrutura (com destaque para a área de logística) e da constituição dos Arranjos Produtivos Locais, como o de ferramentaria, analisado mais adiante.

Contribuições da região do ABC à política automotiva brasileira

Em 24/4/2013, ocorreu em São Bernardo do Campo o seminário “Inovar-Auto: desafios e oportunidades para a região”. Trabalhadores, empresários, poder público e instituições de ensino e pesquisa debateram o novo regime automotivo brasileiro, o ‘Inovar-Auto’. Na ocasião, deu-se a entrega, aos representantes do governo federal, de carta elaborada no âmbito do Arranjo Produtivo Local (APL) de autopeças do ABC.

Na carta, reconhece-se que o Inovar-Auto é um avanço. Pela primeira vez, são exigidas contrapartidas em inovação tecnológica aos incentivos tributários. É possível avançar no Inovar-Auto, caso atenção especial seja dada à base da pirâmide da cadeia automotiva, composta por segmentos como fundição, usinagem, ferramentaria, pequenas peças, máquinas etc. Apesar do crescimento da produção automotiva nacional, esta base vem se desestruturando e perdendo participação no fornecimento à produção de veículos. O déficit comercial no setor de autopeças, em 2012, atingiu US\$ 5,7 bilhões.

Na raiz das preocupações estão a gradativa redução da participação dos mencionados itens nos projetos de veículos; a perda da competitividade do setor nacional de autopeças e seus fornecedores, bem como a diminuição de sua capacidade de modernização; a falta de eficácia dos atuais programas de inovação e de qualificação profissional; além da dificuldade do efetivo acesso ao crédito, sobretudo às empresas de pequeno e médio porte.

A carta defende o Inovar-Peças no Inovar-Auto. São apresentadas 21 propostas. Entre elas:

1. garantir a efetivação dos índices de nacionalização de peças e componentes;
2. apoiar a estruturação de APLs regionais para setores ligados à cadeia automotiva;
3. promover, por meio de incentivos tributários e de crédito, parcerias nacionais e internacionais no setor de autopeças;
4. desonerar os bens de produção produzidos no Brasil para as empresas de autopeças e montadoras;
5. implantar plano de renegociação de dívidas para micro, pequenas e médias empresas para resolver o problema da emissão de Certidão Negativa de Débitos (CND);

6. construir linhas de crédito para a base da pirâmide, por meio do BNDES e de intermediários que assumam o risco do financiamento, tendo como garantia os pedidos das montadoras e sistemistas;
7. regulamentar o gasto obrigatório das montadoras em inovação, engenharia e desenvolvimento de fornecedores, para que parte desses recursos sejam gastos “fora” das montadoras;
8. obrigatoriedade de que as montadoras despendam localmente os gastos exigidos pelo Inovar-Auto em centros de engenharia independentes, universidades, parques tecnológicos e projetos de qualificação profissional, para a modernização da base da pirâmide nas regiões em que estão instaladas as montadoras;
9. alterar a desoneração da folha do setor de autopeças, permitindo que ela atinja a totalidade da empresa, e para viabilizar estratégias de diversificação da produção.

O próximo passo é aprofundar com o governo as propostas da carta, tornando-as realidade.

Diante da crise que voltou a viver a indústria automobilística brasileira, especialmente a partir do segundo semestre de 2014, o prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, estiveram juntos em audiência com o ministro do Desenvolvimento, em março de 2015, para tratar da conjuntura do setor automotivo. Além de manifestarem preocupações com o baixo nível de atividade, ambos reivindicaram a continuidade e aprofundamento do Inovar-Auto; a importância dos incentivos para a geração de veículos que representem novas tecnologias para o país; a crença no programa de renovação de frota de caminhões; a urgência da fixação de regras claras para o Finame do BNDES; a validade de um forte programa de apoio à exportação; a defesa do emprego no setor.

Neste sentido, vale ainda registrar que, no mesmo mês de março de 2015, o sistema de relações de trabalho do Brasil viveu um momento histórico, a partir de acordo assinado em São Bernardo do Campo. Representantes da direção da Toyota e do sindicato dos metalúrgicos do ABC, em cerimônia na sede da empresa, firmaram a “Declaração conjunta de proteção ao emprego

e crescimento sustentável da empresa”. Um dos objetivos deste texto é dar a devida dimensão deste acordo, pois a chamada “grande imprensa”, atualmente sempre célere em divulgar más notícias, não deu o tratamento que ele merecia.

Os principais pontos da declaração são:

- [as partes acordam em] contribuir para o desenvolvimento da economia brasileira e promover o progresso do mercado automotivo;
- o relacionamento entre trabalhadores, seus representantes sindicais legítimos e [os] gestores da empresa será baseado em confiança e respeito mútuos;
- todos nós nos esforçaremos para manter e melhorar o crescimento da companhia, [e] o meio ambiente do trabalho, por intermédio da melhora da produtividade e da competitividade global.

Com base nestes pontos, as partes assumiram quatro compromissos:

1. assegurar a segurança;
2. melhorar o desempenho de qualidade;
3. estabelecer sistemas de proteção em volume, aumentando a flexibilidade de produção, as vendas domésticas e as exportações;
4. reduzir custos.

Esta declaração reveste-se de importância porque, em pleno momento de retração econômica, com ameaças de cortes nos empregos, empresa e sindicato manifestam seu empenho em enfrentar juntos as turbulências econômicas, retirando de cena qualquer possibilidade de cortes unilaterais autoritários de postos de trabalho.

A declaração reproduz a experiência vivida pela empresa no Japão no final da década de 1940. Aquele país também passava por problemas macroeconômicos que geravam retração da atividade de produção automotiva no país. A primeira solução proposta foi a demissão de quase um quarto da força de trabalho. Após greve e ocupação da fábrica pelos trabalhadores, a direção da Toyota e o sindicato realizaram um compromisso de longo prazo. Por este, os trabalhadores têm garantidos seus empregos (mesmo em momentos de crise); é fortalecido o sistema de remuneração crescente conforme o tempo de serviço e associado à rentabilidade da empresa. Os trabalhadores tornaram-se membros da “Comunidade Toyota”, com um conjunto de direitos baseados

na confiança, flexibilidade e comprometimento mútuo. Em troca, ajudam na promoção e crescimento da empresa.

No Brasil, o compromisso significa uma aposta na retomada do crescimento econômico e na valorização das qualificações dos trabalhadores, da progressão na empresa e da importância dos seus conhecimentos e experiências.

Com esta declaração, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC dá um passo a mais na demonstração, para os demais atores e instituições do país, da possibilidade real de sua atual proposta de sistema de proteção ao Emprego, ora em discussão.

Os Arranjos Produtivos Locais (APLs)²

O que são APLs

Arranjo Produtivo Local, ou APL, representa a aproximação e o diálogo entre empresas de um mesmo território para uma ação coordenada, visando o crescimento da produção e da competitividade. O APL contribui para levantar problemas comuns às empresas e para elaborar e executar políticas (públicas e privadas) que promovam, de modo duradouro, o fomento da atividade produtiva no território. Do diálogo (“arranjo”), também costumam participar associações representativas das empresas, universidades, instituições de ensino técnico e gestão pública. O formato segue o modelo internacionalmente conhecido como “tríplice hélice” (setor produtivo, universidades e poder público).

Em regiões como a do Grande ABC, onde o movimento sindical é forte e propositivo, o sindicato de trabalhadores igualmente costuma participar e até mesmo liderar os APLs. As empresas de um APL pertencem, em geral, a uma mesma cadeia produtiva, mas, em cada caso, o APL pode ganhar diferentes configurações: pode se constituir de empresas produtoras de bens finais similares; de bens finais e de fornecedores; de fornecedores; de prestação de serviços etc.

Assim como as empresas podem ser de diferentes portes, nacionalidades, culturas empresariais, o APL pode ou não tornar-se uma pessoa jurídica.

² Sobre os Arranjos Produtivos Locais (APLs) de São Bernardo do Campo, Grande ABC, ver também: www.redeaplsabc.com.br.

Nas últimas décadas, os APLs passaram a ser olhados com mais atenção. A partir da experiência de diversos casos de sucesso, percebeu-se que os arranjos costumam gerar vantagens competitivas estruturais para as empresas e territórios a eles associados. Os APLs promovem uma série de sinergias entre os participantes, incentivando a cooperação nas áreas de produção, comercialização, financiamento, formação de recursos humanos, engenharia, projeto e inovação. Isto resulta em redução de custos, aumento das escalas de produção, incremento do valor agregado e expansão das áreas de pesquisa e desenvolvimento. Por esta razão, os APLs passaram a ser apoiados e estimulados. No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, bem como o BNDES, são exemplos.

A política de desenvolvimento econômico da Prefeitura de São Bernardo do Campo também trabalha na perspectiva de apoio ao surgimento e fortalecimento de APLs na cidade e região. É uma de nossas prioridades no campo empresarial. Na indústria, são os seguintes APLs que temos buscado priorizar: ferramentaria; autopeças; indústria de defesa; químico; móveis; panificação; gráficas; têxteis e confecções; design, audiovisual e economia criativa (situado mais propriamente no terciário avançado, com fortes ligações com a indústria). No segmento de comércio/serviços, são os seguintes APLs: restaurantes, bares e afins; turismo; pesqueiros.

Em todos os APLs, busca-se produzir diagnósticos dos problemas, elaborar e executar propostas de soluções e gerar articulações diversas.

O esforço resulta na formulação e execução de uma política setorial com resultados para cada segmento em questão e para a região como um todo. Procuramos sempre contar com o apoio e envolvimento de nossas entidades representativas, Ciesp, Acisbec, sindicatos de trabalhadores, sindicatos patronais, associações empresariais, universidades, entre outros.

Esse esforço obteve importante sucesso com o reconhecimento dos APLs de São Bernardo do Campo no Observatório Nacional de APLs do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e no Núcleo Estadual de APLs, o que possibilitou a realização de convênio com a Caixa Econômica Federal para linha de crédito favorecido aos participantes dos APLs. Possibilitará também o intercâmbio de experiências e contatos e o aproveitamento de outras possíveis vantagens oferecidas aos APLs reconhecidos.

APL de Ferramentaria do Grande ABC

Este APL é o mais antigo de todos e registra importantes avanços. Foi formado em 2011, com a união de empresários do setor no Grande ABC, entidades empresariais como Abifa, Abinfer e Abimaq, o sindicato dos metalúrgicos do ABC, o sindicato dos metalúrgicos de Santo André e Mauá e as Prefeituras de São Bernardo do Campo e Diadema.

Aos poucos, ele se constitui em uma experiência de sucesso de política industrial regional. Empresas, apoiadas pelo poder público, perceberam que, sem abdicar da concorrência, podem e devem utilizar-se da cooperação como instrumento em seu próprio benefício.

O que move as empresas a buscar a cooperação é a crise, gerada pelos novos competidores, especialmente a China; e a redução das encomendas das montadoras. De 2008 a 2012, o país apresentou déficit na balança comercial de ferramentais de US\$ 1,2 bilhão. Este quadro levou alguns empresários do segmento, as prefeituras da região (com destaque para São Bernardo do Campo e Diadema), o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a Abifa, a Abinfer e a Abimaq a buscarem soluções conjuntas.

A partir dos objetivos citados, diversas ações (muitas delas em curso) e realizações do APL de ferramentaria tornaram-se realidade. Entre elas, destacamos:

- a participação do APL no grupo de trabalho do governo federal que trata do Regime Automotivo;
- a inclusão dos moldes e ferramentais entre os itens beneficiados pelo Inovar-Auto (novo regime automotivo);
- o início das conversações com as montadoras, para incrementar as encomendas no Brasil;
- a reunião, em janeiro de 2013, do prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, acompanhado da coordenação do APL, com o então ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, na qual foram debatidas as políticas de financiamento, regime automotivo, manutenção de alíquotas da Tarifa Comum do Mercosul para itens sensíveis;
- o diálogo com o BNDES, para um programa de financiamento ao setor – o “pró-ferramentaria”;

- o início de uma programação de visitas de universidades a empresas, e, no sentido inverso, de empresas a universidades, cuja finalidade é buscar sinergia em projetos de P&D;
- a abertura de discussões no APL sobre a formação de um birô de engenharia, que envolve um diálogo com universidades como UFABC, FEI e Instituto Mauá, bem como com o Senai e o Sebrae;
- a busca de diálogo com parceiros internacionais, como o instituto HIDA, do Japão, para *joint ventures* e parcerias com empresas daquele país;
- a participação do APL na fundação da Associação Parque Tecnológico de São Bernardo do Campo;
- o avanço na discussão do Estatuto do APL;
- a constituição do site www.aplferramentaria.com.br.

A Associação Parque Tecnológico de São Bernardo do Campo, criada em dezembro de 2012, incluiu ferramentaria entre os eixos de atividade do futuro Parque, devido à importância deste APL que, inclusive, solicitou filiação à entidade.

A seguir, algumas das principais atividades deste APL.

- a. Parcerias internacionais: em ações conjuntas com a HIDA (agência do governo japonês que participa do APL), foram organizadas duas viagens (2013 e 2014) de delegações brasileiras à Feira InterMold, maior evento do setor no Japão, que resultou em acordos de cooperação com empresários japoneses e perspectivas de parcerias entre empresas dos dois países. A HIDA também intermediou a participação de membros do APL em um curso realizado pela Toyota Company no Japão, no segundo semestre de 2013.
- b. Birô de engenharia/Nais: Um avanço do APL de ferramentaria do Grande ABC foi a criação do Núcleo de Apoio à Inovação Setorial (Nais) na Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. O Nais é o embrião e a cobertura institucional do birô de engenharia, instrumento que vem sendo discutido há mais de dois anos e está em fase de finalização. Foi assinado um protocolo de intenções entre o Instituto Mauá de Tecnologia e a Universidade Federal do ABC (UFABC) para a criação simultânea do Birô na primeira instituição, e de um grupo de pesquisa aplicada em ferramentaria na segunda.

O Nais representa uma iniciativa inédita em diversos aspectos. Ele viabilizará o primeiro birô de engenharia em ferramentaria da América Latina. Além disso, representa uma associação original entre o setor produtivo e as universidades, com uma atribuição de responsabilidades, também inédita, entre uma instituição privada, com *expertise* e agilidade na prestação de serviços, e uma universidade pública, com excelência em pesquisa científica.

O birô de engenharia realizará modelagem 3D, simulação, projetos, design e prototipagem para as empresas do setor. Ele será dotado de um supercomputador, licenças de softwares complexos para essas atividades e pessoal qualificado, entre pesquisadores e profissionais. As demandas das empresas do APL serão encaminhadas ao Nais, que as direcionará ao birô; na medida em que este necessitar de pesquisa aplicada para solucionar problemas, o Nais acionará o grupo de pesquisa da UFABC. Mais recentemente, o projeto do Nais mudou de denominação para Centro de Desenvolvimento Avançado em Ferramentaria do Brasil (CDAFB).

c. Ações e realizações recentes do APL de Ferramentaria:

- elaboração de documento “Carta do APL de Ferramentaria” com oito itens, propondo medidas emergenciais à cadeia de produção automotiva do Brasil, entregue ao MDIC;
- ofício entregue ao MDIC solicitando alterações nas normas de cadernos de encargos;
- segunda visita de representantes do APL de ferramentaria à Feira Intermold no Japão;
- participação na 7ª Feira de Negócios do Ciesp; Fórum “Sinergia Fiat/Ferramentarias/Metálico, na busca de maior competitividade”, com o objetivo central de desenvolver um parque competitivo de ferramentais nacionais; assinatura do protocolo de intenções entre as principais ferramentarias do Brasil, em encontro realizado em Joinville (SC);
- assinatura de convênio entre a Caixa Econômica Federal e o APL;
- palestra “Sistema de Acompanhamento do InovarAuto – Rastreabilidade”, pelo MDIC, na Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC;
- apresentação do Centro de Desenvolvimento Avançado de Ferramentaria do Brasil (CDAFB), mais conhecido como “birô de engenharia”, à Anfavea. Na ocasião, foi obtido apoio da Anfavea ao projeto.

APL Gráfico do Grande ABC e baixada santista

Em 2009, o Sindicato das Indústrias e a Associação das Indústrias assinam acordo de parceria e criam o APL. Os empresários que compõem o APL participam de cursos de capacitação sobre “Atitudes Empreendedoras”. As empresas recebem capacitação, qualificação de mão de obra e assessorias em gestão. Em 2013, a atuação do APL é retomada com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo. Organiza-se uma pauta. Participam das reuniões o MDIC, o BNDES para apresentarem o pleito do setor.

Entre as principais ações do APL gráfico estão: apresentação de diagnóstico do setor ao MDIC; reunião com MDIC e MEC para discutir o pleito do setor; elaboração de projeto de feira; organização de pauta com Senai, implantação de cursos específicos para qualificação de mão de obra na região do ABC; elaboração de catálogo de indústrias locais; inclusão de determinados papéis no cartão BNDES; convênio com a caixa para concessão de linha de crédito para o APL. A obtenção do cartão BNDES para papéis especiais é uma das principais conquistas desse APL, que reúne o ABC e a baixada santista. Essa vantagem se estende a todas as empresas brasileiras do setor, o que mostra mais uma vez o impacto positivo dos APLs em âmbito local, regional e nacional. Este APL também lançou uma revista própria.

APL Têxtil e de Confecções do Grande ABC

A indústria têxtil e de confecções é uma das mais tradicionais cadeias produtivas. No Brasil, emprega 1,7 milhões de pessoas (as mulheres representam 75%). O país é o 5º maior produtor de têxteis e o 4º de vestuário. Sua participação no comércio mundial, porém, ainda é muito pequena: 25ª posição em têxteis e 81ª em vestuário, segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção (Abit). No Grande ABC, em 2013, a produção foi de 37 mil ton. (têxtil) e 13 mil toneladas (confecções), gerando 9.700 empregos.

O setor enfrenta sérios desafios no que diz respeito à competitividade desde a década de 1990, com a abertura comercial. Esta indústria foi uma das que mais sofreu com a concorrência internacional, especialmente a asiática. As novas tecnologias internacionais tornaram muitos dos equipamentos nacionais obsoletos. Segundo a Abit, o setor de vestuário aumentou o volume de importação de 40 mil ton. em 1997 para 115 mil ton. em 2012.

A “guerra fiscal” também marcou o setor nos últimos anos. Na busca de uma mão de obra mais barata, isenções fiscais e infraestrutura, empresas se deslocaram, especialmente para o Nordeste. Isto agravou ainda mais os problemas nas tradicionais regiões de produção da indústria, inclusive o Grande ABC.

Para tornar o setor competitivo, o governo federal, em 2000, criou o fórum de competitividade. Um passo a mais foi dado em 2008 com a instituição da “Agenda de ações da política de desenvolvimento produtivo têxtil e de confecções”. Entre os resultados estão as novas condições de créditos e financiamentos através do BNDES.

O Grande ABC vem buscando também gerar políticas que visam aumentar a competitividade do setor. O APL do Grande ABC, iniciado no final de 2013, trouxe à tona temas como qualificação de mão de obra, novos mercados e financiamento. Ele é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SDET) de São Bernardo do Campo, grupo VIC (Vestindo e Investindo em Confecção), sindicato dos profissionais em confecção do Grande ABC e Sebrae.

Parcerias com instituições como Senai e FEI geraram novos cursos de qualificação. O APL realizou também convênio com a Prefeitura de São Bernardo do Campo para conceder descontos aos servidores nas compras em lojas de confecção, que poderão ser estendidos para mais municípios. Convênio com a Caixa Econômica proporcionou linha de crédito com juros de 0,83% a.m para capital de giro. Foi criado catálogo *on line* e enviado para toda rede de comércios e indústrias, visando a divulgação das empresas. Uma versão impressa do catálogo está sendo discutida.

O APL busca parceria com a Abit em áreas como de tratamento de resíduos sólidos, em face da nova legislação ambiental. O diálogo deve proporcionar em 2015 políticas que contribuirão para a competitividade do setor. O APL conta hoje com cerca de 35 empresas participantes da região.

Outras iniciativas estão em discussão e andamento, como a possibilidade de parceria com a FEI para uso de seu laboratório têxtil pelo APL.

APL Moveleiro do Grande ABC

Já havia um APL desde o ano de 2002, desativado ou com baixa atuação. Foi formado, então, um novo, a partir de 2010, no formato da tríplíce

hélíce, participando empresários da indústria de móveis, lojistas, poder público e universidades.

Entre as principais ações deste APL estão: realização de seis edições da feira de móveis na Rua Jurubatuba, com significativo acréscimo de vendas e grande afluência de consumidores; acordo entre empresas do APL moveleiro e a administração municipal para a concessão de descontos aos servidores; parceria com o Senai e posteriormente com o sindicato das indústrias moveleiras, para a elaboração e implementação de projeto de apartamento com mobiliário economicamente acessível aos moradores dos conjuntos habitacionais; construção e implementação do site da Rua Jurubatuba³; parceria com o Sebrae, consultoria gratuita de gestão; lançamento em dezembro /2014 da *Revista do APL moveleiro do Grande ABC*; elaboração e publicação (*Notícias do Município*) da resolução que recomenda a participação de pelo menos 50% de móveis produzidos na região do Grande ABC quando da realização das feiras de móveis da Rua Jurubatuba.

Cabe um registro a parte sobre a feira de móveis na Rua Jurubatuba. A Prefeitura de São Bernardo do Campo, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, juntamente com os lojistas de móveis e instituições apoiadoras (Sebrae-SP, Sintracom, CDL, Acisbec e GVT), já realizou seis edições da feira de móveis na rua Jurubatuba.

A rua tem sua história associada com a própria trajetória de nossa cidade, desde os áureos tempos da indústria de móveis nas primeiras décadas do século XX até os dias de hoje, de mercado global. Agora são quase 80 lojas, com 60 mil m² de exposição de móveis e produtos de decoração. Uma rua sem igual no país. Na 1ª edição da feira, o prefeito Luiz Marinho esteve presente no seu lançamento.

Os objetivos da feira são três, em particular:

- a. fomentar as vendas;
- b. incentivar a unidade e o associativismo entre os lojistas;
- c. gerar a semente de futuras ações conjuntas entre a gestão pública e os lojistas, em benefício do comércio local e da cadeia produtiva moveleira.

³ www.ruajubatuba.com.br

Entre as ações futuras está a busca de soluções definitivas para o estacionamento, a alimentação de clientes, a segurança, o paisagismo, entre outros.

Durante a feira, observa-se o alargamento de calçadas, proporcionando maior conforto para os clientes. Há também decoração especial ao longo dos dois primeiros quarteirões da rua, com a instalação de áreas de jardins, nos quais são instalados bancos, fontes e murais com a história do setor moveleiro. Há ainda iluminação especial, sonorização, praça de alimentação e vários eventos artísticos. Estacionamentos credenciados são indicados para os clientes.

Entre os grandes números das feiras estão: 75 lojistas participantes; 60 mil m² de área de exposição; 50 mil visitantes por edição; aumento de 50% nas vendas; estima-se um faturamento de R\$ 18 milhões por edição.

Pode-se dizer que estes resultados, combinados com a liderança da Prefeitura, refletiram-se na gradativa redução da desconfiança entre os empresários do setor, bem como entre estes e a gestão pública. Na medida em que os lojistas foram percebendo a determinação governamental em apoiar o setor, houve uma resposta gradativa, que se traduziu, por exemplo, no investimento privado em várias inserções publicitárias na Rede Globo e em outros órgãos de comunicação. Um dos resultados desta parceria é que as feiras de móveis da Rua Jurubatuba já entraram no calendário anual do setor. E o que é também importante: conforme determinação do prefeito, as feiras de móveis estão gradativamente buscando sua autossustentabilidade em termos de custo de realização (especialmente por meio de patrocínios), com a conseqüente redução de empenho de recursos públicos.

Nas várias reuniões ocorridas entre a Prefeitura e os lojistas de móveis da rua, a Prefeitura procurou destacar que a execução de obras de macrodrenagem nas ruas do centro, que vão resolver a questão das enchentes na Jurubatuba. Neste momento, as obras estão sendo executadas.

Em breve, a Prefeitura vai também apresentar e implementar o projeto mais amplo de requalificação do centro da cidade – projeto este que será debatido oportunamente com toda a comunidade, incluindo os comerciantes da área central.

APL de Design, Audiovisual e Economia Criativa de São Bernardo do Campo

Este APL foi criado em 2013, a partir de iniciativas conjuntas da Prefeitura de São Bernardo do Campo (por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo e da Secretaria de Cultura), universidades (com destaque para o Instituto Mauá de Tecnologia e a UFABC) e empresas deste segmento.

O APL obteve já de início importante conquista: sua seleção por edital do Ministério da Cultura para fomento a APLs na área de economia criativa. De cinquenta e cinco (55) candidaturas, vinte e duas (22) foram aprovadas, duas delas no Estado de São Paulo, uma das quais é São Bernardo do Campo. Os recursos do MDIC visam consolidar os APLs nessa área. O APL já se inicia com o apoio do governo federal e será beneficiado com o apoio de uma empresa especializada na elaboração do seu plano de desenvolvimento. Uma das principais atuações do APL será junto ao projeto de revitalização do Estúdio Vera Cruz, que contará com uma incubadora de empresas de audiovisual, cuja coordenação será feita pela Secretaria.

Eis as principais ações do APL: participação no Edital do MDIC para o apoio à elaboração de plano de desenvolvimento do APL por empresa de consultoria (o APL foi um dos selecionados); visita técnica das empresas e universidades ao Centro Audiovisual de SBC; parceria com a Fundação Getúlio Vargas para apoio aos projetos relacionados do programa municipal de economia criativa da Prefeitura de São Bernardo do Campo; discussão em andamento do projeto de incubadora de audiovisual; participação da feira do Ciesp em São Bernardo do Campo; inserção nas mídias sociais; criação de calendário temático do APL, envolvendo todos os segmentos: audiovisual, cultura, economia solidária, turismo e economia criativa.

APL de Panificação do Grande ABC

O setor de panificação no Brasil é composto por aproximadamente 64 mil padarias. Na região do ABC (sete municípios), as panificações somam mais de mil, sendo trezentos em São Bernardo do Campo. É também expressivo o número de empregos criados: dezoito mil na região do ABC, dos quais cinco mil em São Bernardo do Campo. Este segmento representa 3% do PIB.

Nos últimos anos, as padarias passaram por mudanças profundas, motivadas, sobretudo, pelas exigências e oportunidades geradas pelos novos padrões de consumo dos brasileiros, ou seja, do pingado, alimentação até ao espaço de conveniência.

Dentro de uma política setorial estratégica da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo que consiste em apoiar, incrementar e desenvolver segmentos por meio dos APLs e por demanda do próprio Sindicato da Indústria da Panificação e Confeitaria de Santo André (Sipan), em dezembro de 2012 iniciou-se um grupo de trabalho com representantes do setor, sendo que em fevereiro de 2013 instituiu o APL de Panificação.

Da sinergia de gestores públicos (de âmbito federal, estadual e municipal), entidades representativas do segmento (como o Sipan, Sindipan, Aipan, Abipan, Abip, Abiepan), sindicato de trabalhadores, BNDES, Agência Desenvolve São Paulo, bancos comerciais, Sebrae, Senai, Ciesp (padaria é manufatura), associações comerciais, universidades, entre outras estabeleceu-se uma agenda positiva de trabalho. As prioridades estabelecidas foram: a Norma Regulamentadora nº 12 (ou “NR-12”) do Ministério do Trabalho, que estabelece a necessidade de troca ou adequação de maquinários (amassadeiras, batedeiras, cilindros, modeladoras, laminadoras, fatiadeiras para pães; moinho para farinha de rosca), visando garantir maior segurança aos trabalhadores.

Além da NR-12, foram listadas como ponto de necessidades do segmento:

- capacitação dos gestores e profissionais, com palestra de formação profissional da Secretaria de Educação, visita técnica ao restaurante escola com parceria da Secretaria de Educação e o SEHAL, o Projeto ALI do Sebrae (Agente Local de Inovação);
- destacamos contratação de mão de obra pelo CTR (Central de Trabalho e Renda);
- vigilância sanitária com foco de orientação;
- descarte de máquinas para padarias clandestinas;
- disponibilização de crédito para capital de giro;
- projeto de design para inovação de produtos e processo.

A pedido da direção da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC este APL está sob a coordenação daquela entidade.

Uma importante conquista deste APL, ainda quando da coordenação pela Prefeitura de São Bernardo do Campo, foi a inclusão do cartão BNDES para a compra de máquinas e equipamentos adequados à NR-12.

Outra ação, com grande repercussão nas empresas do APL, foi a assinatura de convênio com a Caixa Econômica Federal, com linhas de crédito específicas para as empresas do APL.

Os APLs da área de comércio e serviços são detalhados mais adiante. O APL de Defesa do Grande ABC, por seu caráter inédito no Brasil, é objeto do próximo capítulo.

A política de adensamento da cadeia produtiva de defesa no Grande ABC¹

Nos últimos quinze anos, o Brasil se destacou como potência emergente e alcançou posições mais influentes nos organismos internacionais. Nossas riquezas naturais, como as reservas florestais, o petróleo e os mananciais hídricos, são cada vez mais essenciais para o mundo no terceiro milênio. Por estas razões, é grande a necessidade de reaparelhamento e fortalecimento de nossas Forças Armadas e a criação de uma base industrial de defesa no país. A tradição pacífica de nossas relações internacionais implica em que este fortalecimento seja voltado prioritariamente para a defesa.

Em que pesem as oscilações orçamentárias, fruto da atual conjuntura econômica de retração e do presente ajuste fiscal, o investimento na indústria de defesa, iniciado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e continuado no governo Dilma Rousseff, projeta volumes de dispêndios expressivos no país para as próximas décadas, especialmente quando se levam em conta os esforços de nacionalização. Registre-se que o segmento permaneceu abandonado durante mais de duas décadas. Destaca-se também a MP 582, posteriormente transformada em Lei n. 12.598, de 22 de março de 2012, instituindo o Regime Especial Tributário da Indústria de Defesa (Retid), que permite a

¹ Esta seção tomou, em parte, como base São Bernardo do Campo (2015 a).

aquisição, com suspensão do PIS/PASEP, Cofins e IPI, de insumos utilizados na fabricação de bens de defesa nacional adquiridos de pessoas habilitadas no regime. Este programa, como será mencionado, merece alguns ajustes e aceleração na sua execução, o que será tratado em *workshop* próximo, coorganizado por esta Secretaria.

É nesse quadro que a região do Grande ABC – formada por Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra – busca ampliar sua participação na base industrial de defesa, especialmente por meio da reconversão de seu imenso parque industrial instalado (o maior da América Latina), entendido como diversificação e ampliação de linhas de produção complementares às já existentes. Esse adensamento local da base industrial de defesa não visa competir com nenhuma outra região do país. A região pretende cooperar com as demais inseridas na cadeia industrial de defesa, cooperação já iniciada com São José dos Campos e entorno.

O Grande ABC é conhecido por sua tradição na produção automotiva, metalomecânica, química e petroquímica. Sede de grandes montadoras de veículos no país, como Volkswagen, Ford, General Motors, Mercedes-Benz, Scania e Toyota. A região concentra mais de 50% da produção de caminhões e 25% da produção total de veículos automotores do Brasil. Destaca-se também a presença de centenas de empresas de autopeças, dos mais variados portes. A indústria local abrange ainda setores como têxtil, alimentício, moveleiro, gráfico, construção civil, entre outros. São 309 mil pessoas ocupadas na indústria de transformação, das quais 161 mil na indústria metalomecânica (Seade-Dieese, abril 2013). A região está entre as maiores exportadoras do país.

Além dos laboratórios e centros de engenharia instalados nas empresas privadas, encontram-se na região instituições de excelência no ensino superior e técnico: Universidade Federal do ABC (UFABC), com destaque para o curso de Engenharia Aeroespacial; Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana (FEI – anteriormente, Faculdade de Engenharia Industrial), que neste momento organiza com a Prefeitura de São Bernardo do Campo o MBA de gestão em defesa; Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Instituto Mauá de Tecnologia (IMT); Universidade Metodista de São Paulo (Umesp); Universidade de São Caetano do Sul (USCS); Centro Universitário Fundação

Santo André (FSA); Faculdades de Tecnologia (Fatecs); Faculdade de Tecnologia Termomecânica, da Fundação Salvador Arena; Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; escolas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senais); Escolas Técnicas Estaduais (Etecs); entre outras. No plano institucional, a região inovou ao criar, na década de 1990, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC – o primeiro consórcio público do país – e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC.

É respaldado nesta estrutura econômica e de conhecimento que, desde 2010, importantes esforços e conquistas foram empreendidos pela região do Grande ABC na busca de sua maior participação na base industrial de defesa.

A escolha do Gripen e a Região do ABC

A indicação do projeto Gripen, da empresa sueca Saab, como vencedor da concorrência para o fornecimento de aeronaves supersônicas ao Brasil, deve ser motivo de atenção por todo o país, mas em especial pela região do ABC.

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, sob a liderança do prefeito Luiz Marinho, atualmente presidente do Consórcio Intermunicipal, acompanha desde 2009 a evolução destas discussões.

Em março de 2010, o prefeito chefiou delegação em visita à Suécia. O objetivo era iniciar conversações para inserir a região na fabricação e desenvolvimento do Gripen. O prefeito sempre realçou que a escolha cabia à Presidência da República e às Forças Armadas, mas que esperava contribuir com suas impressões sobre a proposta sueca. E que seu papel era apresentar nossa região como maior polo industrial da América Latina.

Ficou claro para o governo municipal que o Gripen não era um “avião de papel”, como se especulou no Brasil. O prefeito voou no Gripen e conheceu seu processo de produção.

A imprensa divulgou que os custos por ano de vida útil do Gripen eram inferiores aos dos concorrentes. O prefeito enfatizou que isto era importante, mas que a escolha levaria em conta vários fatores, inclusive geopolíticos.

Pela proposta, metade da aeronave seria produzida no Brasil e metade na Suécia. O Brasil produziria até 80% da estrutura mecânica e 40% da engenharia de projetos.

O desenvolvimento de equipamentos da área de defesa gera conhecimentos de utilidade muito além da área militar. Instrumentos da aviação civil, de infraestrutura e até utensílios domésticos derivam de tecnologias militares.

A delegação também visitou o Parque Tecnológico da Universidade de Linköping, cidade sede da empresa Saab. Ali, pesquisa básica e aplicada transforma-se em inovação e empreendedorismo de pequenas empresas, que, por sua vez, se inserem nos projetos do governo e da própria Saab. São Bernardo do Campo constitui no momento seu Parque Tecnológico, que tem a defesa como um de seus eixos estratégicos.

O projeto Gripen, ainda em sua fase de discussão, estabelecia que seriam necessários 2.090 empregos por ano na fase do desenvolvimento, 2.770 na fabricação e 1.000 na montagem. Números que podem ser multiplicados, quando se considera também o impacto indireto. A maioria dos empregos terá elevada capacitação.

Registrem-se ainda outras ações importantes realizadas sob o comando do prefeito, como os *workshops* organizados pela Prefeitura, juntamente com a Saab, em 2010 e 2011, bem como a inauguração, em São Bernardo do Campo, do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB) em maio de 2011. Importante também foi a constituição, em 2013, do APL (Arranjo Produtivo Local) de Defesa do ABC, coordenado pela Prefeitura. É único APL de defesa no país. Conta com a participação de cerca de 50 empresas da região. Seu objetivo é aumentar a participação do ABC na base industrial de defesa, por meio da diversificação de linhas de produção existentes, muitas vezes exclusivamente focadas para o segmento automotivo.

O APL de Defesa do Grande ABC

Criado em março de 2013, o APL de Defesa possui um site² e já lançou quatro números de sua revista. Sua finalidade é adensar a cadeia produtiva de defesa e segurança no Grande ABC, abrindo oportunidades de reconversão parcial e diversificação de mercados para o parque produtivo instalado, bem como atrair novos empreendimentos para a região. As reuniões periódicas do APL

² www.industriadesesaabc.com.br

costumam contar com cerca de sessenta empresas, além dos sindicatos, universidades e entidades de apoio como Sebrae e Senai. É frequente a presença de convidados das Forças Armadas para explanar pontos de interesse dos empresários nos planos, investimentos, regulamentações e ações do Ministério da Defesa.

A criação do APL de Defesa se deu após uma sequência de eventos na área realizados pela Prefeitura, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo, a partir das viagens do prefeito à Suécia e à França em 2010. No final daquele ano e no primeiro semestre de 2011, realizaram-se *workshops* com a Saab e o Consórcio Rafale. A Prefeitura deu apoio à criação do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB), em maio de 2011. Em seguida, foram realizados: o seminário “Oportunidades da indústria de defesa e segurança para o Brasil e a região do ABC” com os presidentes do BNDES e da Finep, entidades empresariais da área, o Ministério da Defesa e autoridades militares, empresários, sindicalistas, gestores e pesquisadores universitários, em dezembro de 2011; a passagem de questionário da Boeing Company entre cerca de cem empresas do setor no ABC, culminando com a integração de duas delas à rede mundial de suprimentos daquela empresa; a realização de palestra do General Mattioli, diretor de produtos de defesa do Ministério da Defesa, sobre catalogação no início de 2012; a inclusão, também em 2012, do setor de defesa no estatuto da Associação Parque Tecnológico de São Bernardo do Campo, como um dos seus principais eixos de trabalho; a realização de conferências das três Forças Armadas na cidade, para apresentar suas demandas de produtos e serviços ao empresariado do Grande ABC.

O APL teve em suas reuniões palestras sobre catalogação; sobre o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid), instituído por intermédio do artigo 7º da Lei 12.598/2012; e outros temas de interesse para as empresas do setor. A tarefa de informar aos empresários o que o Ministério da Defesa vem normatizando é permanente.

A “Carta do APL de defesa do Grande ABC em prol do incremento de sua participação na base industrial de defesa do Brasil” foi discutida no APL e apresentada às Forças Armadas. Um dos momentos dessa apresentação foi a visita do prefeito, acompanhado pelo titular da Secretaria, ao Almirante-

-de-Esquadra Julio Soares de Moura Neto, então Comandante da Marinha, no Rio de Janeiro, em 28 de junho de 2013. Além de apresentar a carta citada, foram tratados diversos assuntos, com destaque para a proposta de identificar as peças e componentes de uma embarcação, para levantamento das empresas da região capacitadas a produzi-las em condições competitivas. Em seguida, a Marinha se prontificou a apoiar a catalogação e homologação dessas empresas, para que pudessem participar dos processos licitatórios que poderiam ser realizados.

A seguir, sintetizam-se as principais atividades deste APL.

- Conferências com as Forças Armadas:
 - conferência da Marinha: antecedendo a criação do APL, a conferência “Marinha do Brasil apresenta suas demandas de produtos e serviços aos empresários do Grande ABC”, em dezembro de 2012, teve a presença do almirantado e outros oficiais da Força Naval. Além da apresentação propriamente dita, houve rodadas de relacionamento entre militares e empresários. O comparecimento foi elevado: cerca de 450 representantes de empresas da região estiveram presentes. O formato desta conferência serviu de modelo às das outras Forças, já sob os auspícios do APL;
 - conferência do Exército: o evento “O Grande ABC recebe o Exército e suas demandas de produtos”, em 24 de julho de 2013, com a presença do comando logístico do Exército e mais de 430 empresários, na Universidade Metodista, organizado pela Prefeitura por meio da Secretaria, integrou-se ao calendário do APL de Defesa. A carta do APL (já citada) também foi apresentada nessa oportunidade. Um importante encaminhamento decorrente do evento foi o envio, pelo Comandante do Exército, de uma lista de três produtos de cada departamento daquela Força à Secretaria, para que o APL identificasse os interessados e estes recebessem apoio das autoridades militares para sua catalogação;
 - conferência da Aeronáutica: “O comando da Aeronáutica apresenta seus projetos e demandas de produtos às empresas do Grande ABC”, em 30 de julho de 2014, no salão nobre da Universidade Metodista em São Bernardo do Campo, reuniu mais de 600 empresários. Destaque para a presença do então Comandante da Força Aérea, Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito. Assim como nos eventos com as demais Forças, houve ao

final uma rodada de relacionamento entre representantes de empresas e oficiais militares.

- Participação em curso da Escola Superior de Guerra (ESG): A ESG oferece, na sede da Fiesp, curso de Gestão de Recursos de Defesa, com o objetivo de capacitar os diversos segmentos da sociedade para o adensamento da base industrial de defesa. O APL de Defesa do Grande ABC tem participado do curso. Em 2013 e 2014, essa participação envolveu representantes dos componentes do APL: empresários, sindicalistas, membros de instituições acadêmicas e gestores públicos. Em 2013, o Secretário de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo ministrou, no âmbito desse curso, palestra intitulada “O APL de Defesa do Grande ABC: antecedentes históricos, desenvolvimento e perspectivas”. Em 2015, o Secretário voltou a ser convidado e ministrar palestra sobre o tema na ESG.
- Posto de atendimento à pré-catálogo em produtos da defesa: sob a orientação do prefeito Luiz Marinho, insiste-se que um dos eixos estratégicos do desenvolvimento econômico do ABC reside na atração de investimentos associados à indústria de defesa. Temos alertado para a capacidade desta indústria de gerar empregos qualificados, impulsionar a tecnologia e favorecer a dualidade da estrutura industrial (fornecimento voltado para a indústria de defesa combinado com o fornecimento para outros segmentos, como o automotivo, entre outros). As empresas que participam do APL de Defesa do Grande ABC buscam, entre outros objetivos, participar dos processos de fornecimento de equipamentos e insumos às Forças Armadas. Entretanto, as empresas somente poderão fornecer às Forças Armadas ou aos seus fornecedores, caso estejam catalogadas no sistema criado pelo Ministério de Defesa. O processo de catalogação é requisito essencial para integrar as empresas à rede de fornecedores de defesa no Brasil. Por esta razão, a Prefeitura de São Bernardo do Campo apoia os empresários em sua caminhada visando a catalogação. Na estrutura física da Sala do Empreendedor, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo do Município, em parceria com pessoas jurídicas especializadas em processo de catalogação, presta serviços gratuitos de orientação às empresas da região que tenham interesse em fornecer seus produtos à base industrial de defesa e seus fornecedores.

O posto não realiza serviço de catalogação, que é função das Forças Armadas, mas viabiliza uma espécie de esboço preliminar das orientações visando a obtenção da catalogação. Os serviços prestados no Posto consistem em:

- esclarecimentos quanto aos procedimentos, registros e documentações específicas que as empresas atendidas no posto de pré-catalogação necessitarão para iniciar os procedimentos de catalogação e homologação de empresas e produtos perante o Ministério da Defesa;
 - realização de palestras direcionadas às micro e pequenas empresas, que esclareçam os conceitos, legislações, estruturas organizacionais e vantagens de habilitarem-se junto ao Ministério da Defesa e órgãos competentes;
 - avaliação de viabilidade de catalogação e homologação das empresas atendidas no posto de apoio ao esboço da catalogação da Sala do Empreendedor, bem como de seus produtos, indicando e justificando eventuais inviabilidades ou impedimentos da empresa ou dos produtos;
 - elaboração de orçamento e esboço de Ficha de Catalogação de Item, atendendo ao preconizado pelo Sistema Militar de Catalogação e pelo Sistema OTAN de Catalogação, visando atribuição de NATO Stock Number, bem como sua publicação nos catálogos.
- Elaboração de projeto de centro de simulação de São Bernardo do Campo: a Prefeitura de São Bernardo do Campo tem buscado realizar audiências com as Forças Armadas sobre a intenção de a Prefeitura implantar um centro de simulação na cidade. Parcerias estão sendo constituídas para dar consistência ao projeto. A Prefeitura de São Bernardo do Campo, a UFABC, os sindicatos dos metalúrgicos e empresários elaboraram um projeto para implementar na cidade centros de simulações focados em voos e testes de fadigas.

Entre outras ações do APL de defesa, destacam-se ainda:

- a declaração conjunta entre os representantes sindicais dos trabalhadores do Brasil e Suécia sobre cooperação com relação à decisão do governo Brasileiro pelos caças supersônicos Gripen;
- as articulações com a FEI para a criação de um curso de MBA em gestão da produção e comercialização de produtos de defesa;
- a missão à Suécia, composta por representantes dos diversos segmentos integrantes do APL: empresários, sindicalistas, acadêmicos e o poder público local (representado pelo titular da Secretaria de Desenvolvimento

Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo, que foi o coordenador da missão). A missão visitou empresas suecas, incluindo a Saab, Parques Tecnológicos como o de Linköping, cidade-sede da Saab que é cidade-irmã de São Bernardo do Campo; e manteve conversações e articulações para futuros negócios e atividades em comum, como *workshops*;

- a articulação com São José dos Campos, por meio do Centro para Inovação e Competitividade do Cone Leste Paulista (Cecompi), para ações conjuntas, destacando-se um protocolo de intenções de ambas as cidades com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para ações de reforço à indústria de defesa e automotiva nos dois municípios;
- a participação na Feira Internacional de Defesa (LAAD Defense) onde ocorreu a rodada de relacionamentos entre empresas do APL e empresas suecas e a assinatura do Memorando de Entendimento (MOU) entre ABI-MDE e SOFF (Associação das Indústrias de Defesa, respectivamente, do Brasil e da Suécia), com o objetivo de que os projetos e articulações aconteçam em São Bernardo do Campo.

O potencial do Grande ABC para incrementar sua participação no fornecimento de produtos e serviços à cadeia de petróleo e gás

Em 2007, foi anunciada a descoberta da camada Pré-Sal. Desde este período, diversas corporações nacionais e multinacionais apontaram suas miras para o mercado de óleo e gás brasileiro. O petróleo atrai a cobiça mundial, não somente por ser um produto estratégico devido às suas várias possibilidades de utilização – que vão da geração de energia até a produção de plásticos –, mas também devido ao alto valor agregado que é gerado em sua cadeia produtiva.

Entre 10 e 13 de novembro de 2009, o Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, foi palco da Feira Brasil Petróleo, Gás e Biocombustível, que teve como tema “O ABC no Pré-Sal”. Nela, ocorreram palestras e debates sobre diferentes temas, tais como o descobrimento do Pré-Sal no Brasil, formas de extração e alternativas de geração de novos empregos. Trata-se de uma feira realizada por empreendedor privado, mas que contou com o apoio da gestão municipal do prefeito Luiz Marinho.

A descoberta pela Petrobras de grande quantidade de petróleo abaixo da camada de sal, a mais de sete mil metros sob o solo oceânico, tem motivado rápidos movimentos de diferentes instâncias públicas e privadas para atrair parte dos recursos e investimentos do Pré-Sal.

Nos próximos anos, a Petrobras desenvolverá novas plataformas de produção, mais de uma centena de embarcações de apoio e a maior frota de sondas

de perfuração. Haverá necessidade de mão de obra capacitada. A região deve buscar ter projetos nestas áreas, para se colocar como uma das opções capazes de fornecimento à empresa.

Em, 24 de agosto 2011, no auditório da Cidade da Criança, ocorreu outro importante debate sobre as oportunidades da cadeia de petróleo e gás para o empresariado do Grande ABC. Neste evento, também ocorreu importante *networking* empresarial.

É fundamental que a região do ABC conecte a discussão do Pré-Sal com outras ações em curso na região, a saber: o parque tecnológico; a logística; o adensamento da base industrial de defesa, a qualificação e a capacitação profissional.

Oportunidades de negócios estão abertas para a região do ABC a partir dos investimentos previstos com o Pré-Sal. As inversões, somente na bacia de Santos, totalizam US\$ 73 bilhões até 2015, sendo que 74% deste total serão aportados diretamente pela estatal. Isto significará demandas de produtos e serviços para a cadeia de fornecedores: bombas, válvulas, compressores, trocadores de calor, andaimes, máquinas e equipamentos etc.

A região do ABC reúne condições estratégicas para aproveitar estas oportunidades:

- localização privilegiada;
- grande parque produtivo, que inclui um polo petroquímico e uma refinaria, um forte setor metalomecânico e químico e expertise empresarial;
- força de trabalho qualificada e experiente;
- universidades de qualidade nas áreas de engenharia, tecnologia e gestão, além de bons cursos técnicos;
- articulação entre os sete municípios voltada a ampliar o potencial da região;
- vontade coletiva de avançar em termos econômicos, tecnológicos, sociais e culturais.

Cabe a todos os atores públicos e privados articular essas vantagens e transformá-las em ação. A Prefeitura de São Bernardo do Campo, o Consórcio Intermunicipal e a Agência de Desenvolvimento estão fazendo a sua parte.

A Prefeitura deu a partida no contato de suas instituições de ensino superior e técnico com a universidade Petrobras, cuja diretora esteve no município,

se reunindo com representantes destas instituições. Além da formação de recursos humanos, também manteve-se contato com o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (Cenpes) da Petrobras para equipar ou aperfeiçoar os laboratórios das instituições de ensino.

O intuito é que os estudantes e pesquisadores da região do Grande ABC se beneficiem da aplicação de 1% da receita bruta da exploração do Pré-Sal, exigidos pela legislação brasileira como contrapartida em pesquisa e desenvolvimento.

O evento fez parte de uma série inaugurada em 5 de julho de 2011 e que teve continuidade em outro *workshop* em novembro do mesmo ano. O coroamento deste processo foi a Feira EquipaIndústria em junho de 2012.

O esforço é pela reconversão ou adaptação produtiva das indústrias da região para se incorporarem a essa nova etapa econômica. Também esperamos que nossas universidades reforcem o engajamento na formação de recursos humanos qualificados e no desenvolvimento de pesquisas para esse setor tão promissor para o Brasil e nossa região.

Para agregar reflexões sobre a estratégia do Grande ABC para aumentar sua participação na cadeia fornecedora da indústria de petróleo e gás, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo organizou a publicação bilíngue (português/inglês) *O ABC do Petróleo e Gás: o potencial do Grande ABC no fornecimento de produtos e serviços à cadeia de petróleo e gás*; com 278 páginas, ela reúne artigos de especialistas, empresários, acadêmicos, sindicalistas e gestores públicos e foi publicada, em 2014, pela Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC.

Registre-se também a ação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico que resultou na constituição de um Posto Avançado de Cadastramento (PAC) da Petrobras no paço municipal de São Bernardo do Campo. Vejamos um trecho da publicação *ABC do Petróleo e Gás*:

As gestões de nossa região junto à Petrobras pela instalação de um Posto Avançado de Cadastramento (PAC) resultaram na sua efetiva abertura, em junho de 2012, em área específica na Sala do Empreendedor, no paço municipal de São Bernardo. Seu campo de ação é regional e visa dar apoio técnico às empresas que desejam inserir-se no cadastro de fornecedores da Petrobras. Essa inserção não é fácil, como

se sabe, e a função do Posto é disponibilizar o ‘caminho das pedras’, especialmente às pequenas e médias empresas. Em seu primeiro ano de funcionamento, encerrado em agosto de 2013, o PAC atendeu cerca de quinhentas empresas no Grande ABC. A partir 1º de outubro de 2013, o PAC passou a funcionar na sede da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, em Santo André, em nova etapa mais voltada ao conjunto da região. (Anav, 2014).

A política de apoio ao empreendedorismo e de fomento às atividades de comércio e serviços

A Prefeitura de São Bernardo do Campo, nas gestões do prefeito Luiz Marinho, buscou apoiar o empreendedorismo e fomentar os segmentos de comércio e serviços. Entre as principais ações nesta área destacam-se:

A aprovação da Lei Geral Municipal de apoio à micro e à pequena empresa

Em sua larga obra, Schumpeter (1911, 1939, 1942), famoso economista do século XX, escreveu que o empresário individual, ao buscar o lucro e procurar ganhar a concorrência, tem como função social “inovar”: revolucionar uma forma de produção ou produto, de forma a explorar uma possibilidade nova. Foi assim com a energia elétrica, o aço, o vapor, o automóvel, entre outras inovações importantes e revolucionárias. É o empresário o responsável pela “destruição criadora”: a inovação tecnológica ou sua aplicação prática. O empresário pequeno, individual, seria a célula viva do sistema.

Para Schumpeter, a grande empresa, embora admirada, gera estruturas monopolistas e burocráticas, reduzindo a competição e o espaço da pequena empresa. Sem querer, a grande empresa destruiria aos poucos a referida função do empresário, que é “inovar”. Ela tornaria o organismo econômico menos

eficiente e menos democrático quanto ao poder e à riqueza. O próprio sucesso da grande empresa, com a concentração do capital, conduziria o sistema à crise.

Sem entrar no mérito das colocações de Schumpeter, fiquemos com o essencial aqui: o papel vital da pequena empresa.

No Brasil, a pequena empresa tem importância cada vez maior. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em pesquisa divulgada em 2010, entre 1998 e 2008, a cada três empregos criados, dois ocorreram em empresas com até dez trabalhadores; 54% de todos os postos de trabalho estão nestas empresas.

A pequena empresa continua carecendo de apoio. Por isto, foi tão importante a assinatura da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006. A lei procura tirar da informalidade negócios que hoje têm faturamento mensal de até R\$ 5 mil; são cabeleireiras, ambulantes, motoboys, costureiras, marceneiros, entre outros. Reduz o pagamento de tributos; dá prioridade em licitações; possibilita o crédito; concede o benefício da aposentadoria por tempo de contribuição. Como esta lei também exige a sua aprovação no município, o prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, enviou para a Câmara, e aprovou, em abril de 2010, sua versão municipal. De acordo com a Receita Federal, 6.540 microempreendedores estão em processo de formalização no município (dado de 2012).

Em 14 de abril de 2010, a Câmara Municipal de São Bernardo do Campo aprovou o Projeto de Lei do Executivo que institui o Programa Municipal de Apoio à Micro e Pequena Empresa. O projeto, que também prevê o apoio ao Microempreendedor Individual (MEI), foi aprovado por unanimidade entre as bancadas e foi a seguir sancionado pelo prefeito Luiz Marinho. Orgulhosamente, São Bernardo do Campo faz parte do grupo de municípios – infelizmente, ainda poucos se considerados os mais de cinco mil do país – que já aprovaram a Lei Geral de Apoio à Micro e à Pequena Empresa. Aliás, desde o início do governo, a orientação do prefeito é a de olhar com especial atenção a pequena empresa do município: elaborar o referido projeto de lei; constituir uma Sala do Empreendedor; dialogar com o Sebrae para a instalação de um posto desta respeitada instituição; apoiar a economia solidária, entre outras ações.

Seguindo a lei federal, a lei municipal aprovada estabelece em primeiro lugar a conceituação do que é cada empreendimento de pequeno porte: aque-

les que têm faturamento anual até R\$ 36 mil por ano (R\$ 3 mil por mês) são denominados de MEI; os que recebem até R\$ 240 mil por ano são chamados de microempresas; e os que recebem até R\$ 2,4 milhões por ano, pequenas empresas. A partir daí são estabelecidos vários incentivos.

A Lei Municipal prevê exclusividade das micro e pequenas empresas nas licitações (compras pela prefeitura) envolvendo valores até R\$ 80 mil. Nas licitações com valores superiores, pelo menos 25% do total serão reservados às micro e pequenas empresas. Estabelece também incentivos à inovação tecnológica por parte do governo municipal para os empreendimentos de pequeno porte. Sobre estes pontos, voltaremos em outro momento.

Por ora, vamos nos concentrar nos MEIs. São Bernardo do Campo os apoia por meio da isenção de taxas de fiscalização e de publicidade e da concessão do cadastro de funcionamento provisório. Este último incentivo, desde que a atividade do MEI não esteja enquadrada como de risco.

Para se tornar um MEI e ter direito a todos estes benefícios, a pessoa tem que se inscrever no site do governo¹ que fornece um passo a passo detalhado, sem burocracia, de quais devem ser os procedimentos. Além disso, ela terá que pagar um total de R\$ 57,15 por mês, a título de INSS (R\$ 51,15), ISS (R\$ 5,00) e ICMS (R\$ 1,00). Com isto, o MEI será enquadrado no Simples e será isento do pagamento de Imposto de Renda, PIS, Cofins, IPI e CSLL. No primeiro ano, o custo com o contador é gratuito.

Ao conquistar o direito à formalização do seu negócio, o MEI poderá ter facilitado acesso ao crédito e aos serviços bancários. Os bancos estão agora estudando como reduzir as tarifas bancárias e taxas de juros para o MEI.

A lei facilita o registro de até um empregado do MEI, com baixo custo. O empregador pagará 3% de previdência e 8% de FGTS sobre o salário-mínimo por mês (total de R\$ 51,15 por mês) e o empregado contribuirá com 8% para a previdência. A partir daí o empregado passa a gozar dos direitos trabalhistas, como 13º salário e férias, como qualquer trabalhador formal.

Por tudo isso, pode-se ver o largo alcance social e econômico deste conjunto de medidas. Nossa intenção é conclamar a sociedade são bernardense – associações de bairro, associações de classe, igrejas – para que essas informações

¹ www.portaldoempreendedor.gov.br

e apoio (inclusive para a inscrição no site) cheguem às centenas de milhares de potenciais MEIs existentes no município.

Constituição e funcionamento da Sala do Empreendedor

Em 2006, o Banco Mundial divulgou um relatório que trata da dificuldade de se abrir uma nova empresa no Brasil. Os dados apontaram que as muitas exigências do poder público, em suas três esferas (municipal, estadual e federal), são alguns dos empecilhos para movimentar a economia.

O texto do *Doing Business in Brazil*² revelou que as informações para a abertura de negócio próprio são confusas e o processo, além de lento, é oneroso. Meandros burocráticos, como abertura de empresa (desde a aquisição do alvará de funcionamento até as últimas checagens realizadas pelos órgãos competentes), registro de propriedade, obtenção de crédito e pagamento de tributos foram levados em conta para finalização do relatório.

Segundo pesquisa, realizada em 155 países, o Brasil ocupava o 119º lugar dentre as nações mais burocráticas do mundo. Países de primeiro mundo, como a Austrália e os EUA, ficaram com variação de dois a cinco dias.

O relatório ressaltou que a morosidade nos processos retarda o crescimento da economia brasileira, e sugere alternativas para solucionar esse problema, como por exemplo, a liberação de alvarás provisórios, a unificação de processos de abertura e de locais para sua realização – com métodos que agilizem e facilitem as coisas para o empreendedor.

São Bernardo do Campo vem dando passos assertivos para tirar a cidade deste ranking negativo em que se situam as cidades brasileiras. Diversas secretarias – incluindo a de Desenvolvimento Econômico – buscaram realizar um projeto para tornar realidade uma de suas metas de governo: a de criar a “Sala do Empreendedor”, onde o interessado realizará todos os trâmites para abrir uma nova empresa.

Para concretizar o projeto – inexistente no município – a atual gestão uniu Secretarias e buscou trabalhar também com parcerias, compartilhando sua ‘con-

² Disponível em: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/region__ext_content/regions/latin+america+and+the+caribbean/publications/doing+business+in+brazil+2006 .

cepção e execução com órgãos governamentais e entidades que estejam ligadas ao tema, como a Receita Federal, BNDES, Órgãos Estaduais, Junta Comercial, Banco do Povo, Agência de Desenvolvimento Econômico, entre outros.

Inaugurada em setembro de 2011, a Sala do Empreendedor representa novo patamar na relação da Prefeitura com os empreendedores, especialmente os milhares de microempreendedores e as pequenas e médias empresas. Coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, ela conta com a matricialidade de ação de várias secretarias. Ela permite uma atenção especial no relacionamento com os empreendedores. Os principais beneficiados são pessoas que procuram a formalização do seu negócio ou simplesmente querem iniciar um empreendimento comercial.

Como resultado, pouco a pouco, surgem fluxos mais ágeis e menos burocráticos por parte dos serviços da Prefeitura. A Sala do Empreendedor também vem propiciando arranjos de parcerias entre a Prefeitura e as instituições que se relacionam e apoiam os empreendedores (Sebrae, Sescon-SP, Acisbec, CDL, Sindcont, INSS, instituições financeiras, entre outras). Entre setembro de 2011 e meados de 2015, a Sala realizou cerca de 150 mil atendimentos técnicos.

Destaca-se também o Programa de Aperfeiçoamento Empresarial desenvolvido pela Sala do Empreendedor, por meio de cursos e palestras. Foram realizados 181 eventos, com 5.305 participantes; 18 plantões móveis da Sala do Empreendedor em eventos e nos bairros com o Sebrae móvel e CTR móvel, que realizaram 1.240 atendimentos. Realizaram-se ainda duas Semanas do Empreendedor em São Bernardo do Campo em 2014 e 2015, com 2.070 atendimentos.

No primeiro semestre de 2013, está programado o início de uma nova etapa na desburocratização: a assinatura de adesão da Prefeitura ao Sistema Integrado de Licenciamento, denominado via rápida empresa. Trata-se de uma parceria do município com o governo do Estado de São Paulo e o governo federal (pois o Via Rápida integra o sistema do Rede Sim). Espera-se que até o final de 2015 o Via Rápida esteja implantado em São Bernardo do Campo.

Registre-se que o prefeito Luiz Marinho recebeu em 2009, 2011 e 2013 o selo prefeito empreendedor do Sebrae-SP, em reconhecimento ao estímulo para o surgimento e desenvolvimento dos pequenos negócios na cidade, bem como pela modernização da gestão pública.

Estímulo ao associativismo e fomento dos segmentos de padarias, restaurantes, bares e afins

APL de Restaurantes, Bares e Afins

Em 2011, foi criado o APL de Restaurantes, Bares e Afins de São Bernardo do Campo, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo. A finalidade do APL é, primeiramente, reunir as empresas do setor para que, em parceria com a gestão pública e outras instituições (Sebrae, Senac, universidades, associações empresariais, sindicatos de trabalhadores entre outros), busquem soluções em conjunto para os diversos problemas em comum. Hoje, o APL conta com aproximadamente 130 empresas entre comércios e indústrias.

O objetivo do APL é criar novas oportunidades de negócios para os estabelecimentos gastronômicos do município. Uma das ações originadas neste âmbito foi a primeira edição do Festival Rotas dos Sabores, em 2011. Depois dessa, várias outras ações passaram a fazer parte das atividades do APL: palestras sobre vigilância sanitária; cursos de manipulação de alimentos; cursos do departamento de zoonoses, especialmente o curso de controle de pragas; a licença sanitária simplificada, entre outros.

Festival Rotas dos Sabores

O Festival foi realizado pela Prefeitura, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, em parceria com a Associação de Hotéis, Restaurantes, Turismo e Similares de São Bernardo do Campo (Assorth) e com o Sindicato das Empresas de Hospedagem e Alimentação (Sehal). Contou também com o apoio de empresas privadas.

Os objetivos do Festival, na visão da Prefeitura são: criar novas oportunidades de negócios para os estabelecimentos gastronômicos do município, como os restaurantes, bares, lanchonetes, panificadoras, pizzarias, *fast foods* entre outros; estimular o associativismo e a cooperação entre os estabelecimentos, e entre eles e o poder público, visando a geração de políticas em favor do segmento e da geração de emprego e renda.

Os números e informações das três primeiras edições (2011, 2012, 2013) foram: 310 estabelecimentos participaram do Festival; cerca de 31 mil pessoas provaram os pratos do festival; o aumento médio no faturamento foi de 16%.

Na 4ª edição do Festival Rotas dos Sabores, realizado entre 10 de outubro e 2 de novembro de 2014, os números e resultados foram também bastante expressivos: 203 estabelecimentos participaram; cerca de 15 mil pessoas provaram os pratos do festival; lançamento do Site do Festival³; divulgação e sorteios pelo facebook oficial da Prefeitura de São Bernardo do Campo; aumento médio no faturamento da ordem de 20%.

A primeira edição do livro de receitas do Festival Rotas dos Sabores foi lançada em 16/6/2014 no Restaurante Escola. O livro reúne diversas receitas com o melhor da gastronomia do município.

APL Pesqueiro

O APL Pesqueiro teve o início de suas atividades em 2014. Foram realizadas quatro reuniões em parceria com a Secretaria de Gestão Ambiental e as empresas participantes do APL.

Realizou-se levantamento das nascentes e da infraestrutura existente; reuniões com a Secretaria de Finanças para esclarecimentos das taxas de fiscalização e normas de funcionamento inclusive em relação à venda de bebidas alcoólicas nos pesqueiros; e disponibilização de cursos do Pronatec.

Foram criados, ainda, novos tipos de fossas para captação de resíduos sólidos (escamas/outros); produzidos encartes temáticos para conscientização dos usuários; instalações de *contêiners* para lixo reciclável; instalação de novas placas indicativas; discussões sobre requalificação profissional (apresentação CTR); criação de método de classificação dos pesqueiros com pontuações determinadas pela adesão ao projeto.

O programa Pesqueiro Sustentável tem como meta o desenvolvimento econômico e sustentável dos estabelecimentos e a proteção ambiental de seu entorno. Nove pesqueiros participam dele, com início em agosto de 2013, coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, Secretaria de Gestão Ambiental e subprefeitura do Riacho Grande. Essa ação desenvolvida nos pesqueiros faz parte de um trabalho maior da Prefeitura, que inclui o fortalecimento das rotas ecoturísticas e de gastronomia. Dentre as ações desenvolvidas pela Prefeitura com os funcionários e os

³ www.festivalrotasdossaboressbc.com.br

proprietários dos pesqueiros está a realização de cursos de orientação sobre boas práticas na manipulação de alimentos, uso de fossa e combate de pragas urbanas. Também foram realizadas palestras sobre legislação ambiental, análise da qualidade da água para consumo e adequação dos reservatórios que apresentaram resultado negativo; e disponibilização de recipientes para coleta de resíduos recicláveis.

Modernização e fomento do mercado municipal

Nos dias de hoje, *shoppings centers* e hipermercados são estabelecimentos que dominam o comércio. São arenas típicas de um mundo globalizado, padronizado.

Paradoxalmente, porém, as grandes cidades buscam manter e revitalizar seus mercados municipais. É como se o mercado municipal se constituísse em um dos espaços de preservação de sua verdadeira identidade. Entre uma e outra compra, comerciantes e “fregueses” se chamam pelo nome, dialogam sobre os rumos da cidade e a vida em geral. Em tempos anteriores, os mercados municipais eram entrepostos comerciais muito importantes no centro das cidades, locais indispensáveis de abastecimento das famílias.

Fundado em 1968, o Mercado Municipal de Rudge Ramos está prestes a completar 47 anos. Possui cerca de 70 boxes e movimentação diária de cerca de 1.500 pessoas. O prédio conta com estacionamento, mezanino e está numa das áreas mais nobres do bairro. É por isso, também, que só tende a crescer. O Mercado Municipal de Rudge Ramos passou a ser o único após 1998, quando o Mercado Central deixou de existir. Nessa ocasião, incorporou o nome de Hélio Masini, comerciante do Mercado Central morto num assalto. Alguns dos comerciantes do mercado central migraram para o Mercado de Rudge Ramos, que passou a ser uma nova fase do Mercado Municipal de São Bernardo do Campo.

Com administração da Prefeitura e auxílio da Associação dos Lojistas locais, o Mercado Municipal se mantém firme e forte, mas precisa passar por revitalização. Ele também precisa oferecer novos serviços à população, e esta é uma das metas da repaginação do entreposto. Montou-se um grupo de trabalho, envolvendo Prefeitura e permissionários, para estruturar um plano de ação. Um dos primeiros resultados foi a elaboração de um regimento, até hoje inexistente, que estabeleça claramente as normas de comercialização e uso do Mercado Municipal.

Na época de sua fundação, o Mercado Municipal de Rudge Ramos era uma inovação. Nosso objetivo não é diferente. É necessário melhorar a utilização dos espaços, a fim de oferecer um leque de serviços à altura do bairro. É essencial constituir ali serviços bancários à população. É fundamental também ampliar as opções de compra dos munícipes e aumentar a autoestima dos comerciantes locais, cujos produtos devem ser valorizados. Temos que dar também acessibilidade aos portadores de deficiência, hoje inexistente. Vendendo produtos característicos, o objetivo é que seja tratado como referência, como são os mercados municipais de cidades como São Paulo e Curitiba, guardadas as devidas proporções.

O Mercado Municipal é uma conquista de nossa cidade e deve ser tratado da forma que merece. A meta é, por meio de parcerias com os próprios comerciantes atuais e os novos, transformá-lo num local ainda mais acolhedor e agradável, que possa nos trazer novamente a referência e o orgulho de seus tempos áureos, tanto para o bairro de Rudge Ramos como para a cidade de São Bernardo do Campo.

Entre os avanços já conquistados nas gestões do prefeito Luiz Marinho, podemos citar: reformas no banheiro, pintura, jardinagem, instalação de elevador, benfeitorias no espaço da alimentação (mezanino), complementação de lojas. No diálogo com os permissionários, ficou acordado que a segurança e outros serviços passaram a ser mantidos pela Associação. Na limpeza, ocorreu processo semelhante. Simultaneamente, iniciou-se também processo de regularização de documentos e de pagamentos de permissionários (esta ação da Secretaria foi realizada em parceria com a Secretaria de Finanças). Como resultado, pode-se afirmar que, hoje, mais de 90% dos pontos de comércio encontram-se regularizados. O restante está em vias da regularização.

Feiras noturnas

As feiras livres constituem-se em formas de comércio das mais tradicionais no sistema econômico. Elas estiveram presentes em diferentes momentos da história da humanidade. Desconhecemos cidades de médio e grande porte que não tenham suas feiras livres.

Mas elas também precisam se modernizar, inovar-se. Nos últimos anos, muitas feiras livres perderam fregueses para outros espaços de comércio, como

os hipermercados. É a partir desta perspectiva – a da modernização – que a Prefeitura de São Bernardo do Campo inaugurou, em dezembro de 2010, a 1ª Feira Livre Noturna de São Bernardo do Campo.

Situada à Rua São Paulo, ao lado do Ginásio Poliesportivo, a 1ª Feira Noturna pública de São Bernardo funcionará todas as quartas-feiras, das 19h às 23h. Nela, os consumidores poderão adquirir frutas, verduras, legumes, peixe, frango, entre vários outros itens, bem como fazer um lanche, comprar artesanato, sentar-se e divertir-se.

Este projeto partiu da forte determinação do prefeito Luiz Marinho, que incumbiu a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, juntamente com a Secretaria de Serviços Urbanos, de realizar a feira. Também foi muito importante o papel da Secretaria de Obras, que ajudou no projeto de reforço à iluminação das ruas e das barracas.

A ideia é dar uma opção de compra e de entretenimento adicional aos moradores e consumidores em geral, muitos dos quais não podem fazer suas compras durante o dia ou nos fins de semana.

Posteriormente, a Prefeitura constituiu uma segunda feira livre noturna. Desta vez na Av. Caminho do Mar, Praça dos Meninos, Rudge Ramos.

Cabe dizer que a modernização das feiras vai além da constituição da feira noturna. A ideia é também: introduzir o dinheiro eletrônico; capacitar os feirantes por meio de cursos de gestão; orçamentos etc.; introduzir novas balanças e equipamentos de medição; implementar novas formas de apresentação de preços; incorporar novos produtos; incentivar a reciclagem do lixo; formalizar os feirantes (tornando alguns deles Microempreendedor Individual, por exemplo); fornecer crédito para capital de giro e investimentos.

Em suma, o desejo e determinação é que essa feira, não apenas seja bem-sucedida, mas tenha vida longa e sirva de modelo para o surgimento de outras semelhantes em outros cantos da cidade.

A política para o desenvolvimento da cadeia produtiva turística em São Bernardo do Campo¹

No período de 2009 a 2015, a Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo – e esta por intermédio da Diretoria de Turismo e Eventos – buscou intensificar suas ações para se tornar, formalmente, “Município de Interesse Turístico” (por meio de Projeto de Lei Estadual) em uma primeira fase, e Estância Turística em uma segunda fase, bem como um dos “destinos turísticos do Brasil” (conforme indicação feita pelo Ministério do Turismo).

O entrelaçamento do município com a história colonial brasileira, a imigração estrangeira do final do século XIX para o trabalho nas lavouras de café, o processo de industrialização no século XX, com destaque para a indústria automobilística, as lutas pela redemocratização e o berço do novo sindicalismo no final dos anos de 1970, combinados com os atrativos da Serra do Mar e da represa Billings, preenche todas as condições para que este pleito da cidade se torne uma realidade.

A Prefeitura, sob o comando do prefeito Luiz Marinho, tem realizado, desde 2009, uma série de ações para conseguir este objetivo, e importantes passos foram dados.

¹ Esta seção tomou, em parte, como base São Bernardo do Campo, 2015d.

No programa de Turismo Industrial, organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo, as indústrias têm se mostrado um canal de atração de turistas para a cidade, fortalecendo a vocação industrial e potencializando a capacidade turística. Isto impacta diretamente no desenvolvimento econômico do município. Lançado em agosto de 2013, o programa de Turismo Industrial consiste em visitas monitoradas, nas quais os empreendedores “abrem as suas portas” para receber grupos de pessoas interessadas em conhecer a estrutura produtiva, a forma de produzir e a tecnologia empregada.

O programa de Turismo Industrial conta hoje com oito parceiras oficiais: Wheaton Brasil Vidros, Zurich Termoplásticos, Formag’s Gráfica e Editora, Mercedes-Benz do Brasil, Scania Latin America, Volkswagen do Brasil, BASF – *We Create Chemistry* (Tintas Suvinil e Fundação Espaço Eco) e Friozem Logística. Para todas elas, trata-se de importante ação de fortalecimento e divulgação da imagem da companhia, intensificando o diálogo com a comunidade e promovendo a responsabilidade social. Estão em andamento as tratativas que viabilizarão a participação de novas empresas no programa.

Já foram realizadas, até maio de 2015, 1.235 visitas nas empresas. Cerca de 70% dos turistas vieram de outros estados e o principal público é composto por universitários. Grupos de estudantes estão com visitas programadas até junho de 2016. Em março de 2015, verificou-se a recepção do primeiro grupo internacional, composto por estudantes e corpo docente da Facultad de Administración y Negocios Internacionales e da Universidad Tecnológica del Perú.

O turismo industrial será em breve desdobrado em outra vertente fundamental da história e da identidade de São Bernardo do Campo: o turismo sindical. A reforma já efetuada do Estádio Primeiro de Maio (local das grandes assembleias sindicais do final dos anos de 1970) e a construção, em estágio final, do Museu do Trabalho e do Trabalhador, são ações da Prefeitura (conveniada com o governo federal) que viabilizam esse novo circuito turístico, de interesse de amplo público nacional e até internacional. Naturalmente, outros locais do território municipal serão integrados, como o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, peça-chave na renovação do sindicalismo brasileiro, nas lutas nacionais pela democracia e na construção da CUT, além de ter sido a origem política do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O pavilhão Vera

Cruz – que, além de representar parte da história do cinema nacional, foi também a sede do histórico Congresso de Fundação da CUT em 1983 – é outro ponto natural de interesse.

De acordo com a estratégia em curso, os visitantes atraídos a esses dois circuitos poderão entrar em contato com outros elementos da paisagem local, de grande interesse turístico:

- a represa Billings, mais acessível após a revitalização promovida pela Prefeitura na prainha do Riacho Grande – com a construção de *deck* moderno, requalificação dos quiosques com orientação aos comerciantes, nova iluminação, intervenções estruturais no esgotamento sanitário, medidas de vigilância sanitária e segurança pública, envolvendo os comerciantes, moradores, lideranças em geral – e no Parque Estoril, por meio de medidas de saneamento ambiental, reabertura do teleférico, melhoria paisagística e introdução de novos equipamentos de lazer;
- as rotas gastronômicas do frango com polenta – tradição associada aos imigrantes italianos – e do peixe, às margens de represa, reforçadas nos anos recentes pelo festival Rotas dos Sabores e Festival do Peixe, iniciativas da Prefeitura;
- o Pavilhão Vera Cruz, que, além dos fatos já mencionados, foi sede da primeira companhia cinematográfica brasileira e é objeto de revitalização para transformar-se em complexo de audiovisual de importância nacional, por meio de edital da Prefeitura, com certame já concluído;
- a Cidade da Criança, primeiro parque temático brasileiro, que permanecia fechada havia cinco anos (desde 2005) e foi reaberta, revitalizada e modernizada pela nova gestão municipal desde 2009, contando hoje com grande afluência de público;
- a calçada do Lorena e a Chácara Silvestre, locais históricos, o último deles revitalizado pela administração municipal (atualmente sede do Centro de Culturas Populares), ambos abertos à visitação;
- a Serra do Mar, acessível pela Estrada Velha de Santos, conforme solicitação da Prefeitura ao Governo do Estado de São Paulo, que tem a gestão da área;
- a construção do Museu do Trabalho e do Trabalhador (obra em fase final).

Esse conjunto de atrativos, viabilizado pela ação do poder público municipal na revitalização, requalificação e criação de novos equipamentos e espaços turísticos, justifica a intenção desta gestão da Prefeitura de conquistar para São Bernardo do Campo o título de “Município de Interesse Turístico”, estágio preliminar para o alcance do título de “Estância Turística” – também almejado.

Um conjunto de iniciativas municipais está em andamento para preencher os requisitos da elevação do município à categoria de município de interesse turístico. Entre elas, destaca-se a organização e funcionamento do Arranjo Produtivo Local (APL) de turismo, a partir do Grupo de Trabalho de Turismo (Getur), reunindo, além da Prefeitura (que exerce a coordenação por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo), os diversos segmentos que compõem a cadeia turística: universidades, agências de viagem, hotéis, bares, restaurantes, locadoras de veículos, casas de câmbio, empresas de transportes, artesãos, entre outros. Alcançar a categoria citada constitui o alvo maior da estratégia de expansão do turismo, enquanto item-chave do desenvolvimento econômico local.

Contribuem para essa estratégia diversos elementos importantes: a reabertura, requalificação e revitalização de equipamentos turísticos, como a prainha do Riacho Grande, o Parque Estoril, a Cidade da Criança, a Chácara Silvestre, o Estádio Primeiro de Maio, o Pavilhão Vera Cruz e a construção do Museu do Trabalho e do Trabalhador; a atração de novos hotéis e o estímulo à expansão e modernização da rede hoteleira existente; a criação de dois Centros de Informação ao Turista (CIT), um na Rodoviária e outro na Cidade da Criança; ações de capacitação de agentes e atores da cadeia turística, como taxistas e frentistas de postos de combustíveis.

Adicionalmente, agrega-se uma dimensão regional a esse esforço, por meio das entidades de articulação do Grande ABC, rumo a políticas complementares e integradas entre os municípios componentes da região, também no campo turístico.

Por fim, assinalem-se algumas obras que contaram com a participação do governo federal, por meio de convênios. Com efeito, é de conhecimento público que a Prefeitura de São Bernardo do Campo assinou diversos convênios com a União. Entre os principais, estão o da requalificação da prainha no Riacho Grande, o da requalificação do Parque Estoril e o da sinalização tu-

rística – todos feitos em parceria com o Ministério do Turismo. Por sua vez, a construção do Museu do Trabalho e do Trabalhador constitui parceria do município com o Ministério da Cultura.

O turismo industrial

Graxa, macacão, chaminé, apito de fábrica são sinônimos de São Bernardo do Campo. Com a industrialização, o ABC passou a ser identificado, no Brasil e no mundo, como a região da indústria, do trabalho e do sindicalismo. O Grande ABC representa o maior parque industrial da América Latina. São Bernardo do Campo, coração deste parque, abrange hoje cerca de 1.250 estabelecimentos industriais e mais de 100 mil empregos industriais. Esta identidade originou-se, no início do século XX, com as fábricas têxteis, de móveis e de porcelanas. Ainda em meados do século passado, esta identificação do município com a indústria aprofundou-se com a presença das grandes fábricas montadoras de veículos, autopeças, máquinas, eletroeletrônicas, químicas, de cosméticos e alimentação; e, neste século XXI, estará associada também com a alta tecnologia resultante da instalação de uma fábrica de partes da aeronave supersônica Gripen. Industriais como Ciccillo Matarazzo, Luiz Villares, Salvador Arena, José Mindlin e Abraham Kasinski, bem como sindicalistas como Luiz Inácio Lula da Silva, são alguns dos nomes que fazem parte desta rica história.

O atual prefeito transforma em realidade um antigo sonho da região: está em andamento, em São Bernardo do Campo, com apoio do governo federal, a construção do Museu do Trabalho e do Trabalhador, que será importante âncora do turismo regional. Essa obra é coordenada pela Secretaria de Cultura do município.

Não há antagonismo entre ser uma região industrial e querer promover o turismo. Por si só, já seria muito interessante mostrar fábricas, chaminés e sindicatos (turismo industrial). Essa marca industrial não pode ser desperdiçada pela cadeia do turismo, pelos municípios, nem pelo governo do Estado e governo Federal, nem pelas próprias indústrias. Há muito interesse em se conhecer uma linha de montagem industrial e a história dos empreendedores e dos sindicatos. Temos sítios históricos, monumentos, gastronomia e hábitos liga-

dos à industrialização. Sob o ponto de vista da empresa, participar do turismo industrial pode ser bem proveitoso, pois se trata de ação de fortalecimento e divulgação de sua marca, bem como de diálogo dinâmico com estudantes, pesquisadores, consumidores e outros empresários. Para turistas e visitantes, é oportunidade ímpar de conhecer processos de produção.

No entanto, podemos ir além. A densa trajetória industrial também nos proporcionou um rico legado em equipamentos públicos e privados, pontos históricos, gastronomia, festas, hábitos e costumes.

Se fizéssemos pesquisa em várias partes do país e perguntássemos que motivos levariam as pessoas a programar uma viagem para a região do ABC, é provável que muitas delas indicassem a necessidade da realização de negócios e o desejo de conhecer uma operação fabril de perto: conhecer *in loco* as atrações de uma cidade industrial: ver em funcionamento uma fábrica; passear pela história do movimento sindical – que passa, por exemplo, pelo Estádio Primeiro de Maio, pela Igreja Matriz e pelo sindicato dos metalúrgicos do ABC. De fato, a nossa marca está associada à indústria e ao trabalho. Cabe às gestões públicas e à cadeia produtiva do turismo (composta por empresários dos equipamentos receptivos, hotéis, restaurantes, agências de viagens, entre outros) construir uma política para o turismo que se “aproveite” desta marca; não “duelar” com ela.

Assim, os turistas dispõem de um conjunto de opções que, a partir do seu desejo de fazer negócios e conhecer algumas linhas de montagem e as lutas sindicais mais marcantes, estimula seu interesse pelo entrelaçamento da história do Grande ABC com a do Brasil Colonial (preservada na calçada do Lorena, de 1792); a imigração de europeus e asiáticos, que vieram para trabalhar primeiro nas lavouras de café do Estado e, depois, nas primeiras fábricas têxteis, de alimentos e móveis; o Pavilhão Vera Cruz, relacionado com a história do cinema brasileiro e de industriais como Ciccilo Matarazzo; o Ginásio Poliesportivo; a Cidade da Criança; o Parque da Juventude; a Chácara Silvestre; a Rota do Frango com Polenta; a Rua Jurubatuba (rota dos móveis). No território municipal, há ainda os encantos da Mata Atlântica e da represa Billings, que é um dos maiores espelhos d’água do país. Para fomentar o turismo na área, a Prefeitura, sob a gestão municipal que assumiu em 2009, revitalizou a prainha do Riacho Grande e o Parque Estoril.

Com base nisso, a Prefeitura do município, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SDET) de São Bernardo do Campo, lançou em 2013, o Programa “Turismo Industrial em São Bernardo do Campo”. O atual prefeito estabeleceu essa iniciativa como uma das diretrizes na área do turismo.

Atualmente, participam do Programa: Volkswagen do Brasil, Scania Latin America, Mercedes-Benz do Brasil, Wheaton Brasil Vidros, Zurich Termoplásticos, Basf- We Create Chemistry (Tintas Suvinil e Fundação Espaço Eco), Friozem Logística e Formag’s Gráfica e Editora. São vários os grupos de visitantes: estudantes de vários estados brasileiros e também de outros países; grupos formados exclusivamente por mulheres; grupos da melhor idade; empresários; municípios, entre outros.

É tão grande o interesse que atualmente a Prefeitura de São Bernardo do Campo constrói projeto de parceria com universidades da região (até o momento, UFABC, FEI e Anhanguera) que busca propiciar visitas regulares de estudantes às empresas do programa, assim como de empresários às universidades.

Há também a construção de um termo de cooperação técnica em nível internacional com os municípios de São João da Madeira e Marinha Grande, ambos situados em Portugal. Estes municípios são referências no turismo industrial na Europa.

Para a formatação do Turismo Industrial, todas as diretrizes da visita são prerrogativas da empresa, considerando nossa preocupação com a confidencialidade e a concorrência. Por isto, a empresa interessada estrutura com a SDET as regras de sua participação. A proposta apresentada pela Prefeitura para participação das empresas é muito flexível e respeita todos os processos de sigilo e de interesse das empresas: perfil dos visitantes; periodicidade da visita, dias e horários de visita; registro ou não de imagens; número de visitantes, idade mínima, áreas passíveis de visita, entre outros.

Em breve, será anunciada parceria com uma grande empresa operadora do turismo. A intenção é estruturar um roteiro turístico (incluindo o turismo industrial) a ser disponibilizado para as pessoas que queiram conhecer todos os encantos – os mais e os menos conhecidos – desta simbólica, histórica e bela região industrial.

O 1º *Workshop* sobre turismo industrial do ABC, organizado pelo Consórcio Intermunicipal em conjunto com a Agência de Desenvolvimento Econômico em novembro de 2014, foi o primeiro passo para estender regionalmente o projeto lançado, com sucesso, em 2013, pela Prefeitura de São Bernardo do Campo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo. A intenção agora é ampliar o número de empresas e segmentos visitados, abrangendo também os seis outros municípios.

Registre-se também que a Tecoste Confeccões, empreendimento da economia solidária de São Bernardo do Campo, tornou-se fornecedora oficial (com a produção de itens personalizados) do Programa de Turismo Industrial da Prefeitura de São Bernardo do Campo. A partir de junho de 2015, os turistas que vierem para a cidade nas visitas monitoradas às empresas poderão adquirir artigos (bolsas, necessários, porta-objeto, sacolas, mochilas, estojos, entre outros) com a marca do programa e produzidos pelo empreendimento.

O grupo de costureiras é um dos empreendimentos apoiados pelo programa de geração de trabalho e renda da Prefeitura de São Bernardo do Campo e integra o APL Têxtil e Confeccões do Grande ABC.

A oficina, que abriga máquinas de costura industrial, entre outros equipamentos, está instalada em espaço cedido pela Prefeitura. A coordenação da atividade é da SDET.

O grupo é formado por seis costureiras que se uniram em 2009, a partir do projeto Costurando o Futuro, da Fundação Volkswagen, que promove a capacitação técnica e fornece material dentro do conceito da logística reversa. Ou seja, a matéria-prima utilizada pela confecção são os uniformes em desuso pelos funcionários da fábrica e revestimentos de bancos.

Além disso, o grupo tem apoio da SBCSol, a incubadora pública da Prefeitura (Gomes et al., 2015). Trata-se de projeto da atual administração municipal, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo – em parceria com a Universidade Metodista, Instituto Granbery e Finep – que procura fomentar a economia solidária na cidade.

Turismo industrial e universidades

Vale ainda mencionar que um grupo formado por estudantes da Faculdade Anhanguera de Anápolis, Goiás, esteve em São Bernardo do Campo em maio de 2015 para participar das visitas monitoradas de turismo industrial.

Nos quatro dias que estiveram na cidade, o grupo visitou a Mercedes-Benz do Brasil, Scania Latin America, Wheaton Brasil Vidros, Zurich Termoplásticos, Friezem Logística e a Basf – *We Create Chemistry* (Tintas Suvinil e Fundação Espaço Eco), além de conhecer o Centro de Operações da Ecovias. O grupo também conheceu a Cidade da Criança e o Polo Ecoturístico Caminhos do Mar. Os participantes almoçaram nos restaurantes da Rota do Frango com Polenta e do Peixe e aproveitaram a noite da cidade conhecendo os principais bares e baladas da Avenida Kennedy. A hospedagem e o serviço de transporte utilizados foram contratados na cidade.

Em maio de 2015, outro grupo, desta vez formado por estudantes da Uniesp/Iesa de Santo André, conheceu as instalações da Zurich Termoplásticos, parceira oficial do Programa de Turismo Industrial de São Bernardo do Campo.

A visita, conduzida pelo Diretor Comercial da Zurich, proporcionou aos estudantes a possibilidade de conhecer os diversos setores da empresa, desde o setor administrativo até a estrutura das unidades produtivas, a forma de produzir e a tecnologia empregada.

O Programa de Turismo Industrial de São Bernardo do Campo vem proporcionando, cada vez mais, aos estudantes a possibilidade de conhecer *in loco* as principais empresas da cidade. O primeiro grupo visitou a cidade em maio de 2014 e já há outros agendados até junho de 2016.

Em março de 2015, o turismo industrial de São Bernardo do Campo ultrapassou as fronteiras nacionais e recebeu os primeiros visitantes internacionais. Um grupo de 30 estudantes, um professor e um reitor da Universidade Tecnológica de Lima, no Peru, estiveram na cidade para conhecer as indústrias do município. Os turistas peruanos passaram pelos parques industriais da Volkswagen do Brasil, Wheaton Brasil Vidros, Scania Latin America e Zurich Termoplásticos, além de conhecer as dependências da Universidade Metodista, Campus Rudge Ramos.

Convênios com a UFABC, FEI e Anhanguera, para inseri-las no turismo industrial, estão prestes a ser assinados.

Turismo e igualdade de gênero

Em homenagem ao mês em que se comemora o Dia Internacional de Luta das Mulheres, o programa de turismo industrial de São Bernardo do Campo realizou uma programação especial com as mulheres.

Em 12/03/2015, um grupo de mulheres teve a oportunidade de conhecer a Wheaton Brasil Vidros e conhecer o processo de produção de vidros utilizados na indústria farmacêutica, cosméticos e perfumaria, além do museu e a loja de produtos da empresa. “A visita à Wheaton foi uma grande oportunidade de conhecer as potencialidades da indústria de transformação em nossa região, achei fantástica!”, ressaltou uma funcionária pública. Uma administradora de empresas também se surpreendeu positivamente com a visita: “Eu nunca tinha entrado em uma linha de produção, onde você tem oportunidade de chegar tão perto do processo fabril, ver as gotas de vidro caindo em alta temperatura e ver a transformação do vidro, é emocionante”.

Outro grupo de mulheres teve a oportunidade de visitar as linhas de produção de caminhões e ônibus na Scania Latin America. Além de ver *in loco* o processo produtivo e a tecnologia empregada, as mulheres puderam realizar um *test drive* em um caminhão na etapa final da visita. “Gostei muito da experiência e da organização da Scania. A ideia do turismo industrial é muito interessante para aproximar a população das indústrias da cidade e ver como é a fabricação dos produtos do dia a dia”, ressaltou uma jovem engenheira ambiental.

As obras de Infraestrutura e requalificação de equipamentos turísticos

A revitalização da prainha do Riacho Grande

A revitalização da prainha do Riacho Grande é de alto valor para a estima de São Bernardo do Campo. Trata-se de área de potencial turístico, mas que, infelizmente, estava bastante degradada. O lugar não recebia investimentos desde 1970. As características do local em 2009, quando o atual prefeito assumiu a gestão municipal, eram: falta de saneamento básico; baixo policiamento; ocupação irregular da orla por automóveis; cultura da informalidade de comerciantes, ambulantes e usuários; falta de capacitação técnica dos

ambulantes; *trailers* e equipamentos degradados; manipulação inadequada de alimentos; descarte irregular de resíduos; ausência de sinalização turística e de iluminação; presença de usuários de droga; recorrentes acidentes com embarcações e usuários. Tudo isto levou a um afastamento dos turistas e das famílias.

O projeto de revitalização, assinado em 2010 pela Prefeitura em parceria com o Ministério do Turismo, previu investimentos de R\$ 7,3 milhões. O projeto foi coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo e contou com a ação de diversas secretarias. A obra consistiu na instalação do seguinte:

- iluminação na orla e na Av. da Praia tipo “led”;
- *decks* de contemplação;
- calçadão;
- rampa e escadarias de acesso à orla;
- acessibilidade;
- novas praças;
- instalação de banheiros públicos e vestiários;
- pintura dos muros da orla;
- *playground*;
- bancos e academia ao ar livre;
- novo viário.

Em 22 de março de 2014, a prainha, revitalizada, foi entregue à população.

Durante o processo de revitalização, foi amplo o diálogo da Prefeitura com moradores, comerciantes, ambulantes, frequentadores. Havia no início total descrédito da população: “esse será mais um projeto que não vai sair do papel”. O projeto envolveu também difíceis negociações com a Emae, Cetesb, Sabesp, entre outros órgãos. Trata-se de Área de Proteção Permanente (APP), às margens da represa Billings.

Aos ambulantes, a Prefeitura criou as condições de legalização; forneceu cursos de higiene e manipulação de alimentos; viabilizou crédito por meio do Banco do Povo para a compra de quiosques novos.

O projeto contemplou duas etapas:

1. requalificação da orla, com a reforma dos passeios e calçadão; implantação de *decks* de madeira; nova Praça da Figueira; nova Praça Luiz Gianotto (atrás da sede da Guarda Ambiental); implantação de equipamentos de lazer; brinquedos para crianças; mobiliário urbano e paisagismo qualificado. Esta etapa teve início em junho de 2011;
2. criação de rua de pedestres na Avenida da Praia para implantação de estruturas urbanas voltadas ao desenvolvimento do turismo, paisagismo qualificado e reestruturação do viário local. O início destas obras ocorreu em setembro de 2011.

Após a inauguração da nova praiha do Riacho Grande, iniciou-se então uma segunda fase, que é a execução de um plano de gestão para a área. Este plano envolve diversas secretarias municipais, coordenadas pela subprefeitura de Riacho Grande. A SDET participa deste esforço matricial de gestão da área.

Neste sentido, registre-se o papel da SDET como articuladora de um convênio da Prefeitura de São Bernardo do Campo com a Marinha do Brasil (Capitania dos Portos), para a gestão do uso de embarcações na praiha do Riacho Grande. Este convênio deverá ser assinado no segundo semestre de 2015.

A requalificação do Parque Estoril

O Parque Estoril vive amplo processo de requalificação entre 2009 e 2015. Ele conta com um novo teleférico, academias de ginástica ao ar livre, obras de arte e diversos atrativos para toda a família. O atual prefeito reativou o teleférico do Parque Estoril em abril de 2012 (que estava parado havia mais de 15 anos).

Com isso, São Bernardo do Campo tornou-se uma das únicas cidades brasileiras a contar com dois teleféricos turísticos em operação (Estoril e Cidade da Criança). A reforma do teleférico incluiu a substituição das cinco torres, troca das roldanas, troca dos cabos de aço, instalação de novos motores e painéis de operação e a instalação de 74 novas cadeirinhas.

As ações de revitalização do Parque Estoril, coordenadas de 2009 até 2014 pela SDET (atualmente sob a coordenação da Secretaria de Gestão Ambiental), foram iniciadas com recursos próprios, especialmente com foco na construção do teleférico (que demandou investimentos superiores a R\$ 1,3 milhão), bem como na implantação do sistema de sonorização e dos equipamentos de ginástica ao ar livre.

Entre 2009 e 2014, a estratégia consistiu também em aprofundar a parceria com a iniciativa privada, por via da publicação de dezenove (19) editais de permissão de uso para a exploração comercial de áreas do parque. As contrapartidas exigidas pela Prefeitura consistiram em investimentos por parte das empresas ganhadoras dos certames. Como consequência, o parque ganhou:

- novo teleférico;
- circuito de arvorismo e tirolesa;
- circuito de *bike* radical;
- academia de ginástica ao ar livre – para crianças; pessoas com deficiência; adultos e idosos;
- brinquedos infláveis;
- operação do trenzinho;
- passeios de escuna;
- aluguel de caiaques e canoas;
- *paintball*;
- requalificação da praça de entrada e da sede administrativa do parque;
- site : www.parqueestoril.com.br;
- organização do estacionamento, com a presença de uma empresa permissionária no parque.

Ressalte-se ainda a parceria com a Comgás, que resultou na instalação de exposição permanente de nove obras de arte.

Tudo isto viabilizou sucessivas entregas “parciais” da revitalização do parque.

Entre os diversos eventos realizados no Parque Estoril desde o início da requalificação incluem-se: *Rally* a Pé, Maratona Aquática, Projeto de Bem Com a Vida, Bichos que Apavoram (Zoológico), além das tradicionais festas de São Bartolomeu.

O zoológico municipal localizado no parque recebeu novos viveiros, revitalização de outros espaços abertos ao público, novos animais, com destaque para as jaguatiricas, além de novo ambulatório (necropsia). O Zoo de São Bernardo do Campo, especializado em animais da Mata Atlântica, conta com aproximadamente 250 animais de 70 espécies, entre répteis, aves e mamíferos, muitas delas ameaçadas de extinção.

Outras melhorias foram:

- reforma nos sanitários e vestiários;
- reorganização e reformas no almoxarifado/ carpintaria;
- por meio de parceria com a empresa BASF, foi realizada nova pintura nas instalações do parque Estoril – portaria, banheiros, mobiliário urbano, guias, recintos do zoológico, entre outros;
- realização de permissão de uso para a gestão estacionamento com instalação de câmeras e cancelas eletrônicas;
- regularização dos pedalinhos por meio de edital publicado;
- melhorias e reformas no Zoológico:
 - ambientação interna dos recintos;
 - nova cozinha para preparo da alimentação dos animais;
 - reorganização do ambulatório;
 - realização de cursos, treinamentos e eventos voltados à preservação e interação com o meio ambiente;
 - treinamento em manejo de animais para a Guarda Municipal Ambiental e a Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo;
 - parceria com a SGA e realização de 12 cursos ambientais como formação de agente socioambiental voluntário, manutenção de orquídeas, minhocultura entre outros;
 - realização da 1ª Semana de Combate ao Tráfico de Animais Selvagens.

As obras da última etapa incluem: novo restaurante; seis novos pontos de comércio; vestiários; ciclovia; bicicletário; refeitório; centro de eventos com cerca de 600 m²; obras para acessibilidade, entre outros.

Em novembro de 2013, o Parque Estoril foi transformado, por meio de decreto municipal, em Parque Natural (Unidade de Conservação). A partir de então, a gestão do espaço passou a ser feita pela Secretaria de Gestão Ambiental.

A reabertura e readequação da Cidade da Criança

Depois de cinco anos fechada (a partir de 2005), a Cidade da Criança foi reaberta em 2010 pela nova gestão municipal. Desde 2009, a gestão da Cidade da Criança é feita pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo.

O parque recebeu investimentos e voltou a ser um dos mais importantes atrativos turísticos da cidade, inclusive com brinquedos que marcaram época, como o submarino e o teleférico, em plena atividade.

O parque, que foi o 1º parque temático brasileiro, foi fundado em 10 de outubro de 1968, a partir dos antigos cenários da novela Redenção, que pertencia à extinta TV Excelsior. Tornou-se um marco turístico durante as décadas de 1970 e 1980, com a visitação de 1 milhão de pessoas por ano.

A reabertura da Cidade da Criança foi também um resultado da política de parceria entre a gestão pública e a iniciativa privada. Reaberta em 2010 (com poucos brinquedos e na prática apenas para circuitos de caminhadas), já em 2012 a Cidade da Criança passou a operar com mais de 35 atrações. O retorno do funcionamento de brinquedos tradicionais como o submarino, o teleférico e o carrossel, entre outros, juntamente com a instalação de novas atrações, proporcionou fortes emoções em muitos dos adultos de São Bernardo do Campo e região (a Cidade da Criança fez parte da infância de várias gerações), bem com a alegria de milhares de crianças. A maior parte dos investimentos na Cidade da Criança esteve a cargo do setor privado, que anunciou gastos superiores a R\$ 6 milhões no parque.

Registre-se que a opção tomada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo, com a aprovação do atual prefeito, foi a de conceder permissões de uso para a exploração de áreas, equipamentos e atrações. Isto viabilizou mais rapidamente a solução para a urgência da reabertura deste simbólico equipamento público. Tomada a decisão de fragmentar as permissões de uso, foram realizados editais de chamamento para permissões de uso na Cidade da Criança.

As etapas da reabertura e requalificação foram as seguintes:

- reabertura em janeiro de 2010 para passeios e caminhadas;
- reinauguração em dezembro de 2010;
- reentrega do Submarino em maio de 2011;
- reforma e reativação do Teleférico;
- inauguração da Cidade da TV;
- implantação de academias de ginástica ao ar livre (3ª idade, pessoas com deficiência);

- reforma e reativação do circuito de arvorismo e tirolesa;
- instalação de brinquedos infláveis;
- nova pintura compreendendo os prédios e calçadas (parceria com a BASF);
- reforma e reconstrução de todo o telhado da Vila Redenção;
- construção de rampas de acessibilidade;
- reforma da cabine primária;
- serviços contínuos de jardinagem e paisagismo;
- construção de muro e reforço do portão; a reabertura do jardim japonês;
- inauguração do 1º Centro de Informações Turísticas;
- instalação de enfermaria permanente;
- instalação de fraldário;
- reforma do estacionamento, proporcionando aumento da capacidade;
- instalação da loja de miniaturas;
- instalação de Buffet Infantil.

Em 2013, novos brinquedos foram instalados no parque como novo mirante, a “Monga”, o Eldorado, o Tagadá e brinquedos que marcaram gerações como o Splash, a Roda Gigante e o Bate-bate, entre outros.

Em 2014, a Cidade da Criança realizou ações de melhorias na estrutura física, destacando-se a pintura dos prédios, calçadas e muros internos (a programação de pintura geral ocorre semestralmente); reforma do teto do auditório; ligação hidráulica das caixas d’água direta aos bebedouros (esta ação solucionou o constante problema de falta de água nos bebedouros quando de interrupções no fornecimento ocasionados pela permissionária municipal do serviço); reforma e pintura no Teatro Amazonas; reforma no telhado da Igreja (Área Transamazônica); reforma geral no teleférico; manutenção nas redes pluviais; reforma na cabine primária; implantação do projeto de coleta seletiva; e remoção de árvores condenadas pela Secretaria de Gestão Ambiental.

Também em 2014, mereceu destaque a reativação da atração “Rio Amazonas”, equipamento histórico da Cidade da Criança que foi reformado e colocado à disposição dos visitantes.

A Cidade da Criança, por meio de seus permissionários, e a partir de articulação promovida pela SDET, realizou vários convênios com sindicatos de classe, que passaram a receber o benefício de 50% de desconto na aquisição de ingressos.

Vale mencionar também que, em área anexa à Cidade da Criança, São Bernardo do Campo ganhou ainda a presença da Cidade da TV, único equipamento no Brasil, aberto ao público, que conta a história da TV Brasileira. A Cidade da TV é o único acervo do tipo no país e contém, entre outros, fotos históricas, equipamentos pioneiros, vestimentas usadas em programas e objetos curiosos relacionados à TV brasileira.

A Cidade da TV, equipamento turístico, histórico e cultural, abrigado no complexo Cidade da Criança, exibiu em 2014 algumas exposições, com destaque para: exposição de maquetes da faculdade metodista; exposição da TV Tupi; exposição da TV Gazeta e exposição da TV Bandeirantes.

A implantação de nova sinalização turística em São Bernardo do Campo

Para melhor orientar turistas e moradores que circulam pela cidade, a Prefeitura, em parceria com o Ministério do Turismo, implantou, em 2011/2012, nova sinalização turística. Ao todo, são 452 novas placas de sinalização que identificam 36 atrativos turísticos de São Bernardo do Campo.

A ação foi coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, em parceria com a Secretaria de Transportes e Vias Públicas, e envolveu recursos da ordem de R\$ 1,1 milhão, sendo R\$ 585 mil do Ministério do Turismo e contrapartida de R\$ 515 mil da Prefeitura.

Vale registrar que, além de insuficiente e sem padronização, a sinalização anterior estava defasada e em desacordo com o Guia Brasileiro de Sinalização Turística do Ministério do Turismo.

Entre os endereços incluídos nos novos produtos destacam-se a Igreja da Matriz, Chácara Silvestre, Cidade da Criança, Parque Estoril, Prainha do Riacho Grande, Estádio Primeiro de Maio, Pinacoteca Municipal, Pavilhão de Exposições Vera Cruz, teatros, rotas gastronômicas e parques, entre outros.

Por ser um elemento estruturante nas ações futuras da política do turismo em São Bernardo do Campo, cabe citar aqui a obra do Museu do Trabalho e

do Trabalhador, lançada pela Prefeitura em 2012, em parceria com o governo federal. A obra, bem como a elaboração do acervo do Museu, é coordenada pela Secretaria de Cultura de São Bernardo do Campo.

De acordo com matéria intitulada “Prefeitura autoriza início das obras do Museu do Trabalho e dos Trabalhadores”, publicada no dia 13/4/2012 no site oficial da Prefeitura:

‘O Museu vai retratar a história dos trabalhadores do país e preservar a memória nacional. Este será um espaço de diálogo entre todos os que desejam conhecer mais sobre esse tema, principalmente por conta do desenvolvimento industrial moderno’, disse [o prefeito].

A ministra da Cultura, Ana de Hollanda, destacou a importância do museu como símbolo do Brasil contemporâneo. ‘É um trabalho de autoestima da população da cidade e do Brasil inteiro’, afirmou.

O Museu do Trabalho e dos Trabalhadores está sendo construído no terreno do antigo Mercado Municipal, no Centro de São Bernardo, ao lado do Paço, em uma área de aproximadamente 10 mil m², sendo a metade área construída. O prédio terá dois blocos, um para as funções administrativas e de apoio e o outro para exposições. No subsolo, será instalado o auditório para palestras e seminários.

Na área externa serão colocados artefatos da indústria, misturados à paisagem para atrair os visitantes. ‘Esse é um tipo de museu único. Ele é um projeto urbanístico, de transformação do centro da cidade, voltado à arquitetura de convivência, que está acima da função de museu’, disse o arquiteto Marcelo Ferraz, da empresa responsável pelo projeto. O museu começa pelo jardim, com a integração da área externa às exposições.

O APL de Turismo de São Bernardo do Campo

A constituição, em março de 2011, do Grupo de Trabalho do Turismo de São Bernardo do Campo (Getur), posteriormente transformado no Arranjo Produtivo Local (APL) de Turismo de São Bernardo do Campo, foi uma importante ação adotada pela Secretaria na sua estratégia em relação à articulação e desenvolvimento da cadeia produtiva turística de São Bernardo do Campo.

O Getur/APL de turismo é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo do município (SDET), por meio do Departamento de Turismo e Eventos. A criação do Getur/APL de turismo visou dialogar com a cadeia produtiva do turismo, inserindo os participantes nas discussões e estratégias para implantação das políticas públicas voltadas ao fomento do turismo em São Bernardo do Campo.

Atualmente, o APL de Turismo conta com representantes das seguintes áreas: poder público municipal, Sebrae, governança regional (GT Turismo Consórcio Intermunicipal), associações (ASSORTH, AERG, ACROPE), Federações (FHORESP), agências de viagens, transportes, comunicação, hospedagem, alimentos & bebidas, entretenimento, parques de diversão, artesanato e acadêmica.

Abaixo, resgatam-se alguns dos principais elementos que constam do Regimento do APL de Turismo de São Bernardo do Campo; as suas competências são assim definidas:

- estudar e entender o diagnóstico realizado sobre São Bernardo do Campo, quanto à competitividade turística do município;
- propor ações que conduzam ao fortalecimento da gestão turística do município;
- constituir uma rede de trabalho, que mantenha a troca de informações em dinâmica constante e eficiente;
- avaliar as ações, indicando os resultados;
- participar das reuniões e ações discutidas no APL;
- buscar informações necessárias para a análise de soluções;
- apoiar a operação logística para realização das capacitações e ações dos parceiros no município;
- informar o Ministério do Turismo, o governo estadual, a governança regional, os parceiros e a sociedade sobre o andamento das ações e os resultados;
- auxiliar o poder público para pôr em prática as políticas voltadas ao turismo, indicando instrumentos para realização das ações a serem implantadas no município, observando os planos turísticos nacionais e regionais;
- definir o planejamento das ações do APL, em uma dimensão anual e plurianual.

Desde sua constituição, algumas das ações realizadas pelo APL de Turismo foram:

- apoio à criação e confecção do *Guia turístico oficial do município* (mapa lúdico, atrativos, histórico, equipamentos e serviços) e de outros materiais de divulgação;
- suporte para viabilizar o site de Turismo de São Bernardo do Campo² para divulgação do *trade* turístico da cidade, destacando-se seus atrativos, equipamentos e serviços;
- apoio à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo na participação em feiras e eventos (*CVC Workshop & Tradeshow*, Salão São Paulo de Turismo e Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, ABAV, Adventure Sports Fair, AVIESP, AVIRRP, ITB Berlin);
- contribuição no apoio e promoção dos eventos oficiais do município;
- apoio na capacitação de diversos atores ligados à cadeia turística local;
- parceria para a constituição do 1º Centro de Informações Turísticas (CIT) de São Bernardo do Campo, localizado na Cidade da Criança.

Registre-se que, na prática, o APL de Turismo de São Bernardo do Campo funciona muito próximo ao que seria um conselho municipal de turismo da cidade.

A participação em feiras e eventos do setor turístico é um meio importante para a divulgação da cidade e seus atrativos turísticos. Ela contribui para posicionar São Bernardo do Campo como destino turístico. No período 2009-2015, a cidade, por meio da Secretaria e do Getur/APL de turismo, esteve representada em várias feiras e eventos do setor.

Coube à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, em parceria com outras secretarias, apoiar durante todo o período 2009-2015 a organização e realização das festas “Muitos Povos, Uma Cidade”, a Procissão de Nossa Senhora dos Navegantes, a Procissão dos Carroceiros, a Festa de São Bartolomeu, entre outras.

² www.turismoaobernardo.com.br

Todas estas festas tiveram aumento em número de participantes durante o período. Registre-se também o apoio da secretaria à realização do evento “Cidade do Terror” na Cidade da Criança, nos anos de 2013 e 2014.

Capacitação de agentes do turismo

Entre 2009 e 2015, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo forneceu capacitação e aperfeiçoamento para segmentos da cadeia produtiva turística da cidade.

Conduzidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo em parceria com outras instituições, duas das principais ações de capacitação tiveram como objetivo alcançar os seguintes segmentos: a) taxistas; b) frentistas de postos de gasolina.

No caso dos taxistas, a secretaria constituiu o programa “Sou Taxista, Levo o Desenvolvimento” que abarcou três outros programas: “Taxista Empreendedor”, “Taxista Amigo do Turista” e “Taxista Nota 10”.

Em relação aos frentistas, a Secretaria estruturou e implementou o Programa “Frentista Amigo do Turista”.

Taxista empreendedor

Voltado para os profissionais da cidade, este programa foi lançado em 2013 numa parceria da Prefeitura de São Bernardo do Campo com o Sebrae-SP. O objetivo foi treinar o motorista profissional em planejamento, gestão, controle financeiro e atendimento ao cliente. Cerca de 80 taxistas aderiram curso. Todos receberam gratuitamente o *kit* multimídia e o material gráfico. A capacitação teve o apoio do Arranjo Produtivo Local de Turismo (Getur/APL-SBC) e do Sindicato dos Taxistas do Grande ABC.

De maneira dinâmica e com linguagem simples, os taxistas tiveram uma visão global da gestão de negócios, com a abordagem de questões importantes do cotidiano como atendimento, *marketing*, turismo, relações humanas e qualidade de vida. Os taxistas que concluíram a capacitação com êxito receberam um certificado e um selo de taxista empreendedor para afixar em seu veículo.

Taxista Amigo do Turista

Também em 2013, a secretaria realizou o programa Taxista Amigo do Turista, que capacitou 72 taxistas para atuarem como agentes de divulgação do turismo na cidade.

Os taxistas receberam informações e material específico para disponibilizarem aos turistas (guias em português e inglês e mapas turísticos da cidade). A Prefeitura visou alcançar também os que fizeram o primeiro curso, Taxista Empreendedor.

A capacitação foi uma ferramenta importante para aproximar este tipo de profissional da cadeia turística local. Conhecer os serviços e divulgá-los com precisão auxiliam no deslocamento de turistas que se utilizam desse meio de transporte. Os taxistas são formadores de opinião e muito respeitados pelos usuários.

Taxista Nota 10

No mesmo ano de 2013, a secretaria lançou o programa Taxista Nota 10, uma capacitação básica em idiomas inglês e espanhol. Este programa foi realizado em parceria com o Sest/Senat e o Sebrae-SP e qualificou 30 taxistas da cidade por meio de cursos à distância de Inglês e Espanhol. O objetivo foi melhorar ainda mais o atendimento aos turistas que visitam o município.

Frentista Amigo do Turista

O programa Frentista Amigo do Turista teve como principal objetivo qualificar os frentistas dos postos de combustíveis do município, especialmente no que se refere ao atendimento de clientes e prestação de informações. O programa atingiu cerca de 90 frentistas da cidade e contribuiu para que visitantes e turistas fossem apoiados por este segmento profissional de credibilidade junto à sociedade. Os postos participantes contam com guias, mapas e *folders* turísticos e os frentistas são identificados com um *bottom* padrão do programa.

Uma conquista ainda em curso: o projeto para a obtenção do título de “Município de Interesse Turístico” (em uma primeira fase) e “Estância Turística” (em uma segunda fase) do Estado de São Paulo

São Bernardo como “município destino turístico do Brasil”

Em 2009, São Bernardo do Campo foi objeto de um complexo estudo sobre as potencialidades turísticas do município. A Associação Brasileira de Centro de Convenções e Feiras (ABRACCEF) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratadas pelo Ministério do Turismo, realizaram diversas entrevistas, aplicação de questionários e trabalhos em campo que resultaram na entrega, no ano de 2010, de um relatório do ordenamento e estruturação do desenvolvimento turístico de São Bernardo do Campo.

Em 2011, São Bernardo do Campo foi um dos municípios indicados pelo Ministério do Turismo e pela FGV para receber treinamento para formação de um grupo gestor de turismo na cidade, por meio de capacitações para o *trade* turístico e o poder público, ministradas pelo Instituto Marca Brasil (IMB). Desta forma, em 11 de maio de 2011, foi constituído o grupo gestor de turismo, que passou a se chamar Grupo de Trabalho de Turismo (Getur) e que, por fim, deu origem ao APL de Turismo. No Estado de São Paulo, somente 17 municípios tiveram a indicação. São Bernardo do Campo, hoje, é um dos que permanece ativo. As ações do APL são norteadas pelo documento base da capacitação, denominado “Índice de competitividade de destino turístico”.

Desde 2012, com a criação da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento dos municípios de interesse turístico e com a expectativa da aprovação do Projeto de Lei Complementar 032/2012 e do Projeto de Emenda Constitucional 011/2013, São Bernardo do Campo participou ativamente de todas as discussões pelos quatro cantos do estado de São Paulo (Barra Bonita, São José dos Campos, Brotas, Guararema e Sertãozinho). A cidade também se empenhou em cumprir os principais pré-requisitos para pleitear a condição de estância turística. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo elaborou, de modo articulado com a deputada Estadual Ana do Carmo (PT-SP), Projeto de Lei que transforma o município

em estância turística. Em 2012, a deputada e o agora vereador Marcos Lula protocolaram o Projeto na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Em 29/04/2015, foi promulgada, pelo governador do estado, a Lei Complementar nº 1261 e a Emenda Constitucional nº 40, em 09/04/2015 (que altera o artigo 146 da Constituição Estadual). Desta forma, com a nova legislação que veta o pleito para Estância Turística aos municípios com população superior a 200 mil habitantes, São Bernardo do Campo cumprirá todos os requisitos para a transformação em município de interesse turístico e, também de acordo com a nova legislação, haverá a necessidade de reapresentar o Projeto de Lei para tal.

Plano Diretor de Turismo

O Plano Diretor de Turismo é um dos requisitos estruturantes para o município receber o título de município de interesse turístico. Neste momento, está sendo executado pelo Departamento de Turismo e Eventos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo. A SDET aguarda as diretrizes do governo do Estado para a entrega do referido documento.

Atualização de Inventário de Oferta Turística

Outro importante requisito para a obtenção do título e documento base para a construção do Plano Diretor de Turismo é o Inventário da Oferta Turística; inicialmente produzido pela Ruschmann Consultoria Turística, por meio de convênio firmado entre o Consórcio Municipal e o Ministério do Turismo, no ano de 2010, já passou por três atualizações, sendo a última no primeiro semestre de 2015.

Centro de Informações Turísticas

Também constante do rol de requisitos, São Bernardo do Campo conta hoje com dois Centros de Informações Turísticas (CITs). O primeiro foi implantado no primeiro semestre de 2012, no parque Cidade da Criança. O segundo foi inaugurado no segundo semestre de 2014 e fica localizado, de forma inédita na região metropolitana de São Paulo, no interior de um Terminal Rodoviário. Ambos oferecem informações e materiais de divulgação do turismo da cidade.

A implantação do CIT no Terminal Rodoviário João Setti, o principal da cidade, foi fruto de uma parceria com a administração do terminal, onde transitam diariamente cerca de 35 mil pessoas. Nesta parceria, o Terminal Rodoviário cedeu o espaço, os equipamentos e os recursos humanos, enquanto a Prefeitura a remodelação do espaço, os materiais de divulgação e a capacitação dos agentes de divulgação.

Sinalização turística

Conforme já exposto, a sinalização turística foi implantada em 2012, nos padrões estabelecidos pelo Ministério do Turismo, para facilitar a orientação de turistas e moradores. São Bernardo do Campo conta com 452 placas, identificando 36 atrativos turísticos da cidade. Este é um requisito exclusivo para as cidades que almejam o título de município de interesse turístico (1ª fase) e estância turística (2ª fase).

Ampliação e modernização da rede hoteleira

Para fins de hospedagem turística, São Bernardo do Campo conta hoje com oito hotéis. Com a política da atual gestão municipal, a cidade ganhará quatro novos empreendimentos hoteleiros no segundo semestre de 2016. A cidade passará de oito para doze hotéis turísticos e elevará os atuais 856 leitos para cerca de 1.700 leitos na cidade.

A SDET, por meio do APL de Turismo, teve papel de destaque na cadeia hoteleira da cidade. Além do auxílio na captação de novos empreendimentos, o APL de turismo apresentou aos hoteleiros da cidade a proposta da Caixa Econômica Federal de linhas de financiamento para o setor turístico. O Hotel Palmleaf Grand Premium e o Hotel Hetrópolis aderiram à linha de crédito e modernizaram e ampliaram suas instalações, respectivamente.

A cidade passou de 592 quartos em 2009 para 635 quartos em 2015 e deverá atingir 1.311 quartos no final de 2016. Apesar da expressiva ampliação do número de quartos e leitos na rede hoteleira da cidade, ocorrida entre 2009 e 2015, cabe registrar que o tamanho do PIB de São Bernardo do Campo permite projetar novos investimentos na constituição e ampliação da rede hoteleira local.

Comunicação: site e *folders*

Lançado em 2012, o site de turismo do município³ foi fruto de uma ação conjunta do poder público com a iniciativa privada, por meio do Getur/APL de Turismo. Com informações de “onde comer”, “onde se divertir”, “onde se hospedar”, descrição dos atrativos e informações sobre os serviços turísticos da cidade, o site chegou a atingir a marca de 12 mil visitantes em apenas um mês, com média de visitas de 10 mil acessos/mês. No maior e mais famoso site de buscas – Google –, aparece sempre em posição de destaque.

Também em 2012, foi lançada série de materiais de divulgação turística do município, com destaque para o guia turístico, mapa lúdico e cartões postais. Em 2013, foi lançado um *booklet* turístico, que se tornou bilíngue em 2014. Também surgiram o *Guia 5 dicas* e o mapa turístico em blocos.

Ainda para 2015, está previsto o lançamento do *folder* específico para o turismo industrial (port/ing/esp), *folder* do ecoturismo e mapa turístico da região do Riacho Grande e Serra do Mar.

Outros projetos na área do turismo

- Rota Turística Caminho do Sal: o Caminho do Sal foi concebido a partir do trabalho conjunto das prefeituras de São Bernardo do Campo, Santo André e Mogi das Cruzes. Em São Bernardo do Campo, o processo foi conduzido pela Secretaria de Gestão Ambiental e contou com o apoio da Divisão de Turismo da SDET, principalmente em relação à divulgação do novo roteiro. Este é dividido em três trechos: trecho Zanzalá, que percorre uma distância de 15,5 km; trecho dos Carvoeiros, cuja distância é 10 km; e o trecho do Bento Ponteiro, com extensão de 27,5 km, que podem ser percorridos em caminhadas ou cicloturismo.
- Reabertura da Rota Turística na Serra do Mar: os trabalhos do GT estadual Serra do Mar tiveram a participação de representantes da SDET. A Secretaria elaborou um projeto de reabertura do polo ecoturístico Caminhos do Mar, incluindo um ofício formal ao governo do Estado solicitando a gestão da área. Os trabalhos do GT culminaram com a decisão do governo

³ www.turismosaobernardo.com.br

do Estado de São Paulo pela reabertura do polo ecoturístico Caminhos do Mar para visitação. Segundo o Instituto Energia e Saneamento do governo do Estado, que faz a gestão da área, o atrativo recebeu cerca de 18 mil visitantes no ano de 2014.

Infelizmente, o governo do Estado de São Paulo, mais recentemente, voltou a fechar a Serra do Mar para visitas turísticas.

- Turismo e Ação Regional: ao longo do período 2009-2015, a SDET também participou como membro do GT turismo do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Entre outras iniciativas da ação regional, destaca-se o lançamento do site regional; a realização do 1º *Workshop* sobre turismo industrial do Grande ABC e a participação em eventos e feiras de turismo de âmbito estadual e nacional.
- 2015, a SDET passou a coordenar também o GT regional de turismo. O atual coordenador do GT regional do Consórcio Intermunicipal é o chefe da divisão de turismo e coordenador das ações de turismo da secretaria.
- Observatório de Turismo de São Bernardo do Campo: mencione-se também o convênio assinado pela Prefeitura, por meio da SDET, com a universidade Anhembi Morumbi para a contratação de estagiários de turismo e para constituir, em breve, a implantação de um Observatório de Turismo em São Bernardo do Campo.
- Parceria com o São Paulo *Convention & Visitors Bureau*: outro projeto atualmente em curso é a concretização da parceria com o São Paulo *Convention & Visitors Bureau*, única instituição da América do Sul com 700 associados, que representam os segmentos do setor turístico paulistano e que agrega São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul. O objetivo é aumentar o fluxo de visitantes e seu tempo de estadia na capital e destinos parceiros, além de realizar formações com foco nos serviços e melhoria de atendimento aos visitantes de negócios e lazer.

A política ativa para a geração de trabalho, renda e economia solidária

A implantação de uma política pública ativa para a geração de trabalho, renda e economia solidária, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo (SDET) do Município de São Bernardo do Campo tem se pautado basicamente por dois elementos: intermediação pública gratuita e de excelência para a geração de oferta e demanda de vagas de trabalho; incentivo à geração de trabalho e renda por meio da economia solidária.

A Constituição da Central de Trabalho e Renda (CTR) de São Bernardo do Campo

A foto de um trabalhador sentado na calçada em frente ao portão de uma das muitas fábricas de São Bernardo do Campo, de cabeça baixa, com uma carta de demissão entre as mãos e sem a perspectiva de qualquer apoio efetivo no futuro, ficou para trás, como uma marca dura do início da década de 1990. Não que o Brasil não enfrentará novas ondas de desemprego em seu processo de crescimento cíclico. No entanto, a partir dos avanços vividos pelo país nos últimos anos, a falta de respeito e de cuidado para com o trabalhador passa a ser visto como um grande revés para qualquer gestor público.

É neste novo contexto, de zelo e priorização da questão do emprego e de respeito aos trabalhadores, que ocorreu a inauguração de um importante

equipamento público de excelência em intermediação de mão de obra na cidade: a CTR (Central de Trabalho e Renda) de São Bernardo do Campo.

Constituída em 2010, no primeiro mandato do prefeito Luiz Marinho, a CTR é fruto do convênio entre Prefeitura e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para a municipalização do Sistema Nacional de Emprego (Sine). A CTR tem oferecido serviços públicos e gratuitos de intermediação de mão de obra, habilitação de seguro desemprego, emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), bem como o acesso a cursos de qualificação e à orientação profissional, contribuindo para elevação da empregabilidade às pessoas que buscam sua (re)inserção no mercado de trabalho.

Ao todo, nestes pouco mais de quatro anos de vida, a CTR já atendeu cerca de 300 mil trabalhadores e trabalhadoras. Foram encaminhados 137.258 trabalhadores e trabalhadoras para as 53.962 vagas disponibilizadas pelas empresas parceiras. Deste processo de intermediação de mão de obra, 16.305 trabalhadores e trabalhadoras obtiveram uma nova oportunidade de se inserir no mercado de trabalho.

Além destes, a CTR possibilitou que mais de 6.542 pessoas pudessem formalizar suas relações de trabalho, por meio da emissão de Carteiras de Trabalho e Previdência Social.

Ela possibilitou ainda que 14.629 trabalhadoras ou trabalhadores desempregados habilitassem seus seguros desempregos, contribuindo para que estas pessoas acessassem o seu direito trabalhista, reduzindo o impacto do desemprego.

Adicionalmente, as parcerias com outras secretarias de governo têm sido promissoras, como no caso da Secretaria de Educação que tem propiciado cursos de qualificação profissional no âmbito do EJA aos interessados; com a Secretaria de Saúde, por meio do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), que realiza ações de conscientização quanto à segurança e saúde no trabalho, bem como com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), nos programas de economia solidária.

Em 3 de março de 2015, a Prefeitura inaugurou a CTR Móvel. Trata-se de um veículo equipado com equipamentos e recursos humanos, que visa levar os serviços da CTR aos bairros mais periféricos da cidade.

O inédito decreto municipal em prol do trabalho decente

Cabe destacar a iniciativa do Decreto Municipal em prol do Trabalho Decente por parte da Prefeitura de São Bernardo do Campo. Esta medida – que, na matricialidade da ação governamental, teve a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo – é pioneira no Brasil. Com ela, as empresas ganhadoras de licitações têm que garantir aos seus empregados condições de trabalho decente.

Estabelece o Decreto:

Gabinete do Prefeito

Decreto

Dispõe sobre o incentivo à prática do Trabalho Decente nas contratações feitas pela Administração Pública do Município de São Bernardo do Campo,

LUIZ MARINHO, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, no uso de suas atribuições legais, e Considerando os preceitos estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativos ao Trabalho Decente,

Considerando ainda que o respeito à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), bem como aos acordos e convenções coletivas de trabalho estabelecidos entre os representantes de trabalhadores e dos empregadores é condição fundamental para o Trabalho Decente,

Resolve:

Artigo 1º. Todos os procedimentos relacionados à contratação de obras e serviços no âmbito da Administração Municipal deverão estabelecer, como incentivo à prática do Trabalho Decente, a necessidade de que, previamente à lavratura do ajuste, as empresas declarem, expressamente, o compromisso com tal prática.

Parágrafo único. Considera-se ‘Trabalho Decente’ para os efeitos deste Decreto, aquele tido como um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho.

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de março de 2010.

Luiz Marinho – Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

Este decreto tem um importante caráter simbólico e prático. Não apenas porque as empresas fornecedoras de serviços para o poder público terão maiores dificuldades de se utilizar da precarização da mão de obra para aumentar sua competitividade nas licitações, mas também porque o decreto poderá ser reproduzido em vários outros municípios do país, como é o caso de Mauá, na própria região do ABC, que recentemente também aprovou decreto municipal semelhante.

A experiência-piloto da Prefeitura de São Bernardo do Campo: o Posto de Atendimento às empregadas e empregadoras domésticas

De maneira inédita, a Prefeitura de São Bernardo do Campo – por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo e da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania –, criou o Posto Municipal de Apoio aos Empregados e Empregadores Domésticos. A iniciativa contou com as parcerias da Faculdade de Direito de São Bernardo e da Universidade Metodista de São Paulo, bem como da CUT/ABC, da Força Sindical Regional ABC e do Sindicato dos Empregadores de Empregados Domésticos do Estado de São Paulo. O Posto funcionou do final de 2013 até o final de 2014.

No local, foram oferecidos gratuitamente esclarecimentos de dúvidas sobre a nova legislação que rege as relações de trabalho neste segmento. Os serviços eram prestados por estagiários do curso de Direito, supervisionados por professores especialistas em direito do trabalho. O Posto ofereceu aos empregados a possibilidade de tirar carteira de trabalho, além de informações como serviços de saúde da mulher, educação, qualificação profissional, entre outros.

Um passo a mais rumo ao trabalho decente no Brasil, conforme normas da Organização Internacional do Trabalho, a Emenda Constitucional nº 72, aprovada em 2 de abril de 2013, efetiva a igualdade de direitos trabalhistas. A lei garante aos empregados domésticos – entre eles, empregadas, jardineiros, motoristas, babás e cuidadores – direitos como jornada máxima de 44 horas semanais (não superior a 8 horas diárias), pagamento de horas extras e adicional noturno. Direitos como o seguro desemprego e FGTS estão em processo de regulamentação no Congresso Nacional.

Segundo o IBGE, aproximadamente 6,5 milhões de pessoas estão ocupadas em trabalho doméstico no Brasil, das quais 70% (4,6 milhões) não têm carteira de trabalho, 94% são mulheres e 62% se declaram como negras. Em muitas residências, as empregadas são tratadas como parte da família; não raro acompanham o crescimento dos filhos dos empregadores. Mas muitas estavam à margem dos principais direitos garantidos na nossa constituição federal.

De acordo com o Dieese/Seade, em 2012, havia na região do ABC um total de 67 mil pessoas ocupadas como domésticas, das quais 41 mil como mensalistas e 26 mil como diaristas. O rendimento médio em 2012 foi de R\$ 742,00.

A experiência de São Bernardo do Campo, com adaptações e mudanças, foi recentemente reproduzida no município de São Paulo, que, em 29/5/2015, inaugurou um posto semelhante. Trata-se de serviço de orientação jurídica para empregadas domésticas. O posto foi instalado no Centro de Apoio ao Trabalhador (CAT) Luz, região central. No caso do município de São Paulo, o projeto é uma parceria entre a Prefeitura de São Paulo – por meio da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial –, a Faculdade de Direito da USP, a Fundação Friedrich Ebert, a ONU Mulheres, a Contracs e o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo. Estima-se que na região metropolitana de São Paulo existam cerca de 600 mil trabalhadoras domésticas.

O apoio à Economia Solidária

No Brasil, a Economia Solidária – cuja origem está ligada à ampliação da participação popular e à busca de novas formas de geração de trabalho, renda e desenvolvimento social – passa a se consolidar com esta denominação e propósitos com maior intensidade a partir da década de 1990, quando se verificou um grande número de empresas falidas e consequente elevação das taxas de desemprego, resultado das políticas liberais dos governos desta década, em particular. Na região do ABC, em meio à profunda crise gerada pela reestruturação da década de 1990, que ceifou inúmeras fábricas, produção e empregos, o sindicalismo adotou o cooperativismo de produção como forma de manutenção de fábricas (seu maquinário e postos de trabalho). Isto ampliou a

abrangência da economia solidária local, que vai dos microempreendimentos até grandes fábricas geridas por seus sócios-trabalhadores.

A Economia Solidária se fortaleceu no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, com a constituição, em 2003, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e continua a se expandir na gestão Dilma. E há muito a se avançar em itens como financiamento; comercialização; capacitação gerencial; formação de redes e parcerias.

Ainda são poucos os governos municipais e estaduais que efetivamente têm uma política de apoio à economia solidária. Neste contexto, a política pública da Prefeitura de São Bernardo do Campo – realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, por meio do Departamento de Empreendedorismo, Trabalho e Renda –, em parceria com instituições como Unisol Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil), ADS/CUT (Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores), Centro de Formação Padre Léo, Universidade Metodista e Instituto Granbery, Sebrae, entre outras, é uma das referências no país.

Sob a orientação do prefeito Luiz Marinho, elaborou-se e aprovou-se, em 2010, a Lei 6.045 de maio de 2010, que instituiu a política municipal de Fomento à Economia Solidária.

Criamos o “Espaço Solidário”, em 2011, anexo à Central de Trabalho e Renda (CTR), possibilitando a comercialização e a integração desses empreendimentos. É uma importante conquista para todos os envolvidos com este trabalho: os empreendimentos da economia solidária, entidades de fomento e gestores públicos.

Previsto na Lei 6.045, o local é um centro de referência da economia solidária em nosso município, possibilitando uma maior integração e organização dos empreendimentos e de suas atividades.

No local, são realizadas atividades de formação e assessoria para os grupos já formados, assim como são fornecidas orientações para aquelas pessoas que pretendem se organizar coletivamente para produzir ou prestar algum serviço.

Além destas atividades, são comercializados na loja do Espaço Solidário produtos e serviços dos grupos nas áreas de artesanato, costura, horticultura, reciclagem (sabão artesanal), construção civil, alimentação, dentre outros.

O espaço é disponibilizado também para as reuniões do Fórum Municipal de Economia Solidária e para reuniões específicas dos grupos apoiados.

Organizamos feiras da Economia Solidária e apoiamos centrais de reciclagem com base em cooperativas de catadores. Constituímos uma Incubadora de Empreendimentos Solidários (a SBCSol).

A atividade dos grupos e empreendimentos de economia solidária em São Bernardo do Campo é bastante ampla. Ela abrange desde a participação em feiras e eventos com outras temáticas na cidade, até feiras específicas de Economia Solidária, atividades frequentes de debate, troca de experiências e formação, como cursos e seminários, bem como ações diretamente voltadas ao público específico da Prefeitura (funcionalismo municipal, frequentadores do Centro de Referência do Idoso (CRI), entre outros). Além disso, projetos como as hortas urbanas – cujo cultivo é isento de defensivo e insumos químicos – e a reciclagem de resíduos também articulam diretamente o segmento com o poder público local.

Em função desta intensa atividade pública em prol da economia solidária, a cidade foi escolhida para realizar, em 2014, a Conferência Estadual da Economia Solidária, que estabeleceu propostas levadas a Conferência Nacional (III Conaes), em Brasília.

Em julho de 2012, foi celebrado convênio entre o Município de São Bernardo do Campo e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), objetivando o apoio à implantação de ações municipais integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável, visando à superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias.

O valor foi de R\$ 592 mil, sendo R\$ 539.200,00 do MTE e R\$ 52.800,00 como contrapartida do município.

As metas do convênio preveem a contratação de assessoria e capacitação em comercialização e marketing e aquisição de equipamentos e materiais para os empreendimentos.

Destaque para a parceria entre a Prefeitura de São Bernardo do Campo, a Universidade Metodista, o Instituto Metodista Granbery e a Finep (vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia do governo federal), que resultou na SBCSol. Constituída em 2012, a SBCSol é importante instrumento para implantação da política pública de fomento à Economia Solidária. Ela propicia cursos e assessoria

ramentos à gestão e organização dos empreendimentos. Esta experiência representou o aporte de R\$ 1,8 milhão da Finep, R\$ 300 mil da Prefeitura e recursos econômicos e humanos da iniversidade (Siqueira, 2014; Gomes et al., 2005).

No seminário “Avanços e Perspectivas da Política Pública de Economia Solidária no Município de SBC”, realizado em 15/05/2015 na Universidade Metodista, foram divulgados os resultados alcançados. Também foram debatidos caminhos para que a SBCSol tenha continuidade, incluindo sua extensão e aprofundamento.

A incubadora tem trabalhado com cerca de vinte grupos e três redes incubadas nas mais diferentes áreas: metalurgia, artesanato, alimentação, têxtil, hortas urbanas, reciclagem. Aproximadamente 180 pessoas estão envolvidas com estas atividades.

São muitos os resultados já alcançados pela SBCSol. O maior deles é a constituição de uma metodologia de incubação de empreendimentos solidários. Não é tarefa simples e tampouco reproduz igualmente o método de incubação de empreendimentos do tipo tecnológico, start-ups etc. Aspectos como associativismo, vulnerabilidade social e gênero têm um peso bastante grande no caso de uma incubadora solidária. É preciso ter metodologia específica. Neste sentido, a experiência da SBCSol é de extrema relevância no Brasil.

Nos anos de 2012, 2013 e 2014, a SBCSol realizou, respectivamente, os seminários “Perspectivas e Oportunidades da Economia Solidária e o Papel das Incubadoras”, “Mediações pedagógicas e metodologias participativas aplicadas ao processo de incubação dos empreendimentos solidários” e “Economia Solidária: Processos Metodológicos de Incubação”. Também lançou, em 2014, o livro *A política pública e o papel da universidade: reflexões da incubadora de empreendimentos solidários de SBC – a SBCSol*.

Em 2015, foi lançado um segundo livro, *Metodologia de Incubação: experiências de Economia Solidária em SBC*, que retrata as experiências com os grupos incubados, à luz da metodologia aplicada.

O Fórum Municipal de Economia Solidária foi constituído em 2009, formado por empreendimentos, entidades de fomento e gestores públicos, com o objetivo de colocar a Economia Solidária dentro do plano de desenvolvimento do município, como opção de trabalho para quem está desempregado/a e para todos os que desejarem se organizar coletivamente.

Plenárias de OP e PPA Participativo.



Hospital de Clínicas.



Uma das 9 UPAs construídas.





Acima, Rede de Saúde Mental (CAPS).
À esquerda, um dos 5 CEUs construídos.



Inauguração do Centro de Especialidades Odontológicas.



Acima, notebooks na rede escolar, no Projeto Conect, que adquiriu 15 mil aparelhos.
Abaixo, construção de 5 mil moradias.





Acima, Metrô.
À esquerda
regularização
fundiária.



Um dos 12 corredores de
ônibus (obra leste-oeste).

Nova Lions.



À direita, Projeto Drenar de combate às enchentes.
Abaixo, Usina Verde.





Rua Nova.



Viaduto Moiseys Cheid, concluído após 30 anos de abandono.



Reforma de mais de 60 praças.

À direita, Centro de
Ginástica Olímpica.
Abaixo, Modernização do
Estádio Primeiro de Maio.

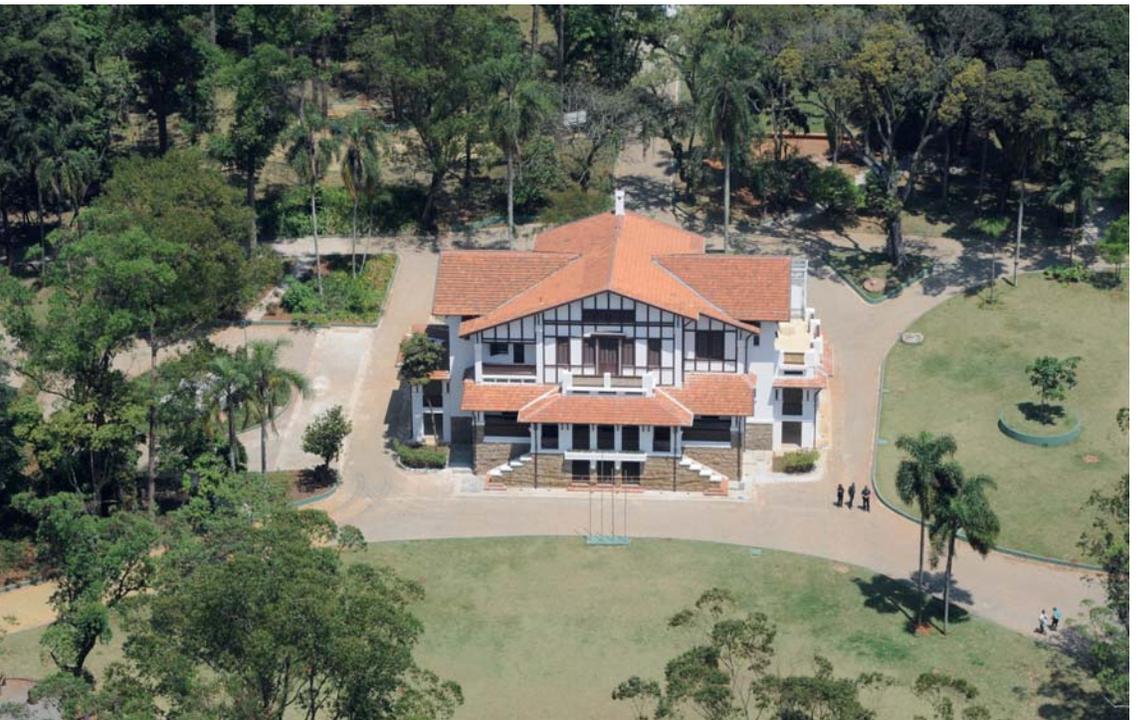


Museu do
Trabalho e do
Trabalhador.





Acima, Polo Cultural Cinematográfico e CAV (Vera Cruz).
Abaixo, restauração da Chácara Silvestre.





Acima, revitalização Prainha Riacho Grande.
Abaixo, revitalização do Parque Estoril.





Acima, reabertura da Cidade da Criança.
À esquerda, reforma do Teatro Lauro Gomes.



Ampliação e Melhoria da GCM.



Acima, Centro Integrado de Monitoramento.
Abaixo, Banco de Alimentos.





Acima, Rede Fácil.
À esquerda, capacitação
dos Servidores Municipais.



Festival Rota dos Sabores.



Acima, Sala do Empreendedor.
Abaixo, Reunião de APL.





Acima, Feira de Móveis da Rua Jurubatuba.
Abaixo, feiras noturnas.





Acima, Turismo Industrial.
Abaixo, Central de Trabalho e Renda (CTR).





Luiz Marinho, Juscelino Kubitschek e o sonho desenvolvimentista.

Anexo 1
Luiz Marinho,
trajetória e militância

Nascido em Cosmorama, no Estado de São Paulo, em 1959 – ano em que JK era o presidente do Brasil –, a primeira experiência profissional do prefeito Luiz Marinho foi no trabalho rural, ainda na infância. Em 1975, mudou-se com a família para a capital paulista, onde começou sua militância política nos movimentos sociais ligados à Igreja Católica.

Em 1978, ingressou na Volkswagen para trabalhar no setor de pintura. Em 1982, foi eleito representante dos trabalhadores na Cipa.

Em 1984, foi eleito tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Em 1996, foi eleito presidente, sendo reeleito para os mandatos de 1999 a 2002 e de 2002 a 2003. Teve papel importante nas articulações e nos acordos inéditos em nível nacional da Câmara Setorial Automotiva, entre 1991 e 1993. A Câmara Setorial Automotiva foi decisiva na manutenção, ampliação e modernização da indústria automobilística no Brasil, desde o início da década de 1990, não obstante todo o contexto de instabilidade característico de nossa evolução econômica. Como presidente do sindicato, Luiz Marinho foi também um dos principais responsáveis por outros acordos emergenciais do setor automotivo e do projeto de renovação e reciclagem da frota nacional de veículos, apresentado em 1999.

Luiz Marinho foi, ao lado do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, um dos idealizadores da Câmara Regional do ABC, instrumento de articulação,

formulação e execução de políticas públicas implementadas em parceria entre Gestão Pública e Sociedade Civil, que se tornou referência em todo o Brasil em termos de política regional de desenvolvimento. Foi a partir desta experiência histórica de meados da década de 1990 que surgiu a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Em julho de 1998, Marinho assumiu a coordenação do Movimento de Alfabetização (Mova)/Regional ABC. Foi presidente de honra da Unisol-União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo, uma iniciativa do sindicalismo cutista voltada a fomentar a criação de alternativas de economia solidária destinadas à geração de emprego e renda.

Marinho teve papel decisivo nas duras (e dramáticas) negociações dos anos de 1990, com vistas à reestruturação das empresas. Sua grande capacidade de mobilização, proposição e negociação contribuíram para que as crises econômicas e as reestruturações do setor industrial não resultassem em perda de empregos e de plantas de empresas importantes na Região do ABC.

Isto aconteceu, por exemplo, em 1997, quando a Volkswagen – maior empresa da região do ABC – ameaçou a demissão de 10 mil trabalhadores. Os sindicatos do ABC e de Taubaté se mobilizaram. A empresa aceitou garantir o emprego por um ano e realizar investimento em um novo produto (PQ24). Em 1998, nova ameaça de demissão de 7,5 mil. Os sindicatos voltam a se mobilizar e evitam as demissões.

Em 1999, Luiz Marinho comandou negociação histórica que impediu a demissão de mais de 10 mil funcionários da Volkswagen. Naquele ano, figurou entre as 50 lideranças latino-americanas do novo milênio, indicado pela rede de televisão norte-americana CNM e pela revista Time; e foi premiado pela revista Livre Mercado como uma das maiores personalidades do Grande ABC.

No início de 2001, negociou com a direção mundial da Whirpool, em Miami, a extensão do prazo de fechamento da fábrica da Brastemp, em São Bernardo do Campo; e, em Detroit, em defesa do emprego dos trabalhadores da Ford, conseguiu arrancar da cúpula da montadora uma garantia de emprego por cinco anos para o pessoal de São Bernardo do Campo e quatro anos para os de Taubaté. Trata-se de estabilidade inédita na história das relações entre capital e trabalho no Brasil.

No final de 2001, Luiz Marinho conduziu uma luta vitoriosa dos trabalhadores da Volkswagen, cujo resultado foi a readmissão de três mil trabalhadores

demitidos por carta e garantias por cinco anos de novos investimentos e do nível de emprego na fábrica de São Bernardo do Campo. Visitou a sede mundial da empresa para buscar reverter a demissão de mais de 7 mil empregados, quando contou com a solidariedade dos sindicatos daquele país. Nessa ocasião, Luiz Marinho liderou a negociação que estabeleceu a semana de quatro dias de trabalho, garantiu postos de trabalho e manteve a renda dos trabalhadores por meio da incorporação antecipada, mês a mês, da Participação nos Lucros.

Em 2002, foi candidato a vice-governador de São Paulo, na chapa encabeçada por José Genoíno (PT). Em 2003, foi eleito presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior central sindical brasileira, com 74% dos votos. Entre 2003 e 2004, foi nomeado presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), responsável, entre outros projetos, pelos estudos que orientaram os investimentos oficiais no crédito à agricultura familiar.

Como presidente da CUT liderou o debate sobre a necessidade da elaboração e execução de uma Política de Valorização do Salário-Mínimo no Brasil, que veio a se constituir no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva por meio das negociações estabelecidas pela Comissão Quadripartite, encarregada da formulação de política para recuperação no longo prazo do poder aquisitivo do salário-mínimo. Marinho também conduziu a articulação da 1ª Marcha Nacional a Brasília pela Recuperação do Salário-Mínimo e Correção da Tabela do Imposto de Renda, que tomou as ruas da capital federal por três dias. Cerca de três mil trabalhadores fizeram uma grande caminhada, que terminou em frente ao Palácio do Planalto. Ao final do ato, os dirigentes sindicais se reuniram com o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva que, por sua vez, anunciou que seu governo tomaria a elevação real do salário-mínimo, por meio de negociação com as Centrais Sindicais, como uma de suas prioridades do governo.

Marinho também articulou o debate sobre um entendimento nacional entre trabalhadores, empresários e governo sobre a Previdência Social.

Em julho de 2005, assumiu o cargo de ministro do Trabalho, a convite do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Logo no início de sua gestão ministerial, comandou uma negociação histórica com as centrais sindicais, na qual se definiu a política permanente de correção do salário-mínimo acima da inflação, em vigor até a atualidade. Também aperfeiçoou as estatísticas de emprego (RAIS e CAGED).

Em 29 de março de 2007 assumiu o Ministério da Previdência Social, onde implementou uma gestão modernizadora: acabou com as filas na porta do INSS e investiu em tecnologia e modernização das agências e também na qualificação profissional dos funcionários do Ministério. Deixou o ministério em junho de 2008, para disputar a prefeitura. Foi eleito com 237 mil votos (58,19%) em 2008 para o período 2009-2012 e reeleito em primeiro turno, com 65,79% dos votos válidos, para o período 2013-2016.

Anexo 2

Investimentos de 2009 a 2016

PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
Secretaria de Desenvolvimento Econômico,
Trabalho e Turismo

Tabela 3 - Investimentos públicos coordenados pela Prefeitura e geração de empregos em São Bernardo do Campo - 2009/2012
Valores em R\$ correntes

SECRETARIA	EMPENHADO EM				TOTAL	Geração de empregos			
	2009	2010	2011	2012		Diretos	Indiretos	Ef. Renda	Total
06 - Secretaria de Obras	3.821.680	11.408.795	12.834.307	2.219.044	30.283.826	154	117	190	461
0100 - Execução de muros e contenção de taludes	7.669				7.669				
1035 - MUIROS DE ARRIMO E CONTENCAO DE TALUDES	7.669				7.669				
0124 - Iluminação pública	3.810.710				3.810.710				
1038 - REDES DE ILUMINACAO PUBLICA E DE ENERGIAELETICA	3.810.710				3.810.710				
0074 - Obras em Ação		11.408.795	12.834.307	2.219.044	26.462.146				
1084 - ENERGIA ELETICA E ILUMINACAO PUBLICA		4.223.226	3.749.574	1.591.975	9.564.775				
1143 - GESTAO DE PROJETOS E OBRAS PUBLICAS		7.185.569	9.084.733	627.068	16.897.371				
0182 - Programa de combate a enchentes	3.300				3.300				
1039 - OBRAS DE COMBATE A ENCHENTES	3.300				3.300				
07 - Secretaria de Serviços Urbanos	13.814.232	49.471.526	10.564.769	73.850.527	173.640.854	375	285	464	1.124
0016 - Parques e Áreas Verdes	513.000	14.109.445	3.999.999	18.622.444					
2015 - MANUTENCAO DE PARQUES, PRACAS E AREAS VERDES/CIDADE VIVA	513.000	14.109.445	3.999.999	18.622.444					
0017 - Drenagem Urbana	13.301.232	35.362.081	6.564.770	55.228.083					
1006 - CANALIZACAO DE CORREGOS E OBRAS COMPLEMENTARES	12.261.232	35.362.081	6.494.770	54.118.083					
2016 - MANUT. DE GALERIAS DE AGUA PLUVIAIS, CORREGOS, BOCAS DE LOBO/LEAO-CIDADE VIVA	1.040.000	-	70.000	1.110.000					
07 - Secretaria de Educação e Cultura	3.347.038				3.347.038	17	13	21	51
0141 - Manutenção do departamento de apoio à educação	3.347.038				3.347.038				
3239 - REFORMA E AMPLIACAO DE PROPRIOS MUNICIPIAIS	3.347.038				3.347.038				
08 - Secretaria de Educação		16.132.662	95.906.824	63.762.455	175.801.941	893	678	1.105	2.676
0050 - Educação de Qualidade para Todos		14.016.539	90.373.777	63.562.455	167.952.771	853	648	1.056	2.557
1031 - GESTAO DA INFRA-ESTRUTURA-SUPRIIR AS NECES. PROGR. NA EXEC.DAS ACOES		3.535.984	5.087.054	5.441.049	14.064.087				

SECRETARIA	EMPENHADO EM				TOTAL	Geração de empregos			
	2009	2010	2011	2012		Diretos	Indiretos	Ef. Renda	Total
1034 - CONSTRUIR, MOBILIAR E EQ. NOVAS UNID. ESCOLARES P/ ATEND DA DEMANDA REPRIMIDA		2.272.252	82.073.383	56.384.125	140.729.761				
1036 - AMPL., REF. MOBILIAR E EQUIPAR ESCOLAS TORNAANDO-AS ACESSIVEIS AOS ALUNOS		4.809.235	821.082	553.620	6.183.937				
2064 - GESTAO DA INFRA-ESTRUTURA-SUPRIIR AS NECES. PROGR. NA EXEC.DAS ACOES		3.399.069	2.392.258	1.183.661	6.974.987				
0053 - Gerenciamento Administrativo, Técnico e Financeiro c/ Transparência e Eficiência		2.116.122	5.533.048	200.000	7.849.170				
1065 - GESTAO DA ESTRUTURA DE APOIO ADMINISTRATIVO		2.116.122	5.533.048	200.000	7.849.170				
09 - Secretaria de Saúde - Fundo de Saúde		24.271.857	58.494.430	101.041.101	183.807.388	934	709	1.155	2.798
0024 - Fortalecimento da Atenção Básica e Gestão do Cuidado		828.766	-	-	828.766				
1020 - AMPLIAR E EQUIPAR UNIDADES E SERVICOS DA ATENCAO BASICA		243.835	-	-	243.835				
1020 - AMPLIAR E EQUIPAR UNIDADES E SERVICOS DAATENCAO BASICA		584.931	-	-	584.931				
0025 - Qualificação da Política de Atenção Especializada		-	73.014	10.000	83.014				
1021 - AMPLIAR A REDE DE ATENCAO A SAUDE MENTAL		-	73.014	10.000	83.014				
0027 - Reorganização da Atenção Hospitalar e da Rede de Urgência e Emergência		23.443.091	53.797.492	87.396.517	164.637.099				
1008 - CONSTRUIR E EQUIPAR O HOSPITAL DE CLINICAS DE SAO BERNARDO		14.740.000	48.037.024	81.102.741	143.879.764				
1027 - REESTRUTURAR O SISTEMA DE URGENCIA E EMERGENCIA - SAMU/UPA		8.703.091	5.760.468	6.293.776	20.757.334	836	635	1.035	2.506
0028 - Qualificação da Gestão e Humanização do Cuidado		-	4.623.925	13.634.585	18.258.510				
1009 - PROGRAMA DE MODERNIZACAO DA GESTAO DA SAUDE		-	4.168.183	13.586.966	17.755.149				
1026 - ADEQUACAO DA REDE E SERVICOS DE SAUDE		-	455.742	47.619	503.361				

SECRETARIA	EMPENHADO EM				TOTAL	Geração de empregos			
	2009	2010	2011	2012		Diretos	Indiretos	Ef. Renda	Total
	22.130.579	22.130.579				22.130.579	112	85	139
10 - Secretaria de Habitação e Meio Ambiente	22.130.579								
0214 - Recuperação urbana de assentamentos precários	22.130.579								
1214 - RECUPERACAO URBANA DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS	22.130.579								
11 - Secretaria de Habitação		71.546.976	147.291.300	112.692.630	331.530.906	1.684	1.279	2.084	5.047
0012 - Urbanização de Assentamentos Precários e Irregulares		6.856.276	13.971.220	43.286.860	64.114.357				
1011 - EXEC. DE OBRAS DE URBANIZACAO INTEGRADA DE ASSENTAMENTOS PRECARIOS E IRREGULARES		6.856.276	13.971.220	42.958.213	63.785.710				
1195 - EXEC. DE OBRAS DE URB. INT. DE ASSENT. PRECARIOS E IRREGULARES - CPAC		-	-	328.647	328.647				
0031 - Produção Habitacional para Reassentamento		60.665.224	128.737.634	51.813.933	241.216.791	1.226	930	1.516	3.672
1053 - CONSTRUCAO DE UNIDADES HABITACIONAIS, COM REGULARIZ. FUNDIARIA E TRABALHO		60.665.224	128.737.634	34.917.095	224.319.953				
1196 - CONSTRUCAO DE UNID. HAB., COM REGULARIZ. FUNDIARIA E TRABALHO SOCIAL - CPAC		-	-	16.896.838	16.896.838				
0037 - Programa Municipal de Redução de Risco e Ações Emergenciais		4.025.476	4.582.445	17.591.837	26.199.758				
1012 - EXECUCAO DE OBRAS PREVENTIVAS E EMERGENCIAIS E CORRECAO DE RISCO		4.025.476	4.582.445	17.591.837	26.199.758				
12 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo		644.909	1.213.722	5.384.513	7.243.144	37	28	46	110
0048 - Gestão Integrada de Equipamentos Públicos e Projetos Turísticos		644.909	1.213.722	5.384.513	7.243.144				
1151 - POLITICAS DE INCENTIVO AO TURISMO		518.148	-	-	518.148				
1155 - ADEQUACAO DE EQUIPAMENTOS		126.761	737.924	80.988	945.674				
1160 - REVITALIZACAO DE ESPACOS TURISTICOS		-	475.798	5.303.525	5.779.323				
13 - Secretaria de Esportes e Lazer		1.000.000	8.050.377	28.282.688	37.424.055	190	144	235	570
0081 - Desporto de rendimento		1.000.000			1.000.000				
1677 - ESTADIOS CAMPOS ESPORTIVOS E CANCHAS		1.000.000			1.000.000				

SECRETARIA	EMPENHADO EM				TOTAL	Geração de empregos			
	2009	2010	2011	2012		Diretos	Indiretos	Ef. Renda	Total
0011 - Esporte de São Bernardo		90.990	8.050.377	28.282.688	36.424.055				
1090 - GESTAO DAS UNIDADES ESPORTIVAS		90.990	8.050.377	28.282.688	36.424.055				
14 - Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania	12.581		220.701	37.656	270.938	1	1	2	4
0012 - Apoio administrativo - SEDESC	12.581				12.581				
1267 - MANUTENCAO DA UNIDADE - SEDESC - INVESTIMENTO	12.581				12.581				
0005 - Política de Assistência Social - Proteção Social para as Famílias		-	-	30.331	30.331				
1189 - ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL ESPECIAL		-	-	30.331	30.331				
0079 - Gestão do Desenvolvimento Social e Cidadania		-	220.701	7.325	228.026				
1152 - ADEQUACAO FISICA PARA MELHORIAS AO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES		-	220.701	7.325	228.026				
17 - Secretaria de Transportes e Vias Públicas	62.877.517	73.096.939	61.123.763	81.687.913	278.786.131	1.416	1.075	1.752	4.244
0064 - Combate a enchentes	7.009.000				7.009.000				
1733 - GALERIAS CANALIZACAO DE CORREGOS E OBRASCOMPLEMENTARES	7.009.000				7.009.000				
0163 - Obras públicas e infra-estrutura urbana	25.668.254				25.668.254				
1730 - EXECUCAO DE OBRAS DE ARTE NO SISTEMA VIARIO	147.254				147.254				
1731 - PAVIMENTACAO RECAPEAMENTO ABERTURA DE VIAS URBANAS E OBRAS COMPLEMENTARES	25.521.000				25.521.000				
0175 - Programa de apoio administrativo de transportes e tráfego.	1.345				1.345				
1350 - MANUTENCAO DA UNIDADE - SMT - INVESTIMENTO	1.345				1.345				
0194 - Programa de Transporte Urbano	30.198.919				30.198.919				
1353 - PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO - CUSTOS CONCORRENTES	3.167.117				3.167.117				
SDET	27.031.802				27.031.802				
0051 - Programa de Transporte Urbano		24.580.321	42.317.435	31.024.910	97.922.666	498	378	615	1.491

SECRETARIA	EMPENHADO EM				TOTAL	Geração de empregos			
	2009	2010	2011	2012		Diretos	Indiretos	Ef. Renda	Total
1013 - PRIORIZAÇÃO AO TRANSPORTE COLETIVO		-	-	1.500.000	1.500.000				
1063 - INTEGRAÇÃO VIÁRIA E DA MOBILIDADE BILHETE ÚNICO		23.780.466	42.317.435	29.524.910	95.622.811				
1139 - IMPLANTAÇÃO DE CORREDORES DE TRANSPORTE COLETIVO		799.855	-	-	799.855				
0054 - Construção e Recuperação do Sistema Viário		48.163.411	18.806.327	50.663.003	117.632.742	598	454	739	1.791
1069 - IMPLEMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E OBRAS VIÁRIAS COM		48.163.411	18.806.327	50.663.003	117.632.742				
(*) Valores informados pelas Secretarias de Saúde e SU.		353.206	-	-	353.206				
1038 - IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS DE MOBILIDADE URBANA		353.206	-	-	353.206				
21 - Secretaria de Administração e Modernização Administrativa		262.816	-	-	262.816	1	1	2	4
0030 - Qualificação das Ações Administrativas		127.892	-	-	127.892				
1129 - OBRAS E INVESTIMENTOS		127.892	-	-	127.892				
0039 - Modernização Administrativa da Prefeitura		134.923	-	-	134.923				
1103 - REQUALIFICAÇÃO DE AMBIENTES DE TRABALHO E DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO		134.923	-	-	134.923				
22 - Secretaria de Cultura		-	-	13.023.418	13.023.418	66	50	82	198
0067 - Cidadania Cultural		-	-	13.023.418	13.023.418				
1078 - MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL		-	-	581.853	581.853				
1085 - MUSEU DO TRABALHO E DO TRABALHADOR		-	-	12.441.565	12.441.565				
TOTAL	93.189.394	211.270.175	434.606.950	418.696.187	1.157.762.706	5.882	4.465	7.277	17.624

Tabela 4 - Investimentos públicos coordenados pela Prefeitura e geração de empregos em São Bernardo do Campo - 2013/2016
 Valores em R\$ correntes

Secretaria / Projeto	Empenhado em 2013 (R\$)	2014-2016		Valor do investimento (R\$)	Total (R\$)	Geração de empregos			
		Previsão início	Previsão término			Diretos	Indiretos	Ef. Renda	Total
SECRETARIA DE CULTURA					38.581.802	196	149	243	587
Museu do Trabalho e dos Trabalhadores	531.000	2014		18.298.613	18.829.613	96	73	118	287
Centro Cultural Paulicéia (Ceu das Artes)		2014	2015	4.100.000	4.100.000				
Reforma do complexo cultural do Teatro Elis Regina		2014	2015	7.500.000	7.500.000				
Reforma e modernização da Biblioteca Monteiro Lobato		2014	2015	5.500.000	5.500.000				
1078 - MEMORIA E PATRIMONIO CULTURAL	787.231				787.231				
1079 - GESTAO E MODERNIZACAO DOS EQUIPAMENTOS CULTURALS	1.864.957				1.864.957				
SECRETARIA DE TRANSPORTE					1.023.808.834	5.202	3.948	6.435	15.585
1069 - IMPLEMENTACAO E RECUPERACAO DE PAVIMENTACAO E OBRAS VIARIAS COM	52.745.827				52.745.827				
1063 - INTEGRACAO VIARIA E DA MOBILIDADE BILHETE UNICO	83.626.653				83.626.653				
Corredor Leste Oeste				418.800.000	418.800.000				
· Lote 1 – divisa com Diadema até Viaduto Teresa Delta + viaduto Praça dos Bombeiros;		2013	2015	251.000.000	251.000.000				
· Lote 2 – Viaduto Teresa Delta (inclusive) até Praça dos Bombeiros;				167.800.000	167.800.000				
Corredor Alvarenga				76.700.000	76.700.000				
· Alvarenga 1 – Pr. Giovanni Breda até Imigrantes;		2013	2015	39.600.000	39.600.000				
· Alvarenga 2 – Imigrantes até Diadema;				37.100.000	37.100.000				
12 Corredores (João Firmino, Rudge Ramos, São Pedro, Montan/Selecta, Castelo Bco, Rotary, Galvão Bueno, Faria Lima, Jurubatuba, Capitão Casa, Taboão,Lauro Gomes)		2014	2017	319.753.000	319.753.000				
04 Terminais (Alvarenga, Rudge Ramos, São Pedro, Selecta)				30.414.000	30.414.000				
Subtotal				350.167.000	350.167.000				
Ribeirão dos Couros : Camalização/Pavimentação		2013	2016	266.000.000	266.000.000				
Linha Camargo: Camalização/ Pavimentação		2013	2014	69.400.000	69.400.000				
Prolongamento da Av. LAURO GOMES até a divisa com São Paulo		2014		62.000.000	62.000.000				

Secretaria / Projeto	Empenhado em 2013 (R\$)	2014-2016		Valor do investimento (R\$)	Total (R\$)	Geração de empregos			
		Previsão início	Previsão término			Diretos	Indiretos	Ef. Renda	Total
Estrada RIUCHI MATSUMOTO (Alargamento e pavimentação de via) - Duplicação e pavimentação de 1,2 km entre a Estrada dos Alvarengas e a Estrada Eiji Kikuti		2014		9.454.162	9.454.162				
"A01" KM 16 - ROD. ANCHIETA - Implantação de Alça, em "looping", no Quadrante Nordeste da interseção entre a Via Anchieta e o Anel Viário Metropolitano (Av. Lions)		Sem previsão		9.308.393	9.308.393				
AV. ALDINO PINOTTI E RUA KARA - Prolongamento da Av. Aldino Pinotti até a Av. Pereira Barreto e Rua Kara até a Av. Vergueiro.		2014		6.150.535	6.150.535				
Pavimentação asfáltica e implantação de sistema de microdrenagem no acesso a Associação LIUBA com a Rua José Moutinho (Liubal).		2014		390.000	390.000				
Pavimentação de diversas ruas e retificação de córrego vinculado ao convênio do Dersa - (Royal Park). 1- Pavimentação, implantação de guias e sarjetas, infraestrutura para microdrenagem nas ruas do Royal Park, totalizando 3.323 m de pavimento, com seção de 7m e com passeio de 1,5 m. A intervenção contempla: Rua das Aroeiras 127 m, Pitangueiras 137 m, Gotabeiras 48 m, Maria Encarnação Nucci 228 m, Nossa Senhora Aparecida 95 m, João Antunes 34 m, Franciscop A Figueira 202 m, Expedito Ferreira 42m, Cyrillo Pelosini 1.430 m e Iandir Carvalho Lanes 980 m.		2014		11.000.000	11.000.000				
Pavimentação das Ruas do Jardim das Oliveiras III, Diana e Nova Patente: (condicionada a liberação judicial e execução de rede de água e esgoto pela SABESP)		Condicionada de liberação judicial		7.000.000	7.000.000				
Canalização para eliminação de Gases do Jardim das Oliveiras		2014		5.000.000	5.000.000				
Criação de alça de acesso do Jardim Sílvina para a Via Anchieta por baixo do viaduto Augusta Batistini Demarchi condicionada a autorização da Ecovias		2014		6.000.000	6.000.000				
RUA AMAZONAS (TRECHO II) - Obras de pavimentação e drenagem de águas pluviais da Av. amazonas, no trecho compreendido entre a Rua Helena Aparecida Secol e a Av. Luiz Pequini		2014		8.866.264	8.866.264				
SECRETARIA DE SAÚDE					338.461.747				
0024 - Fortalecimento da Atenção Básica e Gestão do Cuidado	429.901				429.901				
						1.720	1.305	2.127	5.152

Secretaria / Projeto	Empenhado em 2013 (R\$)	2014-2016		Valor do investimento (R\$)	Total (R\$)	Geração de empregos				
		Previsão início	Previsão término			Diretos	Indiretos	Ef. Renda	Total	
1020 - AMPLIAR E EQUIPAR UNIDADES E SERVICOS DA ATENCAO BASICA	429.901				429.901					
Atenção à Saúde Mental - 08 CAPS										
08 CAPS - Centro de Atenção Psicossocial (06 Reforma e ampliação e 02 Construções)		2014	2017	6.780.000	6.780.000					
Atenção Especializada - 03 Policlínicas e 01 CER		2014		5.384.000	5.384.000					
03 Policlínicas		2014		4.052.000	4.052.000					
01 C.E.R. (Centro Especializado de Reabilitação)		2015		1.332.000	1.332.000					
Atenção Hospitalar										
1008 - CONSTRUIR E EQUIPAR O HOSPITAL DE CLINICAS DE SAO BERNARDO (*)	23.836.321	2010	2013	23.836.321	23.836.321	121	92	150	363	
1027 - REESTRUTURAR O SISTEMA DE URGENCIA E EMERGENCIA - SAMU/UPA	689.181				689.181					
HMU - Hospital da Mulher (*)		2015	2016	101.000.000	101.000.000					
Novo PS Central (reforma e ampliação)		2015	2016	153.000.000	153.000.000					
Reforma do Asilo Vicente de Paula		2013	2014	4.000.000	4.000.000					
Modernização da Gestão da Saúde	19.920.877				19.920.877					
9 UBS		2013	2015	20.854.467	20.854.467					
SVO		2014		2.567.000	2.567.000					
SEHAB					1.366.477.515	6.943	5.270	8.589	20.802	
Produção Habitacional (7 novos empreendimentos) 4.760 UH	18.276.094	2013	2016	506.940.000	506.940.000					
Urbanização de Assentamentos Precários (12 áreas)	45.044.204	2010	2016	770.000.000	770.000.000					
Programa Municipal de Redução de Risco (54 obras)	10.321.515	2014	2016	79.216.000	89.537.515					
EDUCAÇÃO					236.645.569	1.202	913	1.487	3.602	
1031 - GESTAO DA INFRA-ESTRUTURA-SUPRIIR AS NECES.-PROGR. NA EXEC.DAS ACOES	4.422.053				4.422.053					
1034 - CONSTRUIR, MOBILIAR E EQ. NOVAS UNID. ESCOLARES P/ ATEND DA DEMANDA REPRIMIDA	10.948.511				10.948.511					
1036 - AMPL., REF., MOBILIAR E EQUIPAR ESCOLAS TORNANDO-AS ACESSIVEIS AOS ALUNOS	5.800.533				5.800.533					
Construção de Novos Equipamentos (4 novos CEUs)		2010	2016	115.766.265	115.766.265					
Construção de Novos Equipamentos (10 creches)		2014	2015	39.715.934	39.715.934					

Secretaria / Projeto	Empenhado em 2013 (R\$)	2014-2016		Valor do investimento (R\$)	Total (R\$)	Geração de empregos				
		Previsão início	Previsão término			Diretos	Indiretos	Ef. Renda	Total	
1160 - REVITALIZACAO DE ESPACOS TURISTICOS Revitalização e Requalificação da Prainha Etapa I e II	3.165.884	2011	2014	7.030.000	7.030.000					
TOTAL					4.014.513.227	20.348	15.388	25.133	60.870	

Referências bibliográficas

- ANAU, R.V. A compatibilidade entre a estratégia local e a indústria de defesa. In: *São Bernardo do Campo, Grande ABC: nova fronteira da indústria de defesa*. PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2010.
- _____. (org.) *O ABC do petróleo e gás: o potencial do Grande ABC no fornecimento de produtos e serviços à cadeia de petróleo e gás*. Santo André: AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO GRANDE ABC, 2014.
- ALMEIDA, M. H. T. DE; MÉDICI, A. C. *Descentralização e políticas sociais*. São Paulo: FUNDAP, 1996.
- AMIN, A. (org.). *Post-fordism: a reader*. Oxford UK& Cambridge: Blackwell, 1992.
- ARAÚJO, T. B. DE. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro*. Heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.
- _____.; GALVÃO, A. C. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional: uma proposta para discussão*, In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Eds.). *Brasil, Século XXI. Por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004.
- ARRETCHE, M. T. S. Desarticulação do BNH e autonomização da política habitacional. In: AFONSO, R. DE B. A.; SILVA, P. L. B. (Eds.). *A federação em perspectiva. Ensaio selecionados*. São Paulo: FUNDAP, 1995.
- BECKER, B. K. Grandes projetos e produção de espaço transnacional: uma nova estratégia do Estado na Amazônia. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MA-

- CHADO, L. (Eds.). *Fronteira Amazônica: Questões sobre a Gestão do Território*. Brasília: Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- _____.; EGLER, C. A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 267 p., 1993.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1979, 3ª ed.
- BRANDÃO, C. *Descentralização enquanto modelo de ordenamento espacial do poder e de reescalamento territorial do Estado: trajetória e desafios para o Brasil*. In DAL-LABRIDA, V. R. (org.). *Governança territorial e desenvolvimento: descentralização político-administrativa, estruturas subnacionais de gestão do desenvolvimento e capacidades estatais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- _____. *Pacto federativo, reescalamento do Estado e desafios para a integração e coesão regionais e para a legitimação das políticas regionais no Brasil*. In BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. (orgs.). *Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- _____. *A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais*. 2003. Tese (Livre docência em Ciências Econômicas). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BRASIL. Documentos temáticos elaborados como subsídios da Proposta – PNOT. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2006.
- BRENNER, N. A globalização como reterritorialização: o reescalamento da governança urbana na União Europeia. v. 12, n. 24. São Paulo: *Cadernos Metrópole*, 2010.
- _____. *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. New York: Oxford University Press, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, L.C. *O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo*. Interesse Nacional: 76-85, 2011.
- BROWN, J. A. C. K.; PURCELL, M. “*There’s nothing inherent about scale: political ecology, the local trap and the politics of development in the Brazilian Amazon*”. *Geoforum* 36, 2004.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. *Sistemas de Inovação e desenvolvimento: as implicações de política. São Paulo em Perspectiva*. v. 19, São Paulo, Fundação SEADE, 2005.
- COE, N.M., HESS, M., YEUNG, H.W., DICKEN, P. and HENDERSON, J. “*Globalizing` regional development: a global production networks perspective*”. *Trans. Inst Br Geogr* 29, 2004.

- COHEN, M. *Juscelino Kubitschek: o presidente bossa-nova*. São Paulo: Globo, 2005.
- COLIGAÇÃO *Esta mudança inclui você*. Programa de Governo 2009-2012. São Bernardo do Campo, 2008.
- COLIGAÇÃO São Bernardo Não pode Parar. Programa de Governo 2013-2016. São Bernardo do Campo, 2012.
- CONCEIÇÃO, Jefferson José. *Quando o apito da fábrica silencia: sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento de indústrias e da eliminação de empregos na Região do ABC*. São Bernardo do Campo: MP Editora, 2008.
- _____. *As fábricas do ABC no olho do furacão: a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90*. 2001. 224 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul – IMES, São Caetano do Sul.
- _____. *ABC e FHC: dá rima? ABCD Maior*. São Bernardo do Campo, pág.2,31 jan.2014.
- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. *PPA Regional Participativo Grande ABC 2014-2017*. Santo André: Consórcio Intermunicipal Grande ABC, dez. 2013. Disponível em:
http://www.consortioabc.sp.gov.br/documentos/copy_of_RevistaPPARegionalParticipativo20142017.pdf Acesso: 22 agosto 2015.
- COSTA, E. J. M. *Políticas Públicas e o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais em regiões periféricas*. 2007.293 f. Tese de Doutorado. Instituto de Economia, Unicamp, Campinas.
- DAU, Denise Motta. *O desafio do diálogo*. 2005. 99f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo.
- DAVIES, J.S; IMBROSCIO, D. *Theories of Urban Politics* (2nd Ed.). Sage: Los Angeles/London/New Delhi/Singapore/Washington, DC, 2009.
- DE OLIVEIRA, F. *A crise da federação: da oligarquia à globalização*. In: AFONSO, R. B. A. DE; SILVA, P. L. B. (eds.). *A federação em perspectiva: Ensaios selecionados*. São Paulo: FUNDAP, 1995.
- DE SOUZA, C.V.C. *Parcelamento, edificação ou utilização compulsória e IPTU progressivo no tempo? Regulamentação e aplicação: o caso de São Bernardo do Campo*. Santo André: UFABC/PGT, 2015.
- DENALDI, R.; SOUZA, C. V. *Plano Diretor e participação: a difícil construção de uma nova cultura urbanística*. In: AMBIENS COOPERATIVA (org.). *PPLA Seminário 2008: Política, Planejamento, Economia, Sociedade, Território*. Curitiba: Caixa Econômica Federal, 2008.

- DIPAM Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Disponível em : <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretaria/finacas/servicos/dipam>. Acesso em: 20.ago.2015.
- FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 3ª ed, 2001.
- FERNANDES, A.F.; NEGREIROS, R. Economic developmentalism and change within the Brazilian urban system. *Geoforum*. v. 32, 2001.
- FERRACINI, K.R. Governança colaborativa, escala regional e produção social do espaço urbano: retomando a experiência do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.2014. Dissertação (Mestrado –PGT). Universidade Federal do ABC, Santo André.
- FIORI, J. L. *O federalismo diante do desafio da globalização*. In: AFONSO, R. B. A. DE; SILVA, P. L. B. (eds.) *A federação em perspectiva: Ensaios selecionados*. São Paulo: FUNDAP, 1995.
- FLORIDA, R. *The rise of the creative class*. New York: Basic Books, 2004.
- FUNDAÇÃO SEADE. Disponível em: <https://www.seade.gov.br>. Acesso em: 20 ago.2015.
- GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan. *Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.
- GOMES, S. K. Daniela ; MENDES, Renata; LOPES, Cristina Paixão (orgs). *Metodologia de incubação: experiências de economia solidária em São Bernardo do Campo*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015.
- HARVEY, D. From Managerialism to enterpreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler*, v. 71, n. 1, 1989.
- _____. *Cidades Rebeldes*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HEALEY, P. The Universal and the contingent: Some reflections on the transnational flow of planning ideas and practices. *Planning Theory*, v. 11(2), 2012.
- HOLSTON, J. *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 20 ago.2015.
- IORIS, A.R. Applying the strategic relational approach to Urban Political Ecology: The Water Management Problems of the Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brazil. Antipode, 2011.
- JACOBS, J. *Cities and the wealth of nations*. Principles of Economic Life. New York: Random House, 1985.

- KLINK, J. *A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. Development Regimes, Scales and State Spatial Restructuring: Change and Continuity in the Production of Urban Space in Metropolitan Rio de Janeiro, Brazil. *International Journal of Urban and Regional Research*, 37(4), 2013.
- _____. *A escalaridade e espacialidade no (novo) desenvolvimentismo, uma exploração conceitual para o debate*. In BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. (orgs.). *Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- _____. On financialization and state spatial fixes in Brazil. A geographical and historical interpretation of the housing program My House My Life. *Habitat International*, v. 44, 2014.
- _____. et. al. (org.). Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região do Grande ABC. Relatório de Pesquisa. Mimeo, 2014.
- _____.; DENALDI, R. Metropolitan fragmentation and neolocalism in the periphery. Revisiting the case of Curitiba. *Urban Studies*, v. 49, 2012.
- _____. et al. (org.). Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região do Grande ABC. *Relatório de Pesquisa*. Mimeo, 2014.
- _____.; FONSECA, N.de LOURDES; ROYER, L ; MELLO,L.F.B; FEITOSA,F. Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região do Grande ABC. Relatório de Pesquisa: Mimeo. Santo André: UFABC, 2015.
- KRÄTKE, S. *The creative capital of cities. Interactive knowledge creation and the urbanization economies of innovation*. Malden/MA/Oxford/West Sussex: Wiley-Blackwell, 2011.
- KRUGMAN, P. *Development, Geography and Economic theory*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1996.
- _____. *Geography and trade*. London: MIT Press; Belgium: Leuven University Press, 1997.
- LEITÃO, K. O. A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: um estudo sobre o PAC no Estado de Pará e o lugar que ele reserva a Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LUNDEVALL, B-A., VANG, J., JOSEPH, K.J. and CHAMINADE, C. *Bridging Innovation System Research and Development Studies: challenges and research opportunities*. Lund: Lund University, 2013.
- MARSHALL, A. *Principles of economics*. London: Macmillan, 1920.

MARICATO, E. *O Estatuto da Cidade Periférica*. In: MINISTÉRIO DAS CIDADES E ALIANÇA DAS CIDADES (Eds.). *O Estatuto da Cidade comentado*. São Paulo: Ministério de Cidades e Aliança das Cidades, 2010.

_____. *Impasses da política urbana no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2011.

MÉDICI, Ademir Roberto. *São Bernardo do Campo, 200 anos depois: A história da cidade pelos seus protagonistas*. São Bernardo do Campo: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2012.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <http://mdic.gov.br>. Acesso em 20 ago. 2015.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Estudo da dimensão territorial do planejamento. Brasília: Ministério de Planejamento. CGEE, 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – RAIS. Disponível em: <http://www.rais.gov.br>. Acesso em 20.ago.2015.

NASSER, B. Economia regional, desigualdade regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. *Revista do BNDES*, v. 7, 2000.

NATIONAL ACADEMY OF ENGINEERING. *Educating the Engineer of 2020. Adapting engineering education to the new century*. Washington: The National Academy Press, 2005.

NEGRI, A. E COCCO, G. *Global(AI) Biopoder e lutas em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2005.

OLIVA, A. M. *As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010)*. Campinas: Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

OLIVEIRA, Nilza Aparecida de. O Plano Plurianual Participativo (PPA Participativo) e as estratégias de pensar o futuro: o caso de São Bernardo do Campo, 2010-2013. 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão do Território). Universidade Federal do ABC.

PECK, J. Struggling with the creative class. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 29, n. 4, p. 740-770, 2005.

PIORE, M.; SABEL, C. *The Second Industrial Divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.

PLEKHANOV, G. V. *A concepção materialista da História*. São Paulo: Escriba, s/d.

PORTER, M. *The competitive advantage of nations*. New York/London, The Free Press, 1990.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. *São Bernardo do Campo, Grande ABC: nova fronteira da indústria de defesa = New Frontier of the defense industry*. 1 ed. São Paulo: MP, 2011.
- _____. Billings. *Cadernos de Educação Ambiental – Edição Especial Mananciais*, vol.I. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, 2010.
- _____. *Billings: Patrimônio Ambiental de São Bernardo do Campo*. Prefeitura de São Bernardo do Campo, 2010.
- _____. *Cadastro Geral das Indústrias*. São Bernardo do Campo, 2015.
- _____. *Sumário de Dados 2010 ano base 2009*.
- _____. *São Bernardo do Campo: território de inovação = São Bernardo do Campo: land of innovation*. São Paulo: MP, 2010.
- PONTUAL, Pedro de Carvalho. *O processo educativo no Orçamento Participativo: aprendizado dos atores da sociedade civil e do Estado*. Tese (Doutoramento) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2000.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- REIS, R. C. Articulação política regional: a experiência do Grande ABC (1990 – 2005). 261p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.
- ROBINSON, J. Cities in a World of Cities: The comparative Gesture. *International Journal of Urban and Regional Research*, 35(1), 2011.
- RODRIGUEZ-POSE, A, TOMANEY, J. and KLINK J. Local empowerment through economic restructuring in Brazil: The case of the Greater ABC region. *Geoforum*, 32, 2001.
- ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano. Por que nossas cidades continuam tão precárias? *Novos Estudos CEBRAP*, v. 89, 2011.
- ROYER, L. de P. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.
- SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI*. In: BURSZTYN, M. *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SANT'ANNA, A. A.; BORÇA JÚNIOR, G. R.; DE ARAÚJO, P. Q. Mercado de crédito no Brasil: evolução recente e o papel do BNDES (2004-2008). *Revista do BNDES*, v. 16, 2009, p. 41-60.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da Democracia Participativa*. Col. Reinventar a Emancipação Social, vol.1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- SÃO BERNARDO DO CAMPO. *Diagnóstico de São Bernardo do Campo*, 2009. Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo.
- _____. *Regulamento do Plano Plurianual Participativo*. Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, 2009a.
- _____. *Revista Prestação de Contas: PPA Participativo 2010-2013*. Prefeitura de São Bernardo do Campo, 2013.
- _____. *Regimento Interno do Orçamento Participativo*. Secretaria de Orçamento e Planejamento Participativo, 2011.
- _____. *Cadastro Geral das Indústrias de São Bernardo do Campo*. Prefeitura de São Bernardo do Campo, 2015.
- _____. *Balanco de Ações Realizadas e em Andamento na Área de Defesa e Segurança, 2009-2015*. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, março 2015a.
- _____. *Balanco das Políticas da Prefeitura para a Indústria em São Bernardo do Campo, 2009-2015*. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, maio 2015b.
- _____. *Balanco das Ações da Prefeitura de São Bernardo do Campo na Economia Solidária, 2009-2015*. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, maio 2015c.
- _____. *Balanco das Políticas da Prefeitura para o Turismo em São Bernardo do Campo, 2009-2015*. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, junho 2015d.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. 1911. São Paulo: abril cultural, 1982. (Os economistas)
- _____. *Ciclos Econômicos*. 1939.
- _____. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. 1942. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SCOTT, A. *Metropolis. From the division of labor to urban form*. Los Angeles: University of California Press, 1989.
- SIQUEIRA, Douglas Murilo Siqueira; SILVA, Fabiana Cabreira (orgs.). *A política pública e o papel da universidade: reflexões da incubadora SBCSol*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- STORPER; Michael. *The regional world: territorial development in a global economy*. New York (NY): The Guilford Press, 1997.

- _____. ; SCOTT, Allen J. *The wealth of regions: market forces and policy imperatives in local and global context*. University of California, 1993.
- SWYNGEDOUW, E. *Neither Global nor Local: “glocalization” and the politics of scale*. In: COX, K.R. (Org.) *Spaces of globalization*. Reasserting the power of the local. The Guilford Press, New York/London, 1997.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves; GRAZIA, de Grazia; ALBUQUERQUE, Maria do Campo; PONTUAL, Pedro (orgs.). *Orçamento Participativo, Democratização da Gestão Pública e Controle Social*. FNNP, 2003.
- THÉRY, H. Situações da Amazônia e o Brasil. *Estudos Avançados*, v.19, 2005.
- VAINER, C. B. *Regionalismos contemporâneos*. In: AFONSO, R.B.A.; SILVA, P.L.B. (eds.). *A Federação em perspectiva: Ensaio Selecionados*. São Paulo: FUNDAP. p. 449-472, 1995.
- _____. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. *Cadernos IPPUR*, ano XV ago-dez 2001/ano, XVI jan-jul 2002, 2001-2002.
- VILLAÇA, F. *Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil*. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Eds.) *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- VILLARIM DE SIQUEIRA, T. Competitividade sistêmica: desafios para o desenvolvimento econômico brasileiro. *Revista do BNDES*, v. 31, 2009, p. 139-184.
- WAMPLER, Brian. *Orçamento Participativo: uma explicação para as amplas variações nos resultados*. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (orgs.): *A Inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.

Sobre os autores

JEFFERSON JOSÉ DA CONCEIÇÃO

Graduado em Economia pela UFRJ (1983), mestrado em Administração pelo IMES (2001) e doutorado em Sociologia pela USP (2005). É professor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Foi secretário de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo entre janeiro de 2009 e julho de 2015. Atual diretor superintendente da SBCPrev. É economista licenciado do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Foi assessor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (1987-2003) e da Central Única dos Trabalhadores – CUT (2004-2009). Foi membro do conselho deliberativo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República e do Conselho Universitário da UFABC. Áreas de atuação: desenvolvimento econômico, política industrial, relações de trabalho, desenvolvimento regional. Autor do livro *Quando o apito da Fábrica Silencia: sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento de indústrias e da eliminação de empregos na Região do ABC*, editora ABCDMAior.

JEROEN JOHANNES KLINK

Possui graduação e mestrado em Economia pela Universidade de Tilburg (Holanda, 1987), e doutorado em Planejamento Urbano pela Universidade de São Paulo (2000). Atua principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano-metropolitano; governança metropolitana; reestruturação econômica nas metrópoles. Acumulou experiência profissional em países como Holanda, Espanha, Turquia, Alemanha, Índia, África do Sul e Brasil. Trabalhou como parecerista-especialista para várias organizações internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e a Organização Internacional de Trabalho (OIT). Na Holanda foi professor associado no *Institute for Housing and Urban Development Studies* (Universidade de Erasmus – Roterdá). No Brasil, foi secretário de Desenvolvimento e Ação Regional da prefeitura de Santo André e Diretor Suplente na Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. Atualmente é professor associado na Universidade Federal do ABC (UFABC), onde já ocupou os cargos de pró-reitor de extensão (2006-2008) e coordenador do Núcleo de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Reitoria (2009-2010). No período 2011-2015 coordenou o programa de pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território (Mestrado e Doutorado). É autor de diversas publicações nacionais e internacionais sobre temas relacionados a planejamento urbano-metropolitano, governança e economia urbana/metropolitana. É membro do Conselho Consultivo dos periódicos *EURE* e *International Journal of Urban Sustainable Development*, assim como parecerista *ad-hoc* para revistas como *Cadernos Metrópole*, *Revista brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, *Ambiente e Sociedade*, *Revista brasileira de gestão urbana (URBE)*, *Environment and Planning* e *International Journal of Urban and Regional Research*.

NILZA APARECIDA DE OLIVEIRA

Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Fundação Santo André (1986), especialização em Ciências e Técnicas de Planejamento Público pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (1998), especialização em Psicodrama pela PUC-SP (1999) e mestrado em Planejamento e Gestão do Território pela UFABC (2014). É, desde 2009, secretária de Orçamento e

Planejamento Participativo de São Bernardo do Campo. Participou do governo municipal de Santo André (gestões dos Prefeitos Celso Daniel e João Avamileno), como coordenadora responsável pela discussão pública com o conjunto da cidade e articulação no interior de governo das ações matriciais referentes ao projeto (1997-2000), coordenadora administrativa do projeto Eixo Tamanduaté (1997-2000) e diretora do Departamento de Planejamento Participativo (2001-2007). Áreas de atuação: observatório de políticas públicas; articulação das ações matriciais de governo; estruturação de conselhos, comissões e consultoria; elaboração, formulação e implantação do orçamento participativo; elaboração, formulação e implantação de plano plurianual participativo, Lei de Diretrizes Orçamentárias, planejamento estratégico situacional, planejamento de longo prazo.

ROBERTO VITAL ANAV

Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da USP (1977), mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (2001) e doutorando em Planejamento e Gestão do Território na UFABC. Atualmente (2015), é assessor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de São Bernardo do Campo (SP). É professor concursado de Economia na Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), além de docente licenciado da UniSantanna, em São Paulo. Tem 37 anos de experiência profissional na área de Economia, com ênfase em Economia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: economia setorial, economia regional, desenvolvimento local e regional, finanças estaduais e municipais, neoliberalismo e políticas públicas. Possui dezessete anos de prática docente em instituições privadas de ensino superior, na área de Ciências Econômicas – disciplinas históricas e teóricas, inclusive para outros cursos no campo mais abrangente de negócios. É autor do livro *O retorno de Karl Marx – a redescoberta de Marx no século XXI* (Fundação Perseu Abramo, no prelo)

